

**44**

# Em Tempo — de histórias

**VOLUME 23**

*Set/Dez. 2024*

ISSN: 2316-1191



# Em Tempo — de histórias

ISSN: 2316-1191



## **EDITORA CHEFE**

**Maria Clara Silva**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade de Brasília, Brasil

## **CONSELHO EDITORIAL**

**Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires**

Doutoranda em História Contemporânea do Centro de  
Estudos Sociais, Coimbra, Portugal

**Bruna Santana de Sá Ferreira**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade de Brasília, Brasil

**Isabela Mendes Fechina**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade de Brasília, Brasil

**Lara Lima Resende**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

**Maria Júlia Guimarães Salgado**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade de Brasília, Brasil

**Mateus dos Santos Vilela**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade Brasília, Brasil

**Thompson Clímaco Alves**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

**Vinícius Rosalvo de Oliveira**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História  
Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio  
de Janeiro, Brasil

## **CONSELHO CONSULTIVO**

**Profa. Dra. Andréa Casa Nova Maia (UFRJ)**

**Profa. Dra. Caroline Pacievitch (UFRGS)**

**Prof. Dr. Cássio da Silva Fernandes (UNIFESP)**

**Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN)**

**Profa. Dra. Francine Iegelski (UFF)**

**Profa. Dra. Iraneide Soares da Silva (UESPI)**

**Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro (UFG)**

**Profa. Dra. Juciene Ricarte (UFCG)**

**Profa. Dra. Kátia Gerab Baggio (UFMG)**

**Profa. Dra. Leandra Domingues Silvério (UFTM)**

**Profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias (UFG)**

**Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva (USP)**

**Profa. Dra. Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro (UFU)**

**Profa. Dra. Maria Socorro Ramos Militão (UFU)**

**Profa. Dra. Mariana Rangel Joffily (UDESC)**

**Profa. Dra. Marina Thomé Bezzi (UnB)**

**Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL)**

**Profa. Dra. Martha Campos Abreu (UFF)**

**Prof. Dr. Mauro Cézar Coelho (UFPA)**

**Prof. Dr. Miguel Rodrigues de Sousa Neto (UFMS)**

**Profa. Dra. Simone Batista da Silva (UFRRJ)**

**Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo (UFOP)**



## **COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**André Gustavo de Melo Araújo**

Coordenador

**Marcos Aurélio de Paula Pereira**

Coordenador Adjunto

**Rodolfo Nunes**

Secretário Executivo

## **EDITORAÇÃO**

**Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires**

Doutoranda em História Contemporânea do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal

**Bruna Santana de Sá Ferreira**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasil

**Isabela Mendes Fechina**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasil

**Mateus dos Santos Vilela**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, Brasil

## **REVISÃO TÉCNICA**

**Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires**

Doutoranda em História Contemporânea do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal

**Bruna Santana de Sá Ferreira**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasil



### **Isabela Mendes Fechina**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade de Brasília, Brasil

### **Lara Lima Resende**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

### **Maria Clara Silva**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade de Brasília, Brasil

### **Maria Júlia Guimarães Salgado**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade de Brasília, Brasil

## **REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA E INGLESA**

### **Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires**

Doutoranda em História Contemporânea do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal

### **Bruna Santana de Sá Ferreira**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade de Brasília, Brasil

### **Lara Lima Resende**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

## **DIAGRAMAÇÃO**

### **Mateus dos Santos Vilela**

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, Brasília,  
Brasil

### **Thompson Clímaco Alves**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História,  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

### **Vinícius Rosalvo de Oliveira**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

## **CONTATO**

**Maria Clara Silva**

**Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade de Brasília – Brasil**

**emtempodehistorias@unb.br**

**(61) 3107-6666/ (61) 3107-6680**

A forma e o conteúdo dos textos publicados, assim como as opiniões, citações e dados neles contidos, são de exclusiva responsabilidade dos autores.

Em Tempo de Histórias [recurso eletrônico]. -

v. 23 n.44 (2024). - Brasília, DF: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas (ICH), Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS).

e-ISSN:2316-1191

DOI:10.26512/emtempos.v23i44

Disponível apenas online.

Título Abreviado: Rev. Tem. His

Sigla da publicação: RETH.

Título, resumos e textos em português e inglês.

1. História - Periódicos.

# SUMÁRIO

- Editorial** pg. 1-5
- Dilemas e sensibilidades do “Tempo Presente” na emergência da “Era Vargas” como objeto historiográfico**  
Weslley dos Santos Graper pg. 6-30
- Modernidade à brasileira: a relação entre antigo e moderno nos documentários Engenhos e Usinas (H. Mauro, 1955), Aruanda (L. Noronha, 1959) e A Bolandeira (V. Carvalho, 1969)**  
Isadora Remundini pg. 31-47
- “Gênero epistêmico”, patologia social e classificação nosológica na Armada Imperial (1839-1850): formulação de uma biopolítica e aplicação de um imposto disciplinar**  
Pedro Henrique de Souza Ribeiro pg. 48-67
- História da Medicina Medieval: Uma Revisão das Pesquisas Recentes sob o espectro da História Global (2018--2023)**  
Ana Vitória Vieira pg. 68-86
- Quando as doenças contam uma história: uma análise sobre o ensino da História das Doenças no Brasil em livros didáticos do Ensino Fundamental (PNLD 2022)**  
Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior pg. 87-115
- A leitura na sala de aula: a trilogia “O Legado de Orísha” para o ensino de História da África e do Brasil afrodescendente**  
Lucas Xavier Anselmo pg. 116-131
- Interculturalidade do Festejo Junino Caxiense: cultura popular, identidade e valorização social e educacional**  
Franc-Lane Sousa Carvalho, Marcia Dutra da Silva e Francisca Elyde da Silva pg. 132-150
- A selbsthülfe (autoajuda--mútua) no desenvolvimento das comunidades rurais no interior do RS no início do século XX**  
Josei Fernandes Pereira pg. 151-167
- Análise historiográfica da obra “História de Óbidos”, de Arthur Cézar Ferreira Reis**  
Cléberson Fonseca Silva pg. 168-186
- Conflitos entre ricos e pobres na Cristandade do Primeiro Século: As cartas de Paulo aos coríntios e a carta de Tiago**  
Ramon Delfino Caji pg. 187-204



Recebido em 27/12/2024

Aceito em 28/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.56705

## EDITORIAL

***Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires***

Doutoranda em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra  
<https://orcid.org/0000-0001-6648-419>

***Vinicius Rosalvo de Oliveira***

Doutorando em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade  
Católica do Rio de Janeiro  
<https://orcid.org/0000-0003-3385-8890>

As edições publicadas no final do ano parecem carregar certa demanda por retrospectiva, certa demanda por um balanço do ano que passou. Nesse caso, é seguro dizer que a luta histórica pela valorização do trabalho de pós-graduandos/as (direitos trabalhistas, assistência estudantil e recomposição das bolsas) se fez presente em 2024, embora ainda careça do devido respaldo estatal para a implementação da garantia desses direitos. Por outro lado, em um tom positivo, apesar da continuidade dos ataques às Humanidades e, em específico, à História por meio de plataformas e influenciadores digitais, o ano que passou parece consolidar a tendência de maior presença on-line de historiadores/as e mesmo de departamentos na disputa por espaço na esfera pública digital.

Ao contrário das acusações de vivermos em torres de marfim, há tempos que historiadores/as vem se engajando em novas mídias como meios alternativos de contação de histórias e de publicização das produções acadêmicas. Nesse sentido, pensando em uma revisão do que foi o ano para a Em Tempo de Histórias, destaca-se certo ímpeto transformativo: aquela ideia de que a execução de um projeto de futuro começa no presente. Ou seja, refletir sobre este último ano da revista é, antes de mais nada, iluminar os caminhos que levaram a esta edição e aqueles que já começamos a traçar.

Dois anos após completar 20 anos de atividades e iniciar um profundo processo de reformulação, este 44º número da Em Tempo de Histórias chega para reafirmar nosso compromisso com a qualificação do conhecimento histórico produzido por jovens pesquisadores. Além do investimento em comunicação, por meio de plataformas digitais, visando uma maior disseminação do conhecimento publicado em nossas edições e a consolidação de uma rede de historiadores - autores, pareceristas e leitores, este novo número tem o prazer de contar com nossos novos editores.

Como resultado de nosso esforço pela diversificação de quadros e a consolidação de um corpo editorial mais representativo da rica produção historiográfica nacional, nossos novos editores foram selecionados por meio de um edital público que buscou incorporar historiadores externos à Universidade de Brasília à nossa equipe. Acreditamos que a defesa do conhecimento científico depende de uma maior integração entre os programas de pós-graduação e da divulgação do conhecimento produzido nesses espaços.

Essa característica polissêmica, no entanto, não se encontra apenas no novo Corpo Editorial. Como celebrado por nossas colegas no primeiro editorial deste ano, o coletivo é necessário para a Em Tempo de Histórias permanecer ativa. Essa existência tem, como pressuposto, um conjunto de muitas vozes, pertencentes a vários lugares do país. Nosso coletivo, entre editores/as, autores/as e pareceristas, é composto por graduandos/as, especialistas, mestrandos/as, doutorandos/as, professores/as e pesquisadores/as formados/as, cuja multiplicidade constrói a riqueza do nosso cotidiano.

De certa forma, é exatamente por falarmos em muitas vozes que nosso próprio nome termina em plural. Estamos, constantemente, no tempo de várias histórias. O que, para este número 44, se inicia com um trabalho que aponta para estas subjetividades tão presentes no fazer historiográfico. Intitulado “Dilemas e sensibilidades do “Tempo Presente” na emergência da “Era Vargas” como objeto historiográfico”, o artigo do mestrando da Universidade Estadual de Santa Catarina, Wesley dos Santos Graper, buscou delinear como, no decorrer do século XX, historiadores e historiadoras olhavam para seu passado recente e encontravam obstáculos e preocupações do presente em que escreviam.

Graper demonstra como, ao olharem para a Era Vargas em meio ao contexto de produção científica possível durante a Ditadura Militar, estes pesquisadores e pesquisadoras enfrentaram uma questão central para nossa disciplina até hoje: do que pode a história falar? E por meio de quais tipologias de fonte, ou por intermédio de quais historiadores e historiadoras pode ela se construir? Preocupações que, em certa medida, permanecem no cerne da historiografia atual, - ainda que, hoje, possamos ensaiar respostas diferentes.

Afinal, os coletivos compostos por singularidades olham para o passado por várias lentes. E um exemplo desse dinamismo temporal, o qual apresenta perspectivas diferentes, é encontrado no artigo “Modernidade à brasileira: a relação entre antigo e moderno nos documentários Engenhos e Usinas (H. Mauro, 1955), Aruanda (L. Noronha, 1959) e A Bolandeira (V. Carvalho, 1969)”.

Escrito por Isadora Remundini, doutoranda da Universidade Estadual Paulista, este trabalho tem como base três documentários brasileiros produzidos entre as décadas de 1950 e 1960. Ao explorar a ideia de modernidade do período e a ambivalência do termo nestas produções, a autora permeia a coexistência entre progresso e marginalidade, o passado e as disparidades regionais. Seria o Brasil um país pertencente ao não-lugar de acordo com os documentários analisados? Nem moderno, nem atrasado? Rumo ao progresso, mas estagnado em exclusões? A visão de um tempo sobre si mesmo, explorado por intermédio de suas produções audiovisuais, é

---

uma das lentes de acesso ao passado neste número.

Aqui, vemos como, dos documentários trabalhados por Remundini, à História do Tempo Presente que assim não se nomeia revisitados por Graper, um mesmo recorte temporal no Brasil pode apresentar diferentes propostas teórico-metodológicas para pensarmos nossas produções. Mas e se voltarmos ainda mais no tempo e, em uma paisagem oitocentista, pensarmos a documentação produzida pelos ministros de Estado brasileiros por uma perspectiva nova? É esta a proposta do artigo ““Gênero epistêmico”, patologia social e classificação nosológica na Armada Imperial (1839-1850): formulação de uma biopolítica e aplicação de um imposto disciplinar”, do mestrando da Universidade de Brasília, Pedro Henrique de Souza Ribeiro.

Tendo como ponto de partida os relatórios dos ministros da marinha imperial brasileira, Ribeiro propõe classificar a documentação trabalhada como um “gênero epistêmico”, buscando um referencial teórico que sustente a análise que, por fim, acaba por cunhar o termo “imposto disciplinar” - uma espécie de ferramenta da biopolítica exercida pelo Estado brasileiro à época. O autor sugere revisitar a década de 1850 no Império brasileiro sob a ótica da política médica na Marinha, a qual não enquadra doença como “variação quantitativa” de uma normalidade. Em uma realidade pós-pandêmica, é um tanto difícil evitarmos um certo presentismo que, entre as submissões para este número, ocupou um lugar de destaque em produções que se preocuparam com a história da medicina, da patologia e das doenças.

É este, em suma, o tema central do artigo “História da Medicina Medieval: Uma Revisão das Pesquisas Recentes sob o espectro da História Global (2018-2023)”, da mestrandona Universidade Federal de Ouro Preto, Ana Vitória Vieira. Ao desempenhar um levantamento bibliográfico das obras que trabalharam a medicina medieval entre 2018 e 2023, a autora trouxe para seu trabalho uma discussão atual da historiografia: a metodologia da História Global. Com o objetivo de alimentar o diálogo acerca de uma perspectiva integrada, Vieira buscou examinar a evolução das produções sobre medicina medieval e as possibilidades que uma abordagem globalizada confere aos estudos sendo feitos sobre o tema atualmente. Afinal, é a partir destas produções que são criadas muitas das ferramentas de historiadores e historiadoras. Especialmente quando pensamos nos profissionais que levam o fazer historiográfico para a sala de aula.

Em “Quando as doenças contam uma história: uma análise sobre o ensino da História das Doenças no Brasil em livros didáticos do Ensino Fundamental (PNLD 2022)”, do mestre pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior, a sala de aula é o grande palco onde a história das doenças é dissecada. Ao colocar o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), em sua edição de 2022, no centro de sua investigação, o autor busca responder ao questionamento “O que a História nos ensina sobre as doenças?”. Atrelado aos estudos dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Base Nacional Curricular Comum, a submissão explora os livros didáticos em seus conteúdos, iconografia e exercícios, de forma a compreender como estes temas são explorados nos materiais didáticos de História no Brasil de hoje.

Este é um reflexo, de certa forma, da importância do diálogo entre a produção historiográfica atual e de seu uso no ensino de História. Algo que, neste número, também foi central entre as nossas submissões. Em seu “A leitura na sala de aula: a trilogia “O Legado de Orísha” para o ensino de História da África e do Brasil afrodescendente”, o mestrando da Fundação Getúlio Vargas, Lucas Xavier Anselmo, propõe um conjunto de obras literárias como alternativa para o cumprimento da Lei 10.639/03. Partindo da trilogia “O Legado de Orísha”, de Tomi Adeyemi, o autor demonstra como as três obras, e em especial, o primeiro volume, podem ser usadas no ensino da história e cultura afro-brasileira.

Enquanto país de dimensões continentais, a relevância de trabalhos que exploram a multiculturalidade de nossas trajetórias e passados é proporcional ao tamanho do território nacional. E o ensino de história, nesse ponto, é fundamental. É esta a reflexão, em parte, sugerida pela especialista Marcia Dutra da Silva e pela doutora Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento, da Universidade Estadual do Maranhão, em seu artigo “Interculturalidade do Festejo Junino Caxiense: cultura popular, identidade e valorização social e educacional”. Partindo de uma investigação desempenhada no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UEMA, as pesquisadoras buscaram responder à pergunta: “de que forma a ressignificação da cultura popular poderá ajudar no processo de reconstrução da identidade e a valorização social e educacional do festejo junino caxiense?”.

Em uma abordagem quali-quantitativa, o estudo explorou temas importantes como identidade, interculturalidade, tradição, valorização social e educacional de um evento regional relevante para aquela comunidade. Em certa maneira, como uma prática ou um evento regional podem ser constitutivos das características de um grupo é o foco em comum entre este trabalho e o próximo. Intitulado “A selbsthülfe (autoajuda-mútua) no desenvolvimento das comunidades rurais no interior do RS no início do século XX”, o artigo tem como foco a implantação das primeiras cooperativas rurais no sul do Brasil. Josei Fernandes Pereira, doutorando da Universidade de Passo Fundo, e Professor Assistente da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, trabalha a formação de uma cultura local, imbuída de questões como a busca pela qualidade de vida, mentalidade associativa, princípios cooperativistas e práticas de poder ao longo da Primeira República.

Ainda sob uma perspectiva regionalista, a nota de pesquisa do graduando da Universidade Federal do Oeste do Pará, Cléberson Fonseca Silva, revisita uma obra consagrada na tradição paraense. Em “Análise historiográfica da obra “História de Óbidos”, de Arthur Cézar Ferreira Reis”, o pesquisador trabalha os avanços e os aspectos problemáticos de um estudo que busca delinear a história deste município sem a devida atenção à multiplicidade cultural e social da região. E é neste tom de reflexão social, com o enfoque sobre as várias classes e grupos étnicos marginalizados na história, que fechamos o número 44 da Em Tempo de Histórias, com a nota de pesquisa “Conflitos entre ricos e pobres na Cristandade do Primeiro Século: As cartas de Paulo aos coríntios e a carta de Tiago”. O graduando da Universidade de São Paulo, Ramon Delfino Caji, tem como pano de fundo as comunidades judeu-cristãs urbanas do Império Romano. Somos transportados, em sua escrita, para as problemáticas das

assembleias de Corinto e de outras comunidades por meio das cartas de Paulo e da carta de Tiago.

Este editorial, construído a quatro mãos, reflete as transformações que a Em Tempo de Histórias protagonizou nos últimos meses, proporcionando um espaço de construção da pluralidade que deve compor a produção científica de discentes e docentes brasileiros. Da Contemporaneidade à Antiguidade, de temas caros à construção teórico-metodológica da história e de seu ensino, convidamos nossos leitores e leitoras a explorar nossa última publicação do ano de 2024.



Recebido em 30/09/2024

Aceito em 05/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.55655

## ARTIGO

### Dilemas e sensibilidades do “Tempo Presente” na emergência da “Era Vargas” como objeto historiográfico

Dilemmas and sensitivities of the “Present Time” in the emergence of the “Vargas Era” as a historiographical object

*Wesley dos Santos Graper*

Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina

<https://orcid.org/0000-0002-3382-0705>

**RESUMO:** Objetiva-se demonstrar como a chamada história contemporânea, ao longo da segunda metade do século XX, no Brasil, lidava com dilemas semelhantes àqueles enfrentados pelos historiadores que encabeçaram a História do Tempo Presente (HTP) na França ou em outros países europeus (o veto ao tempo próximo; a desconfiança quanto à objetividade; o desafio de testemunhas vivas e a questão da memória; a indisponibilidade de fontes e/ou acervos e; as demandas sociais). Busca-se argumentar que o Brasil não precisou, necessariamente, da recepção da tradição francesa da HTP para enfrentar questões inherentes a este campo de estudos históricos. Muitos desses dilemas do “tempo presente” se manifestaram em pesquisas cujo recorte temporal abrangia as décadas de trinta e quarenta no Brasil. Significativamente, essas investigações interessavam-se pelos momentos nos quais Getúlio Vargas foi chefe do poder executivo federal no Brasil (1930-1945). Assim, pretende-se apresentar e discutir alguns desses trabalhos a fim de problematizar em que medida o conceito de ‘contemporâneo’ e ‘história recente’ no Brasil inseria-se em um mesmo regime historiográfico onde se desenvolveu na Europa a História do Tempo Presente de tradição francesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** História do Tempo Presente. História Contemporânea. Era Vargas.

**ABSTRACT:** The objective of this study is to demonstrate how contemporary history, during the second half of the 20th century in Brazil, dealt with dilemmas similar to those faced by historians who spearheaded the History of the Present Time (HPT) in France or other European countries. These dilemmas include the prohibition of studying recent times, skepticism regarding objectivity, challenges posed by living witnesses and issues of memory, the unavailability of sources and/or archives, and the pressures of social demands. The aim is to argue that Brazil did not necessarily require the reception of the French HPT tradition to address issues inherent to this field of historical studies. Many of these “present time” dilemmas manifested in research focusing on the 1930s and 1940s in Brazil.

Notably, these investigations were concerned with the periods where Getúlio Vargas served as head of the federal executive in Brazil (1930–1945). Thus, this study intends to present and discuss some of these works in order to examine to what extent the concept of contemporary history and recent history in Brazil align with the same historiographical framework where the French tradition of the History of the Present Time developed in Europe.

**KEYWORDS:** History of the Present Time. Contemporary History. Vargas Era.

## Introdução

Neste artigo, pretendo demonstrar como aquilo que se chamava de História Contemporânea, ou História Recente no Brasil, ao longo da segunda metade do século XX (sobretudo a partir dos anos finais da década de 1960), com frequência, lidava com questões semelhantes àquelas enfrentadas pelos historiadores que encabeçaram a História do Tempo Presente (*Histoire du temps présent*) na França ou até mesmo em outros países europeus<sup>1</sup>. Deste modo, meu objetivo é argumentar que o Brasil não precisou, necessariamente, da recepção francesa da HTP para enfrentar alguns dos dilemas inerentes à este campo de estudos históricos, tais como: a) o voto ao tempo próximo; b) a desconfiança quanto à objetividade; c) o desafio de testemunhas vivas e a questão da memória; d) a indisponibilidade de fontes e/ou acervos; e) as demandas sociais.

Vários dos referidos dilemas, por vezes mobilizados por alguns historiadores para definir a tradição francesa da História do Tempo Presente (DELACROIX, 2018), manifestaram-se em pesquisas cujo recorte temporal foram as décadas de trinta e quarenta no Brasil. Estes trabalhos sobre a história do Brasil foram desenvolvidos tanto em âmbito nacional quanto internacional sob diferentes circunstâncias. Um número significativo destas pesquisas circunscrevia como tema de interesse os momentos nos quais Getúlio Vargas foi chefe do executivo no Brasil — isto é, entre a Revolução de 1930 e a sua deposição, que deu fim ao Estado Novo, em 1945.

Antes de tudo, é preciso deixar claro que não pretendo discutir nem defender neste texto onde deve ou não deve ser demarcado o início do “tempo presente”<sup>2</sup>. Enveredar a discussão por este caminho pode causar mal-entendidos e exigiria um debate mais prolongado que não cabe dentro dos horizontes deste artigo. Na esteira das considerações de Henry Rousso (2016, p. 17) de que o tempo presente e sua duração são “mais uma percepção do que uma realidade tangível”, a discussão aqui desenvolvida almeja perceber como historicamente a historiografia dedicada à história do Brasil foi sensível a diferentes ‘tempos recentes’ ou ‘tempos presentes’. Trata-se de

1 A história do tempo presente nos últimos anos deixou de ser um nicho e tem cada vez mais ganhado legitimidade no cenário historiográfico. Portanto, apresentações detalhadas sobre seu histórico são dispensáveis. Para um histórico do campo na Europa, ver Rousso (2016). Para um panorama de sua formação em uma perspectiva latino-americana e brasileira, ver Montaño, Ortega e Ovalle (2020), Müller e Iegelski (2022) e, Oliveira e Wit (2022).

2 A história do tempo presente não se trata de uma temporalidade fixada a priori e muito menos de um novo recorte no modelo quadripartite de periodização, mas sim de uma atitude metodológica (LOHN; CAMPOS, 2017). Algumas abordagens têm chamado a atenção para a necessidade dos historiadores se atentarem para o caráter performativo da constituição das fronteiras temporais. Portanto, não existem

identificar como historiadores foram suscetíveis a distintas “contemporaneidades do não contemporâneo” (DOSSE, 2012). Em suma, na esteira das sugestões de Ramalho (2023, p. 17), o objetivo é “tematizar as fronteiras temporais como objeto de investigação”.

Rodrigo Patto Sá Motta, em um ensaio sobre a constituição do campo da História Recente no Brasil, chamou a atenção para o fato de que, nos anos 1980, historiadores brasileiros se dedicaram “a temas de sua própria história recente, realizando estudos sobre os anos trinta, quarenta e cinquenta”. Essas investigações, segundo o autor, “dialogavam com os temas sociais e políticos em voga nos anos setenta e oitenta, como a luta contra a ditadura e a eclosão de protestos e movimentos sociais” (MOTTA, 2020, p. 475). Porém, Motta não pretendeu dedicar atenção a esses trabalhos. Müller e Iegelski reconheceram como a “História do Tempo Presente” no Brasil nasceu com suas balizas temporais nos anos 1930 e 1940. Entretanto, igualmente não empreenderam um exame detalhado sobre aquele cenário (MÜLLER; IEGELSKI, 2018, p. 19). Celso Castro tateou o debate ao abordar a trajetória do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) como um espaço de pesquisa dedicado à História do Tempo Recente no Brasil nos anos 1970. Mas, igualmente, não entrou em detalhes quanto aos trabalhos elaborados (CASTRO, 2013). Tais lacunas no debate sobre o campo da História do Tempo Presente no Brasil justificam a discussão aqui apresentada.

Além de algumas obras propriamente ditas sobre a chamada Era Vargas, a documentação privilegiada para a articulação da argumentação foram apresentações, prefácios, introduções de livros e teses que se debruçaram ou que, de algum modo, tangenciaram o referido período histórico, além de algumas resenhas e entrevistas.

O debate apresentado, partindo das considerações de Rousso (2016), Dosse (2012) e Ramalho (2023), contribui com o campo da História do Tempo Presente no Brasil, — o qual vem deixando de ser um nicho e cada vez mais tem se consolidado no cenário historiográfico —, na medida em que possibilita refletir sobre como historiadores foram sensíveis à diferentes tempos presentes — ou, distintas contemporaneidades do não contemporâneo — e, em consequência, permite perceber como estes pesquisadores performaram fronteiras sobre o tempo delimitando uma História Contemporânea ou uma História Recente.

Ao dotar de historicidade episódios relativamente próximos de nós — uma das incumbências da História do Tempo Presente (VENGOA, 2022) —, espero com este debate contribuir minimamente com as reflexões sobre a constituição do campo da História do Tempo Presente no Brasil. Salvo introdução e considerações finais, o artigo divide-se em quatro partes a que se seguem.

---

limites naturais que definem onde termina o passado e se inicia o presente. O que há são instituições construídas socialmente, tanto por historiadores ou por demais agentes sociais. Doravante, as sugestões são de deslocar a pergunta para quais são as práticas constituidoras do presente. Essa postura abre o precedente para reconhecer como o tempo presente detém múltiplas temporalidades, se institui de modo relacional e abriga um amplo número de historicidades (RAMALHO, 2023).

## O evento paroxístico e o perfurar o tempo recente

O período pós Estado Novo e toda a década de 1950 foram marcados pelos antagonismos entre forças contrárias e favoráveis ao legado de Getúlio Vargas. A memória em torno do acontecimento de 1930 atravessou toda essa conjuntura. Os diferentes grupos em contenda, marcados por aquela experiência, mobilizavam suas representações de passado sobre o episódio da dita revolução. Segundo Marcelo Santos de Abreu, particularmente “no contexto crítico dos anos 1960, figurava-se a história política da década de 1930 como resposta adequada aos dramas do presente” (ABREU, 2012, p. 40). Em especial, o paroxístico 31 de março de 1964 exigiu novas interpretações do passado. Conforme Abreu, a emergência destas novas interpretações “fundava-se na percepção do esgotamento dos usos políticos do passado amparados na memória dos eventos da década de 1930” (ABREU, 2012, p. 40). Quer dizer, o trabalho historiográfico emergiu da necessidade de superar a memória histórica.

Dois trabalhos são representativos deste processo: “Revolução do Brasil Contemporâneo”, de Edgar Carone, publicado em 1965, e “A Revolução de 1930: historiografia e história”, de Boris Fausto, publicado em 1969. A distância entre objetos de estudo e a investigação propriamente dita era de pouco menos de 30 anos. Quantitativamente, um distanciamento temporal curto. Em termos de proximidade afetiva, o distanciamento era mais curto ainda, sobretudo ao considerar como trinta sensibilizava intensamente os atores políticos da década de 1960 (ABREU, 2012, p. 41).

Carone e Fausto faziam parte de um movimento maior de revisão da história brasileira. Na década de sessenta no Brasil, ocorreu um deslocamento nos temas de interesse da historiografia: o enfoque nos períodos do império e da república cresceram, em detrimento da época colonial. Era inaugurada a investigação sistemática acerca da escravidão e da transição para o trabalho livre, a industrialização e uma revisão sobre a história política da república. Conforme interpretação de Abreu, era “como se a explicação do presente exigisse a indagação das realidades econômicas e políticas pretéritas” (2012, p. 43).

O que importa salientar a respeito dos trabalhos de Carone e Fausto, independente de suas amplas divergências interpretativas, é que ambos buscaram furar a bolha do tempo próximo e enfrentaram, aos seus modos, a questão da objetividade científica. Como apontou Marcelo Abreu, apesar de assentados no campo das Ciências Humanas e de um relativo distanciamento temporal, nenhum dos dois garantiu “maior objetividade na apreensão do passado” (ABREU, 2012, p. 46). Em ambos os trabalhos, assim como em outros desenvolvidos no mesmo período, “registram-se marcas de seu próprio tempo nas respostas que encaminham ao problema de investigação. São comprometidas com o presente em outro sentido: integram-se às lutas políticas de então”, afirma Abreu (2012, p. 46). Carone e Fausto eram, portanto, pesquisadores engajados nas lutas de seu tempo. Em suma, para os dois tratava-se de “explicar 1930 para compreender 1964” (ABREU, 2012, p. 47).

## O Brasil contemporâneo dos brasilianistas

Os chamados brasilianistas, sobretudo os norte-americanos, contribuíram sem dúvidas para o desenvolvimento do que veio a ser chamado de ‘história contemporânea’ no Brasil. Merece destaque a esse respeito o livro de Thomas Elliot Skidmore, “*Politics in Brazil, 1930-1964: an experiment in democracy*” — ou, em português, “Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)” — lançado originalmente em agosto de 1966, nos Estados Unidos, e em janeiro de 1968, no Brasil. Na apresentação à edição brasileira, Francisco de Assis Barbosa — então diretor da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>3</sup> — lamentava a falta de interesse e incentivos aos brasileiros no estudo da história do Brasil. Também lhe incomodava uma “ênfase muito discutível ao período colonial” (BARBOSA, 1982 [1968], p. 3).

Em face desse desinteresse, segundo Barbosa, concentrava-se nos Estados Unidos “a maior quantidade de especialistas estrangeiros interessados em História do Brasil” (1982 [1968], p. 5). Thomas Skidmore seria um deles. Assis Barbosa caracterizava o livro de Skidmore como “um estudo alentado e objetivo sobre a nossa história recente, do ponto de vista político, social e econômico, que não fora ainda objeto de nenhuma tentativa sistematizada por brasileiros”. Afirma ainda o jornalista que eram muito superiores os trabalhos de norte-americanos acerca da “realidade brasileira”, em especial, aqueles versados sobre a “história recente” do país (1982, [1968], p. 7).

Por fim, o prefaciador assinalava a respeito de algumas páginas ainda em aberto na obra de Skidmore. Tratava-se do processo histórico posterior aos episódios de 1954 — provavelmente, em alusão ao suicídio de Getúlio Vargas. Somente “ao alongar-se a distância dos acontecimentos, muitos próximos ainda”, a perspectiva do analista seria favorecida. Entretanto, na perspectiva de Barbosa, parecia “perfeito o trabalho de laboratório” de Skidmore, ao valer-se de “material vivo, por certo sujeito a alterações ou deteriorações em contacto com a atmosfera política, à maior ou menor temperatura em que se formam e desenvolvem os fenômenos sociais” (BARBOSA, 1982, [1968], p. 9).

Outra obra relevante é a de Robert Levine, “*The Vargas regime: the critical years (1934-1938)*” — em português, “O regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)” —, lançado nos Estados Unidos em 1969. Em razão da censura imposta pelo Regime Militar, a obra não teve circulação imediata no Brasil. Possivelmente em virtude do fim da vigência do AI-5 em 1979, a publicação do livro em português ocorreu somente em 1980 pela Editora Nova Fronteira (CANCELLI, 2020). Novamente, Francisco de Assis Barbosa prefaciava a obra. A questão da dificuldade de acesso à documentação dos tais ‘anos críticos’ de Vargas era mencionada no texto de Barbosa. Afirma que o livro de Levin,

Surpreendeu a todos os especialistas brasileiros ou não pela rica e inédita documentação em torno de um período recente da nossa história, no entanto vedado aos pesquisadores tupiniquins: os arquivos da polícia do Rio de Janeiro

<sup>3</sup> Nasceu em 1914 e faleceu em 1991. Formado em direito dedicou-se muitos anos ao jornalismo. À época da escrita dos prefácios da obra de Skidmore e Levine (mencionado adiante), era diretor da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Assis Barbosa assumira este cargo em 1966.

e de alguns estados, sobretudo Pernambuco e Rio Grande do Norte, palco das rebeliões ocorridas em 1935 (BARBOSA, 1980, p. 12).

Inclusive, Barbosa deixava em termos claros a suspeita dos militares quanto aos historiadores ou demais cientistas sociais interessados em temas que não fossem suficientemente distantes para assumirem um ar ideologicamente idôneo. Segundo Assis Barbosa,

É sintomático que uma pesquisa desse porte tenha sido realizada por um brasiliânista e não por um brasileiro. Mas não será difícil encontrar a chave dessa bizarra coincidência. Certos livros, especialmente dos anos 70, só poderiam ser trabalhados ou sequer pensados por estudiosos acima de qualquer suspeita — acima de qualquer suspeita, entenda-se bem, para os órgãos de repressão policial e militar brasileiros” (BÁRBOSA, 1980, p. 13).

Na esteira deste comentário, o diretor da revista do IHGB mencionava alguns exemplos de obras que seriam inconcebíveis no Brasil das décadas de 1960 e 1970 em razão da suspeita militar: “*The Military in Politics: Changing Patterns in Brazil*” (livro publicado por Alfred Stepan em 1971 sobre a classe militar no pós 1964), “*The Brazilian Communist Party*” (ensaio de Ronald H. Chilcote publicado em 1974), “*The Prestes Column: Revolution in Brazil*” (livro de Neil Macaulay, publicado em 1974 e editado em português somente depois da abertura política), “*Unrest In Brazil: Political Military Crises, 1955-1964*” (de John W. F. Dulles, publicado em 1970) e “*Anarchists and Communists in Brazil, 1900-1935*” (publicado em 1973 também por John Dulles). “Qual brasileiro que seria capaz de escrevê-los, sem correr o risco de ser identificado (ou mesmo fichado) como comunista ou simpatizante do comunismo?”, questionava Assis Barbosa em 1980 (1980, p. 13).

O próprio Robert Levine, anos depois, rememorou como a experiência de pesquisa no Brasil para os norte-americanos “durante o período da ditadura tinha seu lado desagradável — embora nunca nas proporções experimentadas pelos brasileiros”. Levine rememorou o episódio de quando o economista Werner Baer e o cientista político Riordan Roett foram sequestrados pelo serviço de inteligência do exército brasileiro — fato que ambos ficaram sabendo apenas depois da liberação e das investigações levadas a cabo pelo consulado norte-americano. “A parte mais angustiante do sequestro, disse Werner Baer logo após ser libertado, foi que os americanos tinham de adivinhar se os sequestradores eram da direita ou da esquerda”, diz Levine (2002, p. 68).

Como ainda se encontravam vivas muitas testemunhas daquele tempo e as fontes não estavam disponíveis em arquivos, as relações interpessoais estabelecidas poderiam assegurar algumas vantagens. No caso de alguns brasiliânicos, o fato de ser estrangeiro privilegiou o acesso a documentos vetados a pesquisadores nacionais. Sobre o acesso à documentação, Levine conta o seguinte:

Tendo chegado ao Brasil algumas semanas depois do golpe, este autor [Robert Levine] conseguiu finalmente examinar os arquivos da polícia política (DOPS) no Rio de Janeiro, em Recife e Natal, para uma dissertação sobre a intentona comunista de 1935; eu e Frank McCann tivemos acesso aos documentos de Getúlio Vargas por intermédio de sua filha Alzira. Uma das razões que a levaram a tomar essa decisão foi que o regime militar tinha feito de Vargas um ‘ninguém’, ignorando seu papel na história recente do Brasil. Os americanos,

---

raciocinou Alzira, teriam mais facilidade do que os brasileiros para publicar seu trabalho sobre Vargas e, por isso, ofereceu-se para cooperar (LEVINE, 2002, p. 69).

A experiência de pesquisa de outro brasilianista é igualmente precisa ao assinalar as tensões de se fazer história dos anos trinta e quarenta nas décadas de sessenta e setenta. Stanley Hilton, ao dedicar-se à investigação sobre a espionagem nazista no Brasil durante as décadas de trinta e quarenta, enfrentou alguns dilemas quanto às testemunhas vivas daquele processo. No texto da primeira edição de seu livro — “A Suástica sobre o Brasil” —, escrito e publicado originalmente em português, em 1977, Hilton mencionava sua insistência em tentar entrevistar Albrecht Engels, o espião responsável por articular a maior rede de espionagem nazista na América Latina. Engels, após cumprir sua sentença, passou a viver no Rio de Janeiro. Por telefone, o ex-espião negava a Hilton a possibilidade de entrevista e o seu envolvimento com a espionagem. Quando o historiador decidiu mencionar seu conhecimento acerca de sua trajetória, Engels sentenciou que Hilton ‘sabia de tudo’ (HILTON, 1977).

Ao lançar no Brasil em 1983 uma edição revista e ampliada da pesquisa publicada originalmente em 1977, — agora sob o título “A guerra secreta de Hitler no Brasil” — Hilton fez algumas considerações acerca da repercussão do seu trabalho no país.

A recepção foi animada, mas nem sempre entusiástica. Entre os leitores objetivos, o livro teve uma acolhida favorável, mas alguns ex-membros da Ação Integralista Brasileira, feridos por revelações contidas em Suástica [sobre o Brasil], reagiram furiosamente, acusando-nos de ser ‘agente da CIA’, denunciando o livro como ‘literatura coprológica da ‘CIA’ (Veja, 28.12.1977) e fazendo várias ameaças, inclusive a de nos processar por difamação. Em dois artigos publicados no Jornal do Brasil, (21.1.1978, 18.2.1978), rebati essas críticas absurdas, esclarecendo que nunca fora funcionário da CIA e explicando por que chegara a conclusão de que diversos integralistas, entre eles Plínio Salgado, colaboraram ativamente com o Abwehr [serviço de informações do exército alemão] ou, no caso do Führer integralista, com o serviço secreto do Partido Nazista [...]. A campanha obscurantista dos camisas-verdes foi também enfraquecida pelas críticas diretas feitas pelo Jornal do Brasil, Isto É e outros jornais e revistas (HILTON, 1983, p. 18-19)

Em suma, Hilton ao lidar com um processo em que seus personagens ainda se encontravam vivos, teve de lidar publicamente com a confrontação da sua pesquisa por parte das testemunhas. Acresce que o autor, quanto às suas pesquisas, empregava o uso do termo ‘história contemporânea brasileira’ (HILTON, 1983).

## A ciência política, centros de documentação e pesquisa, expansão da pós-graduação em História e eventos científicos

Salvo os brasilianistas, até meados das décadas de sessenta e setenta, ainda eram poucos os historiadores dedicados à pesquisa de períodos após o marco dos anos 1930. Os currículos escolares e as ementas universitárias sobre a História do Brasil não colaboravam com este avanço ao ter como limite aquele acontecimento. Tratava-se

de um sutil voto ao tempo próximo.

A pesquisa de mestrado da historiadora Angela de Castro Gomes, desenvolvida no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), é exemplar quanto aos tensionamentos sobre os entraves ao tempo próximo exercidos pela historiografia brasileira à época. O Iuperj, fundado em 1970, era uma das poucas opções para a Pós-Graduação no Rio de Janeiro do período, além do Museu Nacional. A Universidade de São Paulo – USP era a única a contar com pós-graduação. Segundo Castro Gomes, seu desejo,

Era trabalhar com história política do Brasil recente, o que nos anos 1970 significava tratar dos anos pós-30. Era isso que se chamava história contemporânea do Brasil. A escolha da Ciência Política me pareceu estratégica para tanto, e o tempo me provaria que eu, nesse caso, fiz uma escolha certa (GOMES, 2014, p. 12).

Pelas memórias da autora, nota-se a centralidade dos marcadores da Revolução de trinta na delimitação do ‘tempo recente’ da experiência histórica brasileira. Conforme a autora, “o campo da História era, para dizer o mínimo, muito relutante e reticente com aqueles que queriam estudar o ‘passado recente’”. “Trocando em miúdos”, — continua a autora —, “até fins dos anos 1970, fazer História do Brasil republicano ainda era algo ‘arriscado’” (GOMES, 2014, p. 12). Para caracterizar esta desconfiança, Angela de Castro Gomes mencionou um termo empregado em 1976 pelo historiador Amaral Lapa na obra “A história em questão (historiografia brasileira contemporânea)”: “conspiração anticontemporânea”. Historiadores ‘de verdade’, na visão hegemônica do imaginário teórico da historiografia brasileira da época, pesquisavam os períodos históricos da Colônia e Império. “O mais faziam os cientistas sociais”, diz Castro Gomes (2014, p. 12).

Em razão da distinção entre o trabalho cabido a historiadores e cientistas sociais, “em quase todos os temas mais recentes e, sobretudo, mais polêmicos e sensíveis dessa época”, os cientistas sociais “chegaram à frente dos historiadores, impondo-se com suas contribuições”. Historiadores apenas se debruçariam sobre aqueles períodos da história recente “com afinco e qualidade” anos depois, quando a nova história política e cultural foi recepcionada pelos historiadores brasileiros. Afirma Gomes que, até aquele momento, “pesquisar movimento sindical, partidos políticos, instituições políticas republicanas, pensamento social e político de intelectuais brasileiros, autoritarismo, golpe de 1964 etc. não era assunto de historiador” (GOMES, 2014, p. 12).

Dentro do Iuperj, os interesses de pesquisa de Gomes “não causavam estranheza por tocarem em questões próximas; aliás, quando causavam estranheza era justamente pela distância temporal em que se situavam” (GOMES, 2014, p. 13). De todo modo, a autora alega que o instituto abrigava diversas pesquisas com “inclinações históricas” (GOMES, 2014, p. 12).

Importante ressaltar: nos anos 1970, algumas instituições de pesquisa recebiam incentivos estadunidenses, advindos, por exemplo, da Fundação Ford, com a intenção de agendar a elaboração de projetos de transição política no âmbito das ciências sociais. Esse agendamento atrelava-se às chamadas “teorias da democratização”, cujo

pressuposto era de que o desenvolvimento econômico, promovido pela modernização, seria um fator crucial para a transição e consolidação da democracia — um influente autor, crítico dessas concepções à época, foi Samuel Huntington. Essas teorias ganharam força principalmente após a retração abrupta dos movimentos revolucionários dos anos 1960. Entre as instituições brasileiras que receberam incentivo estava o Iuperj, no Rio de Janeiro, e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), em São Paulo (CHAVES; CATTAI, 2019).

Elizabeth Cancelli demonstra como esses debates respingaram na historiografia dedicada aos anos de Vargas. A citada obra de Robert Levine era um exemplo da recepção às considerações de Huntington sobre as teorias da democratização. Boris Fausto, por sua vez, ao desenvolver suas pesquisas no âmbito do Cebrap, foi fortemente influenciado por essas teorias e, posteriormente, pela teoria da dependência. Os estudos dedicados ao trabalhismo, na percepção de Cancelli, não teriam igualmente se desvinculado daquelas perspectivas (CANCELLI, 2020). Porém, não cabe aqui estender a discussão.

De todo modo, não apenas o Iuperj, mas a ciência política de modo geral naquele período, possuía uma certa inclinação às pesquisas de caráter histórico. Segundo Maria Helena Capelato, em um texto de revisão bibliográfica datado de 2007, a autora afirma que,

Até os anos 70, havia uma tácita divisão de trabalho entre os historiadores e outros cientistas sociais. A historiografia colocava para si como limite temporal a década de 30, e raramente os historiadores avançavam para além desse marco. Prevalecia a concepção de que o distanciamento no tempo era imprescindível a boa reconstituição historiográfica (CAPELATO, 2007, p. 190).

Em vista desta divisão de trabalho, pesquisadores interessados em empreender pesquisas históricas sobre o período da História Recente Brasileira, ou, a História Contemporânea, viram nos cursos de Ciência Política uma espécie de subterfúgio. Além do mais, em meados dos anos 1960 e 1970, o Brasil, de modo geral, carecia de cursos de pós-graduação em História. Em fins dos anos 1970, eram apenas 12, e ao fim dos anos 1980 eram 21 (FICO; POLITO, 1992, p. 39).

A possibilidade de desenvolver pesquisas no exterior, também no campo da Ciência Política, favoreceu pesquisadores a investigarem os anos 1930/1940. Aparentemente, esse foi o caso de Hélio Trindade (natural do Rio Grande do Sul), com sua tese "*L'Action intégraliste brésilienne: un mouvement de type fasciste des années 30*", defendida em 1971 na *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*, França. Segundo Trindade, em sua entrevista concedida ao CPDOC, aparentemente o interesse pelo integralismo se deu por dois principais motivos: o fato de uma de suas colegas na França, uma exilada da ditadura brasileira, estar naquele momento interessada pelo Partido de Representação Popular (continuidade político-partidária do movimento integralista no pós-Estado Novo) e por conta de um professor (possivelmente Jean Touchard) que demandou a seus alunos estrangeiros pensarem os anos 1930 em seus respectivos países. Doravante, Trindade colocou para si o desafio de convencer os franceses especialistas em direitas políticas sobre a existência do fascismo no Brasil. Na ocasião da defesa, um dos participantes da banca de Trindade

foi o historiador René Rémond<sup>4</sup> (FGV, 2019, min., 44:55 em diante).

Como lembrou Leandro Pereira Gonçalves referente ao doutorado de Hélgio Trindade, o “momento não era nada propício para o desenvolvimento de uma pesquisa dessa estirpe”, isso porque vivia-se “os duros tempos da ditadura civil-militar [sic] e muitos dos integralistas dos anos 1930 eram figuras ativas no contexto do regime autoritário” (GONÇALVES, 2016, p. 271). Ao publicar em 1979 a segunda edição do livro resultado da tese — “Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)” —, em “Nota do autor”, Trindade mencionou que futuramente (aparentemente, era um projeto a curto prazo), publicaria um volume com a análise de uma série de depoimentos prestados entre 1968 e 1970 por dirigentes e ex-militantes do integralismo. Em razão das “implicações na atualidade político-ideológica”, o autor “assumira o compromisso de não divulgá-los imediatamente” (TRINDADE, 1979, p. VI). Esta obra foi publicada somente no ano de 2016 (TRINDADE, 2016).

No prefácio da primeira edição de sua tese, publicada em 1974, Trindade convidou o professor de filosofia da Universidade de São Paulo, João Cruz Costa<sup>5</sup> (1904-1978), para prefaciar a obra. Cruz Costa mencionou sua hesitação em tecer comentários ao trabalho do pesquisador. O motivo era ter sido testemunha da ascensão e declínio do movimento integralista — a proximidade com os fatos, em sua visão, vetaria a autoridade às suas palavras. “Assisti aos primórdios do movimento integralista quando ele era apenas o pequeno núcleo que compunha a sociedade de estudos políticos, a SEP”. Costa até foi convidado por duas pessoas “referidas nas páginas deste volume” a participar do integralismo — um deles fora seu colega de faculdade e outro “figura de realce” na AIB. “Recusei os dois convites, alegando para a recusa (a meu antigo companheiro de faculdade), ainda me lembro, ‘que aquilo cheirava a fascismo’...”, escreveu o professor (COSTA, 1979 [1974], p. XXI-XXII). Não obstante, aceitou o convite de Trindade e tecera as seguintes palavras:

O fato, porém, de haver muito apreciado o livro de Hélgio Trindade não me dava autoridade para apresentá-lo ao público, principalmente porque ainda guardo, do movimento integralista, as impressões que dele tive no passado. Lembrei, assim, ao autor que ele poderia encontrar pessoa mais indicada, para a apresentação de sua exaustiva e excelente pesquisa, pois sou um simples impressionista nestes assuntos de história política, apenas um homem, já agora de idade um tanto avançada, que assistiu ao nascimento, apogeu e declínio da aventura integralista (COSTA, 1979 [1974], p. XXI).

Assim como alegara, Cruz Costa não deixou de registrar suas impressões que ainda nutria sobre o integralismo (pode-se supor, a escolha de Trindade por este prefaciador não foi aleatória):

<sup>4</sup> René Remond foi um dos responsáveis por encabeçar o chamado “retorno” do político na historiografia francesa. Em texto publicado originalmente em 1992, abordava a necessidade de desfazer a confusão entre História do Tempo Presente e História Política Renovada. Porém, Rémond não tirava a razão dos confusos, uma vez que, na maioria das vezes, eram os mesmos historiadores empenhados em ambas as causas. Ver Remond (1999, p. 53).

<sup>5</sup> João Cruz Costa nasceu em 1904 e foi um filósofo brasileiro, pioneiro nos estudos de História da Filosofia no Brasil. Foi professor da Universidade de São Paulo (USP) desde 1934 e foi aposentado compulsoriamente em 1969 pelo AI-5. Mesmo após a aposentadoria, manteve influência no meio acadêmico e continuou a participar de debates intelectuais até sua morte em 1978.

É verdade que fui testemunha, que vivi a época em que se desenrolou o curto — e para nós — curioso e estranho episódio integralista, com as suas marchas, bandeiras, rufar de tambores, anauês e camisas verdes, ridícula imitação de outras marchas e camisas, destinadas estas a um mais trágico fracasso. Que relação teria toda aquela arlequinada com as verdadeiras, autênticas exigências sociais, econômicas e políticas do povo brasileiro? Talvez, como dizia Monteiro Lobato, uma vez mais, apenas o “maldito prisma do macaqueamento” que desnatura as nossas realidades... (COSTA, 1979 [1974], p. XXI).

Desde 1971 vinha sendo implantada a pós-graduação no Brasil. Os anos 1980, por seu turno, viram a complexificação e especialização do campo de conhecimento em História no Brasil, acompanhado da expansão dos cursos de pós-graduação nesta disciplina (FICO; POLITICO, 1992). Entretanto, mesmo neste cenário presumivelmente positivo, em que aparentemente ocorria de modo lento a rotinização (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA, 2018, p. 33) dos estudos dos anos 1930/1940, o voto ao tempo recente mantinha-se. Jorge Luiz Ferreira, ao rememorar sua trajetória de ingresso no mestrado em história na Universidade Federal Fluminense (UFF) no ano de 1983, afirma:

Não foi fácil. Inicialmente porque, até o início dos anos 1980, os historiadores resistiam em trabalhar com temas cuja temporalidade avançasse para além do dia 3 de outubro de 1930. Era preciso ‘estar longe no tempo’ para ter a necessária ‘objetividade’. Portanto, entrei na pós-graduação praticamente sem diálogo acadêmico. Para um mestrando, trata-se de algo que pode ser fatal. O professor Afonso Carlos Marques dos Santos me apoiou nesse momento, embora não fosse especialista no tema. Tratei, então, de fazer os cursos, pesquisar e ler a bibliografia especializada (FERREIRA, 2011, p. 16).

Outros historiadores, assim como Ferreira, ousaram se arriscar. O Brasil vivia na época o que Marcos Napolitano (2018) intitulou de “utopia democrática” — um amplo entusiasmo quanto à abertura política e a saída do regime militar. Esse entusiasmo democrático moveu historiadores a um olhar crítico quanto às experiências autoritárias predecessoras. Em sua tese de doutorado defendida na USP em 1986, Maria Helena Capelato<sup>6</sup> dizia desconfiar “da crença até hoje acalentada entre nós de que os liberais e a democracia liberal ainda têm um papel importante a cumprir na construção de uma outra democracia, de uma outra sociedade” (CAPELATO, 1989, p. 23). Tratava-se de uma dura crítica aos liberais que, nas duas conjunturas pré-golpe (1937 e 1964), soltaram a mão da democracia.

Se à Capelato importava a crítica ao liberalismo, Angela de Castro Gomes, em sua tese de doutoramento defendida no Iuperj em 1987, se preocupava com a questão da cidadania. Na apresentação da terceira edição de “A invenção do trabalho”, lançada em 2005, a respeito do contexto no qual o livro foi escrito (a primeira metade da década de 1980), dizia o seguinte: “o Brasil se mobilizava para dar fim ao regime militar, ansioso por uma Assembleia Nacional Constituinte que reestabelecesse o pacto entre sociedade e Estado, em bases mais democráticas”. A “curiosidade intelectual” nas áreas das Ciências Sociais, História e Direito, se interessavam por discutir “como o país construiu seu conceito de cidadania e de democracia através do tempo, pois, sendo esse um processo contínuo, viveria, em breve, momento estratégico

<sup>6</sup> Vale lembrar que em sua dissertação de mestrado — “O pensamento liberal de ‘O Estado de São Paulo’ (1927-1932)” —, defendida em 1974 na USP, a autora não avançou além do marco de 1932.

de expansão de direitos” (GOMES, 2005, p. 09).

Naquele contexto de abertura, como assinala Gomes em texto posterior, “a questão acadêmica se via engolfada pela conjuntura política”. Muitos pesquisadores concebiam o Estado Novo como uma ditadura fascista e relutavam em reconhecer certos avanços no campo econômico e social. As ambiguidades daquele regime se configuravam em complicadores de análise naquela conjuntura. “Isso porque, politicamente, nos anos 1970 e 1980, era fundamental atacar o regime militar através da ditadura de Vargas”, diz Gomes (GOMES, 2011, p. 46).

A extrema preocupação quanto às possibilidades de uma pesquisa reconhecer a convivência de avanços e recuos; de reconhecer a ambivalência como dimensão constitutiva das diretrizes políticas de um regime [autoritário] era, basicamente, uma cautela que tinha a ver com a luta pela democratização dos anos 1980 (GOMES, 2011, p. 46).

Segundo Edgar De Decca (2004), na passagem entre os anos 1960, 1970 e 1980, viu-se ruir na historiografia brasileira o ‘imaginário teórico’ da revolução. A título de exemplo deste paradigma da revolução, De Decca cita um acontecimento do ano de 1968, ocorrido na Universidade de São Paulo (USP), quando o prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi tomado por estudantes e na ocasião, “inúmeros seminários foram realizados tendo como tema os rumos da revolução no Brasil. Dentre essas atividades destacaram-se inclusive os debates sobre a revolução de trinta” (DECCA, 2004, p. 22). O que fez esfacelar este horizonte teórico foram os rumos dos acontecimentos nacionais e internacionais, tais como a morte de Che Guevara, a repressão à Guerrilha do Araguaia, etc. Em consequência das novas circunstâncias, a partir da segunda metade dos anos 1970 — a possibilidade de uma abertura lenta e gradual —, um novo imaginário teórico emergira: o de compreender a natureza da cidadania e da democracia no Brasil (DECCA, 2004). Nesse horizonte teórico, se inseriram muitas das pesquisas dedicadas aos anos 1930 e 1940 — a exemplo das de Capelato e Gomes acima mencionadas.

De todo modo, paulatinamente os anos 1930 e 1940 vinham impondo-se como objetos de investigação e os historiadores tomaram parte no processo. Exemplo disso foram alguns eventos científicos, tais como o “Seminário sobre a Revolução de 30”, promovido pelo CPDOC, em setembro de 1980; o “Colóquio Estado Novo (1937/1945) e Autoritarismo no Brasil: uma avaliação histórica”, promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em novembro de 1987 (FICO; POLITICO, 1992); o ciclo de debates “Autoritarismo e antisemitismo na Era Vargas”, promovido pela Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro (Fierj), no espaço do Conjunto Universitário Cândido Mendes, no mês de outubro de 1987 (CHOR, 1988); o seminário que resultou no livro “O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica” (publicado em 1991), coordenado pelo professor José Luiz Werneck da Silva, realizado na UFRJ em novembro de 1987, no clima de instalação da Assembleia Nacional Constituinte; e o seminário “Estado Novo: 60 anos depois”, realizado em novembro de 1997 por iniciativa de uma série de instituições, tais como: CPDOC/FGV, em parceria com a UFRJ, a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) e o Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas (Unicamp)

— o encontro resultou na obra “Repensando o Estado Novo”, organizado por Dulce Pandolfi (GOMES, 2011).

**Quadro 1 – Eventos sobre as décadas 1930/1940 realizados entre os anos 1980/1990**

Evento	Instituições organizadoras	Data
Seminário sobre a Revolução de 30	Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC)	Setembro de 1980
Colóquio Estado Novo (1937/1945) e Autoritarismo no Brasil: uma avaliação histórica	Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Novembro de 1987
Ciclo de debates Autoritarismo e antisemitismo na Era Vargas	Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ)	Outubro de 1987
Seminário resultante no livro "O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica"	Coordenado pelo professor José Luiz Werneck da Silva, realizado na UFRJ	Novembro de 1987
Seminário Estado Novo: 60 anos depois	CPDOC/FGV, UFRJ, UFF, Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), e Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp	Novembro de 1997

Fonte: (FICO; POLITICO, 1992; CHOR, 1988; GOMES, 2011).

**Quadro 2 – Programação do “Seminário sobre a Revolução de 30” promovido em setembro de 1980 pelo CPDOC**

Elites políticas e regionalismo	Victor Nunes Leal	Aspásia Camargo (FGV), Francisco Weffort (USP), Joseph Love (Universidade de Illinois), Elisa Pereira Reis (Iuperj), John Wirth (Stanford).
Política das Forças Armadas no período de 30 a 45	Edmundo Campos (Iuperj), Heloisa Fernandes (USP)	Frank McCann (Universidade de New Hampshire), José Murilo de Carvalho (FGV), Alain Rouquié (Instituto de Estudos Superiores da América Latina de Paris).
Classes populares, política social e sindicalização	Evaristo de Moraes Filho	Angela Maria de Castro Gomes (FGV), Robert Levine (Universidade Stony Brook), Wanderley Guilherme dos Santos (Iuperj), Maria Hermínia Tavares de Almeida (Unicamp), Francisco Weffort (USP), Luiz Werneck Vianna (Iuperj).
Educação e cultura no regime Vargas	Alberto Venancio Filho	Simon Schwartzman (FGV), Sergio Micelli (FGV), Luiz Antônio Cunha (FGV), Daniel Levy (Universidade Yale).

Intelectuais e ideologia	Francisco Assis Barbosa	Lucia Lippi Oliveira (FGV), Guerreiro Ramos (Universidade da Califórnia do Sul), Bolívar Lamounier (Cebrap), Hélio Trindade (UFRGS).
Relações internacionais e política externa	José Honório Rodrigues	Gerson Moura (FGV), Carlos Diaz Alexandre (Universidade de Yale), Ricardo Seitenfus (Instituto Universitário de Estudos Internacionais Superiores de Genebra), Marcelo Paiva Abreu (UFRJ), Regina Soares de Lima (Iuperj), Celso Lafer.
A Revolução de 30 em perspectiva	Raymundo Faoro	Luciano Martins (Centro Nacional de Pesquisa Científica de Paris), Celso Furtado (Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais de Paris), Guillermo O'Donnell (Cedes, Buenos Aires), Daniel Pecaut (Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais), Fernando Henrique Cardoso (Cebrap).

Fonte: (Revolução de 30 é tema para o IBAM. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 04, Ano XC, nº 167, 1980. (Caderno A). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

É notável o envolvimento do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em muitos desses eventos dedicados aos ‘anos de Vargas’. Como apontaram Silvia Arend e Reinaldo Löhn (2022, p. 110), os estudos renovados sobre o político tiveram no CPDOC um espaço privilegiado de desenvolvimento. Em uma entrevista cedida ao Jornal do Brasil em março de 1975, Celina Amaral Peixoto Moreira Franco, então chefe daquela instituição, abordou os objetivos à época: “constituir um acervo de documentos voltado para a história contemporânea do Brasil”. Além do mais, nas palavras de Celina Franco, a “História do Brasil está por ser escrita. Falta-lhe toda uma interpretação nova. Os nossos historiadores só tratam dos séculos XVIII e XIX”. Na sua visão, faltavam “incentivos no campo das ciências humanas, tanto que não há prioridades estabelecidas pelo Governo às agências financeiras”. Daquele modo, ficavam prejudicados “alunos e professores, que têm necessidade de financiamentos para o desenvolvimento de seus estudos”, dizia Celina (MOREIRA, 1975, p. 01).

Para além do trabalho dedicado à custódia de acervos pessoais, o centro de pesquisa se interessava ainda “pela História Oral, que visa a tomar depoimentos de personalidades sobre momentos específicos e pela História de Vida”. Nas palavras de Celina Franco: “O Centro vai procurar desenvolver este trabalho que, aliado aos documentos e aos livros existentes, preencherão as lacunas evidentes no período da história política contemporânea”. Outra frente de trabalho seria o desenvolvimento do “Projeto do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, que retratará, a partir de 1930, a história das personalidades e dos eventos da vida política brasileira” (MOREIRA,

1975, p. 01).

É perceptível como existia no âmbito daquela instituição um interesse em promover a chamada ‘história contemporânea’, a qual se iniciava a partir dos anos 1930 e era vista como um tempo ainda recente. Esse incentivo à História Contemporânea era acompanhado de uma crítica ao maior interesse dos historiadores daquela época pelos períodos predecessores ao século XX. Como reiterado por Celso Castro, o CPDOC “foi criado em 1973 com o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país e desenvolver pesquisas em sua área de atuação”. As características da instituição eram a interdisciplinaridade e a união entre custódia de documentação e pesquisa — o primeiro marcador, inclusive, era decorrente dos dois últimos (CASTRO, 2013, p. 23).

Nas palavras de Castro, não foi simples a afirmação de uma instituição voltada para o estudo da História Política com enfoque nas elites políticas. O cenário historiográfico não era favorável a esse movimento, na época interessado pelos grupos sociais marginalizados. Os anos 1930 apareciam como marcadores importantes no projeto de História Oral implantado pela instituição, cujo título era “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras de 1930 até os dias de hoje”. “Os ‘dias de hoje’ eram a segunda metade dos anos 1970”, diz Celso Castro. Alguns episódios e anos serviam de referência para a pesquisa, a exemplo de 1922, 1930, 1946, 1964 (CASTRO, 2013, p. 24).

Com suas devidas particularidades, as funções do CPDOC assemelhavam-se a ‘algumas’ características de instituições criadas na Europa do pós-guerra. Impulsionados pelo Estado e à margem da academia, criaram-se “institutos e comitês de história encarregados de empreender a coleta de documentos e de testemunhos, e de produzir as primeiras histórias do evento apenas terminado” (ROUSSO, 2016, p. 133). O caso do CPDOC se difere da maioria desses centros europeus por ter se configurado como uma instituição privada e não-estatal. Por outro lado, coincide com as características do centro criado na Alemanha logo após a capitulação, encarregado da história do nacional-socialismo. Com a divisão da Alemanha em 1949 seu nome é alterado e em 1952, definitivamente, passa a funcionar como *Insitut für Zeitgeschichte*, ao tornar-se “uma instituição de direito privado autônoma, fora do sistema acadêmico, financiada inicialmente pelo governo federal e pelo Estado livre da Baviera” (ROUSSO, 2016, p. 149).

Não aleatoriamente, pelo íntimo interesse pelo político no âmbito das Ciências Sociais, posteriormente “uma reflexão das mais significativas começou a ser produzida no Brasil sobre a história do tempo presente” no CPDOC. O presente e o político “entrelaçavam-se na investigação de temas constituintes de uma sociedade brasileira que se havia democratizado recentemente, embora sob as balizas de uma trajetória em que o autoritarismo fora parte marcante”, afirmam Arend e Löhn (2022, p. 110). Isso explica o envolvimento da instituição e de diferentes pesquisadores a ela vinculados em vários dos eventos realizados entre as décadas de 1980 e 1990 sobre o período Vargas.

Em todo caso, nota-se como as efemérides da revolução de 30 e do golpe do Estado Novo (1980, 1987 e 1997), assim como foi para outros acontecimentos históricos (abolição da escravidão, em 1988, por exemplo), serviram como vetor das reflexões em torno do significado histórico daquele período. As efemérides, — segundo caracterização de Helenice Rodrigues, ao rememorar determinados eventos, visam sobretudo o devir de uma sociedade (RODRIGUES, 2002). “Em 1987, ‘lembrar’ o Estado Novo era uma rica oportunidade para se pensar a questão do autoritarismo no país, ou seja, para se trabalhar com a história imediata do Brasil, e não só a história do tempo presente, aliás uma terminologia que tinha pouco curso à época”, afirma Angela de Castro Gomes (2011, p. 44). Evidentemente, a posteriori, Gomes traça paralelos entre a História do Tempo Presente (de tradição francesa) e o que faziam os historiadores e historiadoras no Brasil dos anos 1970 e 1980.

Em acordo com a síntese expressa por Angelica Müller e Francine Iegelski (2018, p. 22), nos anos de 1980, em especial no limiar da transição do regime militar, tomar o Estado Novo ou o que se convencionou chamar de ‘Era Vargas’ como objeto de investigação historiográfica, se caracterizava como,

Uma maneira de entender, por um contraponto histórico, nosso passado autoritário; não aquele ainda muito presente para se tornar fonte de análise histórica, o correspondente ao golpe de 1964 que implantou a ditadura militar, mas outro, também significativo de nossa história autoritária: o Estado Novo. (MÜLLER; IEGLSKI, 2018, p. 22).

Em suma, nas palavras de Maria Helena Capelato, o “Estado Novo se impôs como objeto específico de estudo na historiografia brasileira a partir do momento em que os historiadores enfrentaram o desafio de estudar um período recente” (CAPELATO, 2009, p. 27). Esse movimento, como é possível observar a partir do que aqui foi apresentado, iniciou de forma incipiente nos anos 1960, se expandiu durante a década de 1970 e apontava para uma consolidação na segunda metade de 1980. Nos anos 1990, o Estado Novo já não parecia mais tão próximo e, simultaneamente, a ditadura militar (1964-1985) vinham impondo-se como objeto de reflexão. Contudo, alguns dilemas inexoráveis à contemporaneidade tinham ainda sobrevida no tangente aos anos 1930 e 1940.

### **Os anos 1990: memória, abertura de acervos e a tradição francesa da HTP**

O trabalho com as memórias, especificamente a partir da metodologia da História Oral, em meados dos anos 1980 e 1990, encontrou receptividade entre os pesquisadores das décadas de 1930 e 1940. A História Oral começou a ser praticada no Brasil em diferentes regiões de forma simultânea. O caso mais conhecido é o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), fundado em 1973. Em meados de 1975, professores estrangeiros ofereceram no âmbito daquela instituição cursos de especialização de História Oral (FERREIRA, 2018; FERREIRA, 2024). Em Santa Catarina, processo similar ocorreu em 1974 na ocasião de um curso de especialização em História que

tinha como um de seus tópicos a História Oral (SOSSAI; COELHO, 2022).

Algumas autoras, a exemplo de Angélica Müller e Francine Iegelski (2018), assim como Marieta de Moraes Ferreira (2018), defendem que a História do Tempo Presente (HTP) ‘chegou’ — e este termo é importante — ao Brasil por via da metodologia da História Oral. Seria mais correto dizer que a tradição francesa da História do Tempo Presente começou a ser discutida na medida em que era necessário legitimar a prática da metodologia da História Oral no país<sup>7</sup>, tendo em vista que, como foi demonstrado, muitos dilemas similares àqueles enfrentados na Europa pelos historiadores do tempo presente existiam de antemão no Brasil.

Além do mais, acredito que reduzir a emergência desta subdisciplina unicamente à questão da memória e do testemunho é problemático, apesar de evidentemente ser um de seus aspectos importantes. Porém, Müller e Iegelski acertam ao dizer que assim como na França, a História do Tempo Presente “no Brasil floresceu a partir dos anos 1970 e com uma baliza temporal muito semelhante – os anos 1930 e 1940” (MÜLLER; IEGELSKI, 2018, p. 19). Reitero: é necessário assinalar que o termo História do Tempo Presente, de influência francesa, só se tornou corrente no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1990 (FERREIRA, 2018, p. 105)<sup>8</sup>. É fato também que muitos dos historiadores dedicados a este período — mas não todos —, “compartilharam, ainda, o interesse pela utilização de um mesmo tipo de fonte privilegiada: a história oral” (MÜLLER; IEGELSKI, 2018, p. 19).

Dois exemplos, a título de ilustração, são aqui pertinentes: as teses de doutorado de Marly de Almeida Gomes Vianna (defendida em 1990) a respeito da Insurreição comunista de 1935, e a tese de Marlene de Fáveri (defendida em 2002), que buscou recuperar o cotidiano da Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina, sobretudo a partir das memórias da população imigrante e seus descendentes.

Marly Vianna teve a oportunidade de entrevistar vários dos envolvidos no episódio da insurreição comunista de 1935. Nas palavras da autora, em um breve prefácio de seu trabalho publicado em 1992, os “depoimentos, além dos fatos relatados, falam das esperanças revolucionárias, das frustrações da derrota, da tragédia de uma repressão brutal, num mundo que parecia marchar inexoravelmente para a vitória do nazifascismo” (VIANNA, 1992, p. 20). Ainda conforme Vianna, a sua experiência de militância política no partido comunista, “de quase vinte anos, possibilitou não só uma empatia imediata com os entrevistados como o entendimento de questões que somente podem ser bem avaliadas por aqueles que viveram situações semelhantes”. Marly Vianna aludia à perseguição por ela sofrida durante o regime militar. Além do mais, durante seu exílio, conviveu e compartilhou de muitas experiências junto do líder

7 Apesar de perder de vista os dilemas do ‘tempo presente’ existente anteriormente na historiografia brasileira, Marieta de Moraes Ferreira não diverge neste ponto: “[...] a história oral passava a funcionar como um laboratório de reflexão epistemológica, na medida em que precisava dar conta da pressão das demandas dos testemunhos vivos, e as contribuições da história do tempo presente produzidas no *Institut d'Histoire du Temps Présent* (IHTP) ofereciam caminhos interessantes” (2018, p. 92).

8 Além do gráfico apresentado por Ferreira (2018, p. 105), ver as menções de Capelato (2009), Borges (1992) e Silva (2001). Foge aos objetivos deste artigo mapear historicamente os usos do termo ‘história do tempo presente’ e quais eram os sentidos a ele atribuídos quando ganhou uso corrente no Brasil. Uma investigação com estes objetivos, sem dúvida, seria de grande pertinência para avaliar como esse ‘nicho’ historiográfico foi recepcionado no Brasil.

comunista Luís Carlos Prestes (VIANNA, 1992, p. 21).

Marlene de Fáveri igualmente revela um intenso envolvimento com seus entrevistados e com o objeto de pesquisa. O sentimento é um elemento norteador das suas interpretações a partir da memória de seus entrevistados. Inclusive, ao longo de todo o trabalho da historiadora, percebe-se como as memórias influenciaram suas interpretações sobre os acontecimentos daquele período. Na introdução de sua tese, a autora tece algumas palavras sobre a experiência de produção das entrevistas:

Perguntei-me em vários momentos se ao historiador cabe ouvir a memória do medo, remexer nos ressentimentos e dores do passado, nos silêncios — que fortaleza esses silêncios! Em alguns momentos quase sucumbi à tentação de tomar uma posição em relação às linguagens ainda aflitas. Foi-me um processo doloroso este de ouvir os sentimentos do outro e distanciar-me; cavou-me fundo o sentido do cuidado com as palavras. Era preciso, é preciso acariciar as cicatrizes. Então, cuidei também de meus medos (FÁVERI, 2002, p. 12).

Tal envolvimento sentimental com seus entrevistados, pode-se supor, derivava de certa relação pessoal-familiar com aqueles episódios traumáticos para a população de origem imigrante durante a Segunda Guerra Mundial no estado: “quando criança, até os dez anos, tempo em que construímos significações que nortearão conceitos pela vida, ouvia minha nona dizer que tal coisa aconteceu no tempo de ‘la guerra’” (FÁVERI, 2002, p. 13). Em síntese, Vianna e Fáveri são exemplos de como naquele período, a ideia de objetividade e distanciamento dos objetos já vinha sendo, em certa medida, tensionada.

No que diz respeito aos acervos, o ano de 1994 viu desdobramentos importantes. Em virtude da pressão provocada pela Comissão de Direitos Humanos e das famílias dos desaparecidos políticos, foi concedido ao Arquivo Público do Estado de São Paulo o acesso à documentos até então secretos, sobretudo, os produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social — Dops (a polícia política brasileira, que serviu intensamente às nossas ditaduras). No prefácio do livro de Priscila Perazzo, “O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo”, lançado no ano de 1999, Maria Tucci Carneiro, uma das historiadoras responsáveis à época por coordenar desde agosto de 1995 o Projeto Integrado Arquivo do Estado/Universidade de São Paulo, dizia o seguinte:

Documentos elucidativos da História Contemporânea do Brasil e, principalmente, no que diz respeito ao período da ditadura militar instalada exatamente há 34 anos atrás (1964-1985), vieram finalmente à luz, colaborando para a elucidação de atrocidades cometidas em nome da Ordem e da Segurança Nacional (CARNEIRO, 1999, p. 17).

Mas, não somente os pesquisadores da ditadura foram favorecidos com a abertura desses acervos. Na concepção de Tucci Carneiro, “a História Contemporânea do Brasil poderá ser (re)escrita considerando-se que outros *corpus* documentais estarão disponíveis, concretizando o lento e difícil processo de democratização nacional” (CARNEIRO, 1999, p. 17).

A partir da segunda metade dos anos 1990 e início dos anos 2000, quando a tradição francesa da História do Tempo Presente começava a encontrar uma acolhida mais quente entre os historiadores brasileiros, sobretudo a partir de publicações voltadas para a questão da memória e da História Oral (FERREIRA, 2018), os anos de

Vargas viram uma efêmera oportunidade de inserirem-se nesse debate. Maria Helena Capelato, na introdução de sua tese de livre docência publicada em forma de livro pela primeira vez em 1998 — “Multidões em cena” —, timidamente sugeriu pensar seu objeto de pesquisa — a propaganda do varguismo e do peronismo — sob a ótica da HTP de vertente francesa. Na sua concepção, com a HTP a “novidade não está relacionada com a oposição entre os dois tempos, mas com a análise das interações entre o tempo curto e o tempo longo” (CAPELATO, 2009 [1998], p. 29). A razão para pensar a HTP na relação entre tempo curto e tempo longo era explicitada pela autora:

O interesse pela questão da propaganda política surgiu durante as campanhas eleitorais de Carlos Menem na Argentina (1988) e Fernando Collor de Mello no Brasil (1989). Num contexto histórico bem diverso, os dois candidatos a cargos presidenciais recuperaram, com eficácia, imagens, símbolos e mitos das políticas varguista e peronista, tidas como definitivamente superadas (CAPELATO, 2009 [1998], p. 22).

Isto é, a historiadora percebia uma sobreposição de camadas temporais em virtude de determinadas práticas características aos anos 1930 e 1940 que se manifestaram na década de 1980. Outra percepção da efêmera possibilidade do Estado Novo inserir-se nos debates do tempo presente se imprimiu em 2001 na apresentação ao livro de Anita Leocádia Prestes, “Da insurreição armada (1935) à ‘união nacional’ (1938-1945)”, escrita por Francisco Carlos Teixeira da Silva:

Anita Prestes alinha-se [...] com outros historiadores que se lançaram nos últimos anos, a uma completa revisão da chamada Era Vargas. Ao lado de Maria Helena Capelato, Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes, Maria Aparecida de Aquino, entre outros, Anita Prestes contribuiu fortemente para lançar as bases de uma história do tempo presente no Brasil. Durante largo período de nossa história, a temática referente ao Estado Novo, aos partidos políticos e, em especial, ao PCB constituíam-se em campo exclusivo dos estudos de ciência política (SILVA, 2001, p. 12-13).

Entretanto, poucos anos depois, a ditadura militar assumiu um lugar quase unânime quanto aos marcos da História do Tempo Presente no Brasil. Sobretudo a partir de 2004, quando foram completados 40 anos do golpe civil-militar de 1964, houve um intenso interesse público em torno do tema. Esse movimento, inclusive, se assemelha ao interesse pelo Estado Novo despertado no contexto da transição política que levou ao fim do regime militar. Como aponta Mariana Joffily (2018, p. 223), os fatores para o aumento de interesse pela ditadura naquele momento foram múltiplos:

Na academia, a distância temporal, a abertura e disponibilização de arquivos – como os das Delegacias de Ordem Política e Social, do Projeto Brasil: Nunca Mais ou o arquivo Ana Lagoa – e o paulatino desenvolvimento da área de História do Tempo Presente favoreceram a expansão do campo. Novelas, filmes, documentários, peças teatrais, publicação de depoimentos, na área cultural e as políticas públicas voltadas à reparação de vítimas colaboraram igualmente a fazer aumentar a curiosidade sobre esse passado recente. Teve papel importante, ainda, a eleição em 2002 do sindicalista, líder das greves do ABC nos anos 1980 e dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva. (JOFFILY, 2018, p. 223)

Mas, em face desse deslocamento, a questão não é se lamentar. Trata-se apenas de tornar evidente, — como mencionado no início do texto —, de quais modos historicamente a historiografia dedicada à História do Brasil foi sensível à diferentes

‘tempos recentes’ ou ‘tempos presentes’, pois, como aponta Rousso (2016, p. 17), o tempo presente e sua duração são “mais uma percepção do que uma realidade tangível”.

De todo modo, nada está perdido para os que eventualmente se interessam pela operação de tomar os anos de Vargas como pertencentes ao ‘tempo presente brasileiro’. Na acepção de Löhn e Campos, o tempo das investigações dos historiadores do tempo presente não é o tempo da “temporalidade fixada a priori” (2017, p. 102). A bem da verdade, a HTP deve abarcar uma renovada “atitude metodológica diante dos problemas enfrentados pela historiografia”. Ela exige a formulação de “reflexões que procurem abarcar sociedade e interações humanas que não mais cabem num mapa histórico desenhado pelo século XIX” (2017, p. 100) — isto é, de um tempo segmentado em pedaços cujas conexões ou sobreposições temporais inexistem. No entanto, tematizar as possibilidades de tomar os anos 1930/1940 como objeto da História do Tempo Presente, no estilo praticado nos dias de hoje, foge aos objetivos deste texto e deverá ser explorado adequadamente em outra oportunidade.

## Considerações finais

Neste artigo, sem a pretensão de esgotar o tema, coloquei o desafio de demonstrar alguns exemplos que permitem refletir acerca da natureza do exercício de uma História Contemporânea ou de uma História Recente no Brasil durante a segunda metade do século XX. Procurei tornar evidente como dilemas enfrentados pelos historiadores dedicados a esta História do Brasil assemelhavam-se às mesmas questões da historiografia francesa (e europeia de modo geral) que veio a dar corpo ao que hoje se conhece por História do Tempo Presente. Foi preciso, no Brasil, a partir dos anos 1970, furar a bolha do tempo recente, enfrentar desafios relacionados ao acesso à documentação, à publicação de obras e o confrontamento de testemunhas. Para alguns pesquisadores, de modo a driblar o veto ao tempo recente, sentido até meados da década de 1980, foi necessário recorrer à Ciência Política. Muitas das questões dos anos 1930 e 1940 continuavam quentes em meados dos anos 1970 e 1980 (o varguismo, o integralismo e as tendências autoritárias do liberalismo brasileiro, por exemplo). A transição do regime militar foi o momento em que a Era Vargas se assentou como um objeto de estudo legitimado, investigado principalmente com o objetivo de criticar o autoritarismo iniciado em 1964. A memória das vítimas da violência política e a descoberta dos acervos da repressão, assim como em outros países, foi também amplamente explorado pelos pesquisadores do período, sobretudo a partir dos anos 1990.

Ademais, quando a tradição francesa da HTP chegou ao Brasil, em meados dos anos 1990, alguns pesquisadores ensaiaram a inclusão do período Vargas como parte do ‘tempo presente’ brasileiro. A emergência do tema da Ditadura Militar, especialmente a partir de 2004, acabou por abafar a “contemporaneidade do não contemporâneo” da “outra” ditadura. Uma nova sensibilidade quanto ao tempo presente se consolidava. Em todo caso, é inegável como antes mesmo do contato com essa referida tradição historiográfica francesa, historiadores brasileiros partilharam

de um mesmo regime historiográfico (NICOLAZZI, 2019) transnacional comum que emergiu na segunda metade do século XX.

Henry Rousso (2016) diagnosticou que a emergência da História do Tempo Presente na França emergiu como sintoma de uma mudança de relação com o tempo no mundo ocidental. A partir dos anos 1970, conforme este autor, a questão da contemporaneidade impõem-se e o presente se manifesta como algo quase invasivo. Com as devidas ressalvas a respeito de suas particularidades, o Brasil, desde meados da década de 1960, envolveu-se de algum modo nesta mudança ocidental de relação com o tempo (pelo menos nos meios acadêmicos, pois não se pode generalizar esse sentimento para toda sociedade). Diz Rousso (2016, p. 24) que o “interesse pelo passado próximo parece assim estar inelutavelmente ligado a um momento de violência paroxística e ainda mais aos seus efeitos, ao tempo que se segue ao acontecimento deflagrador”. Esse episódio paroxístico no Brasil foi 1964. Porém, o interesse de compreender aquele presente foi remetido aos trinta anos predecessores do acontecimento.

Esse aspecto, apesar de dito em outras palavras, fora assinalado por Angela de Castro Gomes. Nos termos da autora,

[...] se essas transformações mais globais que afetam a conformação de um campo disciplinar como o da História e, dentro dele, o delineamento de espaços mais específicos de trabalho demonstram a existência de uma historicidade geral que une internacionalmente os pesquisadores, pode-se igualmente verificar um outro movimento, mais específico em seus ritmos e características, que diz respeito às variações nacionais que a transformação mais ampla pode sofrer (GOMES, 2011, p. 48).

Como destacou Vavy Pacheco Borges com relação à emergência do interesse pela História Política renovada no Brasil — segundo ela, intimamente relacionada com o interesse pelo ‘tempo presente’ ou pelo ‘tempo imediato’ —, a “historiografia brasileira deve ser vista dentro do mesmo amplo e variado percurso [europeu], sem interpretações mecânicas de ‘dependência’” (BORGES, 1992, p. 08).

Ainda assim, os marcos da História Recente, da História Contemporânea ou da História do Tempo Presente, apesar de inseridas em um cenário histórico de alcance para além das fronteiras nacionais, se recontextualizaram conforme as condições de cada realidade nacional. “Esses ritmos nacionais, que não chegam a alterar a direção global do processo, têm certamente a ver com eventos próprios às histórias ‘políticas’ de cada país”, conclui Gomes (GOMES, 2011, p. 48-49). Assim, os dilemas do ‘tempo presente’ na historiografia brasileira entre as décadas de 1960 e 1980, antes da recepção da tradição da História do Tempo Presente ocorrida a partir da segunda metade dos anos 1990, materializaram-se como História Contemporânea ou, às vezes, até mesmo sob a alcunha de História Recente. Não houve atraso quanto às sensibilidades de um pretérito invasivo no presente — no caso brasileiro, na realidade, essas sensibilidades são até mais constantes e recorrentes.

## Referências

- ABREU, Marcelo Santos de. Drama social e história: memória política e historiografia da década de 1930. In: AVELAR, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa Andrade; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Orgs.). *Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012, p. 39-49.
- ARENDE, Silvia Maria Fávero; LÖHN, Reinaldo Lindolfo. Nas margens do tempo: a contribuição da Udesc para a história do tempo presente no Brasil. In: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (Orgs.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022, p. 107-129.
- BARBOSA, Francisco de Assis. Apresentação. In: SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 01-10.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 11-14.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 12, nº 23/24, p. 07-18, ago. 1992.
- CANCELLI, Elizabeth. A leniência e Vargas: falas da história. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n.º 71, p. 448-468, set./dez., 2020.
- CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar (Orgs.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 183-213.
- \_\_\_\_\_. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Prefácio. In: Perazzo, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999, p. 17-20
- CASTRO, Celso. Pesquisando a história contemporânea no Brasil: a experiência do CPDOC. In: Rollo, Maria Fernanda (Org.). *Atas I Congresso de História Contemporânea*. Portugal: Rede de História Contemporânea; Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa; IHC Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20, 2013, p. 23-30.
- CHAVES, Wanderson da Silva; CATTAI, Júlio Barnez Pignatta. “Transição política” e ditadura no Brasil: os anos 1970 e seus agendamentos políticos e intelectuais. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, nº 82, p. 199-219, 2019.
- CHOR, Marcos. O antisemitismo na Era Vargas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 01, n.º 02, p. 304-310, 1988.

COSTA, Cruz. Prefácio da 1<sup>a</sup> edição. In: TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. 2 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p. XXI-XXIII.

DE DECCA, Edgar. A revolução acabou... In: DE DECCA, Edgar. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 15-28.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 – 79, jan./mar. 2018.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n.º 1 p. 05 – 22, jan./jun. 2012.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra. Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. 2002. Tese (Doutorado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

FERREIRA, Jorge. Prefácio à segunda edição. In: FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2011, p. 13-20.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A História Oral no Brasil e suas relações com a International Oral History Association (IOHA). *História Oral*, v. 27, n.º 02, p. 75–91, 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 – 108, jan./mar. 2018.

FGV. *Entrevista com Hélgio Trindade (16/06/2016)*. YouTube, 2019. Disponível em: [https://youtu.be/4PigBr9IhdC?si=X0XxH9W\\_PzqIXMWh](https://youtu.be/4PigBr9IhdC?si=X0XxH9W_PzqIXMWh). Acesso em: 08 set. 2024.

FICO, Carlos; POLITICO, Ronald. *A História no Brasil (1980-1989): elementos para um avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Ufop, 1992.

GOMES, Angela de Castro. Apresentação à segunda edição de Burguesia e trabalho. In: GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. 2 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014, p. 09-18.

\_\_\_\_\_. Apresentação à 3<sup>a</sup> edição. In: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 09-11.

\_\_\_\_\_. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBER, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, volume II*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 35-70.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Trindade, Hélgio. A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n.º 76, p. 271-275, 2016.

HILTON, Stanley. Prefácio. In: HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contraespionagem aliada no Brasil, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983, p. 13-21.

\_\_\_\_\_. *Suástica sobre o Brasil: A história da espionagem alemã no Brasil, 1939-1944*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

LEVINE, Robert M. Pesquisas: fontes e materiais de arquivos, instituições relevantes, abordagens. In: BARBOSA, Rubens Antônio; EAKIN, Marshal C.; ALMEIDA, Paulo Roberto de (Orgs.). *O Brasil dos brasiliianistas: um guia de estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 51-73.

LÖHN, Reinaldo Lindolfo; CAMPOS, Emerson Cesar de. Tempo Presente: entre operações e tramas. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 24, p. 97-113, ago., 2017.

MONTAÑO, Eugenia Allier; ORTEGA, César Ivan Vilchis; OVALLE, Camilo Vicente (Coord.). *En la cresta de la ola: debates y definiciones a la historia del tiempo presente*. 1. ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales: Bonilla Artigas Editores, 2020. (Pública memoria; 15). E-book.

MOREIRA, Virgílio Moretzsohn. Arquivo. A sede descuidada da memória nacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, Ano LXXXIV, nº 332, 1975. (Caderno B). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. El campo de investigaciones sobre la historia reciente en Brasil, de su formación al estado actual. In: MONTAÑO, Eugenia Allier; ORTEGA, César Ivan Vilchis; OVALLE, Camilo Vicente (Coord.). *En la cresta de la ola: debates y definiciones a la historia del tiempo presente*. 1. ed. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales: Bonilla Artigas Editores, 2020, p. 467-493. (Pública memoria; 15). E-book.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (Orgs.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves. *O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 17-33. (O Brasil Republicano; 5). E-book.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. *Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-*

1970). Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. *Revista História Hoje*, v. 08, n.º 15, p. 203–222, abr., 2019.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Pereira de; WIT, Carolina Wanderley Van Parys de. Por uma História do Tempo Presente: balanço teórico das pesquisas no PPGH/UDESC. In: RODRIGUES, Rogério Rosa et al. *Fio que se faz trama: a história do tempo presente e a responsabilidade na pesquisa histórica*. Vitória: Editora Milfontes, 2022.

RAMALHO, Walderez. Sobre os limites do tempo: história do tempo presente, policronia e performatividade. *História*, São Paulo, v. 42, dez., 2023

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. *Questões para a história do tempo presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 51-60. (Coleção História).

Revolução de 30 é tema para o IBAM. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 04, Ano XV, nº 167, 1980. (Caderno A). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

RODRIGUES, Helenice. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, nº 44, p. 426-438, dez., 2002.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: A história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Apresentação. In: Prestes, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 11-13.

SOSSAI, Fernando Cesar; COELHO, Ilanil. Laboratório de História Oral da Univille: 40 anos de ensino, pesquisa e extensão. In: SOSSAI, Fernando Cesar; FONTOURA, Arselle Andrade; COELHO, Ilanil. *Espaços de história oral no sul do Brasil: trajetórias, experiências e perspectivas*. Joinville: Editora Univille, 2022, p. 48-78.

TRINDADE, Hélio. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. Ebook.

TRINDADE, Hélio. Nota do autor. In: TRINDADE, Hélio. *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. 2 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979, p. V-VI.

VENGOA, Hugo Fazio. La historia del tiempo presente: composición, temporalidade y pertinencia. In: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine (Orgs.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes Vianna. Palavras iniciais. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes Vianna. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 17-22.



Recebido em 14/12/2024

Aceito em 26/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.56414

## ARTIGO

# Modernidade à brasileira: a relação entre antigo e moderno nos documentários Engenhos e Usinas (H. Mauro, 1955), Aruanda (L. Noronha, 1959) e A Bolandeira (V. Carvalho, 1969)

Modernity in Brazilian terms: the relationship between old and modern in the documentaries Engenhos e Usinas (H. Mauro, 1955), Aruanda (L. Noronha, 1959) and A Bolandeira (V. Carvalho, 1969)

*Isadora Remundini*

Doutoranda em História pela Universidade Estadual Paulista

<https://orcid.org/0000-0001-9034-5798>

**RESUMO:** Este artigo investiga as relações entre o antigo e o moderno no Brasil, a partir da análise dos documentários “Engenhos e Usinas” (Humberto Mauro, 1955), “Aruanda” (Linduarte Noronha, 1959) e “A Bolandeira” (Vladimir Carvalho, 1969). A modernidade é apresentada nos filmes como um fenômeno ambivalente, que simultaneamente exalta os avanços tecnológicos e denuncia a destruição das tradições. No Brasil dos anos 50 e 60, marcado pela industrialização e urbanização, esses documentários trazem uma perspectiva crítica às transformações, evidenciando as tensões entre progresso e marginalização. O artigo destaca como esses filmes, ao explorarem o passado e as disparidades regionais, se alinham às grandes interpretações sobre a modernidade brasileira, revelando um país que, apesar dos avanços tecnológicos, acreditava-se permanecer preso a uma semi-modernidade, onde tradições e exclusões coabitavam. A análise contribui para compreender como o cinema documentário brasileiro dialoga com as contradições da modernidade, reafirmando sua relevância histórica e crítica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernidade. Documentário brasileiro. História cultural

**ABSTRACT:** This article investigates the relationship between ancient and modern in Brazil, based on an analysis of the documentaries Engenhos e Usinas (Humberto Mauro, 1955), Aruanda (Linduarte Noronha, 1959) and A Bolandeira (Vladimir Carvalho, 1969). Modernity is presented in the films as an ambivalent phenomenon, which simultaneously exalts technological advances and denounces the destruction of traditions. In the Brazil of the 1950s and 1960s, marked by industrialization and urbanization, these documentaries bring a critical perspective to the transformations, highlighting the tensions between progress and marginalization. The article highlights how these films, by exploring the past and regional disparities, align themselves with major interpretations of Brazilian

modernity, revealing a country that, despite technological advances, was believed to remain stuck in a semi-modernity, where traditions and exclusions coexisted. The analysis contributes to understanding how Brazilian documentary cinema dialogues with the contradictions of modernity, reaffirming its historical and critical relevance.

**KEYWORDS:** Modernity. Brazilian documentary movies. Cultural history

*Um ou outro ainda há que diga  
que o tempo vence no fim  
um dia ele engole a usina  
como engole a ti e a mim.*  
**Carlos Pena Filho, 1969**

## O corte moderno

A noção de modernidade está no cerne da arte cinematográfica. As pesquisas que, passando pelos “brinquedos ópticos”, chegaram ao cinematógrafo em 1895 apresentaram ao mundo uma arte fruto da máquina: o cinema era o resultado de processos químicos e mecânicos; a captura da realidade pelo mecanismo óptico, a gravação química na película e a projeção, novamente pela máquina. Daí suas primeiras exibições em feiras científicas ou de curiosidades e sua temática inicial que abordava cenas do cotidiano, como a saída dos operários ou a chegada do trem à estação. Ademais, conforme apontado por Walter Benjamin, em 1936, e reiterado pela amplitude de estudos que se deslindaram na esteira de seu pensamento, o cinema coabita com maestria o processo de mercantilização que se desenvolveu nas relações entre a arte e a economia de mercado na contemporaneidade.

A relação entre a percepção moderna do tempo e o cinema, especialmente entre o final do século XIX e o início do século XX, tem sido amplamente estudada. Leo Charney, por exemplo, dialogando com as ideias de Walter Benjamin e Martin Heidegger, explora como a modernidade, marcada por estímulos sensoriais intensos, pela aceleração e pela fragmentação do tempo, conferiu ao momento presente uma característica de efemeridade. Charney identifica o cinema como a forma de arte que captura esse sentimento moderno e por meio de técnicas como a montagem, produz a impressão de continuidade a partir de fragmentos, funcionando não apenas como um reflexo dessa experiência temporal, mas como uma forma de contraposição a ela (CHARNEY, 2001). Dentre os estudos realizados no Brasil, destaca-se a obra de Ismail Xavier que identifica, na gênese do cinema, uma dualidade fundamental: por um lado, o cinema surge como um aparato tecnológico resultante da ciência e da técnica modernas; por outro, apresenta-se como um meio de exploração comercial que apelava para a curiosidade das massas urbanas em ascensão (XAVIER, 1978).

Deste modo, o moderno, experimentado como ambivalente, se polariza, ora enaltecendo as benesses advindas da modernização, ora propagando seus malefícios, como o extermínio das tradições ou as assimetrias germinadas na periferia do desenvolvimento. No documentário nacional, é perceptível, entre os filmes silenciosos

produzidos no início do século XX, a proeminência de imagens que concentram e expressam o progresso associado à metrópole. Nos registros de “Caça à Raposa” (Antônio Campos, 1913), por exemplo, são priorizadas cenas que têm como eixo a ostentação do poder econômico por parte da elite paulistana, com a apresentação de suntuosas residências, e momentos de lazer compostos de uma retórica importada, sinônimo de equiparação aos grandes centros modernos do período. Nos documentários institucionais, como “Sociedade Anonyma Fabrica Votorantim (1922), se destaca o exaustivo inventário da potência industrial, também expressivo nesse período da busca por se constituir “um cinema digno daquilo que é idealizado para o conjunto da sociedade como imagem desejável”<sup>49</sup> (MORETTIN, 2012, p. 23).

Alguns dos filmes documentais produzidos nas décadas de 50 e 60, entre os quais “Engenhos e Usinas” (Humberto Mauro, 1959), “Aruanda” (Linduarte Noronha, 1959) e “A Bolandeira” (Vladimir Carvalho, 1968), exibem a ascensão de um entusiasmo crítico ao desenvolvimento moderno, sensível a um contexto de transformações no modo de vida do brasileiro com o implante da indústria nacional, a expansão do consumo de bens, a evasão do campo, além da inserção e difusão dos meios de comunicação de massa- o rádio já popularizado durante os anos 40 e, nos anos 50, o aparecimento da televisão. Naquele momento, os brasileiros experimentavam mudanças no cotidiano, como a introdução de novos hábitos de higiene, com a chegada da pasta de dentes, do xampu e das colônias, o surgimento do costume de comer fora e do consumo de alimentos industrializados, os cuidados com a saúde acentuados pelos avanços da indústria farmacêutica, as mudanças na própria forma de comercialização de produtos com o surgimento do *shopping center* e dos supermercados além das transformações nas relações de gênero com o uso de calças por mulheres, a popularização do biquíni, da minissaia e da pílula anticoncepcional (NOVAIS; MELLO, 2006). É à margem dessa modernidade que se encontram as temáticas abordadas pelos documentários que nos servirão de fonte, no tratamento temático das mudanças instituídas, em um tempo em que “a ideologia cinemanovista de ode ao ‘povo’<sup>50</sup> pedia passagem” (LABAKI, 2006, p.41).

Pontuada a relação entre o cinema e a modernidade, bem como algumas das suas manifestações no cenário nacional, faz-se necessário esquadrinhar as relações entre a modernidade e a história, enquanto apresentam relevância para a investigação proposta. Parte-se da premissa exposta por Jacques Le Goff de que “o par e o seu jogo dialético são gerados por ‘moderno’, e a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado” (2003, p. 175). Portanto, esta consciência moderna, logo em seu corte fundante, institui um olhar voltado para trás, pautado na

1 Os dois filmes tomados como referências sobre o período silencioso são tema dos artigos “Dimensões Históricas do Documentário Brasileiro no Período Silencioso” de Eduardo Morettin e “Progresso, disciplina fabril e descontração operária: retóricas do documentário brasileiro silencioso” de Ismail Xavier. Indica-se que as questões suscitadas pelos autores sobre esses documentários não se limitam a reflexões sobre a modernidade, mas, sobretudo a outras reflexões como a rejeição à monumentalização histórica, o registro inevitável da cultura popular e o desenvolvimento de uma linguagem cinematográfica nacional em paralelo às experiências estrangeiras. Ver: Morettin (2012); Xavier (2012).

2 Os escritos de Glauber Rocha organizados em “Revisão Crítica do Cinema Brasileiro”, ainda que sob uma perspectiva teleológica, buscam uma ancestralidade do Cinema Novo, situando em sua linha antecessora, além da obra de Humberto Mauro, “Aruanda” de Linduarte Noronha. Apesar de “A Bolandeira” ser um filme posterior, Vladimir Carvalho tem sua carreira no cinema iniciada junto a Noronha, Rucker Vieira e João Ramiro Melo na produção de “Aruanda”. Ver: ROCHA (2003).

maneira como a sociedade presente se relaciona com seu passado e a partir de quais elementos o entende.

A concepção de modernidade se construiu a partir de algumas tópicas recorrentes, nas quais estão contidos elementos como a sensação de instabilidade e a noção de ambivalência e que, apresentando sentido amplo, funcionam como pedra de toque nas mais diversas sociedades. No entanto, apesar de parecer um paradoxo, essa modernidade, a qual é frequentemente associada à destruição do passado, é, ela mesma, dotada de historicidade e seus elementos são ressignificados de forma específica consoante o espaço-tempo em que são produzidos e a que se referem. Torna-se, então, imprescindível que a história se volte ao processo de entendimento crítico da edificação e das representações desta categoria, a modernidade.

Dessa forma, os discursos em torno da modernidade brasileira se dividem em enfoques específicos, como o das relações entre o nacional e o estrangeiro. Ou seja, a perspectiva de ser moderno no Brasil passaria pela importação de modelos europeus e estadunidenses daquilo que era considerado evoluído, bem como pela busca de uma identidade verdadeiramente nacional, o que se tornou evidente desde a década de 1920, já nas reflexões de alguns dos modernistas, que defendiam que, para sermos universais, deveríamos encontrar a brasiliade. Esses discursos passam, ainda, pela relação e pela desarticulação entre todo e parte expressas na história política de nosso país pela dialética entre o poder central e os estados. Na combinação destes fatores em relação ao movimento modernista e à valorização da brasiliade na primeira metade do século - que se desdobraia também em viés ideológico e em análises sociológicas do Brasil- pontua-se que esse nacionalismo era caracterizado por certo "desrecalque localista" (CÂNDIDO, 2023, p.145; LAFETÁ,2000, p.25), isto é, pela recuperação de elementos culturais nacionais. Fator que foi combinado com a assimilação das vanguardas europeias, resultando em expressão conjugada do cosmopolitismo e a originalidade brasileira.

Assim, ante a reflexão que se desdobrava ao longo do século XX, pode-se afirmar que, no Brasil daquela segunda metade de século, a crise moderna atrelada à sensação de volubilidade, configurava um daqueles momentos que, bem sintetizados pela historiadora Emilia Viotti da Costa,

trazem à luz os conflitos que na vida diária permanecem ocultos sob as regras e rotinas do protocolo social, por trás de gestos que as pessoas fazem automaticamente, sem pensar em seus significados e finalidades. Nesses momentos expõem-se as contradições existentes por trás da retórica da hegemonia, consenso e harmonia social. (1998, p.14)

Trata-se, então, de perceber o modo como a polifonia deste discurso moderno se articula nos filmes avaliados, uma vez que, produzidos em momentos distintos durante estas duas décadas de grandes transformações (entre 1955 e 1969), ressignificam os diversos vieses da modernidade brasileira e constituem novas vozes expressivas de seu tempo.

Entre os curtas-metragens selecionados, “Engenhos e Usinas”, de 1955, foi realizado sob a tutela do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e trata, em linhas gerais, do registro das canções populares referentes à vivência em torno dos

antigos engenhos e de sua paulatina substituição pela usina. Com o apoio do INCE, também foi produzido “Aruanda”, do estreante Linduarte Noronha, entre 1959 e 1960, tendo por tema a comunidade remanescente de quilombolas que habita a Serra do Talhado em Santa Luzia do Sabugí, Paraíba. O filme mais recente, realizado por Vladimir Carvalho em 1968, tem por personagem central “A Bolandeira”<sup>51</sup>, que dá título ao filme e em torno da qual orbita seu enredo. É importante notar que, apesar de não terem como foco principal a modernidade do modo como é convencionalmente abordada — isto é, pela apresentação de elementos objetivados de progresso tecnológico e científico—, ao tratar do folclórico, do popular e do nacional, localizando-os essencialmente no passado ou, antes, em um espaço de relação entre presente e passado, esses filmes são frutos do corte temporal fundante de uma postura moderna. Assim, constituem uma excelente fonte para investigar as particularidades deste discurso no Brasil daquele tempo.

### Outros tempos: engenhos, escravizados e bolandeiras

Partir para um exame mais atento destes filmes tem o sentido de, em primeiro plano, compreender as relações de significação e representação propostas por seus elementos internos, mas também, apreciar as condições que os engendraram. No caso de “Engenhos e Usinas”, o entendimento destas condições implica discorrer sobre a obra de Humberto Mauro e sua atuação junto ao INCE. Reiterada a noção de que tratar do cinema de Mauro é, simultaneamente, tratar o desenvolvimento do filme documental no Brasil, ou ainda, voltar-se à própria historiografia do cinema brasileiro (MORETTIN, 2007, p. 48; SCHVARZMAN, 2004, p.261), é possível afirmar que, de modo geral, falar de Humberto Mauro é falar da história nacional. Tanto porque sua obra cobre uma larga parcela do século XX, mas, principalmente, pela intrincada vinculação entre seus filmes e sua carreira de cineasta. O início, na cidade de Cataguases (MG), onde produziu alguns filmes ficcionais como “Braza Dormida” e “Sangue Mineiro”, a presença de Ademar Gonzaga e as realizações junto à Cinédia nos anos 30 e, a partir de 1936, seu trabalho como funcionário do INCE, composto majoritariamente por documentários.

A diversidade de suas realizações foi um dos temas centrais do debate sobre Mauro: a relação entre a diversidade dos lugares institucionais de onde surgiu sua cinematografia e a identidade enquanto diretor, sob a perspectiva de uma avaliação autoral. Sendo assim, não somente quando se dedicou à história nacional, mas também por transitar entre o saudosismo do interior de Minas Gerais e o INCE, onde representou, em última instância, o olho cinematográfico do Estado, Humberto Mauro e sua obra coadunaram com essa perspectiva fundamentalmente brasileira de oscilação dialética entre o nacional e o regional.

Conforme salientado por Amir Labaki, os filmes produzidos pelo Instituto combinavam “o documentarismo instrumental de John Grierson ao preservacionismo cultural de Mario de Andrade” (2006, p.40). A série de curtas “Brasilianas”, na qual se

<sup>3</sup> O sistema da bolandeira é um desenvolvimento da antiga mó, aperfeiçoando o movimento da rocha através da roda dentada, facilita a extração do açúcar.

insere “Engenhos e Usinas”, foi produzida pelo INCE entre 1945 e 1964, com o intuito de resguardar o cancionero popular e folclórico do Brasil, portanto, com enfático predomínio da segunda tendência. É importante salientar que a alteração no rumo dos filmes do INCE, ocorrida após a saída do seu diretor, o antropólogo Roquette Pinto, no ano de 1947, não se deve apenas a este fato, mas também a uma série de mudanças na conjuntura político-cultural do país, como o fim do Estado Novo em 1945 e a já citada introdução do televisor, que prenuncia o fim do protagonismo cinematográfico como instrumento de difusão da ideologia estatal.

Marcando essa alteração tem-se a perspectiva de que “nos anos 50, encontramos o agora ‘velho Mauro’, acomodado em sua sala de montagem, com um pé em sua fazenda de Minas Gerais, e com espaço para dar vazão à sua veia lírica” (RAMOS, 2008, p. 262). Mas ainda assim, o viés instrumental e educativo do INCE aparece na vertente folclórica ligada a Mário de Andrade. Dessa forma, em “Brasilianas”, o ideal folclorista educativo, que implica uma postura de taxidermista do passado, se encontra revestido de bucolismo e de enlevo poético relacionados a uma presença maior da pessoalidade de Humberto Mauro.

Com aproximadamente 8 minutos de duração, o curta possui uma demarcação bastante evidente da passagem temporal, balizada pelas sequências do engenho em funcionamento, da usina que usurpa seu espaço, do abandono dos antigos engenhos e, por fim, do lugar onde estes permanecem em funcionamento. Alinhado ao intuito da série, há o predomínio da canção sobre a *voz over*<sup>52</sup> que, ainda assim, apresenta enunciados de sentido completo, também funcionando como divisores para a semântica atribuída às sequências de imagens. Na narração de “Engenhos e Usinas” a inserção de uma pessoalidade, as referências constantes à poesia, e mesmo ao plano do sonho delimitam a alteração do estilo de *voz over* utilizado anteriormente na maioria dos filmes do INCE, vinculada ao jargão da “voz de deus” e localizada em um espaço de objetividade pautado por um discurso científico.

O filme inicia com o conhecido prólogo em que se assiste, num plano geral, à paisagem bucólica do interior mineiro, delimitada por uma viçosa árvore sob a qual se senta Humberto Mauro. A seguir, uma aproximação do plano anterior nos situa às costas do diretor, observando junto a ele as imagens subsequentes: as campinas, a estradinha de terra, o boiadeiro, enfim, a tipologia daquele espaço geográfico. A voz over, em intertexto com o poema de Ascenso Ferreira, comunica que “dos engenhos de moer cana no Brasil, disse o poeta, só os nomes fazem sonhar.” A passagem é acompanhada de uma versão lenta da melodia de “Engenho Novo”, canção que se repete ao longo do filme com valores distintos. Nesse momento, a instrumentalização arrastada e vagarosa anuncia a tônica saudosista, em conjunção com a poesia designada pela narração e com a figura de Mauro que, sentado de costas, enxerga um

4 A expressão voz over é objeto de debate acadêmico no campo do cinema documentário, com definições distintas aparecendo em obras clássicas sobre o gênero, como Harrington (1973, p. 38) e Nichols (2005, p. 144). De modo sintético, o presente artigo utiliza a definição apresentada por Fernão Pessoa Ramos, que compreende como voz over “a voz sem corpo ou identidade que assere fora-de-campo. O termo locução cobre de modo satisfatório o campo semântico da expressão voz over” (RAMOS, 2008, p. 215).

lugar no passado.

Prossegue a narrativa introduzindo as canções com a assertiva de que, assim como o poeta, “nos engenhos, também o povo se inspirou, compondo cantigas”. O tratamento estético das cenas seguintes nos conduz gradualmente ao interior do engenho, uma vez que a sequência começa com um plano, a uma distância média, do conjunto composto pela casinha do engenho com a roda d’água que o move e nas próximas cenas expõe todo seu funcionamento mediante uma vastidão de planos detalhados, - do eixo e das raias da roda, da roda inteira, da moenda - além de planos gerais dos trabalhadores que colhem a cana-de-açúcar e do carro de bois que a transporta. Observa-se que nesta etapa do filme dois elementos concorrem para a adjetivação do engenho como ambiente de relações positivas entre homem e natureza. As figuras humanas não protagonizam o documentário, são coadjuvantes do mecanismo, aparecendo fracionadas. Assiste-se à mão que lubrifica a máquina, à sombra, e aos pés que atravessam o eixo, os trabalhadores da colheita, de costas, e os demais que, também de costas, alimentam a moenda. Concomitantemente, estas imagens preenchem de conteúdo visual a poesia das canções, assim, quando a música anuncia “Roda volante, puxa avante manivela, meu mano carrega nela, bota azeite no langá” assiste-se às figuras humanas, ou frações destas figuras, que executam as ações<sup>53</sup>, apresentando um universo em que homem, engenho e natureza se harmonizam em uma plenitude bucólica.

No próximo conjunto de cenas o espectador é levado à usina, sob o anúncio de que “um dia o progresso trouxe o vapor. As usinas modernas foram substituindo os primitivos engenhos.” O plano de abertura da sequência apresenta uma visão panorâmica da usina que, em um brusco movimento de câmera para baixo dá lugar aos planos detalhe do pistão, das rodas agora metalizadas, em detrimento das rodas de madeira do engenho, das esteiras mecânicas e dos caminhões que transportam a cana. No que concerne às imagens, há um desaparecimento das figuras humanas, da natureza e do animal e, também, a ausência de ar entre os elementos da usina e o enquadramento transmitem a impressão de asfixia que é, em alguns planos, acentuada pelo posicionamento, um pouco baixo, da câmera. A perspectiva de recusa do progresso imposto pela máquina a vapor é assinalada, sobretudo, pela sonorização em que ouvimos uma terceira versão de “Engenho Novo”, composta por elementos de harmonia dissonantes, intervalos musicais que transmitem tensão e remetem ao ritmo frenético da nova tecnologia, enquanto acompanha a ambiência antitética que o filme visa proporcionar.

Após a digressão junto à usina, o filme retorna ao universo do engenho, encontrando-o desassistido, pois “parou a roda d’água e com ela se foi a poesia”. Aqui, como na sequência inicial, o aspecto impalpável da letra da canção é preenchido pelas imagens. Ao som de “O engenho massangana faz três anos que não mói” observa-se o plano geral do engenho coberto pelo mato, e dos animais que passeiam por ali, posteriormente, em detalhe, cabras que pastam a folhagem brotada no interior das

<sup>53</sup> O mesmo procedimento ocorre com as canções “Engenho novo, engenho novo, engenho novo bota a roda pra rodar.” em que assistimos à roda do engenho em movimento e, também, em “O engenho moedor, o engenho moedor, bota a cana na moenda, seu Iô Iô, seu Iô Iô”.

instalações, a roda d’água coberta de trepadeiras, as infiltrações e teias de aranha quedominam aquele espaço. A presença diminuta do fator humano<sup>6</sup> e a abundância de vegetação e animais indicam o fim do equilíbrio antes estabelecido entre homem e natureza. A montagem dos planos, em que se observa a uma distância média a goteira que atravessa o telhado e, em seguida, o detalhe do pingo d’água que acerta a terra em cadência de metrônomo, adiciona ao conjunto o novo habitante do engenho: o tempo.

Ao fim, há uma aparente reviravolta com a enunciação esperançosa de que “em muitos pontos do Brasil, ainda existem engenhos primitivos como aqueles cujos nomes faziam sonhar e inspiraram cantigas”. As imagens retornam ao aspecto harmônico inicial, com os planos da roda d’água em funcionamento e ouve-se novamente a versão vívida de “Engenho Novo”. Entretanto, o filme parece reforçar os apontamentos de vários estudiosos quanto ao desalinho da pessoalidade de Mauro frente às necessidades institucionais do INCE, ao passo que, também nele se encontra o *Happy End* frustrado e substituído pelo matiz nostálgico. Em levantamento elaborado por Eduardo Morettin estabelece-se que “a presença, como veremos, de um tom nostálgico em sua obra que impede, na maior parte de sua produção, a concretização do happyend” (2007, p. 49).

A opção de enquadramento feita pelo diretor no momento final é o exato inverso das sequências iniciais, parte dos detalhes do engenho para o plano geral, encerrando, de forma emblemática, com uma vista que paulatinamente se distancia, deixando um engenho ilhado, escondido em meio a uma mata vasta. Assim, o pretenso final feliz é uma ilha, incrustada em um passado que não existe, deixado em seu isolamento, incomunicável com o mundo nascente de modernidade que o cerca.

Relacionados os três filmes cuja análise foi proposta, é perceptível uma conformidade entre os discursos ali presentes e as vertentes do pensamento sobre a modernidade no Brasil. Sua identificação com tipos importados de civilização e progresso torna imprescindível o fim da dependência. Na ordem do dia estão o suplante do atraso e a urgência da modernização. Conforme salientado pelo sociólogo Renato Ortiz, “no Brasil, sintomaticamente, os críticos da modernidade sempre foram os intelectuais tradicionais” (2001, p. 37), efeito evidenciado na leitura de Humberto Mauro, uma vez que em seu filme e em grande parte dos curtas de “Brasilianas”, a clivagem que se dá entre modernidade e tradição é sintetizada em uma valorização hiperbólica do passado. Em “Aruanda” e “A Bolandeira” observa-se a crítica da modernidade investida de uma dualidade que lhe é peculiar: a convivência entre o elogio da vida moderna que, invariavelmente, é apontada como melhor, e a negação desta modernidade bairrista, marcada pelo extremo contraste, entre os modos de vida que se adotam na urbanidade (especialmente, no centro-sul do país) e o pauperismo presente nas áreas rurais.

6 Nesta sequência é apresentado um dos planos mais divulgados do filme, que condensa a perspectiva do abandono do velho mundo: o engenho ao fundo, coberto pela vegetação, à frente, recostado no carro de boi— que se assemelha à carcaça de um animal morto — um homem dorme e, a seu lado um cão raquítico que também descansa. A passagem se assemelha a “Carro de Bois” (1956), outro dos curtas de “Brasilianas” que também aborda a mudança advinda da inserção de novas tecnologias no campo.

7 O documentário também dá nome ao festival de cinema da Paraíba, Fest Aruanda, que acontece no estado desde o ano de 2005. Na edição de 2024 o festival exibiu cópia restaurada do curta-metragem de Liduarte Noronha. Ver: FestAruanda (2024).

“Aruanda”, entre os filmes selecionados, é provavelmente aquele sobre o qual mais se escreveu<sup>7</sup>. Elencando entre seus apreciadores figuras como Glauber Rocha, Paulo Emílio Salles Gomes, Geraldo Sarno e Jean-Claude Bernardet, predispõe uma corpulência de análises que será aqui considerada em sua identidade de interesses para com o tema da tensão antigo/moderno.

Linduarte Noronha, conforme certifica Glauber Rocha, é uma figura saída do meio cinematográfico, com destacada participação nos cineclubes de João Pessoa e na publicação de crítica jornalística, o que o distingue de grande parte do corpo de profissionais de cinema do cenário nacional, muitos saídos do rádio ou do teatro (ROCHA *apud* MARINHO, 1998, p.167). O filme foi produzido a partir de uma reportagem fotográfica realizada pelo diretor no povoado da Serra do Talhado, no ano de 1958 e, em sua travessia na busca por recursos, conta com a contribuição de diversos órgãos como o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais do Recife, o INCE do Rio, a Secretaria da Educação de João Pessoa, Paraíba, além do fomento do usineiro pernambucano Odilon Ribeiro Coutinho (MARINHO, 1998).

O filme é disposto em três partes: a narrativa ficcional sobre a formação do quilombo por Zé Bento e sua família, e as sequências documentais que apresentam o fabrico de utensílios de barro pelas mulheres do povoado e a trajetória rumo à feira de Santa Luzia para a venda de sua produção. Logo de início, o letreiro que serve de prefácio ao curta se ocupa em problematizar a nitidez entre as cenas ficcionais e documentais, como uma espécie de fio de Ariadne, traça a ininterruptão entre a família de Zé Bento e os habitantes do Talhado:

Os Quilombos marcaram época na história econômica do Nordeste canavieiro. A luta entre escravos negros e colonizadores terminava, às vezes, em episódios épicos como Palmares. Olho d'água da Serra do Talhado, em Santa Luzia do Sabugi, estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, surgiu em meados do século passado, quando o ex-escravo e madeireiro Zé Bento partiu com a família à procura da terra de ninguém. Com o tempo, Talhado transformou-se num quilombo pacífico, isolado das instituições do país, perdido nas lombadas do chapadão nordestino, com uma pequena população, num ciclo econômico trágico e sem perspectiva, variando do plantio do algodão à cerâmica primitiva. (ARUANDA, 1959)

Geraldo Sarno, de modo muito requintado, vincula a perspectiva da temporalidade em “Aruanda” à sua trilha sonora. Para o cineasta, as passagens ficcionais são, antes de tudo, mitológicas, embasadas na memória histórica dos habitantes daquele povoado, sobre sua fundação, mas que também comportam práticas idênticas às realizadas no presente. As duas canções que compõem a trilha do filme, “Oh Mana deixa eu ir” e a instrumentalização de pífanos, marcam os momentos de ficção mitológica e documentário, respectivamente. Sarno atenta para a interpenetração entre ficção e realidade, nas passagens da construção da casa de taipa por Zé Bento e sua mulher e, ao fim do filme, nos planos que mostram o retorno da feira para a Serra.

São cenas que pertencem a dois universos: a imagem narra o mito, o som indica que se trata de um registro documental atual. E assim, por meio da montagem de imagem e som pertencentes a universos opostos, o filme nos fala mais uma vez sobre a realidade do mito, reafirmando sua presença na vida cotidiana da

<sup>8</sup> Tradução do original: *Son escenas que pertenecen a los dos universos: la imagen narra el mito, el sonido nos indica que se trata de un registro documental actual. Y así, por el montaje de imagen y sonido pertenecientes a universos opuestos el film nos habla una vez más de la realidad del mito, reafirmando su presencia en el cotidiano de la comunidad, hoy* (SARNO, 2003, p. 302).

comunidade (SARNO, 2003, p. 302)<sup>8</sup>.

A ênfase dada ao excerto ficcional proporcionou a aproximação entre “Aruanda” e as obras de Flaherty e Rossellini, ao passo que, valendo-se da atuação dos próprios habitantes da comunidade, a filmagem opera tanto a centralidade da experiência representada por “Nanook” (1922) quanto a integração entre espaços, paisagens e personagens do neorrealismo italiano. É também vinculado ao filme o diálogo com cinema verdade que, àquela altura, principiava no documentário nacional e, neste filme, se verificava pela presença de uma voz over ainda tradicional, porém reduzida, dando abertura para que o trabalho fotográfico contasse a história e para que a narrativa fosse construída pelo movimento, tendo em vista os cortes que se delimitavam pela realização das atividades das personagens na tela.

Contudo, com a fotografia crua de Rucker Vieira, a precariedade da iluminação que muda de tons a todo instante e o som natural gravado *in loco*, “Aruanda” é manifestadamente considerado emblema de um cinema nacional que se anuncia, em oposição ao que frequentemente se havia considerado como o cinema brasileiro: um corpo de linguagem e formatos advindos do exterior, mas preenchido de temas nacionalistas. Conforme atesta Jean-Claude Bernardet,

porque a precariedade técnica [...] se harmonizava, expressava não só as condições de vida das pessoas que o filme focalizava; as limitações técnicas tinham sido investidas, de insuficiência passavam a expressão de uma situação cultural, passavam a linguagem, não em si, mas porque assumidas, não disfarçadas e não desculpadas (2009, p.112)<sup>9</sup>.

Essa necessidade de fundação de um novo cinema brasileiro, liberto de modelos de estrangeirismo incongruente, se equipara à perspectiva das análises sobre o desenvolvimento do Brasil neste período, em que há a recusa de uma modernidade considerada ornamental, marcada pela importação de projetos que não se adequam à totalidade do país, surtindo, então, a precisão de se olhar para o local, de se expor o destoante.

A Paraíba retratada no filme de Noronha é a imagem de isolamento que se forma nos antípodas da modernidade, sinônimo de experiência vivenciada em comunhão. Não apenas a *voz over*, ao afirmar que “Talhado existe fisiograficamente e inexiste no plano das instituições”, mas a própria relação apresentada no documentário entre os habitantes e a sofrida travessia para a cidade, transmite a noção de retraimento. Sobre as dificuldades dessa travessia cabe destacar que nos depoimentos de Linduarte Noronha e Vladimir Carvalho sobre a produção de “Aruanda”, é frequentemente remetida a presença icônica da estrada, aberta de improviso para a passagem dos veículos que transportavam a equipe de documentaristas (MARINHO, 1998; CARVALHO, 1986). Por conseguinte, afastados do convívio social, os moradores do Talhado são, fundamentalmente, a imagem do anti-moderno. Note-se a polarização que se forma, no documentário, entre São Paulo,

<sup>8</sup> O cinema verdade é um gênero de produção documental desenvolvido na França da década de 1960, cujo enfoque central eram as noções de realidade e espontaneidade do registro filmico, além do tratamento temático do cotidiano. O movimento foi impulsorado pelo acesso a tecnologias de captação de áudio e vídeo, como câmeras portáteis e gravadores de som síncronos. Sobre o cinema verdade no Brasil Ver: RAMOS (2004).

visto como espaço alinhado à cultura civilizada, à burguesia e à industrialização e o Nordeste que “é ‘terra’, ‘campo’ seus habitantes são telúricos e tradicionais e por isso representam o tipo brasileiro por excelência” (ORTIZ, 2001, p. 36). Apesar desta circunscrição ao espaço nordestino, a escolha vocabular do texto narrativo permite a atribuição de valores semânticos que remetem a problemas que se encontravam por todo o país. Assim, a menção a Palmares<sup>54</sup> e à escravidão no início do texto conduz às considerações sobre a condição do negro na contemporaneidade, o mesmo se processa quando da referência às mulheres do povoado como “operárias”, e a menção às terras devolutas, no termo “terra de ninguém”.

Telúrico é o termo preciso para conter o tratamento dado às figuras que se apresentam em “Aruanda”, uma vez que o filme se forma na conciliação entre as captações do homem e sua relação com o solo. São incorporados planos médios da família de Zé Bento e das mulheres no processo de extração de terra e água para o fabrico dos vasos, às panorâmicas do sertão e aos planos detalhe que priorizam o contato das mãos e pés dos personagens com a terra – os pés descalços da família durante a travessia, os que amassam o barro da casa de taipa e depois empurram na terra pedregosa as sementes de algodão, as mãos que pegam a terra do chão, que aplicam o barro à casa e, a longa sequência em que modelam o vaso.

Dispostas estas considerações é possível verificar que a temporalidade assumida pelo filme, que assevera a permanência de um modo de vida cativo do passado, vai ao encontro das interpretações do Brasil que prescrevem um estado de modernidade em suspenso, em que nosso país, por não se desfazer de sua herança patriarcal-patrimonial, estaria condenado a purgar um estado de semi-modernidade. Apesar da leitura de um tempo suspenso, encontra-se neste curta uma imagem própria do Brasil de seu tempo, verifica-se que, o tratamento atribuído às populações agrícolas do Brasil da década de 50 parece mesmo saído de uma sinopse de “Aruanda”: “uma vida, enfim, a desses homens, dessas mulheres, dessas crianças, que diferia pouco, muito pouco da de seus ancestrais longínquos. Vida cheia de incertezas, vida sem grandes esperanças.” (MELLO; NOVAIS, 2006, p. 578).

As condições que conduziram à produção de “A Bolandeira” prescrevem que este seja um filme pouco abordado isoladamente, uma vez que, realizado concomitantemente às filmagens do documentário de longa-metragem “O País de São Saruê”, é frequentemente considerado como produto secundário dessa empreitada<sup>55</sup>. A bibliografia se adensa ao tratar da obra de seu realizador Vladimir Carvalho, professor da Universidade de Brasília e diretor de mais de 22 documentários, participando como assistente de direção nas filmagens de “Cabra Marcado Para Morrer” (Eduardo Coutinho, 1964-1981) e do processo criativo de “Aruanda”. O curta surgiu em uma das viagens do diretor e sua equipe pelo Nordeste brasileiro, na ocasião da realização de “Saruê”, em que fazem um desvio para conhecer o local onde ainda funcionavam as antigas engenhocas de rapadura e, tomados de entusiasmo pelo

10 A primeira referência às imagens de Palmares em “Aruanda” foi elaborada por Jean-Claude Bernardet no texto “A procura da liberdade”. Ver: Bernardet (2007, pp. 37-38).

11 No início deste século, o filme passou por um processo de redescoberta, ao ser utilizado por Walter Salles na composição de “Abril Despedaçado” (2001) e apresentado no Festival de Brasília, em cópia restaurada, no mesmo ano.

que veem, permanecem por ali, concluindo em um dia as filmagens da bolandeira. Durante a montagem, realizada por João Ramiro Mello, são incluídas as cenas finais que mostram a venda da rapadura na feira e a sonorização das passagens documentais da bolandeira, emprestadas de “Vidas Secas” (Nelson Pereira dos Santos, 1963).

Segundo o diretor, a problemática que deu origem aos filmes realizados neste momento “é quase uma repetição da proposta de “Aruanda” porque a dependência, a carência, são as mesmas, talvez até pioradas, e a precariedade foi uma contingência histórica que deu, em contrapartida, uma proposta estética” (LEAL, 2001, n.p.). A largada de uma situação social semelhante se desenvolveu também em uma percepção comum do tema da modernidade que, avançados alguns anos, foi ainda mais didática no segundo filme, no sentido de evidenciar e pontuar críticas a um processo que atingiu de forma díspar a integralidade do país.

É fundamental o entendimento de que este último filme se desenvolve, em um intervalo curto, mas em um Brasil distinto daquele apresentado por Mauro em 1955, visto que as mudanças no universo agrário brasileiro, que vinham tematizando os documentários analisados, atingiram parâmetros incomparáveis. Na década de 50 os atrativos da urbanidade, como melhor acesso à educação e saúde, novas oportunidades de trabalho e de consumo, aliados às dificuldades da vida no campo, proporcionaram o início de uma imensa migração, – “nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950); quase 14 milhões, nos anos 60 (cerca de 36% da população rural de 1960)” (MELLO; NOVAIS, 2006,581). Além disso, na década seguinte, inicia-se o processo de mecanização do campo que, se facilita as condições do trabalho agrícola, por vezes, compõe junto à estiagem, às pragas e às más colheitas, outro elemento de repulsão da área rural.

A princípio, apresenta-se um retorno historiográfico aos tempos coloniais. As imagens documentais da bolandeira são guardadas para depois e assiste-se a uma sucessão das ilustrações de Rugendas, Vischer e Franz Post, alinhadas ao excerto de Antonil, em “Cultura e Opulência do Brasil”, obra do século XVIII<sup>56</sup>. A voz *over*, de entonação tradicional, expõe cronologicamente o processo de extração do açúcar no nordeste brasileiro, passando pelo sistema da mó, a seguir a bolandeira e, posteriormente, o engenho, à proporção que as ilustrações, mostradas em detalhes, qualificam as atividades citadas na narrativa. Os termos de referência nesta leitura historiográfica levam o espectador a situar o desenvolvimento desta relação entre homem e natureza em um passado extremamente distante, o que se verifica na povoação do excerto por figuras como o escravo e a utilização de expressões como “pré-história”.

A chegada das imagens da bolandeira em funcionamento vem romper com o ambiente passadista experimentado na sequência anterior e uma nova colocação da

12 “Roda superior também grande, que chamão volandeira porque o seu modo de andar circularmente sobre a moenda, se parece com o voar de hum pássaro quando dá no ar seus rodeios.” (ANTONIL, 2011, p. 133)

voz over ratifica este corte ao enunciar a atualidade das cenas:

Nas terras secas do oeste da Paraíba, ainda hoje, em plena vigência da tecnologia, pode-se assistir ao trabalho obscuro da moenda feita de pau-ferro de uma dessas engenhocas de rapadura, funcionando como há duzentos anos atrás num espantoso recuo à idade da madeira. (A BOLANDEIRA, 1969)

Abre-se então a segunda parte do filme, cuja tônica é dada pela condensação entre as cenas do trabalho na bolandeira e a leitura do poema de Jomar Moraes Souto, escrito para a composição do documentário. Marcada a mudança, a voz over é alterada não apenas em seu conteúdo, antes vinculado a uma objetividade pedagógica, mas pela troca efetiva do narrador: Paulo Pontes dá lugar a Echio Reis. A entonação atribuída ao poema parece acompanhar o movimento cíclico das voltas da bolandeira e, em contraste com o que dispõe Fernão Pessoa Ramos sobre os carros de boi em “Brasilianas”, ao afirmar que “o ruído de suas rodas é um canto pungente pelo abandono das tradições rurais” (2008, p.163), a conjunção entre a poesia, os sons das cornetas feitas de chifre de boi, e as imagens da bolandeira constituem um lamento pela obstinação de um passado excruciente. A força desta sequência torna-se ainda mais robusta pelo efeito escatológico do poema, que caminha nas duas direções da palavra: em uma via, pelo efeito repulsivo, ocasionado pela composição de termos como “mel, açúcar e doce” ladeados a “dentes extraídos, suor e ossos”; em outra, o sentido de juízo final, do ser para a morte, se faz presente na ideia dos homens que, presos ao trabalho na bolandeira estariam “assimilando a suadeira do inferno que se sustenta.” Os planos gerais dos trabalhadores na bolandeira e, os detalhes do melado, do fogo da caldeira, da pele iluminada pelo suor, misturados às mãos calejadas que mexem o tacho e aos tabletes de rapadura, somam-se ao efeito sonoro e à leitura do poema, provocando impressão de sinestesia.

Ao interpor momentos em que a voz over tradicional associa-se ao conteúdo didático e sequências documentais em que prevalece o poema de Jomar Souto, o filme obtém êxito ao incutir, através da dimensão sentimental, a permanência contemporânea de um modo de vida que está associado às representações didáticas do mundo histórico. Não bastasse a evidenciação das disparidades regionais, alcançada através da montagem do filme e dos recursos cinematográficos utilizados, um fato curioso na ocasião de sua exibição veio solidificar este contraste, conforme aponta em entrevista Vladimir Carvalho:

No Rio, ficou em cartaz por várias semanas, acompanhando o longa norte-americano “Harold and Maude –Ensina-me a Viver”. O programa não podia ser mais desencontrado, mas eu me valia desse tipo de defasagem para falar do filme. Era a época de 2001, “uma Odisséia no Espaço”, com seus anéis futuristas flutuando na estratosfera, e eu apresentava “A Bolandeira”, com sua engrenagem rústica, como a ‘mini-odisséia do atraso’ (MATTOS, 2008, p.141-142)

Por fim, as imagens documentais da feira onde se vende a rapadura produzida na engenhoca prescrevem o retorno à voz over tradicional. Neste ponto é observada uma ampliação do objeto de crítica ao se afirmar que a penúria não é restrita ao trabalhador dos engenhos de madeira, mas se estende a todo um estrato social, visto que “a rapadura participa com intensidade da mesa do sertanejo, misturada ao feijão

à falta de carnes [...] o caboclo conhece seu teor de alimento integral, capaz de suprir muitas carências” (A BOLANDEIRA, 1969). O panorama engajado ao fim do filme, que reitera o caráter obsoleto do antigo senhor de engenho, condenando de forma última a permanência naquela “idade da madeira”, vai junto ao poema lançar a urgência de uma sociedade equânime em nosso país, vindoura num tempo melhor: “Quanto ao doce, é um gosto alado distante, não está em redor, não está na ponta da língua, está num tempo melhor. Um tempo em que nunca à míngua morriam tanto assim, e só” (A BOLANDEIRA, 1969).

### Considerações finais

Se o curta de Mauro apresenta uma visão bucólica e nostálgica do passado que é paulatinamente substituído pela modernidade, os filmes de Noronha e Carvalho lançaram uma visão crítica sobre as desigualdades sociais, perspectiva que se consolidou com a sedimentação do Cinema Novo, cujos filmes apontavam para a necessidade de que se ampliassem as benesses da modernidade e se atentasse à carestia sofrida por uma larga parcela de nossa população. Ainda que não tratasse propositalmente da modernidade, seu movimento de tematizar o passado, com ênfase na relação passado-presente, descrevia uma postura característica do processo de modernização, delineando, por outro lado, uma modernidade em oposição à qual se encontravam suas personagens. Observa-se que, ladeados, os três filmes coadunam a visão ambivalente que é o cerne dos tempos modernos.

A associação destes filmes às grandes interpretações sobre a nacionalidade brasileira, como as desenvolvidas na primeira metade do século, aponta uma tendência conjunta a lançar raízes no período colonial. Seja para lamentar a extinção de um universo campestre e nostálgico, seja para anunciar os malefícios desenvolvidos à periferia do progresso, retornam às imagens do fabrico do açúcar, ao universo rural e à mão de obra escrava. Com um passo atrás, analisando as fontes em conjunto, é possível identificar uma trajetória da sociedade brasileira, sobre a qual, naquele momento de mudanças, era necessário se manifestar.

A ampliação da reflexão à questão do trabalho em suas diversas esferas, como realizada nos dois últimos documentários, parece sugerir que a abolição da escravatura, com a Lei Áurea em 1888, libertara o senhor do escravizado e não o contrário, de modo que os estratos sociais mais baixos permanecessem aprisionados pelo tempo, continuassem a utilizar a bolandeira e, em ligação umbilical com o Zé Bento do século XIX, persistissem vinculados à terra, de forma pungente, o que se torna claro pela conjunção entre o homem e a solo em “Aruanda” e pela construção antitética suor/açúcar em “A Bolandeira”. O senhor liberto do compromisso para com o escravo e, portanto, livre no tempo, é alegorizado pela moderna usina que aparece no filme de Humberto Mauro, a mesma que suplanta a bolandeira, como nos informa Vladimir Carvalho: “Enquanto o engenho movido a diesel produz 30 cargas por dia, cada carga com 200 unidades de rapadura, o engenho movido a boi nunca alcança número superior a 5 cargas” (A BOLANDEIRA, 1969). Assim, no cotejo entre os filmes, sobressai o ataque direto à noção de igualdade material que sancionava a

modernidade brasileira em meados do século passado.

## Referências

- A BOLANDEIRA – 1968. 35mm, pb, 10 min. Direção, Roteiro e Produção: Vladimir Carvalho. Produtora: Nova Cine.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. 1.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.
- ARUANDA – 1960. 16mm, pb, 20 min. Direção e Roteiro: Linduarte Noronha. Assistente de direção: Vladimir Carvalho. Fotografia e Montagem: Rucker Vieira. Produtora: Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE).
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Brasil em tempo de Cinema: ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Todavia, 2023.
- CARVALHO, Vladimir. *O País de São Saruê*. Brasília: Embrafilme/UnB, 1986.
- CHARNEY, Leo. Num instante: o cinema e a filosofia da modernidade. In \_\_\_\_\_ e Schwartz, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. Tradução Regina Thompson. São Paulo: Cosac & Naify, 2001. p. 317-334.
- COSTA, Emilia Viotti. *Coroa de Glória, Lágrimas de Sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ENGENHOS E USINAS – 1955. 35mm, pb, 8min. Direção: Humberto Mauro; Direção de Fotografia: Luiz Mauro; Produtora e Distribuidora: Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). Brasilianas N° 4.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1979.
- FESTARUANDA, 2024. Disponível em: <https://www.festaruanda.com.br>. Acesso em: 06 de dezembro de 2024.
- GALVÃO, Maria Rita e BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema: Repercussões em caixa de eco ideológica*. 1.ed. São Paulo: Brasiliense/Embrafilme, 1983.
- GOMES, Paulo Emilio Salles. *Humberto Mauro, Cataguases, Cinearte*. 1.ed. São Paulo: Perspectiva/Universidade de São Paulo, 1974.

HARRINGTON, John. *The rhetoric of film*. 1.ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

LABAKI, Amir. *Introdução ao documentário brasileiro*. São Paulo: Francis, 2006.

\_\_\_\_\_. Vladimir Carvalho. In PARANAGUÁ, Paulo Antônio (org.) *Cine documental en América Latina*. Madrid: Cátedra, 2003. p.200-205.

LAFETÁ, João Luiz. 1930: a crítica e o Modernismo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

LEAL, Ricardo Guanabara. *A experiência da realidade*: Estudo biofilmográfico do documentarista paraibano Vladimir Carvalho. Trabalho publicado em 13 de agosto de 2001 na página do projeto Aruanda, Laboratório de pesquisas e análises sobre métodos de produção audiovisual de não ficção. Acesso em: 18 de julho de 2024. Disponível em: <<http://www.mnemocine.com.br/aruanda/vcarvalho1.htm>>

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MARINHO, José. *Dos Homens e das Pedras*: o ciclo do documentário paraibano (1959-1979). Niterói: EdUFF, 1998.

MATTOS, Carlos Alberto. *Vladimir Carvalho*: pedras na lua e pelejas no planalto. São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2008.

MELLO, João Manuel Cardoso de.; NOVAIS, Fernando. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: SCHWARTZ, Lilia Morris (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 559-659.

MORETTIN, Eduardo. Dimensões Históricas do Documentário Brasileiro no Período Silencioso. In: \_\_\_\_\_; NAPOLITANO, Marcos. KORNIS, Mônica Almeida (orgs.) *História e Documentário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 11-43.

\_\_\_\_\_. Humberto Mauro. *Alceu: revista de comunicação, cultura e política*, v. 8, n. 15, 2007. p. 48-59.

\_\_\_\_\_. A representação da história no cinema brasileiro (1907 - 1949). *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo, Nova Série. jan./dez, 1997.p. 249-271.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Tradução Mônica Saddy Martins. Campinas: Papirus, 2005.

ORTIZ, Renato. *A Moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo* 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PENA FILHO, Carlos. *Livro geral*. Recife: Editora UFPE, 1969.

RAMOS, Fernão Pessoa. *Mas afinal... O que é mesmo documentário?* São Paulo: Editora Senac, 2008.

\_\_\_\_\_. Cinema Verdade no Brasil. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (org). *Documentário no Brasil: Tradição e transformação*. São Paulo: Summus, 2004. p.81-95.

ROCHA, Glauber. *Revisão crítica do cinema brasileiro*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

SARNO, Geraldo. Aruanda. In: PARANAGUÁ, Paulo Antônio (org). *Cine documental en América Latina*. Madrid, Cátedra, 2003. p.300-304.

SCHVARZMAN, Sheila, Humberto Mauro e o Documentário In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (org). *Documentário no Brasil: Tradição e transformação*. São Paulo: Summus, 2004. p. 261-295.

XAVIER, Ismail. Progresso, disciplina fabril e descontração operária: retóricas do documentário brasileiro silencioso. In: MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos. KORNIS, Mônica Almeida (Orgs.) *História e Documentário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p.45-66.

\_\_\_\_\_. *Sétima arte: um culto moderno*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.



Recebido em 14/05/2024

Aceito em 12/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.53443

## ARTIGO

# “Gênero epistêmico”, patologia social e classificação nosológica na Armada Imperial (1839-1850): formulação de uma biopolítica e aplicação de um imposto disciplinar

"Epistemic Genre", social pathology and nosological classification in the Imperial Brazilian Navy (1839-1850): the manufacturing of biopolitics and disciplinary taxation

**Pedro Henrique de Souza Ribeiro**

Mestrando em História pela Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-5262-9009>

**RESUMO:** O presente artigo visa apresentar a discussão sobre dois conjuntos documentais distintos envolvendo a marinha imperial. Sua primeira hipótese é de que os relatórios dos ministros da marinha, no bojo de demais relatórios produzidos pelos ministros de Estado, compunham um gênero epistêmico próprio. Em segundo lugar, tenta-se demonstrar que a política médica na marinha da década de 1850 é alheia à teoria dominante da doença enquanto variação quantitativa de um dado estado “normal”. Além disso, a análise dos documentos permitiu a cunhagem do termo “imposto disciplinar”, a serviço de uma biopolítica levada a cabo pela marinha imperial como braço do Estado brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero Epistêmico. Biopolítica. Imposto Disciplinar.

**ABSTRACT:** This paper's goal is to present the discussion of two sets of documents involving the Imperial Brazilian Navy. Its first hypothesis is that the Navy Minister's reports, among the ones produced by the other ministers, comprised an epistemic genre of their own. Secondly, I seek to demonstrate that the navy's medical policy during the 1850s is alien to the ruling theory of disease as a quantitative variation of a given “normal” state. Furthermore, the documental analysis allowed the coinage of the term "disciplinary tax", in the service of biopolitics led by the Imperial Brazilian Navy as part of the Brazilian State.

**KEYWORDS:** Epistemic Genre. Biopolitics. Disciplinary Tax.

## Introdução

O presente artigo tem por finalidade apresentar as conclusões de uma pesquisa em curso referente ao campo da saúde na marinha imperial, instituição do Estado brasileiro oitocentista que se celebrou, já no século XX, pela permanência de sórdidas práticas de disciplinamento de corpos subalternizados (NASCIMENTO,

2001). Raros, contudo, são os estudos sobre essa realidade para as décadas que precederam a “Revolta da Chibata”, ápice da resistência às práticas referidas, as quais já vinham sendo debatidas desde ao menos a década de 1860. Apesar de esbarrar nessas questões, o escopo do presente artigo é, no entanto, lançar um olhar sobre a ainda inexplorada montanha documental existente a respeito da saúde na marinha no século XIX, como chave interpretativa mais ampla do Estado imperial. Neste caso, a primeira hipótese do trabalho é de que a categoria “gênero epistêmico” (ALMEIDA, 2023) deve ser usada para designar os relatórios dos ministros de Estado apresentados anualmente ao parlamento. A segunda hipótese é de que não há, no Estado imperial, uma difusão das teorias europeias da doença como variação quantitativa do estado normal (CANGUILHEM, 2022), o que agravava a instrumentalização dos dados estatísticos pela administração. Essa instância, por sua vez, tomava decisões dentro da sua esfera de “Poder Administrativo” (MATTOS, 2017, p. 206-230), à revelia – e devido à inexistência – de políticas públicas de saúde.

Proponho-me, portanto, a realizar uma abordagem renovada de objetos militares no bojo da Nova História Militar Brasileira, doravante NHMB (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004). Exógena a esses objetos, à diferença da história militar tradicional como aquela realizada por Nelson Werneck Sodré (1965), a abordagem atualizada permite a análise de dois conjuntos documentais distintos com os quais recentemente tive contato, a fim de testar ambas as hipóteses, e cumprir o objetivo do artigo.

O primeiro conjunto documental constitui-se de relatórios apresentados pelo encarregado do Hospital Regimental da Marinha em Belém, no ano de 1839, ao intendente do arsenal de marinha do Grão-Pará, no bojo de ofícios trocados entre este último e o presidente da província em questão. Tive contato com essa documentação quando visitei o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) à procura dos documentos oficiais trocados entre o inspetor do arsenal de marinha daquela província, o presidente da província e o ministro da marinha. Importa entender que, à época, a divisão do Império em províncias buscava reduzir essas regiões a circunscrições eminentemente administrativas (MATTOS, 2005) em favor da concentração da política no âmbito da Corte (o Rio de Janeiro). A instância política provincial geralmente servia como trampolim para uma carreira na capital, quer na política, quer na administração, quer na magistratura (CARVALHO, 2017). Em 1839, o Grão-Pará era assolado pela Cabanagem (FAUSTO, 2013, p. 143), que começara em 1835 e duraria até o ano seguinte (1840), deixando milhares de mortos, entre tropas cabanas e do governo e a população civil, o que significa que a própria estrutura administrativa do poder estava desorganizada e precarizada, após quatro anos de conflitos sangrentos e mudanças constantes de capitais, conforme derrotas ou vitórias militares dos dois lados. Trata-se, portanto, de um perfil mais localizado e de organização mais precária como consequência do seu próprio momento e lugar de produção (BARROS, 2020), bem como da intencionalidade por trás da elaboração e da guarda desses documentos.

O segundo tipo documental constitui-se dos relatórios produzidos pelo ministro da marinha no âmbito de sua relação com o Poder Legislativo. Conforme Lei de 15 de dezembro de 1830<sup>1</sup>, os ministros de Estado eram obrigados a fornecerem relatórios anuais à Câmara dos Deputados, que os utilizava como subsídios para a tomada de decisões administrativas e políticas. Ao buscar o posicionamento de diferentes ministros a respeito do Conselho Naval, objeto de maior foco em minha pesquisa atualmente, percebi a existência de extensas tabelas que elencavam, por classificação nosológica<sup>2</sup>, as incidências patológicas que acometiam as forças da marinha em 1853, ano assaz marcante devido à recente intervenção brasileira no Uruguai, além de constituir uma das balizas temporais estabelecidas pela periodização sugerida por Carvalho (2017). Esse perfil é, portanto, oriundo de um contexto de produção diferente daquele em que se originaram as fontes disponíveis no APEP, havendo indícios, já de antemão, que sugiram ser procedente a hipótese proposta de que os relatórios ministeriais constituem um gênero epistêmico próprio.

Impende, ainda, situar o presente estudo perante a já existente bibliografia. Considerando que a saúde na marinha imperial ainda não é um tema frequentemente visitado, não tendo sido possível identificar um estudo especificamente centrado nesse objeto, a comparação com a bibliografia estrangeira é imperativa, visto que abundam produções em línguas estrangeiras sobre a saúde nas marinhas europeias e americana do século XIX. Nesse sentido, pode-se citar *A History of Medicine in the early U.S. Navy* (ANGLEY, 2000), obra em que o autor realiza o esforço de sistematizar uma história da organização do Corpo de Saúde da marinha estadunidense. Mas há também produções em outras línguas: em castelhano, pode-se citar "La ciencia médica en la Armada española del siglo XIX. Análisis de las memorias clínicas que cambiaron el rumbo de la cirugía. Anestesia, Antisepsia y Transfusión" (REDONDO, 2010), texto que, apesar de estar mais no campo de uma história médica, é original por manejar fundo arquivístico pouco visitado no âmbito do *Archivo General de la Marina* (Espanha). Ainda na Europa, mas na década de 1960, Léonard (1969) chamava a atenção – tal qual o presente texto também pretende fazer – para o fato de que escasseavam as produções a respeito da saúde na armada, em seu caso, a francesa. O autor defende, em resumo, que o fluxo intenso de pessoas pelos navios da marinha francesa punha seus médicos em contato com outras realidades, favorecendo que desenvolvessem redes profissionais para além do emprego na força naval. E não somente isso: no século XIX, a disponibilidade de novas tecnologias terapêuticas tinha a bordo dos navios um campo de experimentação prática que gerou, na França – monárquica ou republicana – maços de relatórios dando cabo desse intenso processo de profissionalização do campo médico naval (LOUVIER, 2017). Por fim, a produção alemã, embora menor, também tem seu quinhão no campo da medicina voltada para a guerra no mar. Nesse caso, podem-se citar Jutta Nowosadtko e Sebastian Pranghofer

1 Art. 42 da Lei de 15 de dezembro de 1830: “Os Ministros e Secretários de Estado dos Negócios do Império, Justiça, Fazenda, Guerra, Estrangeiros, e Marinha, apresentarão d'ora em diante na Câmara dos Deputados, até o dia quinze de Maio, relatórios impressos, nos quais mui circunstanciadamente exponham o estado dos negócios a cargo de cada Repartição, as medidas tomadas para o desempenho de seus deveres, e a necessidade, ou utilidade do aumento, ou diminuição de suas respectivas despesas.”(BRASIL,1830)

2 Cf. Bechara (2009, p. 635), define-se “nosologia” como “descrição e estudo das doenças”.

(2014), que, debruçados sobre as interações – e externalidades por elas geradas – entre a medicina militar e a civil, traçam um panorama geral da literatura disponível, excedendo o estudo de caso alemão. Para um estudo específico em língua alemã, que fornece rica exposição sobre os arquivos militares da Áustria-Hungria, há também o precioso guia elaborado por Michael Hochedlinger (2011); já sobre a relação entre militares e civis naquele extinto país, a obra de Cole, Hämerle e Scheutz (2010) apresenta proposta assemelhada à da NHMB.

## Gênero Epistêmico

O conceito de gênero epistêmico foi primeiramente proposto pela historiadora italiana Gianna Pomata (ALMEIDA, 2023), para quem a articulação de determinados conhecimentos extrapola as formas literárias – ou gêneros literários. Assim, tachar, por exemplo, manuais medievais alquímicos ou médicos, relatos de viagens produzidos entre os séculos XV e XIX, os diálogos de Galileu e manifestos políticos de formas literárias, seria empobrecer a apreensão da verve epistêmica desses meios de comunicação, circunscrevendo-os somente a seu aspecto de apresentação formal.

Suspendendo a diferença racionalizada entre história e literatura – categoria de diferenciação que Pomata pensa não servir à apreensão dessas formas de escrita narrativa –, a historiadora propõe um “outil”, ou “ferramenta” conceitual que denomina “gênero epistêmico”, categoria que permite traçar uma interlocução entre uma história dos conceitos e a história da ciência (também conhecida como epistemologia). Essa categoria, ou ferramenta conceitual, é definida por duas características principais, a saber: “todo gênero epistêmico é textual” e “aqueles que escrevem um gênero epistêmico precisam estar conscientes disso” (ALMEIDA, 2023, p. 4). Esta última característica também pode ser chamada de “consciência de gênero” ou *gender awareness*.

Embora o foco do presente artigo e o da pesquisa de Almeida (2023) sejam objetos textuais, é válido tecer uma breve crítica a tal purismo escrito: se pensarmos em culturas ágrafas, seria o mesmo que dizer que suas lendas, sagas e conhecimentos somente poderiam constituir gêneros epistêmicos uma vez escritos, o que certamente é um absurdo que flerta com a anulação dessas epistemologias. De outra parte, poder-se-ia argumentar que Pomata desenhou a categoria para culturas dotadas de escrita, especificamente no norte global, que é seu lugar de produção; mas também aí há limitações, pois o seminário de Lacan (2009), por exemplo, apesar da ciência do autor de que seria publicado, foi proferido verbalmente e contém uma densidade epistêmica incontestável.

É importante ressaltar que nenhuma ferramenta epistêmica é perfeita, e não seria diferente com o (meta-)conceito de “gênero epistêmico”. Entretanto, apesar de suas limitações, seu desenho pensado para textos escritos é bastante útil e aplicável para os documentos acima referidos, além do que Almeida faz uma fundamentada explicação de sua aplicação para os manifestos de caráter político. Neste texto, sua aplicação estará voltada para os relatórios ministeriais, como se propôs na introdução e, comparativamente, com fins de contraposição – um *chiaroscuro* – à documentação descoberta no APEP.

## Análise da primeira série documental: tarefas do quotidiano

O Arquivo Público do Estado do Pará, localizado na cidade de Belém-PA, custodia uma volumosa coleção de documentos afetos àquela antiga província – aí compreendidos os atuais estados que resultaram de seu desmembramento – e àquele atual estado da região Norte do país. Especialmente rico em fontes documentais que dialogam com a Cabanagem, a instituição possui também catálogos próprios editados e disponibilizados no local, a exemplo do “Catálogo de Documentos Manuscritos: Período Colonial (1649-1823)” (TORII; VERA CRUZ, 2012), de “Textos e fontes do Arquivo Público do Estado do Pará (vol. 2)” (PACHECO; TORII; CAVALCANTI, 2013) e dos “Anais do Arquivo Público do Pará”.

Embora contenha documentação produzida antes da Independência, o acervo do APEP está organizado, para os séculos XIX-XXI, conforme a documentação produzida no âmbito de cada Poder do Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário. Note-se que não há documentos produzidos pelo Poder Moderador do período imperial, o que pode ser explicado pelo caráter pessoal e centralizador de tal instância, cujo exercício dava-se no âmbito do governo geral e, portanto, na capital do Império – o Rio de Janeiro.

Mas estar separado de acordo com os três poderes implica, a priori, um juízo que pode ser verificado materialmente no arquivo: ele contém predominantemente a documentação produzida no âmbito do Estado, quer seja administrativa, política ou jurídica. É, portanto, essencialmente um repositório propiciador de uma história do próprio Estado, dimensão que precisa ser considerada nos estudos que intencionem compulsá-lo a fim de que a metodologia seja capaz de propor as perguntas e os caminhos de pesquisa mais instigantes à documentação, sob pena de que se acabe por criar uma narrativa historicista.

Dentro de cada poder, o APEP mantém os documentos segregados por “área”. No caso do Poder Executivo, esse recorte corresponde às suas subdivisões político-administrativas, algo correspondente à divisão dos ministérios feita no âmbito do poder geral. São elas: “Segurança Pública”, “Saúde e Saneamento”, “Obras Públicas”, “Guerra”, “Governo”, “Finanças”, “Educação e Cultura”, “Comunicação” e “Agricultura.

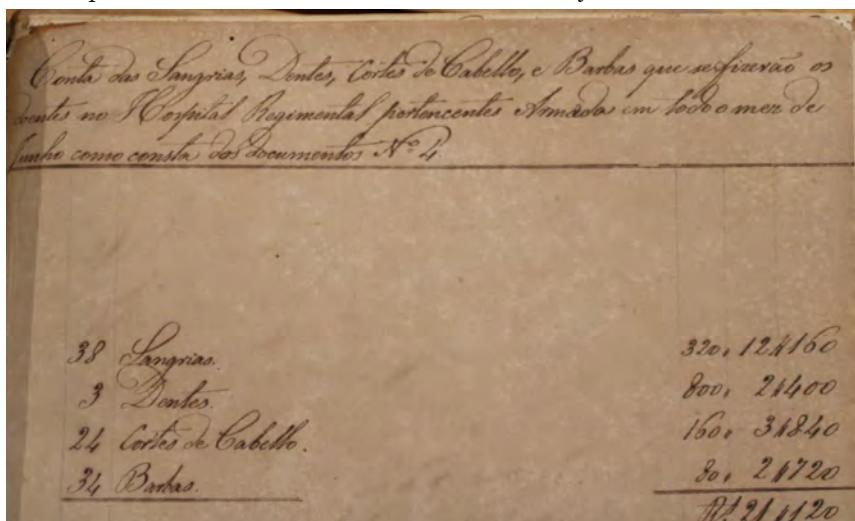
Note-se que inexiste uma “área” intitulada “Marinha”, o que estabelece uma forte distinção entre o APEP e o Arquivo Nacional (AN). Em ambos os casos, contudo, a documentação não está digitalizada, de sorte que se pode tomar conhecimento somente da tipologia definida no processo de catalogação antes de acessarem-se as fontes diretamente. Por um lado, essa classificação, no APEP, está digitalizada, porém apresenta pouco detalhamento; já no AN, a catalogação pode ser consultada, para o “fundo Marinha”, exclusivamente por meio de fichas; em compensação, a descrição documental é aí mais minuciosa que no APEP. Toda a documentação afeta à Marinha no Pará está, assim, distribuída em somente três “áreas” compreendidas no âmbito da seção “Poder Executivo” das acima mencionadas, a saber: Segurança Pública (Fundo Secretaria de Polícia da Província), Guerra (Fundo Arsenal da Marinha) e Governo (Fundos Secretaria da Capitania, Secretaria da Presidência da Província e Secretaria do Governo).

Interessam especialmente a esta pesquisa os ofícios trocados entre o presidente da província do Pará e o inspetor do arsenal de marinha. De antemão, notem-se duas considerações a respeito desses postos: ambos representam diretamente o poder central (à altura, denominado geral), e por ele são indicados. Isso significa dizer que a troca de ofícios entre o presidente e o inspetor trata eminentemente da gestão da província pelo centro, a partir da perspectiva do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, deve-se entender que essa gestão não logra ser completamente eficiente em seu intuito centralizador, dado que o presidente de província, embora fosse indicado pelo Poder Central, não acumulava todas as funções de Estado no nível da província; no lugar disso, era a assembleia provincial, aliada ao vice-presidente da Província – quem geralmente permanecia no cargo por mais tempo que o próprio presidente – que detém em boa medida o poder de facto da gestão dos assuntos provinciais (DOLHNIKOFF, 2005, p. 103).

Tais fontes, nomeadamente, os “Ofícios do presidente da província ao inspetor do arsenal, 1839, volume 4”, oriundas da seção “Poder Executivo”, área “Guerra”, fundo “Arsenal de Marinha”, apresentam ainda outra peculiaridade de implicação metodológica delicada: a inexistência de uma série coesa e consistente que permita uma abordagem serial ao longo de décadas de ofícios trocados. É, portanto, preciso ater-se ao material existente e dar preferência a utilizá-lo na resposta a questões pontuais, não sendo possível precisar o momento em que esse tipo de documento começou a circular.

Abaixo, segue a fac-símile de uma tabela constante nos relatórios trocados entre o inspetor do arsenal de marinha da província do Grão-Pará – responsável pela gestão da construção e do reparo de navios – e o presidente dessa província:

**Figura 1:** Conta das Sangrias, Dentes, Cortes de Cabello, e Barbas que se fizeram os doentes no Hospital Regimental pertencentes Armada em todo o mês de junho como consta dos documentos Nº 4.



Conta das Sangrias, Dentes, Cortes de Cabello, e Barbas que se fizeram os doentes no Hospital Regimental pertencentes Armada em todo o mês de Junho como consta dos Documentos Nº 4.	
38 Sangrias.	320, 124160
3 Dentes.	800, 28400
24 Cortes de Cabello.	160, 31840
34 Barbas.	80, 28720
	<hr/>
	8121120

**Fonte:** Arquivo Público do Estado do Pará, Área Guerra, Fundo Arsenal de Marinha, Ofícios do presidente da província ao inspetor do arsenal, 1839, volume 4.

### Transcrição:

Conta das Sangrias, Dentes, cortes de Cabello, e Barbas que se fizerão os doentes no Hospital Regimental pertencentes [sic] Armada em todo o mez de Junho como consta dos documentos Nº 4.

38 Sangrias.	320= 12\$160
3 Dentes.	800= 2\$400
24 Cortes de Cabello.	160= 3\$840
34 Barbas.	80= 2\$720
Rs. 21\$120	

O formato de tabela escolhido pelo autor do texto cumpre a função de explicitar graficamente a prestação de contas dos procedimentos realizados naquele Hospital. A organização do documento indica que não há preocupação maior em classificar as doenças que afligiam os integrantes do dito regimento. No lugar disso, um rol limitado de intervenções terapêuticas (as sangrias e os dentes, subentendida a extração desses últimos), direcionadas a um sem-número de patologias não explicitadas, figura ao lado de igualmente limitados procedimentos de higiene (cortes de cabelo e barbas), elencando-se ao lado dos quatro procedimentos o seu respectivo valor unitário e o total, em réis.

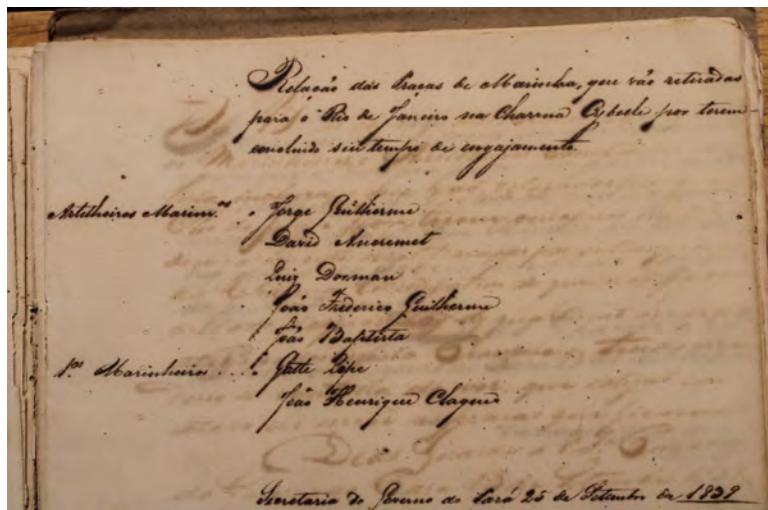
A propósito desses procedimentos, é preciso indicar que a higiene surge como forma de permitir a civilização dos corpos, em especial daqueles oriundos das camadas mais despossuídas da sociedade, como os marinheiros. Trata-se de um contexto em que,

A medicina que, desde o início do século XIX, lutava contra a tutela jurídico-administrativa herdada da Colônia, deu um largo passo em direção à sua independência, aliando-se ao novo sistema contra a antiga ordem colonial. Este progresso fez-se através da higiene, que incorporou a cidade e a população ao campo do saber médico. Administrando antigas técnicas de submissão, formulando novos conceitos científicos, transformando uns e outros em táticas de intervenção, a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária. (COSTA, 1983, p. 38).

Ao que tudo indica, mas não fica explícito no documento, trata-se de receitas incorridas pelo Hospital Regimental ao realizar os procedimentos, que provavelmente eram custeados pelos próprios usuários do serviço, malgrado muitos fossem recrutados à força nos extratos sociais mais vulneráveis perante o poder do Estado imperial. A propósito dessa afirmação, é preciso explicitar que o orçamento do Império previa, na sua dotação anual, uma despesa com o “corpo de imperiais marinheiros”, fazendo menção a não se incluírem aí as despesas com pensões e montepios. Ou seja, não havia, por parte do Estado oitocentista de inspiração liberal, preocupação generalizada com acesso à saúde dita pública (conceito anacrônico relativamente ao período). Não havia sequer para os integrantes do próprio Estado, ausência que constituía uma característica estrutural da montagem ideológica dessa máquina, em especial para as camadas mais desfavorecidas da armada, essencialmente constituída por pessoas negras (NASCIMENTO, 2001), (ex-)escravizadas ou não.

Traços dessa presença nas forças da marinha presentes no Pará abundam nesses relatórios locais, como neste também de 1839, em que ocorre a dispensa de serviço de praças recrutadas após haverem cumprido seu tempo obrigatório (engajamento):

**Figura 2:** Relação das Praças de Marinha, que são retirados para o Rio de Janeiro na Charrua Caboclo [?] por terem concluído seu tempo de engajamento.



**Fonte:** Arquivo Público do Estado do Pará, Área Guerra, Fundo Arsenal de Marinha, Ofícios do presidente da província ao inspetor do arsenal, 1839, volume 4.

#### Transcrição:

Relação das Praças de Marinha, que são retirados para o Rio de Janeiro na Charrua Caboclo [?] por terem concluído seu tempo de engajamento.

Artilheiros Marinheiros. <sup>os</sup>	Jorge Guilherme
	David Ancremet [?]
	Luiz Dorman
	João Frederico Guilherme
	João Baptista
1. <sup>os</sup> Marinheiros	Gatte [?] Lope
	João Henrique Claque [?]

Secretaria do Governo do Pará 25 de Outubro de 1839

Em síntese, tais documentos, apreendidos no seu conteúdo e nas condições que determinaram seu arquivamento e guarda até o presente, permitem afirmar que sua produção visava à prestação de contas entre dois agentes do poder central localizados na província do Pará. Se, por um lado, tais agentes eram incapazes de articular uma política completamente eficaz de controle da periferia pelo centro (o qual representavam), dado o peso da autonomia desempenhada pelo poder político regional, tampouco era a intenção de seus autores produzir um conhecimento sistemático de

moléstias e procedimentos terapêuticos. São, portanto, documentos comuns sob a ótica da administração, e a existência de somente alguns ofícios espaçados temporalmente – no lugar de uma série temporal e arquivisticamente coesa – é evidência favorável ao caráter corriqueiro enquanto simples comunicações formais entre pessoas<sup>3</sup> integrantes da administração, diferenciados por grau hierárquico dentro da máquina administrativa, com fins pragmaticamente definidos: manter a contabilidade do Hospital e sua integração no sistema administrativo no Império. Na medida em que não articulam uma forma sistemática de conhecimento, não constituem, portanto, um gênero epistêmico.

No contexto das forças da marinha localizadas na província do Pará, cujos integrantes eram tratados no dito hospital, importa, por fim, mencionar a própria relevância do regimento no contexto dos Estados-Nação do XIX. Por um lado, sua função educadora de jaez autodeclaradamente civilizador já fora apontada por John Keegan (2006, p. 33), ainda que tenha fugido ao historiador britânico a dimensão da política médica aplicada nesses ambientes. Lá:

Formula-se então a necessidade de um novo espaço, que atende à exigência de formação de corpos regulares, selecionados e educados de acordo com os preceitos da ciência médica. Formação que deve ser permanente e contínua, não podendo dar-se na proximidade do momento excepcional do combate, mas deve estender-se ao tempo de paz e, neste, ocupar toda a vida do indivíduo. Permanência e continuidade que exigem a concentração de pessoas em locais especialmente destinados a essa finalidade. A análise e proposta médicas têm como objetivo definir o processo de produção do soldado bem formado física e moralmente que ajuda e sirva na guerra e na paz como modelo de cidadão perfeito. Objetivo que, para ser alcançado, necessita de um quartel totalmente medicalizado. (MACHADO; LOUREIRO; LUZ; MURICY, 1978, p. 307)

Mas é também nessa dimensão a que acabei de me referir – a da interface com a administração central – que esse primeiro perfil, não qualificável como gênero epistêmico, vincula-se ao segundo perfil que abajo veremos, em relação de subordinação a um projeto político de uma elite herdeira (MATTOS, 2005) de um território e de um sistema imperial que impôs seu domínio sobre o Pará, medida em que as tarefas do quotidiano de um hospital regimental permitem a articulação de uma gestão do próprio Império.

### **Análise da segunda série documental: gestão do Império e imposto disciplinar**

De outra parte, os relatórios dos ministros da Marinha indicam um foco de todo diferente, que poderá ser mais facilmente iluminado pelo contraste com a documentação que acima se analisou. Se, no caso anterior, uma empreitada no sentido da história serial é dificultada em decorrência dos grandes vazios documentais – isto é, por uma limitação afeta à própria quantidade e qualidade das fontes, – os relatórios ministeriais compreendem um panorama bastante diferente.

<sup>3</sup> No sentido que Roberto DaMatta (1997) atribuiu a esse termo, isto é, de lugar social e ocupacional de indivíduos matizados pelo poder que essas posições emanam.

Guerra e, posteriormente, Agricultura, Comércio e Obras Públicas) eram, na figura dos ministros, obrigadas a produzirem relatórios em que se apresentasse o estado da pasta aos parlamentares, o que servia de subsídios a que deputados e senadores tomassem decisões políticas e orçamentárias concernindo os diferentes ramos da administração.

Ocorre que, nos primeiros anos daquela década de 1830, era comum haver críticas e queixas abertas dos legisladores quanto à deficiência ou à insuficiência de informações constantes nos relatórios. É emblemático, por exemplo, um caso de 1836, em que o deputado geral Sebastião do Rego criticava o então ministro da Marinha, Salvador Maciel, por seu virtualmente completo desconhecimento do estado de coisas da pasta sob sua administração (BRASIL, 1887, p. 132-139).

Essa situação alterou-se drasticamente no biênio 1837-1838, quando os relatórios passaram por uma complexificação carregando a contrabordo um adensamento sem precedentes da informação neles constante. A conjuntura, nesse caso, dita o entendimento do processo: tratava-se do período em que se formou um governo conhecido como “Ministério das capacidades”. Foi nesse âmbito que, conforme notou Adriana Barreto de Souza (SOUZA, 1999, p. 87), no bojo do movimento conhecido como “Regresso Conservador” (MATTOS, 2017), os relatórios começaram a trazer no corpo do texto informações sistemáticas e minuciosas sobre o estado das respectivas pastas: passam a abundar tabelas de vencimentos, relações nominais de empregados, descrição das atividades realizadas pelo ministério e propostas de lei ao Poder Legislativo, que eram apresentadas em conjunto com o documento principal.

Desde 1837/1838, portanto, consolida-se uma prática administrativa que, doravante, seria aplicada independentemente da orientação do governo da situação, quer fosse conservador ou liberal. Tratava-se, em verdade, de uma nova gramática que busca articular um pensamento calcado numa visão conservadora da política a uma ação definida pela criação de novos métodos de veiculação de conhecimento, intrinsecamente ligada à articulação do poder das elites escravagistas que dominavam o cenário político do Império.

Outra diferença marcante relativamente à primeira série documental é o fato de que esses relatórios ministeriais, acompanhados de suas propostas, encontram-se inteiramente digitalizados, conformando uma série quantitativa e qualitativamente abrangente, que permite invectivas de teor serial. Para os fins da presente pesquisa, contudo, não se optou por essa perspectiva, bastando indicar que a possibilidade de aplicá-la já fala favoravelmente à noção de que um conjunto de características presente nesses documentos – minuciosidade, linguajar compartilhado em favor de uma teoria de desenvolvimento civilizacional, estrutura padronizada, densidade informacional, preocupação com catalogação de objetos e pessoas, dados orçamentários e estatísticos sofisticados e coesos, conservação virtualmente integral do texto e dos diversos volumes anualmente produzidos – denunciam um esforço monumental por trás de sua consecução e de sua preservação, o que se explica dada a centralidade que a forma de veiculação epistêmica adquiriu, sob a configuração de um gênero próprio.

Relativamente ao tema específico da saúde, é possível identificar que, a depender do momento, os relatórios do ministro da marinha – já entendidos como integrantes de um gênero epistêmico – dispensam tratamentos distintos à questão, conforme evolução anual da abordagem desse tema. De início, a preocupação maior desses documentos era tão somente a de dar conta do número de usuários dos Hospitais da Corte e provinciais, com fins de obter do congresso maior dotação orçamentária para esse setor. Conforme apontou Carvalho (2017, p. 263) sobre o orçamento dos Estados, trata-se de entender que “Excelente indicador da distribuição de poder em um sistema político são as contas do governo. O poder de lançar impostos e as condições de legitimidade em que ele se exerce estiveram no centro das lutas que fundaram o Estado Moderno.” (CARVALHO, 2017, p. 263). Nesse primeiro momento, portanto, que se estende de 1830 (data do surgimento dos relatórios) a 1849<sup>4</sup>, o tratamento dispensado por aquele gênero epistêmico à saúde a compreende como mais uma série de dados estatisticamente organizados e veiculados num todo maior de informações. Naquele ano, a “febre” (amarela) figura pela primeira vez na pena do ministro. Dando cabo do “flagello”, Manuel Vieira Tosta relata ao congresso que:

**A epidemia, que tem flagellado esta Côrte, e outros portos do Imperio, em que estacionão embarcações da Armada, havendo ceifado as fileiras de ambos os Corpos, apenas deixou aumentar os mesmos com setenta e quatro praças de pret, provenientes do recrutamento forçado; sendo esta a diferença dos últimos mapas, em comparação com os que vierão anexos ao mencionado Relatorio; e assim mesmo treze forão reunidas ás Companhias de Apprendizes Marinheiros, cujo estado actual sóbe á 299 praças, incluídos os Officiaes, isto he, mais 93 que o estado completo. Não sucede o porém o mesmo, quanto á marinhagem, porque, havendo-se mandado contractar maruja estrangeira, chegou a este porto no dia 3 do corrente o numero de 130 individuos, pela maior parte Norte-americanos, engajados por tres annos em Inglaterra pelo Chefe de Esquadra, João Pascoe Grenfell, o qual tambem comunicou que faria partir mais 100 no fim de Março ultimo, e continuará a remeter os que faltão á completar os 100, para que recebeu autorização. A despeza com este engajamento sobe á £ 12, 17s., 6ds [12 libras, 17 xelins e 6 pence] por cada marinheiro, sendo 5 £ por premio de contracto, e o mais pelo transporte respectivo até o desembarque neste Porto.**

**Estando desfalcadas as guarnições dos Navios, que compõe a Divisão do Rio da Prata, mandou-se seguir para ali 102 dos ditos marinheiros; mesmo porque convinha livral-os da epidemia reinante, de que muitos serião victimas, se aqui permanecessem.** (Relatório do Ministério da Marinha de 1849, p. 1, grifos do autor)

A incipiente epidemia de febre amarela punha assim um novo desafio à administração imperial. No começo do texto, o Barão de Muritiba trai a frieza dos números que informa ao parlamento: não fora possível atingir o quantitativo pretendido de praças na Armada porquanto a epidemia que grassava tornara esse esforço inatingível, mesmo aplicando-se a violência do recrutamento forçado. Impende ressaltar que esse tipo de recrutamento, amplamente difundido no Império, compunha uma forma especial de tributação, um imposto de sangue (BEATTIE, 2009, p. 70)<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Embora seja referente ao ano de 1849, o relatório foi elaborado em 1850, quando a febre então já assolava o Império. Todos os relatórios eram elaborados no ano seguinte ao da competência e apresentados à Câmara até o dia 08 de maio.

<sup>5</sup> Embora bastante relevante, a contribuição de Beattie, por prestigiar uma visão a partir da lógica central do Estado, acaba sendo algo condescendente com o recrutamento forçado. Para o historiador, esse mecanismo somente era empregado em casos-limite, como o da fonte acima, uma vez que, a longo

que cobrava à “má sociedade”, a prazo distendido, a prestação de serviços forçados nos estabelecimentos militares da marinha e do exército imperiais, Estado esse que, nascendo com a abdicação, “é o motor-propulsor do súbito prestígio da higiene.” E cuja “atividade médica coincidia e reforçava a solidez de seu poder, por isso recebeu seu apoio”. (COSTA, 1983, p. 32).

Nesse momento, transcende ademais o texto de Muritiba a noção de que a praga está circunscrita a condições locais, o que vai bastante ao encontro da visão imperante no começo da epidemia, conforme as falas do deputado e médico Paula Cândido, para quem, naquele fevereiro de 1850, a febre “estava muito longe de ser contagiosa” (*apud* MEDEIROS, 2021, p. 36). Sob essa ótica de caráter territorial, justifica o ministro a transferência de 102 marinheiros para o Prata, o que cumpre tanto o papel de suprir aquela estação da força de trabalho necessária quanto o de, supostamente, manter a saúde dessa mesma força, livrando-a “da epidemia reinante, de que muitos serião victimas” se na Corte permanecessem<sup>15</sup> (CÂNDIDO *apud* MEDEIROS, 2021, p. 36).

Tal concepção sofreria uma mudança profunda nos anos subsequentes, e o foco dos relatórios migraria de uma simples relação de frequências aos hospitais de marinha da Corte e das províncias para uma detalhada estatística, refinadamente elaborada por tipo de entidade nosológica incidido naquele exercício:

---

prazo, causava desagregação entre as praças voluntárias e as recrutadas à força, que se revertia em problemas disciplinares desinteressantes à Administração. Penso que seja mais interessante o ponto de vista de Álvaro Pereira do Nascimento, que apontou os benefícios pecuniários auferidos pelos agentes policiais responsáveis pelo recrutamento nas províncias, interessados em ganhos materiais diretos e, portanto, desimplicados da política oficial da Corte. Cf. Nascimento (2001, p. 67).

**Figura 3:** “Estatistica dos doentes tratados no Hospital de Marinha da Côrte, Enfermarias de Pernambuco e Montevidéo, e a bordo dos Navios de Guerra, de Março de 1853 a Março de 1854”.



**Estatistica dos doentes tratados no Hospital de Marinha da Côrte, Enfermarias de Pernambuco e Montevidéo, e a bordo dos Navios de Guerra, de Março de 1853 a Março de 1854.**

**HOSPITAL DE MARINHA DA CORTE.**

De Abscessos . . . . .	79
» Adenites . . . . .	16
» Amauroses . . . . .	1
» Anginas . . . . .	40
» Anquilose . . . . .	4
» Aneurisma . . . . .	2
» Antraz . . . . .	7
» Apoplexia pulmonar . . . . .	1
» Ascites . . . . .	5
» Asthma . . . . .	25
» Bexigas . . . . .	18
» Blenorragias . . . . .	58
» Boubas . . . . .	9
» Bronchites . . . . .	299
» Broncho pleurisia . . . . .	8
» » pneumonia . . . . .	4
» Bubons syphiliticos . . . . .	81
» Cancros . . . . .	42
» Carie. . . . .	21
» Catarata. . . . .	16
» Cestites . . . . .	2
» Colites . . . . .	34
» Compressão cerebral . . . . .	9
» Congestão . . . . .	11
» » pulmonar . . . . .	4
» Contractura da perna . . . . .	1
» Contusões . . . . .	87

234

**Fonte:** Relatório do Ministro da Marinha do Ano de 1853, p. 1. Brazilian Government Documents. Disponível em: <<https://www.crl.edu/brazilian-government-documents>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

Ao contrário do que ocorre com os documentos disponíveis no APEP, oriundos do Hospital Regimental da província do Pará, o foco dos relatórios ministeriais, a partir de 1850, passa a estar na patologia, e não mais na terapêutica. Ou seja, se parece compreensível, à primeira vista, que o inspetor do arsenal de marinha do Pará comunique à instância provincial os insumos que utiliza para tratar as patologias que afligem os enfermos do regimento a fim de prestar contas dessa atividade – tarefa quotidiana –, menos evidente é a relevância de que o ministro informe os parlamentares brasileiros acerca de estatísticas sobre as tipologias nosológicas que afligiam a Armada Imperial no contexto mais geral, inclusive a sua porção que se encontrava no Uruguai, em caráter expedicionário. Em ambos os casos, uma juxtaposição de saúde e interesses político-administrativos de um Estado em construção, cuja diferença se agudiza por meio da consolidação de um discurso político,

no último caso, materializado sobre uma política de matematização e controle de corpos a serviço de uma elite:

#### Observações

Das estatísticas, que me são mensalmente enviadas do Hospital de Marinha da Corte, e dos diversos Navios da Armada em viagem ou estacionados em diversas Divisões Navaes, e das quaes se colligio a presente estatistica, vê-se que de 4,784 doentes, 656 são de molestias syphiliticas, 879 de molestias pulmonares, degenerando em phthysicas, que destruem uma grande parte destes doentes; e 396 de affecções rheumaticas. A excepção destas ultimas molestias, a maior parte devida á estação invernosa do Rio da Prata, e da diarréa, que affectou um grande numero de marinheiros da Divisão estacionada em Montevidéo, nenhuma epidemia tem reinado á bordo dos navios de Guerra. Os casos, que se derão de febre amarella, não constituem uma epidemia: poucos forão os casos que terminarão pela morte; e se para o anno futuro a estação calmosa correr, como este anno, pode-se nutrir a bem-fundada esperança, de que esta terrível molestia cessará de aparecer, ou pelo menos não será tão mortifera quanto tem sido.

O grande numero de phthysicas que ceifa a nossa marinhagem, é devido em grande parte ás molestias venereas, de que são accreditados os marinheiros, quando desembarçam em qualquer Porto, e das quaes, ou não se curão em tempo, por não haver Cirurgiões a bordo de seus Navios, como sucede em todos, cuja lotação não dá esta; ou par- [sic.] evitar de se recolherem ao Hospital, quando aqui chegam, occultão essas molestias, em quanto podem soffrer, até que a final vão para o Hospital, quando não podem mais supportá-las. A maior parte dos phthysicos da Armada sofrerão primeiro repetidas e duradouras blenorragias ou blenorréas, e bubões. Tambem as repetidas constipações, a que inevitavelmente são sujeitos, principalmente os da Estação do Rio da Prata, concorrem poderosamente para occasionar este genero de molestia. As outras molestias que se tratarão, seja de Hospitaes, seja nos Navios, nada offerecem de importante (Relatório do Ministério da Marinha de 1853, p. 7).

Embora não completamente superada e com números ainda expressivos, a febre amarela estava não obstante desfeita de seu caráter epidêmico, e segue-se atribuindo às condições ambientais o motivo da melhoria no quadro geral da doença. Duas outras classes de patologia – as tísicas e as doenças venéreas – recebem especial atenção, o que ocorre por incapacitarem os enfermos para o trabalho. Especialmente interessante é a atenção dispensada a essas moléstias que hoje se denominariam IST, visto que há um tom moralizante e condenatório tanto da maneira como as adquirem os marinheiros (“quando desembarçam em qualquer Porto”), quanto da forma pela qual ficam incapacitados (“occultão essas molestias, em quanto podem soffrer, até que a final vão para o Hospital, quando não podem mais supportá-las”).

Tendo em mente o paralelo com a epidemia de cólera que grassou a Europa na década de 1830, trata-se de entender que a existência de uma tal doença no Brasil, como a febre amarela, fomenta um ímpeto de aprofundar-se o projeto de civilização. Isso porque a epidemia era entendida como decorrência do estado moralmente corrupto das classes mais desfavorecidas, cabendo ao Estado civilizá-las. Como afirmou François Delaporte,

No modo de análise baseado em condições de vida, a alta taxa de mortalidade em meio à classe trabalhadora era vinculada à maneira como aquela classe vivia. Mas neste novo modo de análise, a mesma alta taxa de mortalidade era

associada aos traços ditos característicos de um grupo considerado inferior em sua própria natureza. Movemo-nos de um plano de análise física e histórica para o reino do espírito, e o que vemos já não é consequência da evolução histórica, mas a manifestação de essência moral imutável. (DELAPORTE, 1986, p. 106)<sup>6</sup>

Uma terceira classe de moléstias, contudo, não figura como uma das mais relevantes: entre 6 “colites” e 11 “dartros”, conforme a fac-símile abaixo, figuram inadvertidamente nada menos que 117 “contusões por castigo”. Exclusivas das estatísticas dos navios, não constando nas dos hospitais, essas contusões rivalizam somente com o número de “bronchites” (199), ganhando ainda do terceiro colocado em incidência, o “Rheumatismo articular” (105). Embora sua causa seja distinta daquela das demais patologias, por serem decorrentes da prática das chibatadas incorridas pelos tribunais de convés (NASCIMENTO, 2001), seu efeito incapacitante é tão relevante quanto o das demais enfermidades. Isso significa que o Estado, no seu braço naval, estava disposto a invalidar momentaneamente certo número nada desprezível de marinheiros e que racionalizava essa violência pelo interior de formas mais amplas de controle da utilidade da força de trabalho embarcada. Nesse caso, se o recrutamento forçado já constituía um imposto de sangue, as “contusões por castigo” instituem uma tributação em cascata que incide sobre o que se considera, pela ótica da administração, o capital humano tributável, revertendo receitas não para o campo material, mas para o campo simbólico e para a economia moral de um projeto civilizacional, cujo tesouro se aumenta pela coleta de um “imposto disciplinar”<sup>7</sup>. Se o imposto era devido e esperado, justificava-se a asserção do ministro de que “As outras molestias que se tratarão, seja de Hospitaes, seja nos Navios, nada offerecem de importante” (Relatório do Ministro da Marinha do Ano de 1853, p. 7).

6 Tradução do autor. No original: *In the mode of analysis based on living conditions, the high mortality rate among the working class was linked to the way in which that class lived. But in this new mode of analysis the same high mortality rate was associated with traits said to be characteristic of a group deemed inferior by its very nature. We have moved from the plane of physical and historical analysis to the realm of the spirit, and what we see is no longer the consequence of historical evolution but the manifestation of immutable moral essence.*

7 Proponho aqui a cunhagem desse termo/ferramenta/“outil” para descrever a realidade articulada pelos relatórios dos Ministros da Marinha no sentido de uma “ficação de método” (JABLONKA, 2016, p. 210.) capaz de descrever a realidade de que trata.

**Figura 1:** Continuação da “Estatistica dos doentes tratados (...)"

Transporte.	17
Do Bexigos . . . . .	19
» Blenorragias . . . . .	42
» Bronchites . . . . .	199
» Bronco-pneumonia . . . . .	6
» Bubões sifilíticos . . . . .	16
» Cancros » . . . . .	45
» Colicas . . . . .	21
» Colites . . . . .	6
» Contusões por castigo. . . . .	117
» Dartras . . . . .	11
» Diarréa . . . . .	93
» Dysenteria . . . . .	3
» Emphysema . . . . .	5
» Endo-Cardite . . . . .	3
» Erysipela . . . . .	29
» Febres benignas . . . . .	48
»   » intermitentes . . . . .	17
» Feridas combustas . . . . .	12
»   » contusas . . . . .	47
»   » incisas . . . . .	39
»   » por arma de fogo . . . . .	1
» Fractura do braço. . . . .	12
»   »   » fémur . . . . .	1
»   »   » tibia . . . . .	8
»   »   » crânio com commoção. . . . .	1
» Frunculos . . . . .	11
» Gastrite . . . . .	24
» Gastro-enterite . . . . .	7
»   » hepatite . . . . .	12
» Hemoptisia . . . . .	6
» Hepatites. . . . .	3
» Ophtalmia . . . . .	11
» Orchites . . . . .	14
» Oítites. . . . .	12
» Otorrhéa . . . . .	2
» Panarício. . . . .	9
» Pericardites . . . . .	2
» Peritonites . . . . .	1
» Phlegmões . . . . .	12
» Phymoses . . . . .	2

234

**Fonte:** Relatório do Ministro da Marinha do Ano de 1853, p. 1. Brazilian Government Documents.

Disponível em: <<https://www.crl.edu/brazilian-government-documents>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

Aqui importa indicar que esses relatórios não se limitam à temática da saúde, mas abrangem diversos outros temas e são extensivos a todos os ministérios do Império. Se comparados ao primeiro corpus documental – os relatórios apresentados na esfera provincial –, é possível afirmar que a diferença estabelecida entre ambas as séries é marcante justamente pelo caráter de gênero epistêmico que somente os relatórios ministeriais assumiram, o que se comprovou para o caso específico da marinha, e se replica em todos os demais ministérios.

## Conclusão

Duas conclusões decorrem dessa análise que propus anteriormente, e vão ao encontro de se comprovarem as hipóteses propostas na introdução:

A primeira consiste em considerar o segundo corpus documental – aquele dos relatórios dos ministros – como um gênero epistêmico autônomo. Isso ficou especialmente claro no contraste realizado com o primeiro conjunto de documentos – aquele oriundo do APEP. Neste último, características de conservação e disponibilidade das fontes, bem como o próprio conteúdo do texto permitem perceber que se trata de comunicação administrativa entre dois representantes do poder central no âmbito provincial (o presidente da província e o inspetor do arsenal de marinha), que ocorre de maneira corriqueira. Ao revés, no caso dos relatórios dos ministros, existe uma gramática clara de veiculação de uma ação política por meio da organização compulsiva de dados sobre o patrimônio material dos ministérios e seus empregados, a serviço de um projeto gestado por uma elite escravocrata, para cuja gestão do aparato do Estado – no sentido de concretização de seu projeto – as informações sistematizadas eram imprescindíveis.

A segunda conclusão consiste em pensar que o que está em jogo na relação entre a política/administração e a saúde, seja como elemento corriqueiro da documentação administrativa, seja como elemento introjetado em um projeto político plasmado em um gênero epistêmico, é uma visão externa ao campo médico do século XIX. Isto é, no âmbito de uma elite que preenche postos nos três poderes responsabilizáveis do Império (o Moderador sendo constitucionalmente irresponsável), não há, nesse momento, uma difusão das teorias de doença enquanto variação quantitativa (CANGUILHEM, 2022, p. 9-69) de um estado normal ideal nessa elite, salvo em casos minoritários de formação médica. Ao revés, trata-se de um olhar externo à ciência médica, que a instrumentaliza na medida em que nela identifica a possibilidade técnica de manutenção da força produtiva – nesse caso, militares, seja na consolidação do Estado Imperial, caso do Pará em 1839; seja na propositura da política externa desse Império, no caso do relatório de 1853. E, em ambos os casos, aplica-se o “imposto disciplinar” sobre o capital humano já sanguineamente tributado.

Assim, buscando alcançar os objetivos principais e testando as hipóteses acima propostas, a síntese a que se chega é de que, nas décadas de 1840 e 1850, no Brasil, prepondera uma biopolítica (FOUCAULT, 2010) orientada para a viabilização do projeto de poder de uma elite, biopolítica essa que não necessariamente está informada das últimas tendências da medicina, como as influências positivistas que culminam na concepção de doença enquanto variação quantitativa do estado normal, sendo em realidade alheia a essa ideia, nesse momento, em favor de uma visão política assentada numa concepção de diferença qualitativa entre corpos, ou seja, entre coisas (escravizados) e pessoas de boa e má sociedade (MATTOS, 2017, p. 129). Esses diferentes merecem receber graus distintos da administração endógena do conhecimento médico conforme seu valor social atribuído pelo grupo politicamente dominante. Trata-se, portanto, da apreensão sistemática de dados médicos que autoriza o exercício de um controle disciplinar e de viés civilizatório por parte de uma parcela social restrita, sendo ineficaz para a manutenção da saúde dessa mesma

parcela, dada a limitação da própria técnica terapêutica no século XIX. Afinal, conforme argumentou Costa (1983, p. 32), “O que importa é notar que a própria eficiência científica da higiene funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões de Estado.”

## Referências

- ALMEIDA, Tiago. “Gênero epistêmico”, de Gianna Pomata: o que é e como usar, com um estudo de caso sobre os manifestos teóricos de historiadores. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 16, n. 41, p. 1-29, 2023.
- Arquivo Público do Estado do Pará, Seção Governo, Área Guerra, Fundo Arsenal de Marinha, Ofícios do presidente da província ao inspetor do arsenal, 1839, volume 4.
- BARROS, José D'Assunção. *A fonte histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.
- BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue*: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- BECHARA, Evanildo. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. *Annaes do Parlamento Brazileiro*, 1836, t. 1. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887.
- BRASIL. Lei de 15 de dezembro de 1830. Orça a receita e fixa a despeza para o anno financeiro de 1831-1832. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38056-15-dezembro-1830-565833-publicacaooriginal-89571-pl.html](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38056-15-dezembro-1830-565833-publicacaooriginal-89571-pl.html)>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. São Paulo: Todavia, 2019.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.
- CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. *Teatro de sombras*: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- COLE, Laurence; HÄMMERLE, Christina; SCHEUTZ, Martin. Glanz – Gewalt – Gehorsam (orgs.). *Militär und Gesellschaft in der Habsburgermonarchie (1800-1914)*. Essen: Klartext, 2010.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DELAPORTE, François. *Disease and Civilization: The Cholera in Paris, 1832*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1986.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- HOCHEDLINGER, Michael. Kleine Quellenkunde zur Österreichischen Militärgeschichte 1800–1914. In: COLE, Laurence; HÄMMERLE, Christina; SCHEUTZ, Martin. Glanz – Gewalt – Gehorsam (orgs.). *Militär und Gesellschaft in der Habsburgermonarchie (1800-1914)*. Essen: Klartext, 2010, pp. 387-410.
- JABLONKA, Ivan. *La Historia es una literatura contemporánea: manifiesto por las ciencias sociales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- LANGLEY, Harold. D. *A History of Medicine in the Early U.S. Navy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.
- LÉONARD, Jacques. Les Officiers de santé de la Marine Française de 1814 à 1835. In: *Annales de Bretagne*, Tomo 76, 2-3, 1969, p. 610-617.
- LOUVIER, Patrick. Les maladies et les accidents dans la marine de guerre française en Méditerranée au XIX e siècle (1815-1914). *Corps*, n. 1, p. 305-314, 2017.
- MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogerio; MURICY, Katia. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*. Almanack braziliense, n. 1, p. 8-26, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017.
- MEDEIROS, Claudio. *História das epidemias no Brasil*. São Paulo: GLAC Edições, 2021.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- NOWOSADTKO, Jutta; PRANGHOFER, Sebastian (orgs.). Conferência: *Der militärisch-medizinische Komplex in der Frühen Neuzeit: Zum Verhältnis von Militär, Medizin, Gesellschaft und Staat*. Hamburgo: Helmut-Schmidt-Universität –

Universität der Bundeswehr, 2014.

PARÁ. *Anais do Arquivo Público do Pará*, v. 4, t. 1. Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará, 2001.

PARÁ. *Anais do Arquivo Público do Pará*, v. 4, t. 2. Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará, 2004.

REDONDO, Francisco Javier. *La ciencia médica en la Armada española del siglo XIX: análisis de las memorias clínicas que cambiaron el rumbo de la cirugía: anestesia, antisepsia y transfusión*. Toledo: Aula Médica, 2010.

Relatórios do Ministério da Marinha. Brazilian Government Documents. Disponível em: <<https://www.crl.edu/brazilian-government-documents>>. Acesso em: 14 dez. 2023 (Figura 2).

ROCHA, Ilana Pelicari. *Escravos da Nação: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar Do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

TORII, Leonardo da Silva; VERA CRUZ, Roseane Pantoja da (orgs.). *Catálogo de Documentos Manuscritos: Período Colonial (1649-1823)*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará, 2012.

TORII, Leonardo; CAVALCANTI, Maria de Nazaré Ricardo (orgs.). *Textos e fontes do Arquivo Público do Pará*, vol. 2. Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará, 2013.



Recebido em 06/09/2024

Aceito em 30/10/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.55439

## ARTIGO

# História da Medicina Medieval: Uma Revisão das Pesquisas Recentes sob o espectro da História Global (2018-2023)

History of Medieval Medicine: A Review of Recent Research under the Spectrum of Global History (2018-2023)

*Ana Vitória Vieira*

Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto

<https://orcid.org/0009-0006-8481-6390>

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo examinar a evolução da medicina medieval através da metodologia da História Global, com foco nas publicações recentes sobre o tema entre 2018 e 2023. A pesquisa realiza um levantamento bibliográfico detalhado do estado da arte da medicina medieval para determinar se essas obras adotam uma abordagem interconectada e vão além das análises tradicionais, frequentemente centradas em contextos nacionais ou regionais isolados. Ao mapear os trabalhos mais recentes na área da história da medicina medieval, o estudo visa não apenas identificar e compreender os conteúdos dessas publicações, mas também avaliar sua adesão à metodologia da História Global. O objetivo é promover um diálogo contínuo que estimule novas investigações e reflexões, encorajando uma perspectiva mais integrada e globalizada na análise da medicina medieval.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medicina Medieval. História Global. Interconexões Culturais.

**ABSTRACT:** The article aims to examine the evolution of medieval medicine through the methodology of Global History, focusing on recent publications on the subject between 2018 and 2023. The research conducts a detailed bibliographic survey of the state of the art in medieval medicine to identify those works that adopt an interconnected approach and go beyond traditional analyses, which often focus on isolated national or regional contexts. By mapping the most recent works in the field of the history of medieval medicine, the study seeks not only to identify and understand the contents of these publications, but also to value their adherence to the methodology of Global History. The aim is to promote an ongoing dialogue that stimulates new investigations and reflections, encouraging a more integrated and globalized perspective in the analysis of medieval medicine.

**KEYWORDS:** Medieval Medicine. Global History. Cultural Interconnections.

## Por uma História Global da medicina medieval

A medicina medieval integra um conjunto de saberes herdados da Antiguidade, mantendo diálogos contínuos com outras áreas do conhecimento, como a astrologia, a teologia, a filosofia natural, e a alquimia. Segundo a historiadora e professora Dulce Oliveira Amarante dos Santos, em seu texto “Os saberes da medicina medieval”, datado de 2013, a história da medicina ocidental pode ser compreendida em, pelo menos, três momentos basilares. Santos destaca que o primeiro momento se situa na Antiguidade, quando a filosofia e a teoria médica eram escritas em grego. Hipócrates de Cós, no século V a.C., teve o mérito de desvincular a medicina da magia e da religião, criando uma teoria e prática racional. Galeno, no século II, reformulou e acrescentou novos conceitos à teoria hipocrática, produzindo obras tanto teóricas quanto práticas em grego e latim. No segundo momento, atribui-se a Isidoro de Sevilha, no século VII, que sintetizou os principais elementos da teoria galênica antiga em suas *Etimologias*, valorizando a medicina como uma segunda filosofia. E, por último, a introdução das obras galênicas, a partir do século IX, pela tradução do grego para o árabe nos reinos ibéricos e no sul da Península Itálica, gerando o chamado galenismo árabe. Também houve, neste mesmo momento, a introdução de obras da Filosofia Natural de Aristóteles. A difusão desses textos filosóficos e médicos contribuiu para a institucionalização das Escolas junto às catedrais urbanas na Europa e para as Faculdades de Medicina nos séculos XI a XIII, permitindo o desenvolvimento da escolástica médica e a formação de mestres e doutores na área (SANTOS, 2013, p. 122).

Assim sendo, a medicina medieval se estende por um longo período, durante o qual se observa tanto a preservação de tradições antigas quanto a introdução de novas práticas e conhecimentos. Esse período é marcado por um constante diálogo entre continuidade e mudança, onde tradições antigas são mantidas, reinterpretadas ou transformadas, refletindo as diversas influências culturais e intelectuais que moldaram a prática médica ao longo da Idade Média. Essas influências, ao serem analisadas, revelam que a medicina medieval não se desenvolveu de forma isolada, mas sim dentro de um contexto de intercâmbio contínuo de saberes, evidenciando conexões globais que transcendem fronteiras geográficas e culturais.

A partir da perspectiva da História Global, é possível entender a medicina medieval como parte de uma rede interconectada de conhecimentos, onde práticas médicas foram constantemente moldadas por interações culturais e científicas. Essa abordagem, conforme proposto por Marcelo Cândido da Silva, em seu texto “Uma História Global antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média”, surge como uma tentativa de estabelecer um novo enfoque analítico, em contraposição à História Nacional tradicional moldada pelos Estados-Nações do século XIX (SILVA, 2020, p. 83). Segundo Sebastian Conrad em seu livro “O que é história global?” (2019), a História Global está centrada na noção de conexões, permitindo capturar a fluidez e a volatilidade das interações que ultrapassam limitações fronteiriças (CONRAD, 2019, p. 83). No entanto, essa abordagem vai além de simplesmente identificar conexões, investigando a intensidade dessas interações e sua capacidade de gerar processos integrativos que transcendem as barreiras nacionais.

Dessa forma, a História Global direciona sua atenção para as mobilidades, vínculos, relações, redes e migrações recorrentes, considerando essas dimensões como forças potenciais de transformações estruturais.

Conrad também destaca características essenciais da abordagem da História Global que são cruciais para compreender a integração dos eventos históricos. Uma delas é a exploração de noções alternativas de espaço, uma vez que, ao contrário da História Nacional, a História Global não toma o Estado-nação<sup>1</sup> como ponto de partida. Além disso, essa abordagem parte da premissa de que nenhum fenômeno histórico se desenvolve de forma isolada; tudo só pode ser plenamente compreendido por meio das circulações e interações existentes. Esses dois pontos são fundamentais, pois desafiam a perspectiva eurocêntrica que sugere uma autonomia das conquistas europeias e sua subsequente difusão para o resto do mundo. Em vez disso, a História Global reconhece o papel central do mundo não europeu e a importância dos diversos processos de troca que ocorreram (CONRAD, 2019, p. 83-87).

Partindo do pressuposto de que o espaço é uma construção social, a História Conectada desafia as noções rígidas de território e fronteira, tratando esses conceitos como produtos da ciência geográfica moderna, criados na busca por um método científico de pensamento. Assim, a abordagem histórica de um mundo globalizado questiona a crença na precisão das delimitações cartográficas, marcando uma crise na geografia moderna que insiste no rigor dessas divisões. Nesse sentido, a abordagem é útil, sobretudo, para pensar os espaços do período medieval, priorizando as interações múltiplas dos espaços existentes, em vez de uma limitação rígida imposta pela geografia técnico-científica. Para priorizar as conexões do mundo medieval, é necessário o abandono das unidades espaciais generalizantes sobre a Idade Média, como sugerido por Robert Moore, em sua obra “A Global Middle Ages?”, de 2016. Ao propormos analisar a História da Medicina Medieval sobre o prisma da História Global, buscamos lançar luz aos processos de interconexões culturais e científicas que influenciaram o desenvolvimento da prática neste período.

Ainda, a História Global da medicina medieval tem o poder de desafiar a visão eurocêntrica tradicional, que tende a ver o progresso científico e médico como originado e desenvolvido exclusivamente na Europa. Ao considerar a contribuição de médicos e estudiosos muçulmanos, persas e judeus, reconhecemos que o desenvolvimento da medicina medieval foi um processo colaborativo e multicultural. Esse entendimento nos permite apreciar a riqueza e a complexidade da história médica medieval, que não pode ser compreendida plenamente sem reconhecer as influências e as contribuições mútuas entre diversas culturas e tradições.

No contexto específico da história da medicina medieval, a tradição historiográfica brasileira encontra na História Global uma perspectiva que enriquece ainda mais o campo. Os estudos sobre saúde e medicina medieval no Brasil vêm se expandindo nas últimas décadas, impulsionados por historiadores e historiadoras que

1 Para uma discussão crítica sobre a construção das identidades nacionais e a desconstrução das noções modernas de nação e Estado-nação, ver Patrick Geary, "O Mito das Nações: A invenção do nacionalismo", onde o autor explora como as identidades nacionais são frequentemente mitificadas e historicamente fabricadas. Este trabalho complementa a perspectiva da História Global ao questionar as raízes e as narrativas em torno das nações e suas fronteiras.

exploram o desenvolvimento, a transmissão e a reinterpretação do conhecimento médico medieval. Esses estudos refletem um interesse crescente pelos saberes medievais, sobretudo pela medicina, que revela aspectos fundamentais do entendimento sobre o corpo e a saúde na Idade Média. Pesquisadores notáveis como André Costa Aciole da Silva<sup>2</sup>, Dulce Oliveira Amarante dos Santos<sup>3</sup>, Maria Dailza da Conceição Fagundes<sup>4</sup>, dentre outros, têm desempenhado papéis importantes ao contribuir para uma historiografia sul-americana do mundo medieval. Suas pesquisas, ao revisitá-las e reinterpretá-las, contribuem para enriquecer muito com a ampliação global do campo. Adotar a abordagem da História Global pode ser benéfico para a historiografia brasileira ao dar uma nova relevância a esses estudos e situar o pesquisador brasileiro em um espaço de diálogo com outras tradições historiográficas e de investigação interdisciplinar.

Partindo das ideias desenvolvidas acima, este trabalho buscou analisar as publicações mais recentes sobre a história da medicina medieval, abrangendo o período de 2018 a 2023, para verificar se essas pesquisas foram influenciadas pela História Global e se houve uma tentativa de desenvolver uma História da Medicina Global. Para isso, foi fundamental examinar se esses estudos adotaram abordagens interconectadas e se afastaram das análises tradicionais, que frequentemente se baseiam em contextos nacionais ou regionais isolados. Nossa investigação fez um esforço para identificar se os trabalhos recentes superaram as limitações geográficas e temporais e se tentaram mapear as interconexões entre diferentes tradições médicas e culturas. Avaliamos se esses estudos refletem uma consciência das trocas transcontinentais de saberes médicos, reconhecem o papel de múltiplas regiões na formação da medicina moderna e oferecem uma análise que integrou diversas perspectivas culturais e científicas. Essa abordagem ajudou a determinar se avançamos em direção a uma História da Medicina Global, que se concentra na rede global de influências e práticas médicas, em vez de uma visão fragmentada e restrita.

## Análise bibliográfica de estudos recentes sobre a história da medicina medieval

Nesta seção, buscamos reunir os trabalhos mais recentes sobre a produção de conhecimento médico na Idade Média. Para esse levantamento, utilizamos descritores específicos e limitamos nossa pesquisa ao período de 2018 a 2023, a fim de incluir estudos contemporâneos que possam oferecer novas perspectivas e descobertas sobre o tema. A seleção dos trabalhos foi realizada com base em descritores específicos em dois idiomas: português e inglês. Utilizamos os seguintes termos de busca: "medicina na Idade Média" em português e "medicine in the Middle Ages" em inglês. A escolha

<sup>2</sup> André Costa Aciole da Silva é professor na Rede Federal no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Goiânia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Medicina na Idade Média e Moderna.

<sup>3</sup> Dulce Oliveira Amarante dos Santos é professora titular da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência em pesquisa e orientação, mestrado e doutorado, na área de História medieval ibérica, com ênfase em História das Mulheres e Gênero, Imaginário social e História social da Medicina.

<sup>4</sup> Maria Dailza da Conceição Fagundes é professora efetiva do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (Campus Cora Coralina). Tem experiência na área de História Medieval com ênfase em História da Medicina, atuando principalmente nos seguintes temas: história, Idade Média, Península Ibérica.

por termos gerais visou cobrir um amplo espectro de estudos relacionados à prática da medicina medieval e suas contribuições para a metodologia da Idade Média em uma perspectiva global. A pesquisa foi orientada por quatro principais plataformas digitais: Google Acadêmico, Banco de Teses e Dissertações Brasileiras, Guia Medieval e Academia.edu. A escolha dessas plataformas foi motivada por sua ampla cobertura e acessibilidade, permitindo um levantamento abrangente e diversificado das pesquisas mais relevantes e atuais sobre o tema.

O quadro a seguir apresenta os trabalhos encontrados, detalhando o nome da publicação, o(s) autor(es), a data de publicação e a base de dados em que foram localizados.

**Quadro 1:** Levantamento bibliográfico sobre História da Medicina Medieval (2023-2018)

Publicação	Autor	Data	Base de Dados
Cuisine, gastronomy and medicine in the Middle Ages: a reappraisal	Bruno Laurioux	2021	Google Acadêmico
Ethnicity in Medieval Europe, 950-1250: Medicine, Power and Religion	Claire Weeda	2021	Academia.edu
From the history of bukhara folk medicine	Behzod Kh Hamdamov e Temirova, Shakhnoza V.	2021	Google Acadêmico
Global Health in a Semi-Globalized World: History of Infectious Diseases in the Medieval Period	Monica H. Green	2021	Academia.edu
Leprosy and identity in the Middle Ages: From England to the Mediterranean	Elma Brenner e François-Olivier Touati	2021	Academia.edu
Medicine in the Middle Ages: Surviving the Times	Juliana Cummings	2021	Academia.edu
A Legislação Afonsina e a Prática da Medicina na Castela do Século XIII	Marta de Carvalho Silveira	2020	Google Acadêmico
Body and Spirit in the Middle Ages: Literature, Philosophy, Medicine	Gaia Gubbini	2020	Academia.edu
Concepção, esterilidade e saúde das mulheres na medicina medieval (Montpellier - séculos XIII-XIV)	Lidiane Alves de Souza	2020	Banco de Teses e Dissertações Brasileiras
Doença, pecado e medicina da alma na pregação de Santo Antônio (c. 1195-1231)	Gustavo Cambraia Franco	2020	Google Acadêmico
Saúde e erotismo no Speculum al Joder (século XV)	Vitor Anderson Gonçalves De Oliveira	2020	Banco de Teses e Dissertações Brasileiras
Mulheres intelectuais na Idade Média: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística	Marcos Roberto Nunes Costa e Rafael Ferreira Costa	2019	Google Acadêmico

Medicine or Magic? Physicians in the Middle Ages	William Gries	2018	Google Acadêmico
Medieval bodies: Life, death and art in the Middle Ages	Jack Hartnell	2018	Google Acadêmico

Após a reunião das obras selecionadas, a análise da bibliografia focou em determinar se essas publicações recentes sobre a história da medicina incorporaram a metodologia da História Global para examinar as práticas médicas medievais, seja nas publicações em português ou em inglês. O objetivo foi investigar se a historiografia medieval contemporânea integrou os debates recentes sobre a História Global na análise da medicina medieval. Para cumprir tais objetivos, discutimos a ideia central resumida de cada trabalho. Após a explanação do objeto proposto na bibliografia encontrada, analisaremos se há a incorporação da metodologia da História Global e, se sim, de que forma ela é pensada e trabalhada.

### Análise das produções e avaliação da adesão à metodologia da História Global

O artigo "Cuisine, Gastronomy and Medicine in the Middle Ages: A Reappraisal", escrito por Bruno Laurioux, integra a coletânea "Mesa dos Sentidos & Sentidos da Mesa", organizada em 2021 por Carmen Soares, Anny Jackeline Torres Silveira e o próprio Laurioux. A coletânea reúne artigos que exploram as experiências alimentares em diferentes culturas. No texto, Laurioux investiga as complexas interrelações entre culinária, medicina e gastronomia na Idade Média, fundamentando sua análise na teoria de Jean-Louis Flandrin, que argumenta que, durante esse período, a culinária e a medicina eram inseparáveis, formando uma relação consubstancial. Laurioux explora como essa herança se enfraqueceu durante o Antigo Regime e o século XIX, quando a gastronomia começou a se emancipar, estabelecendo-se como uma prática distinta e independente.

Laurioux contextualiza a história da culinária e da medicina medievais, destacando a influência dos textos greco-árabes na dietética médica. Ele enfatiza a profunda interpenetração entre culinária e medicina na Idade Média, exemplificada pela prescrição de dietas específicas por médicos para promover a saúde. O autor também argumenta que comportamentos gastronômicos já eram observados desde a Alta Idade Média, embora frequentemente criticados pela Igreja Católica, que os associava à gula. A relação entre culinária, medicina e gastronomia na Idade Média revela-se, assim, complexa e evolutiva, refletindo transformações nas atitudes culturais e religiosas em relação à alimentação ao longo do tempo.

No entanto, o texto de Laurioux não se enquadra em uma abordagem de História Global. Embora mencione as influências greco-árabes na dietética medieval, essa menção não é suficiente para caracterizá-lo como uma obra de História Global. A História Global exige uma análise mais abrangente e sistemática das trocas culturais, intelectuais e materiais entre diversas regiões e povos ao longo do tempo. Laurioux concentra-se principalmente nas relações alimentares e médicas na Europa medieval, sem expandir sua análise para uma perspectiva global que envolva uma comparação

direta ou interação entre diferentes culturas e regiões. Além disso, o autor não menciona explicitamente a adesão à teoria da História Global, indicando que seu foco permanece mais restrito ao contexto europeu.

O livro "Ethnicity in Medieval Europe, 950–1250: Medicine, Power and Religion", escrito por Claire Weeda em 2021, explora a construção da etnicidade na Europa medieval. Weeda argumenta que, entre 950 e 1250, a teoria ambiental se fundiu com narrativas religiosas e culturais, permitindo que os europeus do noroeste se imaginassesem como comunidades naturais e morais. Essas ideias foram difundidas por meio de textos escolares, poesia e cartas, influenciando a visão de mundo medieval e justificando a expansão europeia. Um exemplo é William de Malmesbury, que utilizou teorias ambientais greco-árabes, baseada na medicina da época, para descrever as características físicas e mentais das nações europeias.

O livro é dividido em duas partes, com seis capítulos. A primeira parte, com três capítulos, aborda a catalogação das características étnicas, a naturalização da etnicidade através do determinismo ambiental, e a retórica que associava espaços domésticos à civilização, enquanto espaços não domesticados eram vistos como bárbaros. Na segunda parte, o livro explora os debates entre diferentes grupos étnicos, o papel do gênero e da etnicidade na construção de identidades nacionais e militares, e as representações geográficas imaginadas que justificaram a colonização e conquista de novas terras.

Embora "Ethnicity in Medieval Europe, 950–1250: Medicine, Power and Religion" não se identifique explicitamente com o método da História Global, a obra de Weeda apresenta preocupações que se alinham com essa abordagem. A História Global se caracteriza pelo estudo de processos e conexões transnacionais, e o livro de Weeda examina justamente como as ideias de etnicidade foram formadas, disseminadas e aplicadas em diferentes contextos culturais e geográficos durante o período medieval. Weeda destaca como as teorias ambientais greco-árabes influenciaram os europeus medievais, evidenciando uma interação entre diferentes tradições culturais e intelectuais. Essa perspectiva transcultural, que aborda a fusão de narrativas religiosas e culturais com teorias ambientais, reflete elementos essenciais da História Global. O foco de Weeda em como essas ideias moldaram a visão dos europeus sobre si mesmos e sobre outros povos envolve uma análise das trocas culturais e da influência mútua entre diversas regiões, o que é central para a abordagem global.

Portanto, mesmo que Weeda não adote explicitamente o rótulo de História Global, sua obra engloba temas que são fundamentais para essa disciplina, como a interação cultural, a disseminação de ideias e a justificação de expansão e confrontos étnicos. Isso demonstra como a etnicidade medieval foi influenciada por dinâmicas globais, ressaltando a relevância de conexões globais mesmo em uma obra que não se propõe diretamente a seguir essa abordagem.

O artigo "From the History of Bukhara Folk Medicine", escrito pelos pesquisadores Behzod Kh. Hamdamov e Shakhnoza V. Temirova em 2021, explora a trajetória do médico Ali Ibn-Sina, renomado cientista muçulmano do século X. Segundo os autores, Ibn-Sina foi um enciclopedista, com contribuições significativas

em diversas áreas, como filosofia, medicina, astronomia e química. Sua obra mais famosa, “O Cânone da Medicina”, é uma enciclopédia médica que aborda a saúde e as doenças humanas. Composta por cinco livros, essa obra foi amplamente traduzida e impressa após a invenção da imprensa, rivalizando com a Bíblia em número de edições. Concluída por volta de 1020, “O Cânone da Medicina” permanece uma referência crucial na história da medicina.

Hamdamov e Temirova destacam o contexto histórico e cultural em que Ibn-Sina viveu, com ênfase na Ásia Central durante o início da Idade Média. No século IX, a economia da Ásia Central floresceu, e no século X, a região tornou-se uma das mais avançadas do Oriente Médio. Sob a dinastia Samânida, a região atingiu grande riqueza e cultura, mantendo sua independência por um século. As cidades de Bukhara e Urgench emergiram como centros de ciência e arte, abrigando bibliotecas e sociedades de cientistas. Esse ambiente cultural foi fundamental para o desenvolvimento e a disseminação de obras médicas, como as de Ibn-Sina.

Embora o artigo não utilize diretamente a metodologia da História Global, há um esforço visível para integrar a narrativa de Ibn-Sina em uma perspectiva mais ampla. Ele destaca como as ideias e práticas médicas de Ibn-Sina não se limitaram às fronteiras da Ásia Central, mas influenciaram a medicina globalmente, exemplificando como o conhecimento científico se difunde e transforma em diferentes contextos ao longo do tempo. O artigo reconhece a importância das interações transnacionais e dos fluxos de conhecimento na história mundial, proporcionando ideias valiosas sobre o legado duradouro de figuras como Ibn-Sina na história da medicina e do pensamento científico global.

Publicado em 2021, o artigo da historiadora Monica H. Green, intitulado "Global Health in a Semi-Globalized World: History of Infectious Diseases in the Medieval Period", aborda a crescente necessidade de tratar a saúde em termos globais, especialmente à luz da COVID-19, que destacou a importância de expandir o diálogo sobre doenças infecciosas nos ambientes educacionais e públicos. Green, uma historiadora especializada na medicina e saúde na Europa medieval, organiza o artigo em cinco tópicos: "The Great Mortality: Telling Stories on a Global Scale," "Methodological Innovations: A Reverse Archaeology of Infectious Disease History," "So What?" Historians Making Sense of Plague Genetics", "Pandemic Tales: Telling New Stories about the Premodern Past," e "Pandemics Past, Present, and Future."

Ao longo do artigo, Green desafia a visão tradicional da Peste Negra, que a limita ao século XIV e ao território europeu. Ela argumenta que a peste perdurou por um longo período, do século XIII ao XIX, e essa nova percepção histórica é possível graças à biologia molecular, que permitiu rastrear a evolução da bactéria Yersinia pestis. Essa abordagem ampliou o entendimento da Peste Negra em termos de cronologia e geografia, além de oferecer novas perspectivas sobre o desenvolvimento de outras doenças infecciosas no mundo pré-moderno, como lepra, tuberculose, sifilis e varíola.

Green também questiona a historiografia tradicional que associa pandemias exclusivamente ao período pós-colonial, afirmando que a ideia de pandemias existe desde o início da Era Comum. Ela destaca o papel dos impérios na rápida dissemina-

ção de doenças, especialmente na Idade Média, quando as principais redes comerciais globais foram estabelecidas. Ao concluir, Green ressalta que, embora a Peste Negra já seja um tema presente nos currículos educacionais, a atual conscientização sobre a gravidade das pandemias agrega novas dimensões ao seu estudo. Para ela, uma abordagem global da história das pandemias permite explorar diferentes questões em múltiplos níveis: a genética oferece uma perspectiva microbiana, enquanto a História Global permite escapar de narrativas teleológicas com fins pré-determinados.

O artigo de Green está inserido no campo da História Global, pois além de citar diretamente sua adesão à metodologia, a autora tem sucesso ao explorar como as doenças infecciosas se disseminaram globalmente na Idade Média, conectando diferentes regiões e culturas. Essa abordagem interdisciplinar, que integra biologia molecular e paleogenética, oferece uma compreensão mais complexa dos eventos históricos. Além disso, ao desafiar as perspectivas eurocêntricas tradicionais, Green destaca a importância de analisar a disseminação de doenças em contextos amplos, considerando o impacto dos impérios na propagação de epidemias e revelando a interconexão global das pandemias.

O livro “Leprosy and Identity in the Middle Ages: From England to the Mediterranean”, publicado em 2021 e organizado por Elma Brenner e François-Olivier Touati, reúne diversos autores que examinam o impacto da lepra na sociedade e cultura europeias entre os séculos XI e XVI. Dividido em cinco partes, cada seção aborda diferentes aspectos dessa complexa relação.

A Parte I, “Approaching leprosy and identity”, estabelece as bases do estudo, explorando temas como a bioarqueologia da lepra, as conexões entre Oriente e Ocidente na Idade Média, e o papel do leproso como bode expiatório em contextos ingleses e normandos. A Parte II, “Within the leprosy hospital: between segregation and integration”, foca nos espaços onde os leprosos eram mantidos, investigando sua intercessão e integração nos hospitais ingleses, a arqueologia de um leprosário específico e a dieta como marcador de identidade nos hospitais de lepra no norte da França. Na Parte III, “Beyond the leprosy hospital: the language of poverty and charity”, o foco está nas identidades sociais dos leprosos na Renânia tardia e na iconografia da lepra, oferecendo novas perspectivas. As Partes IV e V aprofundam-se em questões religiosas e sociais. “Religious and social identities” explora o tratamento dos leprosos por figuras como São Francisco e as identidades distorcidas na Ordem de São Lázaro, enquanto “Post-medieval perspectives” reflete sobre a reinvenção da lepra medieval no mundo moderno, mostrando que a pesquisa histórica sobre a doença foi influenciada por preocupações contemporâneas.

Os organizadores destacam a variedade de fontes utilizadas, como documentos legais, obras de arte e dados arqueológicos, que ajudam a compreender a complexidade da doença e seus efeitos sobre os indivíduos e a sociedade. As pesquisas no livro desafiam a visão tradicional de que os leprosos eram uniformemente excluídos e estigmatizados, sugerindo que alguns mantinham certa autonomia e conseguiam expressar seus próprios interesses. A obra também examina a presença da lepra em outras regiões do mundo, como China e Ásia Menor, e discute como as percepções e os tratamentos variavam geograficamente. O declínio da lepra na Europa a partir do

século XVII e o impacto das preocupações modernas na pesquisa histórica também são abordados.

Assim, o livro se insere claramente na metodologia da História Global. Desde a introdução, a obra deixa claro sua adesão à metodologia e demonstra um esforço em conectar e comparar as experiências e identidades relacionadas à lepra em diferentes regiões e períodos históricos. A análise não se restringe a um contexto local, mas abrange diversos territórios, como Inglaterra, Itália, Alemanha e França, além de comparações com a China. O livro enfatiza as interações culturais e a troca de conhecimentos entre Oriente e Ocidente, como exemplificado nos capítulos que discutem a lepra no contexto das Cruzadas e as influências mútuas entre culturas, oferecendo uma perspectiva global sobre a história da doença.

A obra “Medicine in the Middle Ages: Surviving the Times”, publicada em 2021 por Juliana Cummings, oferece uma análise abrangente da evolução da medicina medieval, abordando diversos aspectos que moldaram a prática médica. O livro é dividido em capítulos que exploram desde a formação da medicina ocidental até a influência da religião, o papel das mulheres e cuidadores, e a disseminação de doenças. O primeiro capítulo, “A Foundation for Western Medicine is Built”, traça as raízes da medicina ocidental nas civilizações gregas antigas, destacando figuras como Hipócrates e Galeno, além de médicos árabes como Avicena, cujas ideias influenciaram profundamente a prática médica. No segundo capítulo, “The Influence of Christianity Spreads”, Cummings explora o impacto do Cristianismo na medicina, com a Igreja Católica assumindo um papel central no cuidado aos doentes e na criação de hospitais. O terceiro capítulo, “A Hierarchy of Importance”, discute como a hierarquia social moldava o tratamento de doenças. Já em “The Spreading of Disease”, a autora analisa a propagação de epidemias, com ênfase na Peste Negra, e como a falta de conhecimento científico agravou a devastação.

O capítulo “A Woman’s Duty” foca no papel das mulheres como cuidadoras e parteiras, destacando sua força apesar das restrições sociais. “The Role of the Caretaker” examina a importância dos cuidadores, desde familiares até profissionais de saúde, enquanto “Medicine on the Battlefield” analisa as práticas de medicina de guerra. No penúltimo capítulo, “Housing the Poor, the Sick and the Insane”, Cummings descreve as condições de hospitais e asilos para os mais vulneráveis. O livro se encerra com “A Culture of Death”, que aborda a constante presença da morte na vida medieval e suas implicações nas práticas médicas.

Em resumo, a obra de Juliana Cummings, busca explorar os diversos contextos históricos e culturais da Idade Média, com uma ênfase particular nas interações e influências entre diferentes regiões e culturas no desenvolvimento da medicina. No entanto, percebe-se que a obra tende a concentrar-se predominantemente na medicina da Europa medieval, com algumas menções à influência árabe, sem explorar de forma explícita as conexões entre essas diferentes sociedades. Logo, além de não citar a metodologia da História Global, o livro possui uma tendência a explorar contextos diversos em perspectiva global, não sendo, assim, constituinte da abordagem.

O artigo “A Legislação Afonsina e a Prática da Medicina na Castela do Século XIII”, escrito por Marta de Carvalho Silveira, docente de História Medieval da UERJ e publicado em 2020, investiga o poder monárquico em Castela no século XIII, particularmente após a reunificação dos reinos de Leão e Castela por Fernando III (1201-1252) e continuada por Afonso X (1221-1284). A autora argumenta que essa reunificação impulsionou a retomada e a ressignificação da tradição legislativa visigoda, resultando na criação de novas bases jurídicas, como o Fuero Juzgo, o Fuero Real e as Sete Partidas, além da confirmação de fueros já existentes, como o de Burgos.

O foco central do texto é a regulamentação da prática médica pela monarquia castelhana e a formação dos físicos (médicos), com uma análise das fontes jurídicas do período, abarcando os séculos XIII e XIV. A autora destaca que a monarquia castelhana, ao utilizar a tradição jurídica medieval, buscava estabelecer mecanismos legais para governar a comunidade, incluindo o cuidado com a saúde dos súditos. Como Silveira ressalta, “o ordenamento quanto à forma como a saúde física dos súditos seria tratada estava entre as preocupações do poder real” (2020, p. 276). Essa legislação não apenas garantia a qualidade dos tratamentos médicos, mas também promovia a saúde do monarca e da população em geral, contribuindo para a prosperidade e a estabilidade política do reino. Nesse contexto, era necessário estabelecer os limites da atuação dos médicos e garantir que seus serviços atendessem às expectativas do poder real.

O trabalho de Marta de Carvalho Silveira representa um importante esforço para compreender a história política medieval sob uma perspectiva global, estabelecendo diálogo não apenas com o contexto local de Castela, mas também com outros domínios da história, como o saber médico e jurídico. A autora admite fazer um esforço para inserir sua análise em um contexto medieval global, ao buscar evidenciar como o conhecimento jurídico e médico foi influenciado por trocas e influências externas. Isso posiciona seu trabalho dentro de uma história política global, onde as práticas sociais são entendidas não apenas em seu contexto local, mas também em suas conexões mais amplas com outros contextos históricos e culturais.

O livro “Body and Spirit in the Middle Ages: Literature, Philosophy, Medicine”, editado por Gaia Gubbini, é resultado de uma conferência interdisciplinar realizada na Freie Universität Berlin em 2014, com a obra sendo publicada em 2020. Dividido em 14 capítulos, o livro reúne contribuições de especialistas que exploram a relação entre corpo e espírito na Idade Média, enfatizando a relevância desse tema para os debates contemporâneos. O primeiro capítulo, de Danielle Jacquot, analisa o conceito de *spiritus* nas traduções latinas das obras de Avicena, destacando sua função como substância que conecta corpo e espírito. Sarah Kay, no segundo capítulo, discute a relação entre a pele do manuscrito e as emoções do leitor no *Aviarium* de Hugh de Fouilloy, revelando uma dimensão íntima da leitura medieval. No terceiro capítulo Éric Palazzo examina o simbolismo dos cinco sentidos na Antiguidade tardia e na Idade Média, mostrando como mediaram a relação entre Deus e os humanos.

Stephen G. Nichols, no quarto capítulo, aborda a complexa relação entre corpo, mente e alma, discutindo a obsessão medieval com o corpo sexuado. Gaia Gubbini, no quinto capítulo, explora a conexão entre corpo e espírito na poesia de Bernart de Ventadorn e no mito de Tristão e Isolda, evidenciando a relação psicossomática presente nas obras literárias. No sexto capítulo, Joachim Küpper investiga as diferentes concepções médicas, filosóficas e teológicas sobre os sentidos humanos. No sétimo capítulo, Franco Suitner analisa a poesia de Iacopone da Todi, destacando a ambivalência do corpo como obstáculo e meio de elevação espiritual. Irene Caiazzo, no oitavo capítulo, explora a interdependência entre corpo e alma na fisionomia medieval, conectando-a à astrologia. No nono capítulo, Aurélien Robert analisa a paixão amorosa nas obras médicas de Gentile da Foligno, mostrando a importância da imaginação na doença amorosa.

Andreas Kablitz, no décimo capítulo, estuda os sentidos e a razão no *Canzoniere* de Petrarca, destacando sua relação com Tomás de Aquino. Massimo Ciavolella, no décimo primeiro capítulo, explora a melancolia e a criatividade poética de Petrarca, relacionando-as à figura de Laura. R. Howard Bloch, no décimo segundo capítulo, analisa o tempo e o amor em *fabliaux* franceses e no *Decameron* de Boccaccio. No décimo terceiro capítulo, Nicolas Weill-Parot discute o "contactus virtualis", examinando a ação de substâncias espirituais sobre o corpo. Carla Casagrande, no último capítulo, explora as emoções na oração mística de Jean Gerson, destacando o papel do corpo na intensificação da experiência espiritual.

O livro revela a importância de uma abordagem interdisciplinar para compreender a relação entre corpo e espírito na Idade Média, lançando luz sobre temas como a doença amorosa, os sentidos e as paixões no contexto medieval. No entanto, apesar da riqueza de suas análises e da diversidade de perspectivas apresentadas, a obra não parece se situar explicitamente dentro da metodologia da História Global. Enquanto aborda temas universais e inclui referências a pensadores de diferentes tradições culturais, sua ênfase principal parece ser na investigação intra-europeia das relações entre corpo e espírito, sem uma análise comparativa ou integrativa que conecte essas questões a um contexto global mais amplo de interações culturais e históricas.

O texto "Concepção, esterilidade e saúde das mulheres na medicina medieval (Montpellier - séculos XIII-XIV)", é produto da tese de doutoramento da historiadora Lidiane Alves de Souza, defendida em 2020 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Profa. Dra. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. O objetivo principal da tese foi investigar os cuidados médicos destinados às mulheres na medicina medieval, com foco nos tratados ginecológicos e obstétricos produzidos por mestres da escola de medicina de Montpellier nos séculos XIII e XIV. A metodologia envolveu a seleção de fontes primárias, como tratados ginecológicos e obstétricos do mundo latino e árabe, e uma análise documental detalhada dessas fontes, que incluía obras de Hipócrates, Aristóteles, Galeno, Avicena, entre outros.

A tese foi estruturada em quatro capítulos principais. No primeiro capítulo, “Montpellier e o conhecimento médico sobre o corpo feminino”, a autora discute a origem do conhecimento médico em Montpellier e as teorias sobre fisiologia e anatomia feminina que circularam na universidade. O segundo capítulo, “A concepção no pensamento médico medieval”, aborda o processo gestacional, as relações sexuais, e as teorias sobre o sexo do embrião. O terceiro capítulo, “A esterilidade no pensamento médico medieval”, examina as causas e tratamentos da esterilidade masculina e feminina conforme as obras de autores antigos e medievais. O quarto capítulo, “Outras enfermidades femininas e seus tratamentos”, trata de problemas como a menstruação irregular, sufocação uterina, doenças das mamas, e cuidados com gestantes e parturientes. A tese utilizou um extenso *corpus* documental e buscou oferecer uma visão crítica e abrangente da medicina medieval relacionada à saúde das mulheres.

Embora a tese não se declare explicitamente dentro da metodologia da História Global, ela traz contribuições significativas ao explorar as interações culturais e intelectuais entre as tradições médica latina e árabe. O estudo oferece um panorama detalhado das práticas e conhecimentos médicos da época, destacando como as diferentes influências moldaram a abordagem da medicina voltada para a saúde feminina, especialmente no que diz respeito à concepção, esterilidade e cuidados obstétricos. A pesquisa de Souza representa um esforço valioso, mesmo que implícito, de traçar uma conexão global na história da medicina medieval, ao unir fontes de diversas tradições.

Sua análise, ao se debruçar tanto sobre textos latinos quanto árabes, sugere uma abordagem mais ampla e integrada do desenvolvimento do conhecimento médico. Assim, mesmo sem uma intenção declarada de utilizar a História Global como metodologia, a tese contribui de maneira significativa para a compreensão das trocas culturais e científicas que ocorreram no mundo medieval, especialmente no campo da medicina.

O artigo “Doença, pecado e medicina da alma na pregação de Santo Antônio (c. 1195-1231)”, de Gustavo Cambraia Franco, 2020, examina as concepções de Santo Antônio de Lisboa sobre a relação entre doenças físicas e espirituais no contexto da doutrina cristã medieval. Nos sermões de Santo Antônio, a doença é vista como uma consequência do pecado, sendo muitas vezes associada ao pecado original. Utilizando exemplos bíblicos, como o de Lázaro, o mendigo leproso, Santo Antônio ilustra a ideia de que as enfermidades físicas refletem uma condição espiritual que pode ser corrigida através da virtude e das obras de fé.

De acordo com Franco, a visão de Santo Antônio sobre a doença inclui não apenas a compreensão física, mas também espiritual, considerando a enfermidade como uma oportunidade para crescimento moral e santificação. O remédio, para Santo Antônio, é encontrado não apenas nas curas físicas oferecidas pela medicina humana, mas, sobretudo, na graça divina, nas virtudes cristãs e na pregação. Cristo, como o verdadeiro médico da alma, oferece cura espiritual, que é considerada mais eficaz que qualquer tratamento corporal.

O artigo oferece uma análise profunda das doutrinas cristãs e da visão medieval de saúde e pecado, no entanto, ele não se alinha à metodologia da História Global. O foco de Franco é restrito ao contexto cristão europeu medieval, e o artigo não explora conexões culturais ou intelectuais com outras regiões ou tradições, tampouco faz comparações que transcendam fronteiras geográficas. Dessa forma, a pesquisa se insere no estudo das ideias e práticas religiosas dentro de um quadro regional específico, sem explorar as interações globais que marcaram o período medieval em outras partes do mundo.

O texto "Saúde e Erotismo no *Speculum al Joder* (Século XV)" é uma dissertação de 2020 apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. O autor Vitor Anderson Gonçalves de Oliveira, explora um manual do século XV chamado *Speculum al Joder*, que aborda práticas dietéticas e terapêuticas voltadas para a prática sexual, visando preservar a saúde e evitar doenças. Este manual, possivelmente traduzido do árabe para o catalão, é discutido em relação à sua conexão com os regimentos de saúde medievais e a teoria humorai hipocrática-galênica. A obra é analisada em três partes: a primeira, como parte da tradição de regimentos de saúde; a segunda, como pertencente ao gênero dos segredos; e a terceira, como um manual de posições sexuais.

A dissertação aponta um importante ponto para a história da medicina medieval ao explorar a influência do galenismo árabe no desenvolvimento da medicina e do erotismo na Europa medieval, destacando a importância da preservação da saúde e da teoria dos humores na prática médica da época. Segundo Oliveira, o galenismo árabe vai ser usado como uma importante base para a formulação da Medicina na Europa ocidental durante o período medieval e é muito relevante para a produção das diversas obras medicinais, incluindo os regimentos de saúde.

A dissertação não cita explicitamente a metodologia da História Global, mas reconhecemos um esforço legítimo para lançar luz às contribuições árabes ao conhecimento médico medieval latino. No entanto, ainda sim, há uma ausência de esforço comparativo detalhado entre essas tradições e sobre como esse conhecimento de fato circula no mundo medieval, o que nos leva a considerar incipiente para ser entendido como História Global.

O livro "Mulheres Intelectuais na Idade Média: Entre a Medicina, a História, a Poesia, a Dramaturgia, a Filosofia, a Teologia e a Mística" é uma obra rica e detalhada que explora a vida e o trabalho de mulheres intelectuais que desafiaram as normas de sua época para se destacar em diversas áreas do conhecimento. Publicado em 2019 e escrito por Marcos Roberto Nunes Costa e Rafael Ferreira Costa, a obra apresenta uma ampla gama de figuras femininas, tanto religiosas quanto laicas, que fizeram contribuições significativas em campos variados, desde a medicina até a mística.

No capítulo 1, "Escritoras Religiosas e/ou Laicas Defensoras da Fé Cristã", o foco recai sobre mulheres como Hildegard von Bingen, Heloise de Argenteuil e Catarina de Siena, que, por meio de suas produções literárias, defenderam a fé cristã e participaramativamente do pensamento religioso medieval. Já no capítulo 2, "Escritoras Laicas Ligadas às Artes Liberais", destaca-se o papel de intelectuais como Hipátia de Alexandria e Trotula di Ruggiero, que fizeram contribuições notáveis nas

artes liberais, com uma atenção especial para aquelas que atuaram na medicina, desafiando as normas sociais e culturais de seu tempo.

Embora a obra explore com profundidade a diversidade de campos em que essas mulheres atuaram, como a medicina, história, poesia, dramaturgia, filosofia, teologia e mística, ela não adota a metodologia da História Global, pois foca principalmente nas trajetórias individuais e contextos específicos, sem explorar as conexões e interações globais entre essas narrativas.

No artigo intitulado "Medicine or Magic? Physicians in the Middle Ages", publicado em 2018 e escrito por William Gries, a discussão sobre o papel dos médicos na Idade Média é abordada de forma abrangente. O autor questiona se a prática médica da época pode ser legitimamente considerada uma ciência ou se estava mais próxima da magia. O ponto de partida do autor para o artigo está ligado ao julgamento da medicina medieval pelos padrões da medicina moderna, sendo necessário trazer novas análises sobre as práticas medicinais medievais dentro do contexto histórico da época.

A discussão de Gries se baseia em várias fontes e interpretações de estudiosos, incluindo Hannam e Nutton, que oferecem diferentes perspectivas sobre a medicina medieval. O texto observa que, embora os médicos da época fossem divididos entre teorias e práticas diversas, muitos estudiosos consideram a medicina medieval uma ciência menor, ainda que profundamente enraizada em tradições filosóficas e científicas. Apesar dos desafios enfrentados pelos médicos medievais, como a falta de compreensão sobre doenças bacterianas e epidemias, o texto argumenta: "a medicina medieval certamente não foi a ciência mais bem-sucedida, mas ainda assim era uma ciência"<sup>5</sup> (GRIES, 2018, p.9, tradução nossa). Assim, defende-se no texto que, embora não tenha sido totalmente bem-sucedida, a medicina medieval tinha um sistema de pensamento complexo e profundo, estudado e debatido de maneira semelhante aos campos da filosofia natural da época.

Em resumo, o artigo explora diversas fontes e interpretações de estudiosos como Hannam e Nutton, que oferecem diferentes perspectivas sobre a medicina medieval. No entanto, ele não parece estar estritamente inserido na História Global. A análise se concentra mais na avaliação interna das práticas e teorias médicas da Idade Média, sem um enfoque explícito nas interações e conexões globais da medicina medieval com outras culturas ou regiões.

Por último, o livro "Medieval Bodies: Life, Death and Art in the Middle Ages" de 2018, Jack Hartnell, almeja explorar a concepção e o tratamento dos corpos humanos na Idade Média através de diversos aspectos, desde a cabeça até os pés. O autor discute como os corpos medievais eram entendidos, cuidados e representados na arte e na medicina da época. Hartnell começa descrevendo a descoberta intrigante de uma cabeça humana preservada, datada entre 1200 e 1280, e utiliza esse exemplo para questionar e desmistificar a visão frequentemente negativa da Idade Média como uma era de ignorância e brutalidade.

<sup>5</sup> "Medieval medicine was certainly not the most successful of sciences, but it was yet nevertheless a Science" (GRIES, 2018, p.9).

O livro é organizado em 11 capítulos, cada um focado em uma parte diferente do corpo: 1) “Cabeça”, onde explora as concepções medievais sobre o cérebro e a mente; 2) “Sentidos”, em que se discute a importância dos sentidos e suas representações na medicina e na arte; 3) “Pele”, em que aborda como a pele era vista como uma barreira e um meio de expressão; 4) “Ossos”, onde o autor fala sobre a compreensão e o tratamento dos ossos; 5) “Coração”, em que se analisa as crenças sobre o coração como o centro das emoções e da vida; 6) “Sangue”, onde examina a teoria dos quatro humores e a importância do sangue na medicina medieval; 7) “Mãos”, em que trata-se da destreza manual e da importância das mãos em várias atividades; 8) “Estômago”, onde o autor discute a digestão e a alimentação; 9) “Genitais”, onde o capítulo visa abordar sobre a sexualidade e a reprodução; 10) “Pés”, em que fala sobre a mobilidade e a importância dos pés; e por último o capítulo 11) “Futuros corpos”, em que Hartnell reflete sobre a continuidade e a mudança nas concepções dos corpos ao longo do tempo.

Jack Hartnell, utiliza uma abordagem interdisciplinar que combina história, arte e medicina para examinar como os corpos medievais eram entendidos, cuidados e representados na arte e na prática médica da época. Ao discutir temas como a concepção do cérebro e da mente, a importância dos sentidos, as teorias dos quatro humores, a visão da pele como uma barreira e forma de expressão, entre outros, Hartnell contextualiza essas ideias dentro de um panorama europeu medieval. Embora seja uma obra indiscutivelmente importante, o livro não se dedica principalmente a explorar as interações transnacionais ou transculturais dos conceitos de corpo na Idade Média, aspecto central na abordagem da História Global.

## Conclusão

Para avaliar quantitativamente como cada obra se insere na perspectiva da História Global, podemos classificá-las em três categorias distintas: (1) citação direta da abordagem da História Global, (2) esforço inicial para considerar conexões globais sem citação explícita, e (3) ausência de menção à História Global.

Na primeira categoria, as obras que citam diretamente a abordagem da História Global incluem: “Global Health in a Semi-Globalized World: History of Infectious Diseases in the Medieval Period”, de Monica H. Green; “Leprosy and Identity in the Middle Ages: From England to the Mediterranean”, de Elma Brenner e François-Olivier Touati; e “A Legislação Afonsina e a Prática da Medicina na Castela do Século XIII”, de Marta de Carvalho Silveira. Essas obras fazem referência explícita à História Global, abordando a circulação de doenças, a influência de diferentes culturas e as trocas transregionais.

Na segunda categoria, encontram-se as obras que não aderem totalmente à metodologia da História Global, mas que fazem um primeiro esforço em direção à consideração de conexões globais, mesmo sem mencioná-las explicitamente. São elas: “Ethnicity in Medieval Europe, 950–1250: Medicine, Power and Religion”, de Claire Weeda; “From the History of Bukhara Folk Medicine”, de Behzod Kh. Hamdamov e Shakhnoza V. Temirova; e “Concepção, Esterilidade e Saúde das Mulheres na Medicina Medieval (Montpellier - Séculos XIII-XIV)”, de Lidiane Alves de Souza. Essas obras exploraram temas que tocam aspectos de interconexões, mas sem adotar uma abordagem global explícita.

A terceira categoria é composta pela maioria das obras analisadas, que não fazem menção direta às integrações globais nem à História Global. Esses trabalhos focam predominantemente em contextos regionais ou intra-europeus e incluem: “Medieval Bodies: Life, Death and Art in the Middle Ages”, de Jack Hartnell; “Cuisine, Gastronomy and Medicine in the Middle Ages: A Reappraisal”, de Bruno Lauroux; “Medicine or Magic? Physicians in the Middle Ages”, de William Gries; “Body and Spirit in the Middle Ages: Literature, Philosophy, Medicine”, de Gaia Gubbini; “Doença, Pecado e Medicina da Alma na Pregação de Santo Antônio”, de Gustavo Cambraia Franco; “Mulheres Intelectuais na Idade Média: Entre a Medicina, a História, a Poesia, a Dramaturgia, a Filosofia, a Teologia e a Mística”, de Marcos Roberto Nunes Costa e Rafael Ferreira Costa; “Medicine in the Middle Ages: Surviving the Times”, de Juliana Cummings; e “Saúde e Erotismo no Speculum al Joder (Século XV)”, de Vitor Anderson Gonçalves de Oliveira. Além disso, grande parte dessas publicações, continuam centradas em uma narrativa histórica que prioriza a Grécia Antiga como berço da medicina. Tal abordagem tende a desconsiderar a presença de saberes médicos em outras culturas, como no Egito Antigo<sup>6</sup>, onde a prática médica já era avançada e sistemática muito antes da ascensão da civilização grega. A visão simplificada, que ignora a rica tradição médica egípcia e suas contribuições, perpetua a ideia de que o conhecimento e o progresso só surgiram na Europa, deixando de lado a diversidade de tradições que contribuíram para a formação das ciências médicas.

A análise quantitativa das publicações revela que a maioria dos estudos permanece focada em contextos regionais específicos ou temas intra-europeus, enquanto apenas algumas obras citam diretamente a História Global e algumas fazem um esforço inicial para explorar conexões globais sem mencioná-las explicitamente. Essa distribuição pode ser explicada por vários fatores, e aqui cito dois.

Primeiramente, muitos pesquisadores optam por focar em contextos regionais devido à especialização e ao desejo de proporcionar uma compreensão mais profunda de áreas específicas. A análise detalhada de contextos locais pode oferecer narrativas mais ricas sobre aspectos específicos da Idade Média, o que pode ser preferido em certos campos de estudo. Além disso, adotar uma abordagem da História Global pode ser metodologicamente desafiador, exigindo uma integração complexa de diversas fontes e perspectivas, o que pode desmotivar alguns pesquisadores a adotar essa metodologia.

Ainda, há um desafio relacionado à tradição das publicações acadêmicas. Muitas disciplinas históricas têm uma longa tradição de estudos localizados e os pesquisadores podem estar mais familiarizados e confortáveis com metodologias estabelecidas que se concentram em contextos específicos. A disponibilidade de fontes

<sup>6</sup> A maioria dos textos acadêmicos e populares tende a ignorar ou minimizar as contribuições de figuras do Egito Antigo, como Imhotep, uma das figuras mais significativas da História Antiga e, para muitos, o verdadeiro pai das ciências médicas. Ele viveu no Antigo Império Egípcio entre 2686 e 2613 a.C, sendo contemporâneo de uma civilização que já possuía notável conhecimento médico e arquitetônico. Ainda assim, muitas narrativas sobre a história da medicina são dominadas pela perspectiva eurocêntrica, que coloca a Grécia Antiga no centro de sua origem (RISSE, 1986).

e recursos é outro fator importante. A pesquisa global frequentemente requer acesso a uma ampla gama de fontes de diferentes regiões, o que pode ser um desafio dependendo da acessibilidade a arquivos e literatura.

Em resumo, a predominância de estudos regionais pode ser atribuída a preferências acadêmicas, desafios metodológicos, tradições de pesquisa e limitações práticas. A transição para uma abordagem mais global pode exigir mais tempo e esforço para se tornar uma prática comum na academia. No entanto, é notório que a historiografia da medicina medieval recente revela um campo em evolução, onde há um esforço, ainda que incipiente, para integrar abordagens globais que ampliem nossa compreensão das trocas culturais e intelectuais que caracterizaram esse período histórico crucial. Ao mesmo tempo, persistem desafios em alcançar uma comparação global mais detalhada e sistemática, que poderia enriquecer ainda mais nosso entendimento das práticas médicas medievais em um contexto global.

Assim, a análise dessas obras nos faz refletir sobre a urgência de fazermos um movimento de inserção da medicina medieval dentro de um quadro global a fim de indicar um reconhecimento da importância das trocas culturais e intelectuais entre diferentes regiões do mundo medieval. A historiografia recente da medicina medieval precisa estar cada vez mais inclinada, não apenas em descrever as práticas médicas locais, mas também em examinar como essas práticas foram influenciadas e modificadas por contatos interculturais.

É necessário que exista, também, um movimento em direção à interdisciplinaridade, como visto em estudos que combinam história da medicina com biologia molecular e paleogenética, como no caso de Monica H. Green. Essas abordagens inovadoras permitem uma compreensão mais complexa e integrada da saúde na Idade Média e suas implicações globais.

## Referências

- BRENNER, Elma; TOUATI, François-Olivier. *Leprosy and identity in the Middle Ages: from England to the Mediterranean*. Manchester University Press, In press, Social Histories of Medicine, 2021.
- CONRAD, Sebastian. *O que é história global?* Tradução de Teresa Furtado e Bernardo Cruz. Lisboa: Edições 70, 2019.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes; COSTA, Rafael Ferreira. *Mulheres intelectuais na Idade Média: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora Fi, 2019.
- CUMMINGS, Juliana. *Medicine in the Middle Ages: Surviving the Times*. Yorkshire and Philadelphia: Pen & Sword Books, 2021.
- FRANCO, Gustavo Cambraia. Doença, pecado e medicina da alma na pregação de Santo Antônio (c. 1195-1231). *Mirabilia*, n. 30 (jan-jun 2020), p. 159-176.
- GEARY, Patrick. J. *O mito das nações. A invenção do nacionalismo*. Lisboa: Editora Gradiva, 2008.

GREEN, Monica H. Global Health in a Semi-Globalized World: History of Infectious Diseases in the Medieval Period. *Isis Bibliography on Medieval Epidemics*, v. 114. N. S1. 2021.n.p.

GRIES, William. Medicine or Magic? Physicians in the Middle Ages. *The Histories*: v. 15: Iss. 1, Article 8, 2018.

GUBBINI, Gaia. *Body and Spirit in the Middle Ages*: Literature, Philosophy, Medicine. Gruyter: Berlin/Boston, 2020.

HAMDAMOV, Behzod Kh.; TEMIROVA, Shakhnoza V. From the history of Bukhara folk medicine. *Current Research Journal of Philological Sciences*, v.2, n.12, 52–55, 2021.

HARTNELL, Jack. *Medieval bodies*: Life, death and art in the Middle Ages. London: Wellcome / Profile Books, 2018.

LAURIOUX, Bruno. *Cuisine, gastronomy and medicine in the Middle Ages*: a reappraisal. Em: SOARES, Carmen, SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e LAURIOUX, Bruno. *Mesa dos Sentidos & Sentidos da Mesa*, t. I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021. p. 119-129

MOORE, Robert I. *A Global Middle Ages?* Em: BELICH, James; DARWIN, John; FRENZ, Margret; WICKHAM, Chris (ed.). *The Prospect of Global History*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 80-92.

OLIVEIRA, Vitor Anderson Gonçalves De. *Saúde e erotismo no Speculum al Joder* (século XV). 89 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

RISSE, Guenter B. Imhotep and Medicine: a reevaluation. *Western Journal of Medicine*, São Francisco, v. 144. n. 5., p. 622-624, maio/1986.

SANTOS, Dulce Oliveira Amarante dos. Os saberes da medicina medieval. *História em. Revista*, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 121-134, jan./jun. 2013.

SILVA, Marcelo Cândido. Uma História Global antes da Globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média. *Revista de História*, [S. l.], n. 179, p. 1-19, 2020.

SILVEIRA, Marta de Carvalho. A Legislação Afonsina e a Prática da Medicina na Castela do Século XIII. *Brathair*, Maranhão, v. 20, n. 2, p. 248-279, 2020.

SOUZA, Lidiane Alves de. *Concepção, esterilidade e saúde das mulheres na medicina medieval (Montpellier - séculos XIII-XIV)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

WEEDA, Claire. *Ethnicity in Medieval Europe, 950-1250*: Medicine, Power and Religion. York: York Medieval Press, 2021.



Recebido em 04/05/2024

Aceito em 04/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.53793

## ARTIGO

# Quando as doenças contam uma história: uma análise sobre o ensino da História das Doenças no Brasil em livros didáticos do Ensino Fundamental (PNLD 2022)

When diseases tell a story: an analysis of teaching the history of diseases in Brazil in Elementary School didactic books (PNLD 2022)

***Jonas Clevison Pereira de Melo Júnior***

Mestre em História Social pela Universidade Federal Rural de Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0001-8615-7532>

**RESUMO:** Este artigo analisa, dialogando com os estudos que apontam as orientações curriculares – Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – referentes às temáticas saúde e doença, a abordagem dada à História das Doenças em livros didáticos de história aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático 2022 (PNLD). Diante da elaboração de um banco de dados acerca dos componentes presentes nestas coleções, como textos bases presentes nos capítulos, complementos textuais, iconografias apresentadas e exercícios propostos, percebeu-se as limitações quanto à abordagem dada à História das Doenças nestes manuais. Portanto, foi possível compreender, a partir da produção historiográfica brasileira das doenças e de estudos que analisam a possibilidade de abordar as temáticas saúde e doença na educação básica, alguns preceitos quanto à abordagem dessas temáticas no Ensino de História.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de História. História das Doenças. Livro didático

**ABSTRACT:** This article analyzes, in dialogue with the studies that point out the curricular guidelines – National Curricular Parameters (PCN's) and the National Common Curricular Base (BNCC) – referring to the themes of health and disease, the approach given to the history of diseases in history didactic books approved by the 2022 National Didactic book Program (PNLD). In view of the creation of a database about the components present in these collections, such as the base texts present in the chapters, textual complements, iconographies presented and proposed exercises, the limitations regarding the approach given to the history of diseases in these manuals were noticed. Therefore, it was possible to understand, based on the Brazilian historiographical production of diseases and studies that analyze the possibility of addressing the themes of health and illness in basic education, some precepts regarding the approach to these themes in teaching history.

**KEYWORDS:** History teaching. History of diseases. Didactic book.

“O que a História nos ensina sobre as doenças?”

## Introdução

O questionamento acima foi feito no mês de março de 2021, um ano após a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar a pandemia de Covid-19 (causada pelo vírus SARS-CoV-2), por um aluno do 9º ano do Ensino Fundamental. Como um jovem professor que estava no último período de uma graduação em licenciatura em História, vale ressaltar que em tempos de negacionismo científico e incertezas quanto ao futuro, fui pego de surpresa pelo questionamento de um adolescente que afirmava nunca ter estudado sobre as doenças nas aulas de História. Em um momento em que o ensino se tornou remoto, em virtude das restrições impostas pela crise sanitária, este questionamento possivelmente demonstra, além da curiosidade suscitada diante das notícias sobre a Covid-19 discutidas em aula, a busca por respostas em meio ao sentimento angustiante e coletivo de que aquela situação não chegaria a um fim.

A pandemia de Covid-19, ao desafiar a ciência na busca por respostas, a administração pública na gestão da crise sanitária e a sociedade na mudança de sua rotina em virtude do isolamento social estabelecido, trouxe a temática das doenças para a arena dos debates promovidos, sobretudo, nas redes sociais. Os profissionais da História, aparentemente aqueles também capazes de fornecer respostas aos questionamentos feitos pela sociedade brasileira, foram inquiridos a se posicionar diante do que foi declarado em alguns meios de comunicação como uma “peste” – denominação historicamente atribuída a doença de natureza misteriosa – que se encantava à espreita.

Foi a partir do questionamento realizado pelo aluno sobre um acontecimento do tempo presente – a Covid-19 – que enquanto historiador-docente, assim me posiciono buscando romper as barreiras que historicamente segregaram aqueles que escreviam e aqueles que ensinavam História, me voltei para compreender o lugar ocupado pelas doenças no ensino desta disciplina. Para chegar a esse objetivo, me propus a analisar, em diálogo com os estudos que apontam as orientações curriculares – PCN’s e BNCC – referente às temáticas saúde e doença (COSTA; OLIVEIRA, 2021), a abordagem dada às doenças nas 14 coleções didáticas de História do PNLD de 2022.

A escolha em analisar livros didáticos, compreendidos nesta pesquisa enquanto importantes ferramentas no processo de ensino e aprendizagem, ocorreu ao observar que a discussão sobre a “Gripe Espanhola” (Influenza) que constava no livro didático de História adotado na escola em que atuava naquele momento encontrava-se no capítulo sobre a Primeira Guerra Mundial, não abordando a chegada dessa doença ao Brasil. Em virtude dessa questão, e buscando exercer meu papel de historiador-docente, busquei responder os seguintes questionamentos: Qual a possibilidade de abordar as doenças no Ensino de História na Educação Básica? Qual a importância do livro didático de História no processo de ensino e aprendizagem? Como os livros didáticos de História têm abordado a História das Doenças no Brasil? Deste modo, buscando responder estes questionamentos, articulei na minha prática docente a pesquisa e o ensino.

## As doenças na história enahistoriografia brasileira

A obra “As doenças têm história”, publicada pelo historiador francês Jacques Le Goff em 1985, traz em seu título uma constatação: a de que as doenças são, apesar de suas implicações biológicas, uma construção histórica (LE GOFF, 1985). Esta afirmação, embora consolidada nos estudos históricos, resultou das mudanças epistemológicas vivenciadas neste campo do conhecimento antes mesmo da publicação desta obra.

Foi com a chamada História Nova, uma corrente historiográfica herdeira dos Annales delineada a partir da década 1970, que as bases teóricas para pensar as doenças em perspectiva histórica foram lançadas. Ao questionar as interpretações até então vigentes acerca do fato histórico como algo imutável, a partir da emergência de “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos” parafraseando os volumes da importante coletânea organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, a História Nova ampliou o leque de fontes a serem mobilizadas na escrita da História. Na terceira coletânea intitulada “História: novos objetos”, originalmente publicada no ano de 1974, em especial, os historiadores Jacques Revel e Jean-Pierre Peter, ao se voltarem para discutir o corpo e tudo o que a ele pode ser associado, chamaram atenção para a condição das doenças enquanto fenômenos sociais (REVEL; PETER, 1995).

No Brasil, como avalia a historiadora Dilene Nascimento (2005), a História das Doenças representou objeto de reflexões de médicos e higienistas muito antes das proposições teóricas apresentadas pela História Nova. Essa História das Doenças escrita por esses sujeitos, estritamente vinculadas ao lugar social que ocupavam, esteve associada a uma história da medicina, interessada em repertoriar a evolução do conhecimento médico como resultado das conquistas da ciência e do trabalho da classe ao qual estes sujeitos pertenciam, e a uma epidemiologia histórica, voltada para descrever as origens e formas de propagação das doenças a partir da relação vivenciada entre diferentes sociedades.

Na década de 1970, enquanto delineava-se as mudanças da História Nova que tornaram as doenças um objeto a ser investigado pelos historiadores, traduções das obras de Michel Foucault chegaram ao Brasil propondo novos olhares para a História da Medicina. Neste contexto, amparados pelo conceito de medicina social, pesquisadores passaram a escrever uma História da Medicina a partir das relações de poder estabelecidas no processo de medicalização da sociedade brasileira, compreendendo-o como algo acabado a partir da superação da medicina colonial pela higienista.

Uma história brasileira das doenças, e por consequência da saúde, amparada pelos pressupostos teóricos da História Nova delineou-se no Brasil a partir das décadas de 1980 e 1990. Doença e saúde, no âmbito desta historiografia, não necessariamente passaram a consistir em condições opostas, mas complementares dentro de sistemas culturais particulares. Esta corrente historiográfica, ao compreender que as doenças constituem parte da dinâmica vital e se inscrevem em todos os setores da relação dos seres humanos

com o ambiente e destes entre si, passaram a abordá-las enquanto fenômenos socialmente construídos, sendo apropriadas pela historiografia a partir de diferentes abordagens (NASCIMENTO, 2005).

Diante da afirmação mencionada, de que as doenças têm história, torna-se importante compreender qual história – ou quais histórias – as doenças contam. No caso do Brasil, cuja historiografia dos últimos trinta anos elaborou considerável produção sobre as doenças que afigiram este país em diferentes épocas, bem como os conhecimentos científicos e populares, os sujeitos e as instituições que podem, a elas, ser relacionadas, enfermidades como Varíola, Febre Amarela, Cólera, Lepra/Hanseníase, Tuberculose, Gripe espanhola (Influenza), Meningite, Poliomielite e Aids/HIV, foco das análises aqui apresentadas, foram devidamente problematizadas.

Para contar uma história do Brasil a partir dessas doenças, amparando-se na historiografia brasileira, cabe entendê-las como mencionado enquanto fenômenos socialmente construídos. Pois, como ressalta Dilene Nascimento (2005), “Concorrem para a existência da doença diversos elementos científicos, sociais e políticos” temporal e espacialmente situados, tendo em vista que “Diferentes grupos, à cada época, dão significação e sentido específicos à entidade fisiopatológica chamada doença” (NASCIMENTO, 2005, p. 29).

A produção historiográfica acerca das doenças que marcaram, e ainda marcam, a sociedade brasileira, ao fornecer importantes contribuições para pensar o modo pelo qual enfermidades como as mencionadas foram representadas socialmente, modificaram estruturas políticas, econômicas e sociais e mobilizaram diferentes sujeitos, instituições e saberes, consolidou as doenças enquanto objeto da História do Brasil. Cabe destacar ainda, como ressalta Dilene Nascimento (2005), que o estudo das doenças deve possibilitar

O conhecimento sobre estruturas e mudanças sociais, dinâmica demográfica e deslocamento populacional, reações societárias, constituição do Estado e de identidades nacionais, emergência e distribuição de doenças, processos de construção de identidade individuais, constituição de campos de saber e disciplinas (NASCIMENTO, 2005, p. 39-40).

Foi incidindo sobre essas questões que a produção historiográfica brasileira, ao entender a doença enquanto um fenômeno social, pôde expandir-se teórica e metodologicamente, utilizando-se de um repertório variado de fontes históricas e desenvolvendo novas abordagens centradas na análise das doenças presentes na história do Brasil. Chegando à compreensão de que as doenças se encontram consolidadas como objetos desta historiografia que, tendo em vista o objetivo deste trabalho, inicialmente questionei: Qual a possibilidade de abordar as doenças na História do Brasil no Ensino de História?

## Doenças como conteúdo para o Ensino de História

Para responder esse primeiro questionamento é importante compreender qual o papel do Ensino de História. Para o pesquisador Fernando Seffner (2013), em análise sobre a relação entre aprender e ensinar história, um dos objetivos da aula desta disciplina consiste em capacitar o aluno para interrogar sua própria historicidade na

relação com o ambiente que ocupa e as relações sociais que vivencia. O conhecimento produzido por meio da reflexão de natureza histórica, ao representar para esse autor o ponto de partida para a realização de outras reflexões de natureza crítica e emancipatória, deve ser compreendido como fundamental para a vida em sociedade.

Interrogar a própria historicidade consiste em questionar, enquanto um sujeito histórico inserido em determinado espaço e tempo, as estruturas políticas, econômicas e socioculturais provenientes de um passado que, influenciando a dupla relação acima mencionada – ambiente e sociedade –, ainda persistem no presente e poderão persistir em um futuro próximo. Embora a História se volte para o passado para realizar suas análises, os questionamentos feitos por e para esta disciplina científica, a exemplo daquele feito pelo aluno sobre “o que a História nos ensina sobre as doenças?” em tempos de pandemia, são norteados por problemas do presente, experiências do passado e perspectivas sobre o futuro.

O historiador Jörn Rüsen (2012), ao analisar os fundamentos e paradigmas da aprendizagem histórica, assinala que cabe à História, enquanto conhecimento, a função didática de possibilitar a formação de uma consciência histórica. Esta consciência histórica, como ressalta o autor, não pode ser compreendida apenas enquanto conhecimento do e sobre o passado, tendo em vista que o conhecimento histórico estruturado por esta consciência representa um meio de entender o tempo presente e antecipar, ainda que apenas a partir de anseios, o futuro.

As historiadoras Maria Schmidt e Marlene Cainelli (2010), ao analisarem os dilemas presentes no Ensino de História, apontam a centralidade da relação passado-presente no ensino desta disciplina a partir de duas dimensões. A primeira, embora oferecendo alguns riscos ao Ensino da História como ressaltam as autoras, refere-se a compreensão de que o passado ajuda a compreender o presente, por meio do esforço em realizar o diálogo entre realidades do presente e do passado, possibilitando ao aluno estabelecer relações de causa e efeito entre acontecimento de períodos sucessivos, os levando a dar sentidos ao mundo em que vivem no presente e elaborar projeções sobre o futuro. Enquanto que a segunda, mesmo reconhecendo a importância do Ensino de História em possibilitar uma melhor compreensão do presente, refere-se à necessidade de levar o aluno a entender que nem tudo deve ser remetido ao presente, em virtude das particularidades que o passado possui.

Abordar a historicidade das doenças no Ensino de História, portanto, possibilitará aos alunos o desenvolvimento de uma consciência histórica que os permitirá compreender que experiências como a pandemia da Covid-19, embora possam ser problematizadas a partir de referenciais encontrados em períodos anteriores ao qual aconteceu, não podem ser igualadas, por encontrarem-se situadas em contexto históricos específicos. A partir da problematização destes aspectos a abordagem da História das Doenças em sala de aula possibilitará que os estudantes alcancem um dos objetivos do Ensino de História: questionar a historicidade dos próprios acontecimentos – como as doenças – tomados como objetos de análise.

A pesquisadora Thayane Oliveira (2021), ao analisar a possibilidade de abordar as doenças nas aulas de História, chegou à conclusão de que esta abordagem pode ocorrer através de duas formas. Primeiro, observou a proposição de abordar as temáticas

saúde e doença a partir de temas transversais – ao analisar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) –, segundo, por meio dos próprios materiais disponibilizados para o professor – o livro didático de História.

Ao analisar os PCN's percebeu ser a temática da saúde prescrita nos temas transversais que, embora não constituindo a base temática da História, podem ser incorporados a propostas definidas para esta disciplina (BRASIL, 1988). A ênfase dada nestes documentos à saúde, e por consequência as doenças, se aproxima em sua análise ao que é definido como educação em saúde por objetivar o aprendizado acerca de hábitos saudáveis para o combate às doenças e a promoção da saúde. Delimitando a importância de reconhecer a influência de fatores não só biológicos e ambientais, mas também socioeconômicos, delimitam as orientações para o aprendizado das concepções históricas que perpassam a relação saúde-doença (OLIVEIRA, 2021).

Em sua análise sobre a BNCC, Thayane Oliveira (2021) observou que as temáticas saúde e doença, abordadas em habilidades e competências cobradas em unidades temáticas, não se encontram propriamente associadas ao conhecimento histórico. Estas temáticas encontram-se inseridas prioritariamente, como observou a autora, nas áreas de Ciências da Natureza e/ou Educação Física (BRASIL, 2017).

O historiador Leandro Costa (2021), ao analisar o ensino das epidemias na História do Brasil por meio dos conteúdos abordados em manuais didáticos, também analisou como as temáticas saúde e doença são prescritas nestes documentos. Ressaltando a proposta presente nos PCN's em abordar a saúde como tema transversal, como observado por Thayane Oliveira (2021), o autor acrescenta ainda que, esses documentos estabelecem que a etiologia das doenças seja tratada unicamente pelas disciplinas de Ciências da Natureza. Esta abordagem, tendo em vista que a etiologia de uma doença resulta das respostas que a ciência é capaz de dar em determinado contexto histórico, mostra-se insuficiente.

Na BNCC observou que as temáticas de saúde e doença, abordadas em habilidades e competências como observou Thayane Oliveira (2021), encontram-se direcionadas a compreensão de aspectos como o autoconhecimento, o cuidado com a saúde física e emocional e a autocritica relacionada às diferentes formas de lidar com as emoções. Neste documento, assim como observado nos PCN's, a ausência de propostas voltadas para uma abordagem das narrativas históricas sobre as doenças é marcante (COSTA, 2021).

O pesquisador Tomaz Tadeu da Silva (2010) ressalta, ao refletir sobre as limitações possíveis de serem observadas nos currículos educacionais, a necessidade em compreender esses documentos enquanto construções políticas e culturais. Os currículos educacionais, ao representarem para esse autor campos de disputas de poder, devem ser observados como territórios a serem contestados com o intuito de desconstruir propostas pedagógicas alinhadas a uma história única.

Diante do que pontuam Thayane Oliveira (2021) e Leandro Costa (2021), em relação às limitações nas abordagens dadas às temáticas saúde e doenças nos PCN's e na BNCC, percebe-se que recai sobre os professores a tarefa de utilizar estratégias,

em consonância com o que esses documentos estabelecem, para analisar as doenças em sala de aula. Essa abordagem, como aponta Thayane Oliveira (2021), deve buscar

Incorporar novos elementos para a aprendizagem histórica visto que as enfermidades, ao longo da história, foram importantes impulsionadoras de transformações no campo médico-científico e sanitário. Práticas e políticas foram implantadas e modificadas a fim de controlar doenças e surtos epidêmicos, ações essas que sobrevivem na memória ou no cotidiano da sociedade (OLIVEIRA, 2021, p. 48).

Por meio da abordagem do ensino da História das Doenças, a partir dos aspectos sugeridos por essa autora, possibilitar-se-ia ao aluno o desenvolvimento de uma consciência histórica, situada temporalmente a partir da relação passado-presente-futuro, dos dilemas que marcam a sociedade na qual ele vive em relação aos processos de saúde e doença. Partindo desta possibilidade, bem como da necessidade em compreender as características do material - manuais didáticos - definido para analisar como esta abordagem tem ocorrido, emergiu o segundo questionamento: Qual a importância do livro didático de história?

### Livros didáticos de História em debate

O livro didático no Brasil pode ser compreendido, como pontua a historiadora Flávia Caimi (2010), enquanto um importante suporte cultural em virtude do papel que desempenha no ambiente escolar. Para a pesquisadora, além de representar uma importante ferramenta de trabalho no processo de ensino e aprendizagem, na maioria dos casos consiste no único material de leitura que os alunos dispõem em seu cotidiano.

Como suporte de conhecimentos, como avalia Circe Bittencourt (2011), os manuais didáticos apresentam em sua elaboração os conteúdos propostos pelos currículos, constituindo-se enquanto ferramenta fundamental na constituição dos saberes escolares. Ao propor formas de interpretar determinados conteúdos em consonância com o que estabelece os currículos escolares, segundo essa autora, fornecem ainda

Condições para o aluno ter maior domínio sobre a leitura e a escrita e ampliar seu conhecimento sobre vários assuntos e temas, mas, paradoxalmente, limita esse domínio, ao direcionar a leitura para determinadas formas de ler e utilizar as informações apreendidas (BITTENCOURT, 2011, p. 317).

Diante da importância desse recurso, sobretudo para compreender aspectos referentes à cultura escolar, inúmeras pesquisas voltadas para compreender sua importância, sua estrutura (componentes textuais, iconográficos e atividades), suas possibilidades de uso e as limitações que apresentam passaram a se desenvolver na década de 1980. Não por acaso, para situar o contexto de crescimento destas pesquisas, foi a partir desta década que se iniciou os debates que deram conformação ao atual Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Este programa, criado em substituição ao que vigorou anteriormente até o ano de 1985, reuniu as demandas apresentadas por muitos educadores quanto a necessidade de universalização da educação, adquirindo como

objetivo de garantir a melhoria dos materiais didáticos direcionados para a Educação Básica (ALVIM, 2009).

No âmbito da História, as pesquisas com manuais didáticos em programas de pós-graduação na década de 1980, como avaliou Bittencourt (2011), marcaram um momento no qual o interesse pela área do Ensino de História encontrava-se em fase inicial. Já na década seguinte, em virtude do maior interesse vivenciado pela sala de aula e os métodos empregados no processo de ensino e aprendizagem como resultado das pesquisas desenvolvidas na década anterior, ocorreu a realização de congressos e a criação do Grupo de Trabalho (GT) Ensino de História e Educação, da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), que reuniu pesquisadores interessados em discutir o ensino da disciplina História.

Nesse cenário, as pesquisas na área do Ensino de História desenvolvidas na década de 1990, segundo analisou Bittencourt (2011), se voltaram para o interior da sala de aula promovendo discussões que, ao promover críticas aos pressupostos estruturalistas que norteavam a Educação Básica tornando a escola uma reproduutora da ideologia do Estado, passaram a defender uma visão da escola enquanto lugar de produção de conhecimento. Os livros didáticos de História, representando recursos essenciais no processo de ensino e aprendizagem desta disciplina, passaram a sofrer críticas quanto a sua estrutura e conteúdo apresentados.

Esse novo olhar sobre os manuais didáticos de História, bem como de modo geral aos que eram destinados às demais áreas do conhecimento, ocorreram em um momento de mudanças nas políticas públicas da educação brasileira que deram origem ao Sistema de Avaliação dos Livros Didáticos instaurado pelo MEC em 1995. Este projeto, como ressalta a historiadora Yara Alvim (2009), foi criado com o objetivo de avaliar os conteúdos e aspectos pedagógicos e metodológicos a serem aplicados nas coleções didáticas através da atuação de especialistas de cada área de conhecimento convocados para analisar as coleções produzidas pelas editoras<sup>1</sup>.

Nesse contexto, sobretudo a partir da primeira década do século XXI, o livro didático se consolidou como um importante objeto de pesquisa. Entretanto, mesmo diante desse processo, a defesa da importância desse recurso tem sido perpassada por uma situação que parece contraditória, “Uma vez que vive-se na educação um momento de incorporação de novos materiais didáticos tecnológicos que têm sido avaliados como substitutos dos manuais didáticos impressos” (BITTENCOURT, 2011, p. 504).

Mesmo diante da adoção de novos recursos tecnológicos nos processos de ensino e aprendizagem, em um contexto de incentivo a incorporação de metodologias ativas que se aproximar da realidade na qual os alunos encontram-se inseridos, os manuais representam um suporte de informação indispensável em virtude da limitação de recursos financeiros que permitam o acesso a essas novas tecnologias. No Brasil, as pesquisas com manuais didáticos, enquanto fontes, possuem um lugar de destaque na

<sup>1</sup> A partir dessa política pública, editais com orientações pedagógicas passaram a ser publicados, objetivando fornecer as editoras parâmetro para a elaboração de coleções didáticas das diferentes áreas prescritas nos currículos oficiais, tornando a seleção dos manuais didáticos mais criteriosa e democrática.

produção acadêmica demonstrando essa questão, e no caso específico da História, representa uma temática bastante discutida por pesquisadores como Alain Choppin (2004), Itamar Freitas (2009), Flávia Caimi (2010), Circe Bittencourt (2011) e Maria Stamatto e Flávia Caimi (2016) que ressaltam a análise deste material como uma das possibilidades no âmbito das investigações acerca do Ensino de História.

Os manuais didáticos de História, segundo Circe Bittencourt (2011), foram, ao longo dos séculos XIX e XX, organizados seguindo uma sequência linear, de forma que sua estrutura se encontrava dividida em capítulos que apresentavam conteúdos, resumos e exercícios com perguntas, situação que marca a produção dos materiais didáticos de História até hoje. A produção de um livro didático, como destaca Alain Choppin (2004), ocorre de acordo com o ambiente para qual é direcionado, adaptando-se a contextos regionais e sendo produzidos no interior de sistemas governamentais a partir de um ciclo de produção, uso e descarte pelos diferentes sujeitos que o utilizam, o que auxilia a compreender a estrutura que esses materiais apresentam no Brasil.

Para entender o papel que esses livros exercem no contexto da sala de aula, e no processo de ensino e aprendizagem, torna-se essencial compreendê-los como um produto cultural. Para a pesquisadora Circe Bittencourt (2011), em consonância com o que pontua Alain Choppin (2004), a produção e os aspectos materiais deste produto são marcados por uma lógica de mercado, na qual ao se configurar como mercadoria ligada ao mundo editorial, se constitui como fruto de uma dinâmica marcada por uma indústria cultural de consumo criada pelo sistema capitalista

O historiador Itamar Freitas (2009), analisando as funções desempenhadas pelos livros didáticos, ressalta que consistem em um recurso multifacetado que influencia o processo de difusão e absorção de determinados conhecimentos a partir do que é prescrito nos currículos oficiais. Deste modo, como avalia Circe Bittencourt (2011), a análise dos conteúdos pedagógicos, do método de aprendizagem e dos elementos (textuais, iconográficos e atividade) que apresentam deve se voltar para como

Os alunos terão oportunidade de fazer comparações, identificar as semelhanças e diferenças entre os acontecimentos, estabelecer relações entre situações históricas ou entre a série de documentos expostos no final ou intercalados nos capítulos e indicar outras obras para leitura, fornecendo pistas para a realização de pesquisa em outras fontes de informação (BITTENCOURT, 2011, p. 315).

Diante das possibilidades interpretativas que a análise de manuais didáticos oferece, sobretudo em relação a aspectos inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, cabe destacar, como discutido por Yara Alvim, a compreensão das diferentes visões que perpassam este material, entendido “ora como veiculador e perpetuador de ideologias dominantes, ora como um objeto limitador da autonomia e da criatividade docentes, ora como instrumento pedagógico de apoio ao professor” (ALVIM, 2009, p. 1). Por meio dessa compreensão, bem como ciente das limitações nos currículos quando a abordagem dada às doenças no Ensino de História, chegamos ao terceiro questionamento: Como os livros didáticos de História abordam a História das Doenças no Brasil?

## O que se ensina sobre a História das Doenças no Brasil em livros didáticos

Para a realização da análise proposta neste trabalho foram selecionadas as 14 coleções didáticas de História aprovadas no PNLD 2022 (ANTONELLI *et al.*, 2022; BOULOS JÚNIOR, 2022; BRAICK *et al.*, 2022; COTRIM; RODRIGUES, 2022; DIAS *et al.*, 2022; FERNANDES; CARDOSO, 2022; FERREIRA JUNIOR *et al.*, 2022; FREITAS *et al.*, 2022, KARNAL *et al.*, 2022; MINORELLI; CHIBA, 2022; MOTOOKA; SILVA, 2022; PANAZZO; VAZ, 2022; SERIACOPI *et al.*, 2022; VAINFAS *et al.*, 2022). Estas coleções, cujo ciclo de utilização refere-se aos anos 2024-2027, encontram-se listadas no quadro 1.

**Quadro 1:** Coleções didáticas de História aprovadas no PNLD 2022.

Coleção	Editora	Autores
<b>Araribá conecta – História</b>	Moderna Ltda.	Maria Clara Antonelli <i>et al.</i>
<b>História, Sociedade e Cidadania</b>	FTD S.A.	Alfredo Boulos Júnior.
<b>Se liga na história Braick &amp; Barreto</b>	Moderna Ltda.	Fabrício Ramos Braick <i>et al.</i>
<b>Expedições da história</b>	Moderna Ltda.	Gilberto Vieira Cotrim e Jaime Rodrigues.
<b>Jovens Sapiens História</b>	Scipione S.A.	Adriana Machado Dias <i>et al.</i>
<b>Jornadas: novos caminhos – história</b>	Saraiva Educação S.A.	Priscila Nina Fernandes e Maurício Cardoso.
<b>Amplitude história</b>	Editora do Brasil Ltda.	Lier Pires Ferreira Junior <i>et al.</i>
<b>Segue a trilha história</b>	Palavras projetos editoriais Ltda.	Solange de Almeida Freitas <i>et al.</i>
<b>Viver história com Leandro Karnal</b>	Moderna Ltda.	Leandro Karnal <i>et al.</i>
<b>Superação! História</b>	Moderna Ltda.	Caroline Torres Minorelli e Charles Hokiti Fukushigue Chiba.
<b>Geração Alpha história</b>	SM Ltda.	Débora Yumi Motooka e Valéria Aparecida Vaz da Silva.
<b>Conexões e vivências História</b>	Editora do Brasil S.A.	Silvia Panazzo e Maria Luisa Albiero Vaz.
<b>A conquista da história</b>	FTD S.A.	Reinaldo Seriacopi <i>et al.</i>
<b>História.doc</b>	Saraiva Educação S.A.	Ronaldo Vainfas <i>et al.</i>

**Fonte:** PNLD 2022.

Nessas coleções, foram selecionados apenas os volumes referentes aos 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, por tratar-se do período no qual os alunos são introduzidos ao recorte da História do Brasil, cuja estrutura encontra-se dividida em capítulos que apresentam os conteúdos por meio de abordagens centradas na História Global, relacionando-as a História do Brasil, a partir de uma sequência cronológica linear. Esta estrutura segue um modelo clássico, como ressaltado por Circe Bittencourt (2011) sobre os manuais didáticos de História no Brasil, presente desde o século XIX.

Para alcançar o objetivo proposto utilizamos a metodologia de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977), voltada para a sistematização e descrição de dados que permitam inferir sobre determinado conteúdo. A análise dos dados partiu de uma abordagem qualitativa, a partir dos pressupostos discutidos por Maria Minayo (2002), tomando como referência o estudo de Leandro Costa (2021) que utilizou de componentes presentes nos manuais didáticos para observar aspectos conceituais e pedagógicos relacionados à abordagem dada a História das Doenças em livros didáticos de História. Os componentes das coleções didáticas definidos para a análise foram: I – Texto; II – Complemento; III – Iconografia; e IV – Atividade.

Na análise do componente “texto”, voltada para o conteúdo textual base presente nos capítulos, buscou-se compreender se as doenças definidas para análise – “Varíola”, “Febre Amarela”, “Cólica”, “Lepra/Hanseníase”, “Tuberculose”, “Gripe espanhola (Influenza)”, “Meningite”, “Poliomielite” e “Aids/HIV” – são abordadas nas coleções selecionadas e como se dá estas abordagens. Em relação ao componente “complemento”, referente aos recursos textuais complementares (glossário e seções textuais), buscou-se observar se contribuem com a discussão presente no componente “texto”. No tocante ao componente “iconografia”, referente às imagens (fotografias, gráficos, tabelas, quadros, mapas) apresentadas nos capítulos, buscou-se analisar a presença destes recursos relacionados à temática das doenças e como se dá esta abordagem. Já em relação ao componente “atividade”, relacionado aos exercícios propostos, buscou-se observar se abordam as doenças como temática e quais reflexões propõem.

Em virtude do volume de informações reunidas no banco de dados elaborado durante a análise das coleções didáticas, organizado a partir de tabelas referentes a cada doença contendo em sua estrutura informações como nome da coleção, volume, componente identificado e página do livro no qual esse componente se encontra, optamos por apresentar os dados tabelados com as informações gerais. Esta tabela, apresentando um panorama da abordagem dada às doenças por componente presente em cada volume das coleções didáticas definidas para análise, encontra-se apresentada abaixo:

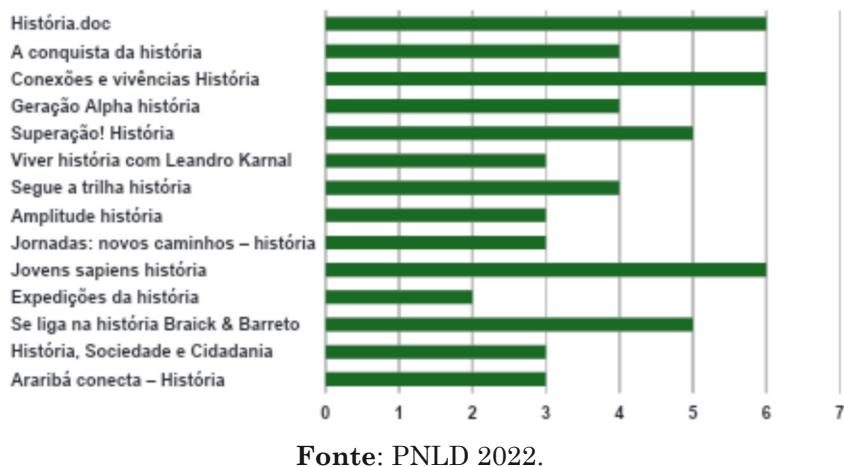
**Tabela 1:** Doenças mencionadas por componentes nas coleções didáticas de história do PNLD 2022.

Coleções / Volume / Componente		Variola	Febre Amarela	Cólera	Lepra / Hanseníase	Tuberculose	Gripe espanhola (Influenza)	Meningite	Poliomielite	Aids / HIV
Araribá conecta - História	7	I, III				I				
	8									
	9	I	I / II							
História, Sociedade e Cidadania	7									
	8									
	9	I / III / IV	I				I / IV			I
Se liga na história Braick & Barreto	7	IV								
	8	I								
	9	I /	I / IV			IV			I	I
Expedições da história	7	I								
	8									
	9	I	I							
Jovens Sapiens História	7									
	8	I		I						
	9	I	I / II			II			II	I
Jornadas: novos caminhos - história	7									
	8									
	9	I / III	I			I				
Amplitude história	7									
	8									
	9	I / III / IV	I							I
Segue a trilha história	7	I								
	8		II	I						
	9	I	I / II				IV			
Viver história com Leandro Karnal	7	I								
	8									
	9	I				I				I
Superação! História	7									
	8		II	II						
	9	I / III	I					II / IV	III	
Geração Alpha história	7	I								
	8	I	I							
	9	I	I							I
Coneções e vivências História	7	I / IV			IV	I				
	8					IV				
	9	I / IV	I / III	IV			I			
A conquista da história	7									
	8	I	I / III	I						
	9	I / II								I
História.doc	7	I / II / III								
	8	I				I				
	9	I / II / IV	I	I		I			IV	I

**Fonte:** PNLD 2022.

Cabe destacar que todos os volumes das coleções didáticas apresentam o termo “doença”, entretanto, como nossa análise se voltou para doenças específicas, contabilizou-se a menção a essas doenças. Outras doenças são mencionadas em algumas das coleções – como “sífilis”, “peste bubônica”, “tifo”, “sarampo” –, associadas a varíola e febre amarela, optando-se por mantê-las fora da amostragem em virtude do tempo disponível para pesquisa. Para uma compreensão da quantidade de doenças abordadas em cada coleção didática de história do PNLD 2022, tendo sido contabilizada apenas uma única vez a menção a cada uma das doenças por coleção, foi elaborado o gráfico 1.

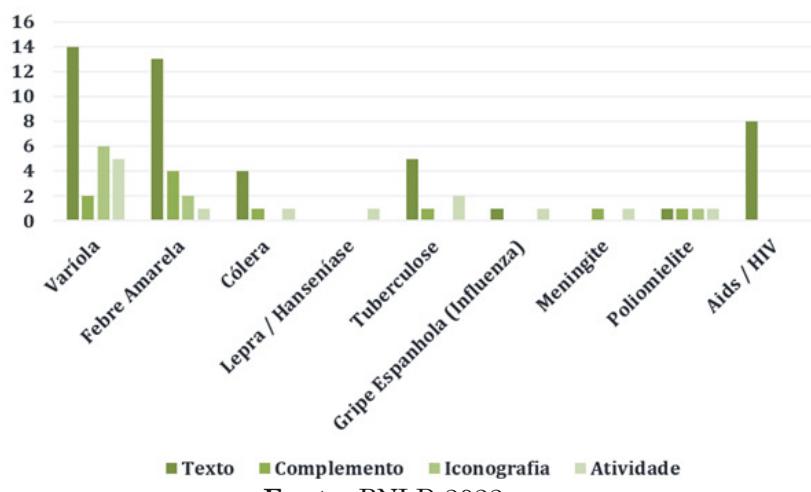
**Gráfico 1:** Quantidade de doenças mencionadas por coleções didáticas de história do PNLD 2022.



Fonte: PNLD 2022.

Cabe destacar que esses números se referem especificamente as menções feitas às doenças definidas para análise nos capítulos referentes à História do Brasil. Percebeu-se que em algumas coleções as doenças são mencionadas em conteúdos referentes à História Global, sem que seja feita uma relação com o contexto do Brasil, com exceção da coleção História, Sociedade & Cidadania (BOULOS JÚNIOR, 2022) na qual há um subtópico no capítulo referente ao conteúdo Primeira Guerra Mundial, considerada na amostragem, que faz menção a chegada da “Gripe Espanhola” (*Influenza*) ao Brasil. Em relação a quantidade de componentes referentes a cada uma das doenças selecionadas presente no conjunto das coleções didáticas de História do PNLD 2022, tendo sido contabilizado uma única vez a presença de cada tipo de componente referente a cada uma das doenças por coleção, foi elaborado o gráfico 2.

**Gráfico 2:** Quantidade de doenças por componente no conjunto das coleções didáticas de História do PNLD 2022.



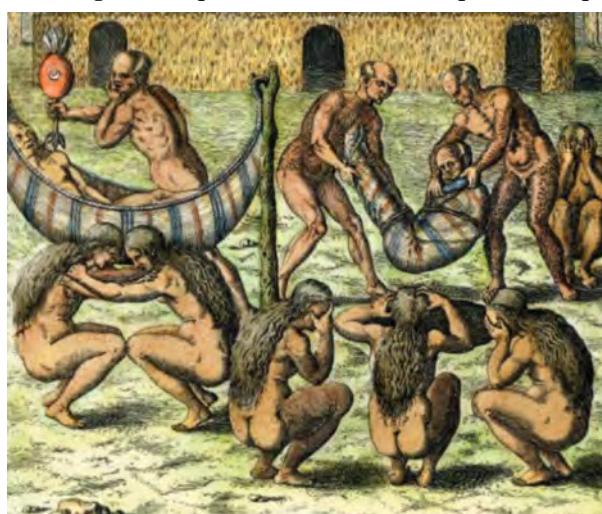
Fonte: PNLD 2022.

Com a consolidação dos dados foi possível perceber as presenças e ausências das doenças abordadas em cada coleção didática analisada e como são abordadas a partir dos componentes presentes no livro no conjunto das coleções didáticas. A varíola e a febre amarela representam as doenças mais abordadas no conjunto das coleções seguidas, respectivamente, da aids/HIV, tuberculose, cólera, poliomielite e, na mesma proporção, lepra/hanseníase, Gripe espanhola (*influenza*) e meningite.

No tocante a varíola, doença mais abordada no conjunto das coleções, aparece em discussões referentes a chegada dos europeus no Brasil com o processo de colonização; a conflitos militares como a cabanagem (1834-1840) e a guerra do Paraguai (1864-1870) no período imperial; as condições de higiene das cidades durante o período imperial; ao processo de imigração de europeus durante a transição do período imperial para o republicano; e no contexto de urbanização, sanitização e revolta da vacina (1904) vivenciada no Rio de Janeiro na primeira república. A coleção “História.doc”, ao abordar esta doença, explica: “A varíola, outra doença trazida pelos europeus, também foi fatal. Na Bahia, por exemplo, uma epidemia de gripe matou cerca de 30 mil indígenas, em 1562. No ano seguinte, a varíola matou um terço dos Tupinambá” (VAINFAS *et al.*, 2022, p. 42).

Embora apresentando dados sobre os números de indígenas vitimados por essa doença em uma epidemia que ocorreu entre 1562 e 1563, contribuindo para demonstrar o impacto que causou durante a colonização, não apresenta outros dados como, por exemplo, o agente etiológico causador dessa doença. A coleção denominada “Araribá conecta - História”, ao abordar esse mesmo processo, apresenta uma imagem (Figura 1).

**Figura 1:** Gravura de indígenas tupinambá acometidos por uma epidemia de varíola<sup>2</sup>.



**Fonte:** ANTONELLI *et al.*, 2022, p. 182.

<sup>2</sup> Título da imagem na coleção didática: DE BRYE, Theodore. *Jeppipo Wasu*, "o chefe da tribo, e muitos de seus parentes ficam muito doentes". 1593. Gravura. Biblioteca do Congresso, Washington, Estados Unidos. A contaminação por doenças trazidas pelos colonizadores europeus, como gripe e varíola, causou a morte de milhares de indígenas.

Na Figura 1, apresentada associada ao texto de modo ilustrativo, aborda-se as práticas de curas espirituais realizadas pelos indígenas. Não há uma problematização acerca das concepções de cura e doença destes povos, cuja identificação étnica não ocorre, nem uma discussão sobre os elementos presentes da imagem. Em uma atividade presente na coleção “Se liga na história Braick e Barreto” (Figura 2), também referente ao período do início da colonização, busca-se levar o aluno a refletir sobre os impactos da varíola, a partir das informações presentes no texto da questão, na Bahia colonial.

**Figura 2:** Atividade presente na seção ATIVIDADES.



**Aprofundando**

1. Leia o texto para responder às questões.

“A varíola podia manifestar-se sob uma forma fulminante, denominada ‘púrpura variolosa’, cuja vítima era rapidamente levada à morte [...]. Esta terrível apresentação da varíola [...] foi a provável forma que ocorreu entre os indígenas [...] no grande surto de 1563-64. Nele, os nativos morreram aos milhares [...]. A epidemia, iniciada em Portugal em 1562, chegou primeiramente a Itaparica [atual Bahia] e em menos de um ano foi reintroduzida em Ilhéus. Daquele local espalhou-se de norte a sul do Brasil [...], não poupando sequer os mais fortes guerreiros.”

GURGEL, Cristina B. F. Martin. *Índios, jesuitas e bandeirantes: medicinas e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII*. 2009. Tese (Doutorado em Clínica Médica) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. p. 123-124.

- a) Qual foi a origem da epidemia de varíola que se verificou na Bahia, entre 1563 e 1564?
- b) Por que os indígenas eram tão gravemente afetados pela varíola?
- c) Quais foram as consequências do surto de varíola para as populações nativas do Brasil?

**Fonte:** BRAICK *et al.*, 2022, p. 114.

A relação entre a varíola e o processo de colonização do Brasil ocorre de modo semelhante em todas as coleções didáticas nas quais essa associação é apresentada. O mesmo ocorre na associação entre essa doença e o contexto de urbanização e sanitização que acarretou a revolta da vacina no Rio de Janeiro nas primeiras décadas da república. A coleção “Expedições da história”, em um texto sobre essa questão, descreve-se:

Além do embelezamento arquitetônico, alegava-se que um dos objetivos da reforma da capital era combater as epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola, que matavam milhares de pessoas todos os anos. Por isso, em 1904, o médico sanitarista Oswaldo Cruz (1872-1917), diretor da Saúde Pública, convenceu o presidente Rodrigues Alves a instituir a vacinação obrigatória contra a varíola (COTRIM; RODRIGUES, 2022, p. 61).

Aparecendo associadas a outras doenças, descritas como comuns na primeira república, é mobilizada na discussão sobre as ações de vacinação desenvolvidas a partir da atuação de Oswaldo Cruz. Na coleção “Jornadas: novos caminhos – História” consta uma charge publicada pela revista Avenida, intitulada “O espeto obrigatório”

de bambino (Figura 3), que se repete em outras coleções, assim como acontece com uma charge publicada na revista O Malho, devidamente contextualizada:

**Figura 3:** Charge satirizando a vacinação obrigatória contra a varíola em 1904.<sup>3</sup>



**Fonte:** FERNANDES; CARDOSO, 2022, p. 279.

Nessa charge, diferentemente do que ocorre na gravura sobre a presença da varíola nas aldeias indígenas, os elementos que a compõem são apresentados sendo feita uma conexão com a discussão sobre a revolta da vacina. Em uma atividade presente na coleção “História, sociedade & Cidadania”, presente na seção “Escutar e Falar” (Figura 4), busca-se levar o aluno a refletir sobre os argumentos favoráveis e contrários à obrigatoriedade da vacina no contexto discutido e promover uma autoavaliação de seus argumentos:

**Figura 4:** Atividade presente na seção ESCUTAR E FALAR.

**ESCUTAR E FALAR**

Vimos que, em 1904, os cariocas tinham opiniões divergentes a respeito da vacinação contra a varíola. Releia o quadro da página anterior, com os argumentos a favor e contra a vacinação. Agora, responda: quais argumentos você considerou mais pertinentes? Por quê? Prepare-se para falar em público. *Respostas pessoais.*

**Autoavaliação. Responda em seu caderno.**

- a** Expressei minhas ideias com objetividade?
- b** Usei tom de voz e gestos adequados?
- c** Escutei meus colegas com atenção e respeito?
- d** Contribuí com sugestões e perguntas interessantes?
- e** Demonstrei interesse pelo assunto tratado?
- f** Aceitei críticas aos meus argumentos e comportamento?

**Fonte:** BOULOS JÚNIOR, 2022, p. 47.

No Brasil, a Varíola consistiu em uma “peste” – denominação dada a qualquer doença que no imaginário social representa um flagelo iminente – presente no cotidiano da colônia desde o primeiro século do contato interétnico vivenciado nesse território. Dizimando colonos, escravizados e indígenas, estes últimos em maior escala, essa doença mobilizou diferentes crenças, terapêuticas e ações de diferentes

<sup>3</sup> Título da imagem na coleção didática: Charge O espeto obrigatório de bambino, publicada na revista Avenida, em 1904, contesta a campanha de vacinação obrigatória do governo carioca contra a varíola. A vacina era uma invenção relativamente nova, e o governo da então capital federal não havia investido em informação, o que gerou muita resistência da população, de políticos e da imprensa. A desinformação não é um fenômeno novo.

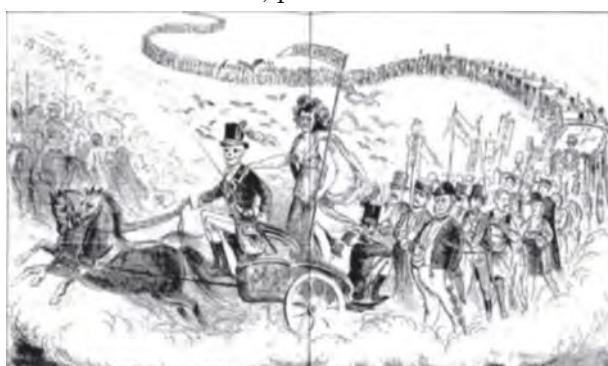
setores da sociedade brasileira (GURGEL, 2011). No período imperial, período no qual iniciado com mais força nos centros urbanos brasileiros, tornou-se uma doença possível de ser curada a partir da vacinação (CHALHOUB, 1996). Em relação ao período republicano foi em virtude do combate a esta doença por meio da vacinação, estabelecida de modo autoritário a partir da atuação do médico Oswaldo Cruz, que ocorreu a Revolta da Vacina, movimento social amplamente discutido na historiografia brasileira (SEVCENKO, 1993).

A Febre Amarela, outra doença bastante discutida nas coleções didáticas, é abordada a partir de temáticas como as condições de higiene das cidades no período imperial e o contexto de urbanização, industrialização e sanitização nas primeiras décadas da primeira república. A coleção “Superação! História”, ao abordar essa e outras doenças no período imperial, descreve:

O pouco cuidado com a higiene na época do Brasil Império causou vários problemas de saúde, principalmente aos moradores das cidades onde havia grande concentração de pessoas. Muitos desses hábitos provocaram epidemias de doenças, como a peste bubônica, a cólera e a febre amarela (MINORELLI; CHIBA, 2022, p. 147).

Descrevendo a Febre Amarela, bem como outras doenças, como resultado dos hábitos da população a coleção não aponta outros motivos para a recorrência dessas epidemias como, por exemplo, a falta de saneamento, os problemas de assistência à saúde e a falta de conhecimentos mais consolidados sobre a etiologia dessas doenças no período abordado. Na coleção “A conquista da história” consta uma charge (Figura 5).

**Figura 5:** Charge de autoria desconhecida, publicada na revista Semana Ilustrada, em 1873.



Fonte: SERIACOPI *et al.*, 2022, p. 222.

Descrevendo essa charge enquanto uma representação da Febre Amarela, aponta tratar-se de um cortejo fúnebre no Rio de Janeiro guiado por duas figuras esqueléticas que representam um cocheiro e a própria doença, contextualizando o temor causado pela Febre Amarela. A coleção “Se liga na história Braick & Barreto”, propondo uma atividade apresentada (Figura 6), busca levar os alunos a refletirem sobre ações desenvolvidas pelo poder público no combate à Febre Amarela a partir de um texto base:

**Figura 6:** Atividade sobre a febre amarela presente na seção Atividades.



- 1.** Leia o texto sobre as reformas urbanas recomendadas pelos médicos sanitários para combater a endemia de febre amarela na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX. Depois, responda às questões.

“ [...] para expelir a terrível endemia da nossa capital eram indispensáveis e urgentes três ordens de melhoramentos [...]: 1º, enxugo do solo urbano; 2º, calçamento estanque; 3º, reconstrução dos esgotos nos três primeiros distritos construídos, estando já em execução os que se referem a habitações para a classe proletária.

Ora, tais melhoramentos são capazes, a nosso ver, não só de expelir completamente a febre amarela do Rio de Janeiro, como a expeliu de um de seus mais formidáveis focos – Nova Orleans –, mas também têm de reduzir ao mínimo as depressões da malária e do beribéri, atuando, portanto, benificamente sobre todas as outras moléstias do nosso quadro patológico [...]. A mesma tuberculose não será insensível a esses melhoramentos, como demonstra um quadro da magistral tese do concurso do eminentíssimo higienista, Sr. professor Rocha Faria [...].”

PORUGAL, Aureliano. *Annuario de Estatística Demographo Sanitaria da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano I, 1891, p. 130-131.

- a) O texto menciona a reconstrução dos esgotos que atendem as habitações da classe proletária. Como se explica a preocupação específica com esse grupo social?
- b) Com base no que você estudou sobre a Primeira República, o poder público seguiu as orientações dos médicos sanitários para combater a febre amarela? Justifique.

**Fonte:** BRAICK *et al.*, 2022, p. 36.

A Febre Amarela, outra “peste” cujos os primeiros registros conhecidos no Brasil datam de meados do século XVII, representou uma doença à época que recebeu muitos nomes como “vomito negro”, “mal de São” e “bicha” (VIOTTI, 2017). Acometendo a colônia por meio de surtos epidêmicos inicialmente sua devastação alcançou o período imperial, tendo sido associada ao tráfico de escravizados mobilizando setores da sociedade na elaboração de projetos de controle de sua propagação e no discurso abolicionista (KODAMA, 2013), e o republicano, acarretando uma verdadeira caça ao mosquito *Aedes aegypti* – descoberto vetor de transmissão dessa doença – e campanhas de vacinação para combatê-la a partir da década de 1930 (BENCHIMOL, 1999).

A discussão sobre o Cólera, abordada associada a outras doenças como Febre Amarela, Varíola, Peste Bubônica e Doença de Chagas, ocorre a partir de temáticas como o processo de imigração entre o império e a república; as condições de higiene

nas cidades durante o Período Imperial; a Guerra do Paraguai, ainda no Império; e a industrialização e urbanização vivenciada nas primeiras décadas da República. A coleção “A conquista da história”, narrando a guerra do Paraguai (1864-1870), explica:

A guerra foi longa e sangrenta; dela participaram homens, mulheres e até mesmo crianças. Os acampamentos militares, com problemas sanitários e soldados subnutridos, foram assolados por epidemias de cólera, varíola, entre outras doenças. Isso contribuiu para tornar a guerra cada vez mais impopular entre os brasileiros, além de provocar duras críticas em relação ao governo imperial e suas lideranças militares (SERIACOPI *et al.*, 2022, p. 242).

Embora apontando os impactos do cólera nesse acontecimento, ressaltando também a presença de outras doenças, não problematiza as características fisiopatológicas dessas doenças. A coleção “Conexões e vivências História”, abordando o que chama “as patologias da pátria” em uma atividade (Figura 7), busca levar os estudantes a refletir sobre a relação entre condições de vida no Brasil do século XX e a recorrência dessas patologias, a permanência de algumas das doenças mencionadas e o papel da Fundação Oswaldo Cruz no combate a recente pandemia da covid-19:

**Figura 7:** Atividade presente na seção Fique Ligado.



**FIQUE LIGADO!** **TCT** **INTERDISCIPLINARIEDADE** **ATIVIDADE EM GRUPO**

**As condições de saúde no Brasil no início do século XX**

Desde o último quartel do século XIX o tema da saúde [...] gerava preocupação. [...]

[...] Algumas epidemias eram consideradas “de fora” – como é o caso do cólera, um dos maiores responsáveis pelos óbitos na época. Outras eram entendidas como “de dentro”, tais como a febre amarela, a varíola e a peste bubônica. Segundo os especialistas, esse cenário era ainda agravado pelo predomínio de habitações populares e provisórias chamadas “choças”. Feitas de barro, elas representavam o habitat natural para o inseto conhecido como “barbeiro”, transmissor da recém-descoberta doença de Chagas [...]. Já na conta dos imigrantes entrava o tracoma, infecção ocular perigosa e transmissível. [...]

O interior do país foi então percorrido por viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz, que levaram a saúde do litoral ao encontro dos sertões brasileiros. [...] Esse projeto médico era parte, ademais, de um movimento nacionalizante que considerava as “patologias da pátria” (as pestilências ou epidemias) fatores emergenciais. [...] As “patologias do Brasil” pareciam atingir a todos, mas os grandes alvos – além dos sertanejos, caipiras e populações do interior – foram os ex-escravos, os habitantes pobres das cidades, os moradores dos cortiços e favelas, os imigrantes, trabalhadores e os camponeses.

SCI (WARCZ, Lilia Moretto STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 329-330.

Membros da expedição ao Amazonas e Acre, São Gabriel da Cachoeira, Rio Negro (AM), 1913.

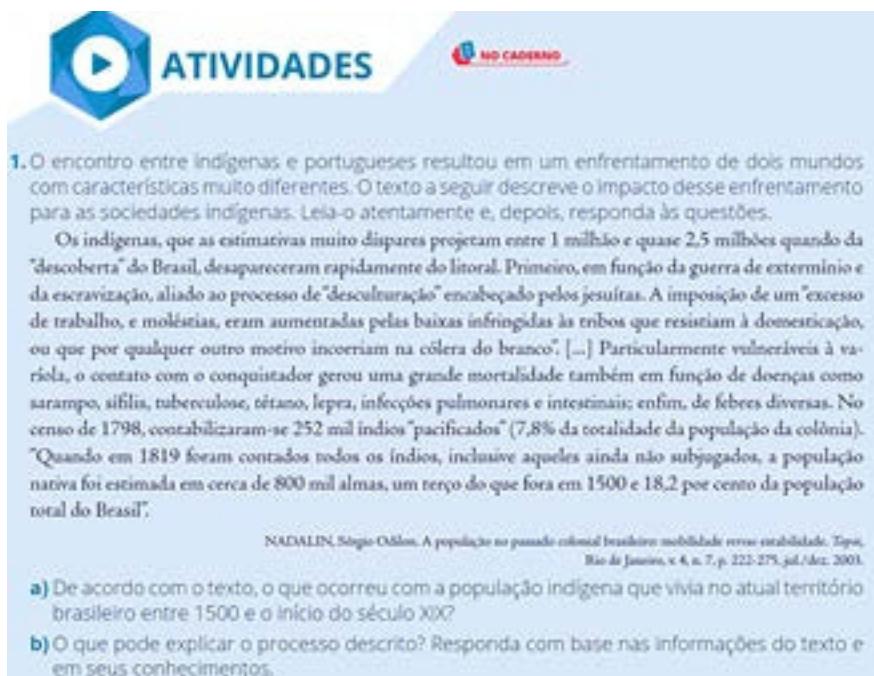
Com base no texto, respondam às questões a seguir.

1. No inicio do século XX, havia relação entre as condições de vida da população e a ocorrência de pestilências e epidemias no Brasil?
2. Hoje em dia, a situação apontada na questão acima está superada? Por quê?
3. O Instituto Oswaldo Cruz hoje integra a Fiocruz, instituição pública referência em saúde pública e vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Vocês sabem o papel da Fiocruz no enfrentamento à pandemia de covid-19? Pesquiseem o assunto e discutam a importância de o Estado financeirar o trabalho da Fiocruz.

O Cólera, doença causada pela bactéria denominada *Vibrio cholerae* que chegou ao Brasil tornando-se epidêmica a partir de meados do século XIX, foi uma das enfermidades que mais povoou o imaginário social e mobilizou a saúde pública durante o Período Imperial (ALEXANDRE, 2024). Recebendo muitas denominações, entre elas: “o peregrino do Ganges”, em alusão a uma possível origem asiática da epidemia que ocorreu no período mencionado, esteve presente de modo avassalador até as primeiras décadas da República quando casos destas doenças declinaram tornando-se esporádicos a partir de campanhas de desinfecção financiadas pelo governo brasileiro (BENCHIMOL, 1999).

A Lepra/Hanseníase, mencionada apenas na coleção “Conexões e Vivências História”, é abordada em uma atividade referente às doenças que acometeram as populações indígenas no processo de contato internético vivencial durante a colonização do Brasil (Figura 8). Nesta atividade, a Lepra, ao lado de doenças como Varíola, Sífilis, Tuberculose e infecções pulmonares e intestinais, não é devidamente problematizada, na medida em que essa atividade busca levar os alunos e alunas a analisarem o que ocorreu com os povos indígenas no processo de colonização sem apresentar muitos detalhes, por exemplo, sobre as doenças que aborda.

**Figura 8:** Atividade sobre doenças do período colonial.



**ATIVIDADES**

1. O encontro entre indígenas e portugueses resultou em um enfrentamento de dois mundos com características muito diferentes. O texto a seguir descreve o impacto desse enfrentamento para as sociedades indígenas. Leia-o atentamente e, depois, responda às questões.

Os indígenas, que as estimativas muito disparem projetam entre 1 milhão e quase 2,5 milhões quando da “descoberta” do Brasil, desapareceram rapidamente do litoral. Primeiro, em função da guerra de extermínio e da escravidão, aliado ao processo de “desculturação” encabeçado pelos jesuítas. A imposição de um “excesso de trabalho, e moléstias, eram aumentadas pelas baixas infringidas às tribos que resistiam à domesticação, ou que por qualquer outro motivo inceriam na colera do branco”; [...] Particularmente vulneráveis à varíola, o contato com o conquistador gerou uma grande mortalidade também em função de doenças como sarampo, sífilis, tuberculose, tétano, lepra, infecções pulmonares e intestinais; enfim, de febres diversas. No censo de 1798, contabilizaram-se 252 mil índios “pacificados” (7,8% da totalidade da população da colônia). “Quando em 1819 foram contados todos os índios, inclusive aqueles ainda não subjugados, a população nativa foi estimada em cerca de 800 mil almas, um terço do que fora em 1500 e 18,2 por cento da população total do Brasil”.

NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *Terra, Rio de Janeiro*, v. 4, n. 7, p. 223-275, jul./dez. 2001.

a) De acordo com o texto, o que ocorreu com a população indígena que vivia no atual território brasileiro entre 1500 e o início do século XX?

b) O que pode explicar o processo descrito? Responda com base nas informações do texto e em seus conhecimentos.

**Fonte:** PANAZZO; VAZ, 2022, p. 128.

A Lepra, doença presente desde a Colônia, representou uma das “pestes” que causou mais temor, tendo em vista as deformidades que causava nos enfermos. Recebendo desde a Idade Média como uma de suas denominações “mau de São Lázaro”, em referência as úlceras que o personagem bíblico portava em sua pele e a

concepção de doença enquanto castigo divino nesse período, os acometidos por essa doença tornaram-se foco de um isolamento compulsório como forma de evitar sua propagação. Alcançou o Período Imperial e Republicano ainda sob o estigma desse isolamento, passando a receber a denominação de Hanseníase em alusão ao cientista norueguês Gerhard Armauer Hansen que descobriu o bacilo causador desta doença – *Mycobacterium leprae* – em 1873, acarretando um movimento de conscientização acerca do preconceito associado a esta doença a partir da segunda metade do século XX (MONTEIRO, 2019).

A discussão sobre a gripe “espanhola”, mencionada em duas coleções, ocorre no capítulo dedicado a abordar a Primeira Guerra Mundial. A coleção “História, Sociedade & Cidadania”, em um pequeno texto intitulado “O mal chega ao Brasil”, apresenta algumas informações sobre como se deu a propagação da doença e os impactos que causou:

No Brasil, a epidemia chegou ao final de setembro de 1918 [...] As autoridades brasileiras ouviram comdescaso as notícias vindas de Portugal sobre os sofrimentos provocados pela pandemia de gripe espanhola na Europa. Acreditava-se que o oceano impediria a chegada do mal ao país. Mas essa aposta se revelou rapidamente um engano. Tinha-se medo de sair à rua. Em São Paulo, especificamente, quem tinha condições deixou a cidade, refugiando-se no interior, onde a gripe não tinha aparecido. [...] Pense nos jogos de futebol. Mas, ao invés de estádios cheios, imagine os jogadores exibindo suas habilidades em campo para arquibancadas vazias. Pois, durante a pandemia de 1918, as cidades ficaram exatamente assim: bancos, repartições públicas, teatros, bares e tantos outros estabelecimentos fecharam as portas ou por falta de funcionários ou por falta de clientes (BOULOS JÚNIOR, 2022, p. 107).

A Gripe “Espanhola” que acometeu o Brasil no ano de 1918, resultando de uma variante do vírus Influenza causador da gripe, marcou o mundo no início do século XX. Espalhando-se pelo ocidente quando a Primeira Guerra Mundial chegava ao fim, causando medo e recebendo essa denominação por ter sido inicialmente divulgada pela imprensa espanhola, representou uma pandemia que alcançou os cinco continentes até o final de 1920. No Brasil, chegando quando a pouco havia se instalado a República causando grande consternação social, demonstrou as fragilidades do novo regime político em administrar a saúde pública no país (SCHWARCZ; STARLING, 2020).

No caso da Tuberculose, abordada principalmente associada a outras doenças, aparece em discussões sobre o cotidiano de escravizados no período colonial; as condições de vida de indígenas entre o Período Colonial e Republicano; o processo de imigração na transição do Império para a República; e o contexto de industrialização, urbanização e sanitização durante as primeiras décadas da República. A coleção “Araribá conecta - História”, ao abordar as dificuldades vivenciadas por aqueles cujas vidas encontravam-se perpassadas pela escravidão, explica:

O cotidiano dos escravizados que trabalhavam diretamente nas minas era muito duro. Eles ficavam longas horas com os pés na água extraíndo o ouro no leito dos rios e frequentemente eram vítimas da tuberculose e de outras doenças pulmonares. Nas galerias subterrâneas, estavam sujeitos à asfixia e ao risco de soterramento, caso desabassem rochas durante as escavações (ANTONELLI *et al.*, 2022, p. 222).

A discussão proposta, não apresentando informações sobre a Tuberculose, apenas associa essa doença a escravidão. Abordada em algumas atividades, apresentadas acima, encontra-se associadas a outras doenças. Um complemento ao texto base de um capítulo, presente na coleção Jovens Sapiens História, menciona a existência de vacina para essa e outras doenças (DIAS *et al.*, 2022). A coleção “História.doc”, abordando a atuação política de um personagem que teve sua vida findada por essa doença, descreve:

José do Patrocínio, antes um republicano, não aderiu abertamente ao movimento e foi, por isso, associado à monarquia. No governo de Floriano Peixoto (1839-1895), que sucedeu a Deodoro da Fonseca na presidência do país, chegou a ser preso, acusado de conspirar contra o governo republicano. Foi anistiado, mas não recuperou o prestígio, e acabou morrendo de tuberculose em 29 de janeiro de 1905 (VAINFAS *et al.*, 2022, p. 183).

A tuberculose - causada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis* - acometeu o Brasil desde o Período Colonial, época em que era conhecida como “tísica”, representado mais uma das “pestes” que flagelou a sociedade brasileira (GURGEL, 2011). Durante o Período Imperial tornou-se bastante recorrente, considerada à época incurável, recebendo a denominação de “mal romântico” por ter acometido poetas e intelectuais, atingido também variados setores da sociedade como os operários que trabalhavam em péssimas condições de higiene nas fábricas. Foi com o advento da República, cujo sanitarismo emergente passou a reconhecer nas doenças mencionadas um empecilho ao progresso, que a tuberculose se tornou um problema despertando uma maior atenção da saúde pública a partir da atuação de médicos que, formando a Liga Brasileira contra a Tuberculose em 1900, atuaram no combate a essa enfermidade até que fosse criada a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose em 1923 (NASCIMENTO, 2005).

No caso da Meningite, presente apenas na coleção “Superação! História”, sua abordagem ocorre em um complemento e uma atividade. No complemento é apresentada uma breve discussão do contexto no qual ocorreu a epidemia dessa doença na década de 1970. Em atividade intitulada “A epidemia do silêncio” (Figura 9) busca-se levar o aluno a refletir sobre o processo de censura realizado pelo governo militar acerca da epidemia e a importância da liberdade de imprensa.

**Figura 9:** Atividade sobre a meningite.

**A epidemia do silêncio**

O surto de meningite que matou mais de 200 pessoas em São Paulo só neste mês de julho não é lamentável apenas por suas consequências ou por revelar dramaticamente a precariedade do sistema de Saúde Pública do Estado [...]. Talvez ainda pior do que tudo isso seja o fato de que, com ele, atingiu o seu ponto mais alto também a epidemia de desinformação e ocultamento de fatos que as administrações públicas, a todos os níveis, resolveram desencadear faz já algum tempo.

Desde que [...] começaram a aumentar em ritmo alarmante os casos de meningite em São Paulo, as autoridades cuidaram de ocultar fatos, [...] levando, deliberadamente, a desinformação à população e abrindo caminho para que boatos ocupassem rapidamente o lugar que deveria ser preenchido por fatos.

[...]

ROSSI, Clóvis. A epidemia do silêncio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,a-epidemia-do-silencio-texto-de-clovis-rossi-censurado-em-1974,70002872715,0.htm?mscid=ff658610c7faf1ec9e67986dbc4da16b>. Acesso em: 29 abr. 2022.

Agora, responda às questões a seguir.

**Questões 1 a 4. Respostas nas orientações ao professor**

1. Segundo o autor do texto, quais motivos tornam o surto de meningite lamentável?
2. Por que o texto analisado foi censurado? Quais eram os interesses da ditadura em esconder da população o surto de meningite?
3. De que maneira a falta de informação sobre a doença pode ter contribuído para que mais pessoas morressem?
4. Em sua opinião, qual é a importância da liberdade de imprensa? converse com os colegas sobre isso.

**Fonte:** MINORELLI; CHIBA, 2022, p. 217.

Essa epidemia de Meningite abordada nessa coleção, doença que pode ser causada por uma variedade de agentes etiológicos – vírus, bactéria, fungo e parasitas – cujos primeiros casos de epidemias reportam a primeira metade do século XX (1923 e 1945), ocorreu em pleno regime militar na década de 1970. De origem ainda imprecisa, cuja propagação ocorreu inicialmente de modo silencioso, sofreu censura do governo que controlava a circulação de informações que pudesse comprometer a manutenção da ordem política e social instituída. O reconhecimento da doença só aconteceu no ano de 1974, após a chegada à presidência do militar de perfil mais moderado Ernesto Geisel, ocasionando a criação do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e a Comissão Nacional de Controle de Meningite. A doença só pode ser devidamente controlada, em virtude da massiva campanha de vacinação realizada a partir de 1975, no ano de 1977 (BARATA; MORAES, 2015).

Em relação a Poliomielite, presente em quatro das coleções didáticas, a abordagem ocorre por meio de discussões sobre sua incidência no mundo, processo de erradicação e campanha de vacinação no Brasil. Na coleção “Superação! História” conta um gráfico sobre a incidência dessa doença no mundo (Figura 10).

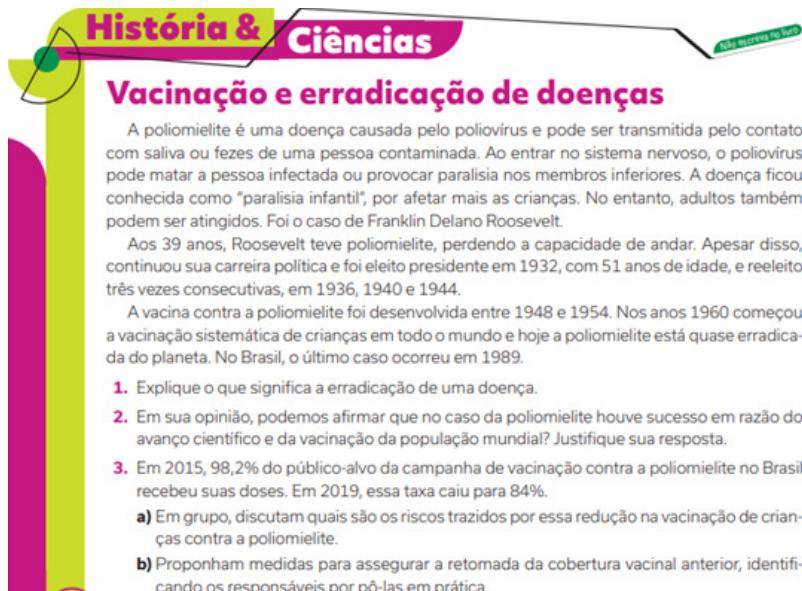
**Figura 10:** Gráfico sobre a incidência de poliomielite no mundo entre 1980 e 2020.



**Fonte:** MINORELLI; CHIBA, 2022, p. 38.

Na coleção “História.doc” há uma atividade sobre a Poliomielite, intitulada “Vacinação e erradicação das doenças”, na qual consta um texto explicando sua etiologia e um caso de uma pessoa que desenvolveu esta doença (Figura 11). Nesta atividade busca-se levar o aluno a refletir sobre o significado de erradicação de doenças, a relação entre avanço científico e erradicação e uma discussão em grupo sobre os riscos que baixa de vacinação dessa doença pode trazer e quais propostas podem ser realizadas para manter bons índices de vacinação.

**Figura 11:** Atividade sobre a erradicação da poliomielite.



**História & Ciências**

**Vacinação e erradicação de doenças**

A poliomielite é uma doença causada pelo poliovírus e pode ser transmitida pelo contato com saliva ou fezes de uma pessoa contaminada. Ao entrar no sistema nervoso, o poliovírus pode matar a pessoa infectada ou provocar paralisia nos membros inferiores. A doença ficou conhecida como “paralisia infantil”, por afetar mais as crianças. No entanto, adultos também podem ser atingidos. Foi o caso de Franklin Delano Roosevelt.

Aos 39 anos, Roosevelt teve poliomielite, perdendo a capacidade de andar. Apesar disso, continuou sua carreira política e foi eleito presidente em 1932, com 51 anos de idade, e reeleito três vezes consecutivas, em 1936, 1940 e 1944.

A vacina contra a poliomielite foi desenvolvida entre 1948 e 1954. Nos anos 1960 começou a vacinação sistemática de crianças em todo o mundo e hoje a poliomielite está quase erradicada do planeta. No Brasil, o último caso ocorreu em 1989.

1. Explique o que significa a erradicação de uma doença.
2. Em sua opinião, podemos afirmar que no caso da poliomielite houve sucesso em razão do avanço científico e da vacinação da população mundial? Justifique sua resposta.
3. Em 2015, 98,2% do público-alvo da campanha de vacinação contra a poliomielite no Brasil recebeu suas doses. Em 2019, essa taxa caiu para 84%.
  - a) Em grupo, discutam quais são os riscos trazidos por essa redução na vacinação de crianças contra a poliomielite.
  - b) Proponham medidas para assegurar a retomada da cobertura vacinal anterior, identificando os responsáveis por pô-las em prática.

**Fonte:** VAINFAS *et al.*, 2022, p. 38.

O primeiro surto de Poliomielite – causada pelo Poliovírus que vive no intestino humano – no Brasil, embora haja referências a casos esporádicos em fins do século XIX, foi descrito pela primeira vez pelo pediatra carioca Fernandes Figueira em 1911. Enquanto na primeira metade do século XX ficou restrita a debates médicos, marcados pela definição de modelos científicos explicativos sobre sua propagação e incidência no Brasil, na segunda metade deste mesmo século, tornou-se um problema para a saúde pública, quando se estabeleceu políticas públicas como vacinação e

campanhas de conscientização sobre esta doença. Felizmente, foi erradicada oficialmente, em virtude da execução do programa de vacinação contra a Poliomielite, na década de 1990 (CAMPOS; NASCIMENTO; MARANHÃO, 2003).

Em relação a Aids/HIV, presente em sete coleções didáticas, a discussão ocorre a partir de trechos curtos inseridos nas discussões sobre o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessas coleções enfatiza-se, sem que seja mencionado o processo de estigmatização que os portadores desta doença sofreram e ainda sofrem, a política pública desenvolvida neste governo para acesso a tratamento e medicação gratuita.

A Aids, doença de incidência mais recente entre as discutidas causada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV é a sigla em inglês), chegou ao Brasil na década de 1980. Diferentemente do que aconteceu em relação à tuberculose, foi estigmatizada como a “peste gay” nos diferentes meios de comunicação, sendo associada diretamente ao grupo social gay, por isso não recebendo, inicialmente, atenção devida do sistema de saúde pública. Foi a partir da mobilização articulada por organizações da sociedade civil, sobretudo das pessoas acometidas pela doença, principalmente as famosas, e aqueles que a elas foram solidárias, que esta doença passou a despertar a atenção da saúde pública, tendo sido as primeiras ações governamentais direcionadas a essa doença a partir do ano de 1995 (NASCIMENTO, 2005).

## Considerações finais

Diante dos resultados apresentados percebe-se que, embora presente em boa parte das coleções didáticas aprovadas pelo Edital de 2022 do PNLD, a abordagem dada à História das Doenças nesses materiais apresenta limitações. Mesmo nas coleções didáticas em que há uma contextualização diante da discussão central proposta pelo capítulo, como é o caso daquelas que abordam a varíola vinculando-a a temáticas como o genocídio indígena durante a colonização, as condições de higiene das cidades no Brasil Imperial e sua relação com movimento social denominado Revolta da Vacina (1904) vivenciado durante a Primeira República, a abordagem feita não problematiza as doenças enquanto fenômenos sociais, como proposto pela historiografia brasileira, nem avança na compreensão da historicidade das doenças, algumas aparecendo apenas identificadas para dar nome a entidade fisiopatológica chamada doença.

Essas limitações ocorrem, como observado por Leandro Costa (2021) e Thayane Oliveira (2021), por que as coleções didáticas seguem as orientações presentes nos documentos curriculares que, como foi destacado, apresentam as temáticas saúde e doença nos PCN's como temas transversais, não estabelecendo-as como conteúdos prioritários no Ensino de História, e que abordam estas temáticas em habilidades e competências cobradas nas unidades temáticas de áreas como Ciências Naturais e Educação Física na BNCC, não estabelecendo, assim, nestas habilidades e competências a necessidade de associações destas temáticas com o conhecimento histórico. Um aspecto que também cabe destacar consiste, como ressalta Edeílson Azevedo (2005), na seleção de conteúdos feita por aqueles que produzem esse tipo de material didático, em virtude das limitações

editoriais que são impostas, ocasionando a seleção de determinados conteúdos em detrimento de outros, o que ajuda a compreender determinadas ausências.

Em virtude da recente experiência da pandemia de Covid-19, como discutido a partir da minha própria experiência enquanto historiador-docente, a História das Doenças tornou-se temática cada vez mais discutida. Para uma maior abordagem desta temática nos livros didáticos de História, bem como de modo mais amplo no ensino da disciplina, um caminho possível, como destacado por Leandro Costa (2021), consiste em inserir a História das Doenças nos currículos oficiais das humanidades de modo mais efetivo a partir de eixos temáticos com conteúdo específico e habilidades bem definidas. Na análise realizada dos contextos históricos das doenças abordadas em algumas das coleções percebe-se, por exemplo, como representações sociais são construídas a partir de referências do passado e angústias sobre um futuro, bem como as estruturas mencionadas são desestruturadas e reestruturadas a partir das respostas sociais que as doenças suscitam.

Mesmo que os manuais didáticos constituam um dos principais materiais de apoio do professor, apresentando no caso daqueles direcionados ao Ensino de História as temáticas definidas pelos currículos oficiais, fontes históricas associadas a estas temáticas que podem ser discutidas e exercícios a serem resolvidos, não devem representar, por muitas vezes não suprir determinadas demandas da sala de aula, o único material pedagógico a ser utilizado na prática docente. Cabe ao professor interessado em abordar a História das Doenças apropriar-se das discussões realizadas pela produção historiográfica sobre as doenças, utilizar em sala fontes históricas (periódicos, fotografias, objetos, prontuários médicos, etc.) disponíveis discutidas por esta historiografia e propor atividades que permitam historicizar as doenças enquanto fenômenos sociais.

Embora a BNCC, por exemplo, permita que os docentes adaptem os conteúdos às necessidades de suas turmas, a falta de uma formação específica pode limitar a abordagem em sala de temas como epidemias, políticas de saúde pública e o impacto das doenças ao longo da história. Nesse contexto, a formação continuada dos professores torna-se um processo fundamental para capacitá-los a integrar métodos pedagógicos atualizados e, no caso da temática discutida, mobilizar em sua prática docente os resultados das mais recentes pesquisas no campo da História das Doenças.

Investir na formação continuada de docentes sobre temas desse campo do conhecimento histórico e incluir nas coleções didáticas abordagens alinhadas à produção historiográfica possibilitará uma educação mais integrada quanto aos processos de interações entre saúde, sociedade e ambiente em diferentes contextos históricos. Assim, os alunos poderão desenvolver uma compreensão crítica sobre como as doenças moldam sociedades e influenciam políticas públicas de saúde.

## Referências

- ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. A doença epidêmica clássica do século XIX: o cólera na historiografia. *Sertão História*, v. 3, n. 5, p. 188-205, 2024.
- ALVIM, Yara Cristina. A avaliação do livro didático de história: diálogos entre pareceristas e professores à luz dos guias de livros didáticos do PNLD. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- ANTONELLI, Maria Clara et al. *Araribá conecta – História*. São Paulo: Moderna, 2022.
- AZEVEDO, Edeílson Matias de. Livro didático: uma abordagem histórica e reflexões a respeito de seu uso em sala de aula. *Cadernos da FUCAMP*, Monte Carmelo, n.4, p. 105-116, 2005.
- BARATA, Rita de Cássia Barradas; MORAES, José Cássio. A doença Meningocócica na cidade de São Paulo durante o século XX. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela; BERTOLI FILHO, Cláudio. (Org.). *As enfermidades e suas metáforas: epidemias, vacinações e produção do conhecimento*. São Paulo: USP/UFABC, Casa de Soluções, 2015, p. 71-94.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz / Ed. UFRJ, 1999.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, Sociedade e Cidadania*. São Paulo: FDT, 2022.
- BRAICK, Fabrício Ramos et al. *Se liga na história Braick & Barreto*. São Paulo: Moderna, 2022.
- BRASIL. *Parâmetros curriculares nacionais: história*. Brasília: MEC / SEF, 1998. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/sebl/arquivos/pdf/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/sebl/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf). Acesso em: 12 set. 2023.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/>
- BNCC\_EI\_EF\_110518\_versaofinal\_site.pdf. Acesso em: 11 ago. 2023.
- CAIMI, Flávia Eloisa. Escolhas e usos do livro didático de história: o que dizem os professores. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel et al. (Org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST. EXCLAMAÇÃO, ANPUH/RS, 2010, p. 101-114.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MARANHÃO, Eduardo: A história da poliomielite no Brasil e seu controle por imunização. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 2, p. 573-600, 2003.

- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Leandro Garcia. *O que a história ensina sobre as epidemias no Brasil?* Orientações didáticas para o ensino fundamental. Curitiba: Editora CRV, 2021.
- COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Expedições da história*. São Paulo: Moderna, 2022.
- DIAS, Adriana Machado et al. *Jovens Sapiens História*. São Paulo: Scipione, 2022.
- FERNANDES, Priscila Nina; CARDOSO, Maurício. *Jornadas: novos caminhos – história*. São Paulo: Saraiva, 2022.
- FERREIRA JUNIOR, Lier Pires et al. *Amplitude história*. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.
- FREITAS, Itamar. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. (Org.). *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal: EDUFRN, 2009, p. 11-19.
- FREITAS, Solange de Almeida et al. *Segue a trilha história*. São Paulo: Palavras Projetos Editoriais, 2022.
- GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2011.
- KARNAL, Leandro et al. *Viver história com Leandro Karnal*. São Paulo: Moderna, 2022.
- KODAMA, Kaori. Epidemias e tráfico: os discursos médicos e debates na imprensa sobre a febre amarela (1849-1850). In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MACIEL, Ethel Leonor Noia. (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 35-49.
- LE GOFF, Jacques. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MINORELLI, Caroline Torres; CHIBA, Charles Hokiti Fugushigue. *Superação! História*. São Paulo: Moderna, 2022.
- MONTEIRO, Yara Nogueira. (Org.). *História da Hanseníase no Brasil: silêncios e segregação*. São Paulo: LEER - Universidade de São Paulo, 2019.
- MOTOOKA, Débora Yumi; SILVA, Valéria Aparecida Vaz da. *Geração alpha história*. São Paulo: Edições SM, 2022.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *As Pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 25-44.

OLIVEIRA, Thayane Lopes. *A História das Doenças nas aulas de História: uma abordagem possível*. Revista História Hoje, v. 10, n. 20, p. 33-50, 2021.

PANAZZO, Silvia; VAZ, Maria Luiza Albiero. *Conexões e vivências História*. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. (Org.). *História: novos objetos*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 144-159.

RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem Histórica: fundamentos e paradigmas*. Curitiba: W & A Editores, 2012.

SCHMIDT, Maria auxiliadora Moreira dos Santos; CAINELLI, Marlene Rosa. *Ensinar História*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SEFFNER, Fernando. Aprender e ensinar história: como jogar com isso? In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet. (Org.). *Jogos e Ensino de História*. Porto Alegre: Evangraf, 2013, p. 25-46.

SERIACOPI, Reinaldo et al. *A conquista da história*. São Paulo: Editora FTD, 2022.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Scipione, 1993.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira; CAIMI, Flávia Eloisa. O Livro Didático de História do Ensino Médio: critérios de avaliação e documentos curriculares. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 54, n. 41, p. 220-250, maio/ago. 2016.

VAINFAS, Ronaldo et al. *História.doc*. São Paulo: Saraiva, 2022.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2017.



Recebido em 07/03/2024

Aceito em 05/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.53034

## ARTIGO

# A leitura na sala de aula: a trilogia “O Legado de Orísha” para o ensino de História da África e do Brasil afrodescendente

Reading in the classroom: the use of “The Orisha Legacy” trilogy to teach African history and Afro-descendant Brazil

***Lucas Xavier Anselmo***

Mestrando em História pela Fundação Getúlio Vargas

<https://orcid.org/0009-0009-1291-3329>

**RESUMO:** Este artigo tem como principal proposta analisar de que maneira a trilogia “O Legado de Orísha”, de Tomi Adeyemi, com ênfase no seu primeiro livro, pode ser utilizada em sala de aula para promover o ensino de História da África e do Brasil afrodescendente. Tal exercício visa demonstrar como a literatura pode e deve ser mobilizada para o cumprimento da Lei 10.639/03 para a concretização de uma educação antirracista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lei 10.639/03. Literatura. História da África.

**ABSTRACT:** The main purpose of this article is to analyze how the trilogy “The Legacy of Orísha”, by Tomi Adeyemi, with an emphasis on the first book, can be used in the classroom to promote the teaching of History of Africa and History Afro-descendant Brazil. This exercise aims to demonstrate how literature can and should be mobilized to comply with Law 10.639/03 in order to achieve an anti-racist education

**KEYWORDS:** Law 10.639/03. Literature. History of Africa.

## Introdução

Este artigo tem como principal proposta analisar de que maneira a trilogia O “Legado de Orísha”, de Tomi Adeyemi, com ênfase no seu primeiro livro, “Filhos de Sangue e Osso” (2018), pode ser utilizada em sala de aula para promover o ensino de História da África e de Brasil afrodescendente. Entendemos aqui que a discussão sobre a mobilização da literatura para a construção de imagens, especialmente sobre o “Outro”, precisa ser realizada. No caso específico da África e dos africanos, essa montagem imagética é extensa e passou por diversas modificações. Durante muito tempo foi (e continua sendo) muito comum a fabricação de caricaturas acerca do

continente e de seus habitantes, caricaturas essas que reduzem esses dois a tríade miséria-fome-guerras; não que esses três inexistem nos países africanos, porém a questão é o reducionismo que mídias como o cinema, a televisão, a literatura e outras realizam do continente e de seus habitantes para com essa tríade.

Por outro lado, ainda mais nos dias de hoje, percebe-se ações que partem de um caminho oposto a essa estereotipação, ou seja, ações que realizam esforços para a formação de imagens positivas da África e consequentemente da sua contribuição no mundo e na formação de sociedades fora dela. No caso do Brasil, essas ações são motivadas, em parte, pelo cumprimento da Lei 10.639/03<sup>18</sup>. Todas as escolas do país, o ensino de história e cultura da África e do Brasil afrodescendente, junto com a Lei 11.645/08, que acrescentou a obrigatoriedade do ensino de história e cultura dos povos indígenas, se configurando como instrumento bastante importante para o combate ao racismo (ALBERTI, 2013, p. 27-28).

O uso de recursos a fim de fazer cumprir tal Lei é extremamente vasto, por isso que a utilização de obras literárias, como a trilogia de Tomi Adeyemi, é de suma importância para promover o tipo de educação que a dita Lei visa tornar obrigatória como forma de cumprir com uma agenda antirracista. Sendo essa trilogia, cujo primeiro livro é intitulado “Filhos de Sangue e Osso” (2018), trata das aventuras de uma adolescente africana chamada Zélie, que, junto com seu irmão Tzain e sua amiga Amari, buscam resgatar a magia na terra de Orisha, enfrentando obstáculos e opositores no meio do caminho.

Tal exercício é plenamente possível para com, por exemplo, uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental, em que questões como a história dos povos iorubás, o conceito de genocídio, o questão sobre as formações identitárias, nacionalistas e religiosas, o debate sobre as mulheridades (principalmente a negra) são apresentadas, e tal franquia utilizada como fonte neste artigo é um material extremamente rico para explorar tais temáticas com esse segmento educacional.

### A África como o “Outro”: um breve histórico da construção das imagens negativas sobre o continente

Como já mencionado, a formulação de imagens sobre o continente africano e seus povos é bastante longa e tem diversas camadas, sendo que tais formações imagéticas são, em geral, negativas e caricaturais, de forma que a África é constantemente colocada em uma posição de ‘outroriedade’.

São muitos os trabalhos acadêmicos acerca desse conceito em si, destaca-se a contribuição de quatro intelectualidades nesse quesito. A primeira delas é a escritora Grada Kilomba e seu famoso livro “Memórias da Plantação” (2019), cuja tese central é de que o passado colonial é constantemente reencenado através de uma “ferida”

<sup>18</sup> Lei sancionada também durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de Dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639 de 9 de Dezembro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, pra inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” (Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm). Acesso em: 03 out. 2024).

chamada pela autora de “racismo cotidiano”, colocando, constantemente, o sujeito negro como o “Outro” ocupante de espaços de subordinação e exotismo. Sem mencionar que a intelectual destaca que uma das características centrais do “racismo cotidiano” é que ele, além de ser racial, é genderizado, formulando a concepção de que a mulher negra ocupa o lugar de o/a “Outro/a do/a Outro/a”, comprovando que qualquer debate feminista precisa ser antirracista e vice-versa, pois, caso o contrário, só será uma forma de garantir a manutenção dessa “ferida”.

A segunda é a filósofa Simone de Beauvoir que, através dos dois volumes de “O Segundo Sexo” (2017), coloca como a mulher, por meio da formação de vários mecanismos patriarciais, é posta nessa posição de ser o “Outro” enquanto o homem é colocado como o “Sujeito”, de maneira que ela é posta nesse lugar de ‘outroriedade’ não somente através de elementos anatômicos como também sociais, de maneira que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Apesar da intelectual francesa ter reproduzido o movimento que Kilomba (2019) alerta, ou seja, reproduzir uma concepção de “mulher universal” (branca, europeia e ocidental), acabando por silenciar outras mulheridades, não se pode negar a grande contribuição da mesma para os estudos de gênero e para a reflexão sobre a construção da ‘outroriedade’.

O terceiro nome que se destaca nas abordagens desse conceito é a teórica Gayatri Spivak, com o seu “Pode o subalterno falar?” (2010). Reconhecido como um clássico dos Estudos Pós-Coloniais, tido como referência para discutir conceitos como de ‘outroriedade’ e ‘lugar de fala’, a autora, analisando a realidade de viúvas indianas, realiza discussões sobre quem é e quem pode ser chamado de “subalterno”, e se este ou esta pode falar a partir dessa posição.

Por fim, outro autor que se destaca nesse debate é Jean Delumeau (2009), pois ele mobiliza o termo a fim de escrever como o medo foi utilizado como um arcabouço na composição da história do Ocidente na questão da construção de aparatos de poder, olhando para quatro casos de indivíduos e coletivos que foram selecionados para comporem esse lugar do “Outro”: a mulher, o judeu, o idólatra e o mulçumano.

Dentro de suas respectivas metodologias e especificidades, Kilomba (2019), Beauvoir (2017), Spivak (2010) e Delumeau (2009), demonstram como esse lugar do “Outro” serviu (e serve) para realizar a manutenção de processos de subordinação. No contexto das dominações coloniais, esse movimento cumpre com o objetivo de construir um “retrato” do colonizado e um “retrato” do colonizador onde o primeiro é “desprovido” do que o segundo possui e vice-versa, tudo isso em um jogo de oposição e complementaridade (MEMMI, 1977).

[...] existe um evidente uso da categoria ou do instrumental mental empregado para ver o *Outro* a partir de um conjunto de referências e intenções, assim como de ver ou definir o *Eu*, com um princípio muito parecido. Dessa forma, os *filtros culturais* agem nos dois sentidos, tanto na definição de identidade de um grupo, sociedade, classe, nação, como na definição de quem ou o que caracteriza a alteridade. Mais do que isso, em certos processos se torna difícil separar uma imagem da outra. Na negação ou na afirmação, o *Eu* e o *Outro*, se tornam conflitantes e harmônicos, complementares e funcionais (OLIVA, 2007, p. 30-31, grifos do autor).

No que diz respeito aos processos colonialistas, não são poucos os trabalhos desenvolvidos por intelectuais voltados para a análise de como os recursos (cinema, televisão, novelas, literatura, ciências, etc.) foram utilizados para a construção desse quadro de alteridade como forma de realizar o exercício colonial. Um dos mais famosos trabalhos nesse sentido é o de Edward Said (2007), que verifica como a ciência ocidental denominada de Orientalismo contribuiu (e ainda contribui) para a narrativa que coloca o Ocidente e o ocidental nos campos da racionalidade, da civilização e do moderno, enquanto o Oriente e o oriental são associados ao mágico, ao sobrenatural e ao místico.

Outro exemplo, no caso dos indígenas americanos, é o livro “Imagens da colonização”, de Ronald Raminelli (1966), onde ele disserta sobre como os nativos eram retratados nas narrativas de viagens europeias de Pero Vaz de Caminha (1450-1500) a Padre Antônio Vieira (1608-1697), retratações essas que colocavam os “índios” ora como pagãos selvagens, ora como filhos perdidos de Deus. Ainda dentro dessa temática, não poderíamos deixar de citar a famosa obra – mesmo que ela possua alguns tons de eurocentrismo – de Tzvetan Todorov, “A Conquista da América: a questão do outro” (2019), onde, para responder ao questionamento de “como se comportar em relação ao outro?”, o autor analisa o primeiro contato entre as tropas de Cristóvão Colombo (1492-1506) e os ameríndios mesoamericanos (com ênfase nos astecas).

A pesquisa de Oyèrónke Oyewùmí (2021) também é digna de nota por, ao verificar como se estruturava a que é conhecida na historiografia como Iorubalândia no período pré-colonial, realizar a abordagem inovadora de considerar que a produção colonial sobre a ‘outroriedade’ tomava tanto a raça quanto o gênero como elementos basilares não só na construção de hierarquias entre colonizadores e colonizados, mas também entre os próprios colonizados.

Para finalizar, temos a obra de Silvia Federici (2023), que relaciona os processos de alteridade de dentro da Europa, como a caça às bruxas, com os colonialismos nas Américas durante o período de transição para o capitalismo, isto é, para a autora marxista, há uma relação entre a dominação dos povos nativos americanos e a subjugação de grupos subalternizados europeus, especialmente no caso das mulheres, e essa associação é simbolizada pelas figuras do Calibã e da Bruxa.

Percebe-se, nessa breve apresentação de alguns títulos acadêmicos, como é recorrente o movimento que pode ser mobilizado para se prevenir do “perigo de uma história única” (ADICHIE, 2019). No entanto, ainda é bastante comum produções fílmicas, televisivas, literárias e novelísticas atuarem em prol da produção de caricaturas e estereótipos sobre aquele que é colocado como o “Outro”. Em relação ao continente africano, no âmbito da literatura europeia do século XIX, os casos mais famosos são “O Coração das Trevas” (2011), de Joseph Conrad (1857-1924) e “Tarzan dos Macacos” (2014), de Edgar Rice Burroughs (1875-1950).

No caso da obra de Conrad (2011), mesmo havendo momentos de críticas, principalmente ao imperialismo belga, a manutenção de imagens coloniais está presente. Durante todo o livro, temos contato com as ilustrações de discursos como o mito do fardo do homem branco, a barbárie africana e a África como um verdadeiro

“coração das trevas”, ou seja, um continente colocado como sombrio, obscuro, maligno e selvagem. Em relação a Tarzan, não dá para desconsiderar que se o personagem foi criado para ser o portador dessas mesmas mensagens tão comuns no século XIX, então todas as produções filmicas sobre o personagem, incluindo as mais contemporâneas, como as da Disney, reproduziram essas mesmas mensagens (ANSELMO, 2023).

No entanto, mesmo sendo muito recente e pontual, o movimento de contraste para com essa (re)produção negativa está sendo realizado e vem crescendo. Os mesmos meios midiáticos utilizados para construir um “espetáculo do Outro” (HALL, 2016) estão sendo os mesmos mobilizados para destruir essa “espetacularização”. É a partir disso que a proposta de trabalhar com produções literárias como as de Adeyemi, serve como forma de cumprir a Lei 10.639/03 e se mostra uma medida extremamente plausível e necessária.

### O continente africano em sala de aula: a literatura como ferramenta da Lei 10.639/03

Antes de analisar como a trilogia "O Legado de Orísha", especialmente seu primeiro livro, pode se configurar como mecanismo para o ensino de História da África e do Brasil afrodescendente, cabe realizar discussões tanto sobre a dita Lei em si quanto sobre o campo literário como um todo.

É importante frisar que ambas as leis não surgiram de uma ação espontânea por parte de um líder branco benevolente, mas sim como frutos de diversas lutas, reivindicações e pressões por parte de movimentos compostos por grupos subalternizados na sociedade brasileira, como o Movimento Negro Unificado (MNU) e os povos indígenas. Inclusive, de acordo com Delton Aparecido Felipe (2015), o ponto de origem contextual das leis 10.639/03 e 11.645/08 é a década de 1970, pois foi nesse período em que

[...] houve um forte processo de rejeição ao ensino de história, recomendado pelos governantes brasileiros para formar o espírito da nacionalidade. Questionava-se o ensino preocupado em reproduzir uma narrativa histórica que servia ao propósito da construção da identidade nacional e da manutenção de determinado grupo no poder. Ficava evidente, nestas discussões, que a concepção de ensino nascente estava comprometida com as transformações sociais emergentes. Neste sentido, as propostas para o ensino de história desafiavam as condições políticas para reverter a equação do poder, até então, representativo da nação brasileira e, a partir dessa reversão, implementar um projeto social mais justo, mais humano e com participação efetiva de todos os grupos sociais (FELIPE, 2015, p. 17).

É neste contexto que práticas e formas de ensinar a transgredir (HOOKS, 2013) vão ser pensadas e se tornar cada vez mais comuns. E como a literatura se encaixa nessa questão? Como estabelecido por Antônio Celso Ferreira (2009), a pesquisa histórica tem contribuído para a compreensão de como a literatura é concebida, transmitida, lida, compartilhada e apropriada por diferentes sociedades, épocas e dimensões.

O que significa que, todos os contos literários, até aqueles que apresentam elementos fantásticos como fadas madrinhas, tapetes voadores, dragões, feiticeiros e bruxas, não deixam de apresentar componentes que dialogam com a sociedade e suas demandas em um determinado contexto e tempo histórico. Nesse sentido, temos que a literatura é um “sistema vivo” de obras, em que elas não são produtos fixos, unívocos ante a qualquer público, e este não é passivo, homogêneo e que lida com isso de forma uniforme, ou seja, os dois atuam um sobre o outro (CÂNDIDO, 2006), então, não seria inconcebível levar leituras não-acadêmicas para a sala de aula a fim de discutir temáticas históricas a partir da literatura. É perfeitamente possível ler tanto “O Coração das Trevas” (2011) quanto “O mundo se despedaça” (2009), de Chinua Achebe, para realizar uma discussão usando das concepções europeia e africana sobre o Imperialismo; assim como podemos ler “Hibisco Roxo” (2011), de Chimamanda Ngozi Adichie, a fim de comentarmos, com uma turma, como os resquícios do colonialismo, ainda que este tenha sido formalmente abolido, permanecem nos países africanos (e em outras regiões que foram alvo da colonização). Sem mencionar que, se tratando de História do Brasil, a utilização, não só dos considerados “cânone” da literatura nacional, a exemplo de Machado de Assis (1839-1908), Lima Barreto (1881-1922) e Jorge Amado (1912-2001), como as obras “Quarto do despejo” (2014), “Um defeito de cor” (2009), “Torto arado” (2019) e “Olhos d’água” (2016) para ministrar aulas sobre escravismo, Brasil contemporâneo, mazelas sociais como racismo, classicismo, pobreza, coronelismo e violência contra a mulher, é algo muito necessário.

Ou seja, ainda que o universo criado por Tomi Adeyemi tenha componentes que o coloquem no âmbito do fantástico, ele não deixa de demonstrar vários outros elementos que são refletores da nossa realidade, por essa razão que podemos até dizer que “Legado de Orisha” é um “clássico”, por cumprir com todos os requisitos levantados por Ítalo Calvino (1993). Segundo o autor, uma obra “clássica” sempre vai ser aquela lida e revista várias vezes, e sempre irá se descobrir novos elementos e novas visões sobre ela em cada (re)leitura; mesmo que não seja original, sempre vai ser reconhecida entre outros “clássicos” os quais também usam de uma determinada narração; sempre irá resistir ao teste do tempo; e entre outras características.

Ora, a julgar pelo fato de “Filhos de Sangue e Osso” (2018) ser uma obra que abre possibilidades de discussão sobre temas que podem servir para fazer valer a obrigatoriedade do ensino de História da África e do Brasil afrodescendente, tendo a possibilidade de descobrir e redescobrir vários elementos toda vez que for lida e relida, devido a sua riqueza narrativa, ainda que não seja exatamente original, então podemos concluir que não seria exagero dizer que a obra, assim como a trilogia como um todo, realmente se configura como um “clássico”.

Percebe-se, diante do que foi exposto até aqui, que é justificável a proposta de utilizar o primeiro livro da trilogia (assim como os três livros em conjunto) de Tomi Adeyemi a fim de elaborar uma aula sobre História da África e do Brasil afrodescendente, pois, através das aventuras das personagens Zélie, Amari e Tzain, podemos discutir temas como genocídio, cultura iorubá e protagonismo feminino negro-africano, ainda que esses estejam acompanhados de elementos fantásticos como

magia e animais extraordinários.

### A África como o “Eu”: uma discussão de estratégias pedagógicas através de “Filhos de Sangue e Osso” (2018)

Para conhecermos melhor a narrativa utilizada como fonte neste trabalho, precisamos levar em consideração quem é a autora por trás dela:

Tomi Adeyemi é uma escritora afro-estadunidense de origem nigeriana, seus pais se mudaram para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida e a autora cresceu em Chicago. Na Nigéria seu pai era médico, porém ao emigrar para os Estados Unidos teve que trabalhar como taxista enquanto suas credenciais não eram aceitas e sua mãe trabalhou como faxineira. Filhos de sangue e osso (2018) nasceu após a autora vir para Salvador - BA, com uma bolsa de estudos de Harvard. Estava pesquisando para sua dissertação, uma análise comparativa entre a escravidão dos Estados Unidos e a do Brasil, e foi no centro de Salvador que ela, pela primeira vez, teve contato com os orixás. A obra é baseada na cultura iorubá da África Ocidental, mais especificamente no território da Nigéria, traz ancestralidade e protagonismo negro, fazendo referência aos deuses e deusas negros (CARDOSO; CARVALHO, 2023, p. 418).

Tratando-se de uma ficção de fantasia, a obra baseia-se na valorização da ancestralidade e no resgate da identidade de afrodescendentes e africanos da cultura iorubá. Lançada nos Estados Unidos, já estreando na primeira posição da lista de best-sellers para jovens adultos no *New York Times*, essa obra foi lançada no Brasil pela Editora Rocco sob o selo da Fantástica Rocco no ano de 2018 e teve os direitos autorais comprados pela Fox 2000 para uma adaptação cinematográfica (ainda sem data de produção e lançamento) (CARDOSO; CARVALHO, 2023). A saga protagonizada por Zélie, e outros personagens, é dividida em três livros. O primeiro é escolhido como fonte para esse artigo, o segundo é intitulado de “Filhos da Virtude e Vingança” (2020) e o terceiro leva o título de “Filhos da Aflição e Anarquia” (2024).

No que diz respeito a “Filhos de Sangue e Osso” (2018), a narrativa gira em torno da nação fictícia de Orísha, dividida entre dois grupos chamados de maji e kosidán, onde os últimos são escravizadores dos primeiros, mas nem sempre foi assim. Pelas palavras de Mama Agba, a mentora de Zélie, Orísha era uma terra de paz em que os maji eram os que nasciam com a magia dada pelos deuses, sendo essa magia despertada somente depois de uma certa idade. Até atingir essa faixa etária, a pessoa que nascia com cabelos brancos (marca física da benção mágica), sem ainda poder acessar sua magia, era chamada de divinal, porém nem todos eram dotados desse poder (os kosidán), mas havia harmonia entre os povos. Contudo, com o passar do tempo, alguns maji começaram a se corromper e a abusar dessa dádiva e assim, “por gerações, o amor pelos maji se transformou em medo. O medo virou ódio. O ódio se converteu em violência, em um desejo de dizimar os maji” (ADEYEMI, 2018, p. 25).

Esse desejo de extermínio foi expresso pelo rei Saran, um kosidán, que, movido por tais sentimentos e se aproveitando de um momento em que nenhum maji conseguia fazer magia, promoveu uma política de genocídio contra eles que foi chamada de Ofensiva. Dessa forma, todos os ‘divinais’ (mesmo não tendo a possibilidade de acessarem seus poderes) foram submetidos a um regime de opressão,

sendo chamados de “vermes” e passando por várias outras violências como impostos abusivos e o perigo de trabalho forçado em colônias até o momento em que a filha mais nova do rei (Amari) descobre que ele detém um dos artefatos que, em conjunto com outros, pode ser usado em um ritual para recuperar a magia daqueles que um dia foram agraciados pelos deuses. Amari resolve se juntar a Zélie e a seu irmão Tzain em busca dos artefatos para a realização do ritual.

O primeiro ponto que sobressai na obra é a temática do genocídio. Somos apresentados a esse tema pela narração de Zélie, marcada por dor, perda e luto:

Tento não pensar nela. Mas quando penso, penso em arroz. Quando Mama estava por perto, a cabana sempre cheirava a arroz jollof. Penso no jeito que sua pele escura brilhava como o sol do verão, no jeito que seu sorriso agitava Baba. No jeito de seus cabelos brancos, cheios e encaracolados, uma coroa indomada que tinha vida própria. Ouço os mitos que ela me contava à noite. A risada de Tzain quando eles jogavam agbón no parque. Os gritos de Baba quando os soldados passaram uma corrente no pescoço dela. Os gritos dela quando a arrastaram para a escuridão. Os encantamentos que jorravam de sua boca como lava. A magia da morte que a desencaminhou. Penso no jeito que seu cadáver pendeu daquela árvore. Penso no rei que a levou embora (ADEYEMI, 2018, p. 15).

Podemos entender a terminologia de “genocídio” como a conjunção da palavra grega *genos* (raça, tribo) e da expressão latina *cide* (assassinar), se configurando então como a destruição de uma nação ou grupo étnico (ARRUDA *apud* LEMKIN, [1944] 2005, p. 79). A Ofensiva do rei Saran pode ser entendida como um genocídio de base político-autoritária de caráter racial, não havendo distinção entre homens, mulheres e crianças, responsável por acarretar violências físicas, psicológicas e simbólicas contra os divinais (CARDOSO; CARVALHO, 2023).

Existe a possibilidade do(a) docente em sala utilizar da Ofensiva do rei Saran como forma de introduzir a discussão sobre genocídio, além de falar sobre como ele se configura como uma realidade para com os povos originários e os afrodescendentes brasileiros, afinal, conforme o Atlas da Violência de 2019, ocorreram, no Brasil, no ano de 2017, 65.602 casos de homicídios e 75,5% destes foram contra pessoas negras. Do total de vítimas, 35.783 eram jovens, 94,4% do sexo masculino, com idades entre 15 e 29 anos (ARRUDA, 2020, p. 473-474). O genocídio da população negra e indígena no nosso país é um triste fato; usar de casos fictícios que aludem a assassinatos em massa, violências e subjugações, como os que acontecem em “Filhos de Sangue e Osso” (2018), para estudar sobre essa realidade é um exercício viável a ser praticado em sala de aula.

Outro elemento que se ressalta nessa ficção literária afro-estadunidense é o aspecto do culto aos deuses iorubás, isto é, os orixás. Como parte do processo de recuperação da magia, Zélie, Amari e Tzain precisam realizar um ritual no templo mágico chamado de Candomblé, descrito na história como o lar dos ‘sêntaros’, que eram protetores do poder mágico e da ordem espiritual. Lá eles conhecem o último protetor que restou – *Olamilekan*, chamado de Lekan pelos protagonistas – e ele realiza uma pequena descrição da cosmovisão da criação desse universo:

No início, nossa Mãe Céu criou os céus e a terra, trazendo vida à vasta escuridão. — Luzes fortes rodopiam das palmas da senhorinha que reconheço como a estátua do primeiro andar. Sua túnica púrpura desliza como seda ao redor de sua forma régia enquanto novos mundos saltam à vida. — Na terra, a Mãe Céu criou os seres humanos, seus filhos de sangue e osso. Nos céus, ela deu à luz os deuses e deusas. Cada um viria a incorporar um fragmento diferente de sua alma. [...]. — A Mãe Céu amava todos os seus filhos, cada um criado à sua imagem. Para nos conectar a todos, ela dividiu seus dons com os deuses, e os primeiros maji nasceram.

Cada deidade tomou parte de sua alma, uma magia com que eles deviam presentear os seres humanos na terra. Yemja pegou as lágrimas dos olhos de Mãe Céu e se tornou a Deusa do Mar. Uma deusa estonteante de pele escura e olhos azuis vibrantes deixa cair uma única lágrima no mundo. Quando ela aterrissa, explode, criando oceanos, lagos e riachos. — Yemja trouxe a água a seus irmãos humanos, ensinando aqueles que a louvavam como controlar sua vida. Seus pupilos estudaram sua divindade-irmã com disciplina rígida, ganhando domínio sobre o mar. O nascimento dos mareadores, lembro de repente. Acima de nós, os membros pintados do Clã de Omi movem as águas à vontade, fazendo com que舞em com facilidade magistral. Lekan narra a origem de deus atrás de deus, explicando cada divindade e seu clã maji enquanto avançamos. Conhecemos àngó, que tirou o fogo do coração de Mãe Céu para criar os queimadores; Ayaó, que tomou o ar da respiração de Mãe Céu para fazer os ventaneiros. Estudamos os nove deuses e deusas até restar apenas uma (ADEYEMI, 2018, p. 140).

Em sala, essa passagem pode ser um ótimo exercício tanto para uma aula sobre os iorubás quanto sobre as religiões de matrizes africanas brasileiras como o Candomblé. O(A) professor(a) pode usar desse momento da narrativa de Adeyemi para explicar a história desses povos da África Ocidental – pertencentes predominantemente aos estados nigerianos do Ogun, Oyo, Ondo, Kwara e Lagos – que ocupam parte da Nigéria, do Togo e da República do Benin (a antiga Daomé), tendo sua influência alcançado regiões para além do baixo Níger (RIBEIRO, 1996), além de também ter a possibilidade de inserir o assunto de como essa identidade que conhecemos como “iorubás” é uma formação datada do século XIX, fruto de diversos mecanismos como a tradição oral, mitos de criação africanos, intervenções europeias e ressignificações por parte dessas comunidades que conhecemos como iorubás (OLIVA, 2005), ou seja, através da ficção de Adeyemi, para cumprir a Lei que institui a obrigatoriedade do ensino de História da África e do Brasil afrodescendente, o(a) professor(a) tem uma boa oportunidade de demonstrar como nações, comunidades, povos, sociedades, tradições, nacionalismos e visões de mundo são inventadas e imaginadas (HOBSBAWM; RANGER, 2012; ANDERSON, 2008) a partir do uso do que consideramos como “mitologia” como um dos mecanismos para a formação desses processos. No que diz respeito às religiões afro-brasileiras, podemos aproveitar desse momento da obra de Adeyemi para explicar o que é o Candomblé e como ele foi criado. Segundo Odé Kileuy e Vera de Oxaguiã:

O candomblé é uma religião que foi criada no Brasil por meio da herança cultural, religiosa e filosófica trazida pelos africanos escravizados, sendo aqui reformulada para poder se adequar e se adaptar às novas condições ambientais. É a religião que tem como função primordial o culto às divindades – inquices, orixás ou voduns –, seres que são a força e o poder da natureza, sendo seus criadores e também seus administradores. Religião possuidora de muitos simbolismos e representações que ajudam a compreender o passado e também a discernir melhor as verdades e as mentiras, permitindo assim definir conceitos. No candomblé nada se inventa ou se cria, só se aprende e se

aprimora. Este saber e este conhecimento são conquistados com a prática, no dia-a-dia, com o tempo, a humildade, o merecimento, a inteligência e, principalmente, com a vontade de aprender! (KILEUY; OXAGUIÁ, 2009, p. 29).

O culto aos orixás, além de ter um papel mítico, possui funções civilizatórias e pedagógicas não só para os iorubás e os africanos de forma geral, como também para nós enquanto brasileiros (POLI, 2020), já que ele se configurou (e continua se reconfigurando) como um mecanismo de resistência contra o sistema escravista (e aos resquícios dele) no Brasil.

Isto é, através desse primeiro livro da trilogia, junto de outros recursos que podem ser utilizados como materiais pedagógicos para uma aula dessa temática – como os quadrinhos “Contos dos Orixás” (2023), de Hugo Canuto –, o(a) docente pode contribuir para o movimento de contraposição ao processo de demonização dessas religiões ao mostrar que há muito da África em nós, além de ressaltar que os terreiros, entidades como o preto velho, o babalorixá, a pomba gira, etc., e as divindades – a exemplo de Exu, Ogun, Oxalá e Omulu– são tão dignas de respeito quanto qualquer outra religião e elementos que essa possa ter.

Por fim, um outro tópico que poderia ser ressaltado em sala através não só de “Filhos de Sangue e Osso” (2018), mas da trilogia de Adeyemi como um todo, é a questão do protagonismo feminino – principalmente por conta das figuras de Zélie e Amari. Ambas são caracterizadas como lideranças fortes, estratégistas e que agem de maneira acertada em situações de pressão; características essas que, devido ao machismo, são tidas como particularidades de homens. Ao mesmo tempo que em nenhum momento as duas são idealizadas, ambas possuem qualidades e acertos, mas também defeitos e erros, assim como dores, lutos, fantasmas e paixões. Zélie é movida pelo ressentimento acerca do assassinato de sua mãe e da opressão que ela e seu povo sofrem, o que faz com que em algumas vezes na trama ela tome algumas atitudes precipitadas e posicionamentos contraproducentes, como não reconhecer alianças que podem ser benéficas para ela. Amari promete que será uma monarca melhor que seu pai, o rei Saran, ao mesmo tempo em que não hesita em cometer um ato que tiraria vidas inocentes contanto que isso significasse a eliminação da força militar de seu pai, ou seja, ela não age muito diferente do rei quando lançou a Ofensiva.

A existência de animais fantásticos e pessoas que eram capazes de controlar as marés ou ter visões do futuro não invalida nem um pouco o uso da narrativa de Tomi Adeyemi em sala de aula, assim como não torna esse exercício impossível de ser feito em relação a qualquer obra literária. Por mais que a protagonista seja uma ‘ceifadora’<sup>19</sup>, o que não existe na vida real, a mesma não deixa de ser uma adolescente negra que é agredida sexualmente pelos guardas do rei, o que se configura como uma alusão a experiências racistas que pessoas negras passam cotidianamente, como os casos de abuso e brutalidade por parte de policiais, que tendem a enxergar mulheres negras, a exemplo de Zélie, como pessoas fáceis de serem oprimidas e violadas (TARRAN; BENEDITO, 2022).

<sup>2</sup> Assim são conhecidos os maji pertencentes ao Clã de Ikú, tendo Oya, a Deusa da Vida e da Morte, como divindade-irmã, possuindo poderes mágicos como os de ver espíritos, conjurar exércitos de mortos e outras práticas relacionadas à vida e à morte.

Logo, Zélie e Amari, assim como outras mulheres da história, representam vivências de mulheres racializadas em uma realidade marcadamente racista, misógina, classicista e outras formas de prática da intolerância.

Inclusive, Fernanda Martinez Tarran e Andressa Carolina dos Santos Benedito (2022) acreditam que é possível ver a interconexão entre raça, gênero e classe nesse primeiro livro da trilogia de Adeyemi, além de haver um confronto com a idealização da estética europeia, isto é, branca, através da descrição dos traços físicos de Zélie, como o cabelo.

Uma das principais maneiras pelas quais Adeyemi desafia os padrões europeus de beleza em sua história é associando o cabelo negro à magia. Embora Zélie seja descrita como tendo cabelos brancos enrolados quando criança - todos os *divinais* e *maji* possuem cabelos brancos como símbolo de que foram tocados pelos deuses -, quando a história começa, seus cabelos estão lisos, embora ainda brancos. Como já foi dito, nos anos após a Rusga, acreditava-se que a magia não voltaria e a própria Zélie achava que os deuses os haviam abandonado. Portanto, pode-se supor que a falta de presença mágica seja o motivo da alteração da textura do cabelo de Zélie, o que é confirmado ao longo da narrativa, pois seu cabelo lentamente volta a se enrolar. Essas novas mudanças começam depois que ela passa a ter seus poderes [...] (TARRAN; BENEDITO, 2022, p. 236, tradução nossa)<sup>20</sup>.

A narrativa de Adeyemi também alude a existência da visão pautada na pigmentocracia que, se é o caso de considerar a beleza de pessoas negras, o faz com aquelas que mais se aproximam do ideal europeu, enquanto rechaça outras tonalidades dessa beleza que se aproximam mais da africanidade. Inclusive, isso também aparece quando as personalidades vinculadas à nobreza têm pele negra de tonalidade mais clara (o caso de Amari) enquanto os “plebeus” têm pele escura (Zélie e seu irmão). Contudo, ao exaltar a beleza negra, tanto de Amari quanto de Zélie, a autora vai de encontro a esse movimento mobilizado pelo racismo. Há várias passagens na história em que se verifica a exaltação da beleza negra, nas suas várias tonalidades, e a associação desta com adjetivos positivos e exaltadores, como no caso dessa:

A voz da luz é suave como seda, macia como veludo. Ela me envolve, atraindo-me ao seu calor. E, embora não consiga sentir meu corpo, flutuo pela escuridão na direção dela. Já ouvi este som antes. Conheço esta voz. Este amor. A canção fica mais alta, cada vez mais alta, abastecendo a luz. Ela evolui de um raio para tomar forma diante de meus olhos. Seus pés emergem primeiro, a pele negra como o céu da noite. É radiante frente à saia de seda vermelha, linda e flutuante em sua figura sobrenatural. Joias douradas adornam os pulsos, os tornozelos, o pescoço; tudo destaca a tiara reluzente que pende de sua testa (ADEYEMI, 2018, p. 430, grifos nossos).

3 No original: “One of the major ways Adeyemi challenges European standards of beauty in her story is by associating Black hair with magic. Although Zélie is described as having white coiled hair as a child — every diviner and maji possesses white hair as a symbol that they have been touched by the Gods — when the story begins her hair is straight although still white. As already stated, in the years after the Raid, it was believed magic would not come back and Zélie herself thought the Gods had abandoned them. Hence, the lack of magical presence can be supposed as the reason behind Zélie’s hair texture altering and it is confirmed throughout the narrative as her hair slowly becomes coiled again. These new changes start after she comes in possession of her powers [...]” (Tarran; Benedito, 2022, p. 236, grifos das autoras).

Percebe-se que Adeyemi cria suas personagens femininas despojadas dos estereótipos que aprisionam mulheres (especialmente as mulheres negras e as racializadas de forma geral) em “imagens de controle” (COLLINS, 2019) que a colocam como incapazes de agirem por si mesmas, como “super-mulheres” que não possuem o direito ao erro e a escolhas ruins ou hiperssexualizadas.

Nesse caso, poderia o(a) professor(a) evocar Zélie e Amari com sua turma para debater esse assunto e elaborar uma aula tanto antirracista, quanto antimachista. Então, podemos observar, diante de toda essa análise, que “Legados de Orísha”, como observado por Tarran e Benedito (2022), cria um cenário de fantasia da Nigéria com personagens negros, onde as mulheres têm uma voz essencial na narrativa. Esses personagens também representam diferentes tipos de experiências de mulheres negras, um argumento importante contra estereótipos e para reafirmar a diversidade das comunidades negras, tornando essa trilogia um dos mais recentes trabalhos do gênero de Literatura Especulativa da tradição literária afro-americana.

Tal consideração sustenta a principal tese desse artigo que foi atestar a possibilidade o uso de literatura, como a formulada por Adeyemi, em sala de aula, principalmente a fim de cumprir com a proposta, prevista em Lei desde o ano de 2003, de execução de aulas de Ensino de História da África e do Brasil Afrodescendente com um dos objetivos, mas não somente este, de luta antirracista.

## Considerações Finais

Em conclusão, cabe realizar algumas reflexões acerca do tema e das observações expostas ao longo do presente artigo. Como o fato de que a Lei 10.639/03 é fruto de uma série de cobranças e reivindicações de movimentos negros, como o Movimento Negro Unificado (MNU), no Brasil. E constata-se que, apesar dos avanços no ensino da História da África e do Brasil afrodescendente nas escolas e universidades, ainda estão muito aquém do desejado.

Seja por falta de recursos, como a ausência de disciplinas da área em cursos de formação de professores, seja pelo desinteresse de docentes que são mais aliados/aliadas de um estilo eurocêntrico de ensino, a aplicação do que dita a Lei é muito esporádica. De forma que, muitas vezes, o(a) professor(a) que tem o interesse de promover uma educação antirracista precisa planejar sua aula e seus recursos por conta própria. Podendo encontrar uma série de resistências, conflitos e obstáculos, como os mencionados acima, para isso.

Basta olhar para casos de censura, como o relatado por Emily Santos (2024), no site G1, ocorrido nas escolas de três estados (Mato Grosso do Sul, Goiás e Pará) da obra “O avesso da pele” (2020), de Jeferson Tenório, sob a alegação do mesma apresentar “expressões impróprias para menores de 18 anos”, quando a obra em si aborda questões como racismo estrutural, violência policial e sexualização de corpos negros masculinos, ou o caso, relatado por Thiago Rodrigues e Márcia Maria Cruz (2021), no Estado de Minas - Diversidade, da professora afastada de um colégio em Salvador pela mesma ter indicado a leitura de “Olhos d’água” (2016) no mês da

Consciência Negra, sendo que o livro trabalha questões como violência racial e de gênero, ancestralidade, resistências e poesias. Então, se até na “Meca Negra” há situações como essas, é preciso ter em mente que o exercício da Lei 10.639 vai encontrar uma série de conflitos.

No caso da trilogia usada como fonte neste artigo, há uma série de similaridades com os casos citados, apesar dos três livros serem de origem afro-estadunidense, a saga escrita por Adeyemi não deixa de explorar muitos pontos comuns em obras nacionais como a de Jeferson Tenório (2020) e de Conceição Evaristo (2016). Da mesma forma que em “O avesso da pele” (2020), “Olhos d’água” (2016), “Um defeito de cor” (2009) e “Torto arado” (2019), o livro “Fihos de Sangue e Osso” (2018), assim como os outros dois que compõem a trilogia, explora temas como genocídio do povo negro, violências de gênero, conflitos de classes, hierarquizações que reproduzem uma lógica de divisão de mundo pautado na existência do(a) opressor(a) e do(a) oprimido(a), etc.

Como defendido ao longo deste artigo, mesmo que a obra de Tomi Adeyemi seja afro-estadunidense, há várias ligações sobre situações e temáticas pertencentes não só à História da África como à do Brasil. Pois, a trilogia em questão, quando bem administrada, dialoga com muitos dos preceitos estipulados pela BNCC de História para uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental, como “aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões” (EF08HI06), “discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas” (EF08HI14) e “identificar e contextualizar o protagonismo das populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia” (EF08HI26) (BRASIL, 2018, p. 425 e 427).

Pelo fato de, ao destacar a temática da cultura iorubá, a cosmovisão e a Ofensiva do Rei Saran que estão presentes na obra, o(a) professor(a) pode muito bem conectar com a discussão sobre criações de cunho identitário não só na microestrutura (a questão de povos e mentalidades), como também na macroestrutura (na questão do Estado em si e suas políticas).

Da mesma forma que a jornada de Zélie, Tzain e Amari para resgatar a magia a fim de acabar com a opressão pode muito bem ser mobilizada como uma alusão às lutas de resistência contra um Estado opressor. Afinal, a Ofensiva não deixa de ser um dispositivo imperialista que assume a função de humilhar, violentar e matar todos aqueles que são considerados como o “Outro”, enquanto que esse último elabora e realiza uma série de resistências contra tais formas de violências. O que pode ser tomado como uma alusão às práticas reais tomadas por pessoas negras (e outras não-brancas) não só em períodos como do imperialismo e da escravidão como também dos dias atuais em que, mesmo tais sistemas terem sido formalmente abolidos, ainda permanecem, de algum modo, no campo das práticas e das mentalidades, seja no caso das censuras a livros afrocentrados, seja no das operações policiais.

O que comprova que mesmo a trilogia de Tomi Adeyemi, com ênfase no seu primeiro livro em questão, tenha uma origem (no quesito da nacionalidade) diferente da nossa enquanto brasileiros, ainda apresenta situações comuns no que diz respeito às nossas realidades. Independentemente da história se passar em uma região fictícia na África e não ser escrita por uma autora nacional, uma turma de oitavo ano do Ensino Fundamental, com o(a) professor(a) como mediador(a), irá conseguir identificar que vários elementos encontrados nessa obra literária, a exemplo da cosmovisão, questões sobre formação de identidades e nacionalidades, da opressão, das resistências e das violências, correspondem às suas realidades enquanto brasileiros, negros, mulheres, jovens, afrodescendentes, etc.

Por isso que é de extrema importância o uso da literatura em sala de aula, principalmente a que visa promover uma educação mais inclusiva e mais questionadora, por mais que os obstáculos e as resistências em relação a esse movimento sejam das mais diversas.

## Referências

- ACHEBE, Chinua. *O mundo se despedeça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ADEYEMI, Toni. *Filhos de Sangue e Osso*. Rio de Janeiro: Fantástica Rocco, 2018.
- ADEYEMI, Toni. *Filhos de Virtude e Vingança*. Rio de Janeiro: Fantástica Rocco, 2020.
- ADEYEMI, Toni. *Filhos de Aflição e Anarquia*. Rio de Janeiro: Fantástica Rocco, 2024.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Hibisco roxo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Perigos de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afrobrasileira. In: PEREIRA, Amilcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria (org). *Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p.27-56.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANSELMO, Lucas Xavier. O homem branco na África: a construção de estereótipos em Tarzan (1999). In: \_\_\_\_\_\_. *Retratos da África*: o cinema de animação para construções imagéticas do continente africano em sala de aula. Belo Horizonte: Caravana, 2023.
- ARRUDA, Daniel Péricles. O que é genocídio? *Revista da ABPN*, v. 12, n. 33, p. 472-489, jun.-ago. 2020.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017. 2v.

BRASIL. *Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003.* Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 03/10/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular.* Brasília, 2018. Disponível em: BNCC\_completa.pdf - Google Drive. Acesso em: 06/10/2024.

BURROUGHS, Edgar Rice. *Tarzan dos Macacos.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos. In: CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 9-16.

CÂNDIDO, João. *Literatura e sociedade.* Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CANUTO, Hugo. *Contos dos Orixás.* Salvador: Editora Trem Fantasma, 2023.

CARDOSO, Hélia da Silva Alves; CARVALHO, Nathalia Oliveira de Barros. “A corrente que enrolaram no pescoço da Mama. O sangue pingando na terra”: a violência gerada pela Ofensiva em Filhos de Sangue e Osso. *Odisseia*, v. 8, Natal, p. 416-434, jul.-dez. 2023.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro:* conhecimento, consciência e política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONRAD, Joseph. *O Coração das Trevas.* São Paulo: Editora Landmark, 2011.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente (1300-1800): uma cidade sitiada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água.* Rio de Janeiro: Pallas. Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa:* mulheres, corpo e acumulação primitiva. 2.ed. São Paulo: Elefante, 2023.

FELIPE, Delton Aparecido. *O Cinema no Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.* Curitiba, PR: CVR, 2015.

FERREIRA, Antônio Celso. a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia Regina de (org). *O historiador e suas fontes.* São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor.* 5.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2009.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação.* Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Apicuri, 2016.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir:* a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Afonso, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da Violência*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: 190605\_atlas\_da\_violencia\_2019.pdf (ipea.gov.br). Acesso em: 20/07/2024.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

JUNIOR, Itamar Vieira. *Torto arado*. São Paulo: Todavia, 2019.

KILEUY, Odé; OXAGUIÃ, Vera de. O Candomblé. In: \_\_\_\_\_ . *O candomblé bem explicado*: nações bantu, iorubá e fon. Rio de Janeiro: Pallas, 2009. p. 29-52.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A invenção dos iorubás na África Ocidental: reflexões e apontamentos acerca do papel da história e da tradição oral na construção da identidade étnica. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 27, n.1/2/3, p. 141-179, jan.-dez. 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África*: Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino de história da África no Mundo Atlântico (1990-2005). 2007. 404 f. Tese (doutorado em História Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OYEWÙMÍ, Oyérónké. *A invenção das mulheres*: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

POLI, Ivan. *Antropologia dos orixás*: a civilização iorubá a partir de seus mitos, seus orikis e sua diáspora. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização*: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *Alma africana no Brasil*: os iorubás. São Paulo: Editora Oduduwa, 1996.

RODRIGUES, Thiago; CRUZ, Márcia Maria. 'Racismo é o motivo de censura à Conceição Evaristo', diz pesquisadora. Estado de Minas - Diversidade, 23/11/2021. Disponível em: 'Racismo é o motivo de censura à Conceição Evaristo', diz pesquisadora - DiversEM - Estado de Minas. Acesso em: 03/10/2024.

SAID, Edward. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Emily. 'O avesso da pele': livro que debate racismo é censurado em escolas de 3 estados por reação equivocada ao conteúdo, alertam especialistas. G1, 08/03/2024. Disponível:<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/03/08/o-avesso-da-pele-livro-que-debate-racismo-e-censurado-em-escolas-de-3-estados-por-reacao-equivocada-ao>



Recebido em 09/09/2024

Aceito em 30/10/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.54317

## ARTIGO

# Interculturalidade do Festejo Junino Caxiense: cultura popular, identidade e valorização social e educacional

Interculturality of the Caxiense June Festival: popular culture, identity and social and educational valorization

***Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento***

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<https://orcid.org/0000-0001-6956-4670>

***Marcia Dutra da Silva***

Especialista em Currículo e Prática Docente nos Anos iniciais do Ensino Fundamental pela Universidade Federal do Piauí

<https://orcid.org/0009-0004-9024-4259>

***Francisca Elyde da Silva Alves Ribeiro***

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão

<https://orcid.org/0009-0007-7295-8989>

**RESUMO:** Este trabalho é um recorte de uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UEMA, com a concessão de bolsa do CNPq/UEMA, por meio do Edital nº12/2021/UEMA. A investigação teve como problema de pesquisa: de que forma a ressignificação da cultura popular poderá ajudar no processo de reconstrução da identidade e a valorização social e educacional do festejo junino caxiense? Objetivo geral: analisar a percepção dos estudantes de Ensino Médio sobre cultura e a ressignificação da identidade, tradição e a valorização social e educacional do festejo junino caxiense em vista da interculturalidade. Essa pesquisa possui cunho descritivo e analítico, abordagem quali-quantitativa, com aplicação de questionários para 185 estudantes. Seus resultados apontaram algumas dificuldades enfrentadas pela escola, como a falta de entendimento acerca da importância da cultura popular, história e as expressividades artísticas que representam as festas juninas. Nesse sentido, é oportuno a ressignificação das práticas interculturais nas escolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interculturalidade. Cultura Popular. Festejo Junino.

**ABSTRACT:** This study is part of a research conducted under the Institutional Scientific Initiation Scholarship Program (PIBIC/UEMA), with a grant from CNPq/UEMA, under Notice 12/2021. The research problem was: how can the re-signification of popular culture help in the process of reconstructing identity and the social and educational appreciation of the June festivities in Caxias? The main objective was to analyze high school students' perceptions of culture and the re-signification of identity, tradition and the social and educational appreciation of the June festivities in Caxias in view of interculturality. This

research takes a qualitative and quantitative approach, and questionnaires were administered to 185 students. The research results pointed to difficulties faced by the school, such as a lack of understanding about the importance of popular culture, history and the artistic expressions of June festivities. In this sense, there is a need to re-signify intercultural practices in schools.

**KEYWORDS:** Interculturality. Popular Culture. June Festivities.

## Introdução

Este artigo discute a interculturalidade do festejo junino em Caxias, Maranhão, de modo a responder o seguinte problema de pesquisa: de que forma a ressignificação da cultura popular poderá ajudar no processo de reconstrução da identidade e a valorização social e educacional do festejo junino caxiense? A pesquisa buscou atingir o objetivo geral: analisar a percepção dos estudantes de Ensino Médio sobre cultura, cultura popular e a ressignificação da identidade, tradição e a valorização social e educacional do festejo junino caxiense em vista da interculturalidade. Este trabalho é um recorte de uma pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UEMA ciclo 2021/2022, com a concessão de bolsa do CNPq/UEMA, por meio do Edital nº12/2021.

A cultura, de acordo como Néstor Canclini (2009), apresenta-se como processo social de significação, possuindo caráter processual e cambiante. Nesse sentido, é com o relacionamento uns com os outros que os sujeitos aprendem a ser interculturais. Desse modo, para o autor, é preciso analisar a complexidade das formas de interação e recusa, de valorização ou discriminação em relação com os outros.

Caxias, cidade do estado do Maranhão, está situada em um território que primitivamente pertencia a um agregado de aldeias dos povos originários das comunidades Timbiras e Gamelas, tendo seu território ganhado destaque com o Movimento de Entradas e Bandeiras no interior do estado maranhense no início do século VII em decorrência da invasão francesa. Banhada pelo rio Itapecuru, Caxias tem uma área de 5.313.10 Km<sup>2</sup>, e está a 365 quilômetros da capital do Maranhão, São Luís (CARVALHO, 2017).

Cada local possui particularidades, histórias e memórias provenientes dos primeiros povos que habitaram os territórios brasileiros. Isso porque, segundo Vera Maria Candau (2008), as culturas têm raízes históricas e dinâmicas. Elas estão em um processo contínuo de transformação, que não fixa um padrão cultural para os indivíduos, mas reflete o contexto de sua origem e as mudanças sociais das novas gerações.

O povo caxiense possui cultura vasta, pois suas manifestações artísticas, assim como as comidas típicas, danças e a arte são conhecidas por carregarem a identidade proveniente da cultura popular repassada pelos antepassados. Esses bens precisam ser valorizados e não substituídos pelas inovações que surgem a todo momento na sociedade. A cultura vive na memória, na tradição e nos costumes de cada caxiense, basta observar os patrimônios que constituem a herança cultural que representam a

historicidade de Caxias.

Vale ressaltar que, conforme Candau (2008), o multiculturalismo é discutido basicamente sob três concepções: a primeira concebe o multiculturalismo na perspectiva prescritiva, no qual procura-se assimilar os grupos marginalizados e discriminados sem que haja transformações na matriz da sociedade, e com isso busca a promoção de uma cultura comum, nesse caso, a cultura hegemônica; a concepção diferencialista ou monoculturalismo plural, que propõe o reconhecimento da diferença, e promove a formação de comunidades culturais homogêneas, o que na prática dificulta a interação entre as diferentes culturas; e a concepção adotada nesse artigo, o multiculturalismo interativo, que acentua a interculturalidade por valorizar a riqueza das diferentes culturas e promover de forma deliberada a interação entre elas.

Nesse contexto, com base nas divergências da dimensão cultural, busca-se nesse estudo a interculturalidade como uma forma dialética de incluir as pessoas e suas práticas culturais para combater o desrespeito que são disseminados na sociedade, e promover o entendimento do sujeito sobre si mesmo.

Para Ivanilde Oliveira (2011), a interculturalidade leva em consideração a diversidade cultural estabelecida pelos mais variados povos que influenciam a comunidade escolar. Com isso surge a necessidade da introdução de uma política educacional que preze pela valorização da cultura popular que constitui determinada localidade, em defesa da continuidade histórica e do respeito aos diversos costumes e modos de agir.

Esse artigo tem como foco a interculturalidade das festividades juninas caxienses, de forma a promover a ressignificação da cultura popular e contribuir com o entendimento do cidadão acerca de sua condição de sujeito pertencente à cultura local (OLIVEIRA, 2011). Isso porque a interculturalidade é uma construção, e tem como uma de suas dimensões o processo de identificação com a cultura popular, o que oportuniza, nessa perspectiva, o contato dos estudantes com a história do festejo junino caxiense no ambiente escolar.

A interculturalidade do festejo junino caxiense é importante para a compreensão do pertencimento do lugar onde vivemos principalmente para as novas gerações. Trata-se de um processo que busca compreender a construção da identidade de uma nova geração que está em formação em meio às inovações que surgem com a modernização.

O que está em pauta é a valorização social e educacional, além da continuidade das práticas culturais provenientes das manifestações artísticas da cultura popular caxiense, pois, é a herança de vários povos e está enraizada na memória, na história e nas tradições da comunidade.

Esse artigo está estruturado com a presente introdução; a segunda seção “Interculturalidade e a Cultura Popular: perspectiva de Vera Maria Candau e Paulo Freire”, que discute acerca da identidade cultural, educação intercultural e a formação de professores nessa perspectiva; a seção seguinte “A contribuição da cultura popular no processo educativo”, aborda a relação entre cultura e educação e suas influências na formação dos sujeitos; a terceira seção “Metodologia”, expõe o percurso

metodológico adotado na pesquisa; a quarta seção “Análises e discussões dos dados sobre as percepções dos estudantes da escola Centro de Ensino Médio Eugênio Barros sobre o festejo junino caxiense e interculturalidade”, discorre sobre os dados produzidos e estabelece uma relação com os autores base deste artigo; a quinta seção são as considerações finais, e por fim, as referências.

### **Interculturalidade e a Cultura Popular: perspectiva de Vera Maria Candau e Paulo Freire**

Utiliza-se nesse estudo sobre a interculturalidade os fundamentos epistemológicos de Paulo Freire e Vera Maria Candau, que contribuíram com suas reflexões acerca da temática e destacaram a cultura popular como um fenômeno fundamental para a desconstrução de preconceitos perpetuados pela falta de entendimento entre muitas culturas dos mais variados povos. Por ser um país diverso, o Brasil possui várias culturas repletas de riquezas e isso destacou a importância da construção da identidade cultural.

Segundo Freire (1996), a identidade cultural está relacionada com o fator subjetivo da pessoa e o coletivo. Isso significa que é um processo que interliga a particularidade do sujeito com o sentimento de viver em comunidade compartilhando narrativas históricas sobre o seu povo enraizadas em cada indivíduo, saberes produzidos e apreendidos ao longo do tempo, e práticas culturais passadas em cada geração. Esses conhecimentos fazem parte da vida das pessoas e dizem muito sobre quem elas são, porém, em meio ao processo de construção identitária surgiu a necessidade de assumir-se como sujeito atuante.

O ensino em uma perspectiva crítica contribui com a interação entre os sujeitos do processo educativo, promovendo a ação do educando em se assumir [...] como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador [...]. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros" (FREIRE, 1996, p. 41). A interação com o outro ressalta a importância da alteridade, pois, o "outro" auxilia o processo de apropriação da identidade do "eu", e isso não significa que ele deve ser excluído. Afirmar-se como sujeito que conhece sua cultura é ter consciência crítica acerca dos processos históricos, políticos, econômicos e sociais que constituíram as práticas culturais de um povo.

Segundo Candau (2012), a interculturalidade é responsável pela estruturação de um meio social que preza a participação do povo de forma interativa em favor da democracia como forma de diminuir a desigualdade, o que incentiva sempre a constituição identitária na qual o sujeito se identifique e ao mesmo tempo se diferencie dos outros. Além disso, estimula o incentivo de políticas públicas voltadas para as culturas dos sujeitos, para que eles possam se reconhecer como atores importantes para o processo de valorização de sua cultura.

Entretanto, o discurso ingênuo que afirma todas as pessoas como iguais não é o suficiente para promover a transformação das relações socioculturais presentes na escola, pois este posicionamento tem como consequência prática a invalidação ou inferiorização das diferenças de determinados sujeitos (CANDAU, 2011). A

discriminação existente no modelo de sociedade atual é fruto de conflitos socioculturais do passado que continuam a ressoar na contemporaneidade.

A educação em uma perspectiva intercultural busca promover a equidade, reconhecendo as diferenças, e enfatiza a responsabilidade no âmbito político em prol de resultados favoráveis no âmbito escolar. Vanilda Alves da Silva e Flavinês Rebolo (2017) alegam a urgência do reconhecimento e valorização das diferenças nas dinâmicas escolares, uma vez que a dimensão cultural é ponto indispensável para a potencialização dos processos de aprendizagem.

Para que haja a participação do povo é necessário pensar no processo de ressignificação da cultura popular para aflorar a memória de sua historicidade. Segundo Candau e Russo (2010), a educação intercultural tem como base as influências de Paulo Freire, pois ele evidenciou a cultura das camadas populares da sociedade.

As concepções do ilustre educador foram fundamentais para este trabalho, pois os ideais do autor possuem “[...] uma postura filosófica e política, uma leitura de mundo, da sociedade em que vivemos, das formas de intervir nos processos sociopolíticos” (CANDAU; RUSSO, 2010, p. 161). Diante dessa perspectiva, a contribuição de Paulo Freire dialoga com a interculturalidade, pois defende a leitura de mundo de cada pessoa com sua cultura e está relacionada à política, ou seja, por um lado luta por ideais de igualdade de direitos e por outro mantém sua base fixa na política, como elemento concreto que é capaz de promover a ação dos seus ideais.

Freire (2018) afirma os seres humanos como seres culturais, uma vez que a ação cultural é um ato político, de conhecimento, além de proporcionar condições de transformação da realidade. Segundo ele, uma educação que não considera o sujeito como ser temporal e de cultura, nega a vocação ontológica do homem.

A interação entre diferentes culturas voltadas para o respeito mútuo, as políticas públicas e a valorização de culturas discriminadas compõem a dimensão intercultural. Cada indivíduo possui sua própria visão de mundo baseada na realidade em que está inserido, por isso é necessário respeitar e compreender o lado do outro, sua cultura e o modo de ser. Diante desse cenário, o povo tem direito de expressar sua cultura popular que serve como vínculo com o passado.

Vera Maria Candau (2008, p. 22) defende uma perspectiva intercultural que comprehende as relações culturais como “[...] construídas na história e, portanto, estão atravessadas por questões de poder, por relações fortemente hierarquizadas, marcada pelo preconceito e discriminação de determinados grupos”. Ela deixa evidente a relação da cultura com a sociedade, compreendendo a cultura como diversa, e não adotando a diferença como fator para valorizar ou desvalorizar uma em detrimento de outra.

Na educação intercultural é necessário investimento na formação do professor, um dos principais agentes do processo educativo por ser capaz de contribuir com o desenvolvimento dos estudantes que devem ter acesso a conhecimentos essenciais para a constituição da própria identidade. A formação intercultural do professor, de

acordo com Franc-lane Sousa Carvalho do Nascimento (2021), é uma perspectiva que possibilita o olhar crítico acerca da diversidade cultural e a compreensão da própria cultura, pois, ao conhecer a sua cultura, o professor entende as práticas culturais de outros sujeitos.

Essa iniciativa promove experiências dentro e fora do âmbito escolar, que complementam e constituem no processo educativo, pois o aluno chega na escola com saberes provenientes de sua cultura, e estuda conteúdos sistematizados que devem ser contextualizados com o intuito de garantir sua aprendizagem.

Desta forma, Freire (1996) destacou a relevância dos espaços informais e formais na produção do conhecimento, desde as interações nos lugares que o sujeito frequenta, o que engloba desde a praça próxima à sua casa, até o saber adquirido na escola. Desassociar a cultura do conhecimento escolar sistematizado é algo incoerente que prejudica a educação dos educandos, pois desconsidera muitos saberes tão importantes quanto os conhecimentos acadêmicos. É necessário observá-los em uma perspectiva dialética, em que os dois são responsáveis pelo desenvolvimento do sujeito.

A formação intercultural do professor trata de uma proposta desafiadora não apenas para o docente, mas para todos os sujeitos do processo educativo, porque tem como objetivo fazer uma modificação nos “[...] currículos, práticas pedagógicas dos professores, [...] buscando a conquista pelo respeito mútuo, aceitação, relações de reciprocidade, dialogicidade, construção de conhecimentos entre diferentes culturas” (SOUSA; CABRAL, 2019, p. 133). Apesar de ser um desafio, é necessário pensar em estratégias de formação que auxiliem os professores a adquirir um conhecimento amplo e dentro de uma visão intercultural que estimule os conteúdos voltados para a realidade dos estudantes.

É importante que o professor se aproprie da história local como alguém que se apropria de sua própria história, que entenda e que auxilie na percepção dos educandos sobre essa interligação entre várias culturas. Em Caxias-MA existem muitos elementos da cultura popular que podem ser ensinados por meio de iniciativas que buscam a valorização social e educacional, como o festejo junino, as lendas, os patrimônios materiais, entre outros.

### **A contribuição da cultura popular no processo educativo**

Tendo como ponto de partida a contribuição de Paulo Freire e seu posicionamento em relação à educação pensada e voltada para o povo, a cultura popular deve ser considerada como elemento necessário no processo de ensino e aprendizagem do estudante. Por meio do conhecimento acerca de sua localidade, as tradições e os patrimônios são riquezas que servem como heranças e deveriam ser preservadas por cada geração, apesar das mudanças inevitáveis que surgem na sociedade.

O patrimônio imaterial e cultura popular são ressignificados pelas pessoas devido às transformações que surgem através das influências de cada geração e o processo de construção da identidade, e proporcionam novos significados, levando em conta a tradição. Quando negativa, desvaloriza e deprecia a cultura local. Com isso, se faz necessário o processo de ressignificação das práticas culturais, das narrativas e dos conceitos relacionados ao festejo junino de forma crítica (NASCIMENTO, 2021).

Para Abreu (2003), as modificações que surgiram e que ainda surgem com a modernização precisam da atenção do professor, que deve buscar conhecimentos sobre as narrativas da cultura popular, principalmente do festejo junino, que destaca a vivência e a cultura dos povos no seu dado período da História, estabelecendo uma relação entre passado e presente, e contribuindo com um futuro no qual o valor da cultura popular continue sendo valorizado. Esse olhar atento do professor é necessário para auxiliar os alunos em meio ao processo de ressignificação da festa junina no ambiente escolar.

O professor precisa conhecer o sentido e a complexidade do conceito de identidade e de alteridade para colocá-los em prática com os estudantes. De acordo com Neusa Maria Mendes Gusmão (2000), a alteridade é importante para a identidade, pois, há uma relação próxima que se estabelece entre o eu com o outro, que define o envolvimento social.

Um obstáculo enfrentado pela instituição escolar é o entendimento sobre a cultura de um povo e o ato de observar sua relação com a localidade onde os sujeitos estão inseridos. As diferenciações são partes de um contexto real vivenciado por determinado grupo e precisam ser compreendidas na prática, com o intuito de estabelecer iniciativas voltadas para a superação dos desafios que dificultam esse entendimento.

O sentimento de pertencer à cultura popular de Caxias pode ser estimulado desde cedo nos estudantes. Além de conhecer o festejo junino, precisam conhecer a história do seu povo, as lutas e conquistas dele ao longo do tempo. O professor que comprehende a importância da cultura popular se torna sujeito fundamental para estimular o sentimento de pertencimento dos estudantes caxienses.

Desse modo, pensar em uma aprendizagem que compreenda a cultura local, a partir de uma abordagem intercultural, auxilia o processo de reconhecimento dos estudantes com a sua historicidade, suas tradições e seus costumes.

O ato educativo deve ser constituído de forma planejada e intencional para obter um resultado que vai além da mera apropriação do conhecimento, ou seja, capaz de fazer o educando analisar, compreender e resolver problemáticas encontradas na sociedade. Nessa perspectiva de ensino, o aluno é preparado para ser um sujeito atuante dentro da sua realidade, e isso inclui o entendimento da cultura popular para que o problema da desvalorização cultural seja combatido pelas gerações futuras.

Posto isso, para que haja a efetivação de uma prática docente voltada para a ressignificação da cultura popular, é necessário que o professor tenha intencionalidade no ato educativo. Segundo Paulo Freire (1996), o educador precisa passar confiança para que seus educandos tenham autoestima suficiente para que sejam capazes de

compreender o ensino e acreditar em si mesmos, pois ele é o profissional que inspira, positiva ou negativamente o aluno.

Ao inspirar o estudante em uma perspectiva crítica que contribua com uma formação emancipadora, o professor colabora com o processo de transformação desse sujeito. No entanto, se optar por um ensino que negue a importância de um posicionamento crítico do estudante, esse professor irá contribuir com uma formação repleta de insegurança.

O professor, ao trabalhar a cultura popular, tendo como foco a sua valorização, passa a ser visto como uma representatividade que inspira a busca pelo interesse acerca da historicidade de sua localidade, despertando o reconhecimento da nova geração por meio das tradições constituídas historicamente. Para que seja feita a valorização da cultura popular, é muito importante conhecer não apenas a história, mas a sua contribuição para a constituição da sociedade e as lutas que ainda são enfrentadas no combate a depreciação que reforça a desvalorização da cultura do povo e sua identidade cultural. É evidente que a cultura popular deve ser valorizada pela sociedade e os contextos educativos e formativos, pois são manifestações culturais que as novas gerações precisam vivenciar.

Conforme Candau (2012), a cultura popular e a educação são duas dimensões que se relacionam, portanto, a interculturalidade do festejo junino caxiense deve ser trabalhada na escola, pois ela proporciona a compreensão da memória e continuidade das tradições. O profissional que faz parte do processo de desenvolvimento do educando precisa estar buscando conhecimento para ensinar e aprender com os alunos.

## Metodologia

Este estudo seguiu os princípios da pesquisa descritiva e analítica, com a concepção quali-quantitativa, para a obtenção e aprofundamento dos dados coletados na escola de Ensino Médio. Segundo Bernadete Angelina Gatti (2004), a junção da abordagem quali-quantitativa engrandece a pesquisa e proporciona uma análise mais ampla acerca das problemáticas encontradas no âmbito escolar, pois não se limita à quantificação e requer o tempo necessário de raciocínio do investigador para a compreensão dos dados coletados.

O método indutivo auxiliou a investigação por ter como ponto de partida a “[...] observação de fatos ou fenômenos cujas causas se deseja conhecer” (GIL, 2011, p. 10). Assim, a pesquisa foi dividida em quatro fases: estudos sobre a interculturalidade do festejo junino, cultura popular, construção identitária e a importância da valorização da herança cultural; aplicação dos questionários para 185 estudantes, no qual foram incluídos os três turnos da 1<sup>a</sup> à 3<sup>a</sup> série, em seguida foi realizada uma análise e tabulação dos dados coletados para a investigação. E por fim, os resultados da pesquisa foram disponibilizados para Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA); aos gestores do

Centro de Estudos Superiores de Caxias da Universidade Estadual do Maranhão, à Secretaria Estadual de Educação de Caxias-MA e à Escola Estadual Centro de Ensino Eugênio Barros.

Os dados foram analisados segundo os princípios de Laurence Bardin (2016), visando ampliar suas funções das categorias de análises quando colocadas em prática durante o entendimento do estudado, descobrindo a veracidade e os impactos das informações. O que auxiliou as descobertas dos pesquisadores acerca do sentido das informações coletadas, além de aprofundar e compreender o conteúdo estudado durante o processo de investigação.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pela Plataforma Brasil e Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A pesquisadora, os responsáveis e participantes seguiram as normas da Resolução do CNSS 466/12 (BRASIL, 2012), e suas complementares, que tratam dos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos.

### **Análises e discussões dos dados sobre as percepções dos estudantes da escola Centro de Ensino Médio Eugênio Barros sobre o festejo junino caxiense e interculturalidade**

A análise e discussões dos dados organizou-se a partir de três questionamentos referentes ao festejo junino caxiense: Quais as danças e/ou manifestações são importantes no festejo junino? Como você vê a tradição e simplicidade nas festas juninas? Qual a contribuição das festas juninas para o contexto social e educacional?

A compreensão das tradições, manifestações artísticas e a interculturalidade do festejo junino em prol da valorização social e educacional que deve ser trabalhada de forma que ultrapasse os muros da escola, visto que este é um lugar de diálogo, onde o conhecimento é socializado e os saberes provenientes de um povo discutidos.

Nesse sentido, os estudantes foram indagados sobre as danças e/ou manifestações artísticas e culturais que eles consideraram mais importantes no festejo junino caxiense, sendo possível marcar até 3 danças/manIFESTAÇÕES artísticas. Veja a tabela abaixo:

**Tabela 1-Percepção sobre as danças/manIFESTAÇÕES importantes no Festejo Junino**

Danças e/ou manifestações	1º Ano	2º Ano	3º Ano	TOTAL
Bumba-meu-boi	69	36	48	153
Quadrilha	63	38	43	144
Dança do Lili	42	24	31	97
Capoeira	13	07	03	23
Cacuriá	08	05	08	21
Baião	08	02	04	14
Tambor de Crioula	05	03	06	14
Reggae	06	02	03	11
Caretas	03	02	00	05

Danças Portuguesa	04	01	09	14
Reisado	01	01	05	07
Dança de São Gonçalo	02	00	01	03
Outro/Nenhum	01	01	03	05
TOTAL	225	122	164	511

**Fonte:** Elaborada pelas autoras.

Por ser uma categoria que levou em consideração até três opções de dança, o bumba-meu-boi ganhou 153 votos, a quadrilha 144 e a dança do Lili foi selecionada por 97 estudantes. De acordo com a tabela, entre o público de 185 estudantes, essas manifestações ganharam mais destaque nas festas juninas e são essenciais porque, além de beleza, possuem uma rica história composta por belas tradições. A Capoeira, Cacuriá, Baião, Tambor de Crioula e o Reggae apresentaram um resultado razoável, enquanto os Caretas, o Reisado, a Dança Portuguesa e a Dança de São Gonçalo foram menos votadas pelos alunos.

No Nordeste, o mês de junho ganhou destaque por proporcionar as apresentações de vários folguedos. Estas danças e manifestações artísticas fazem parte do patrimônio cultural que valoriza “[...] os monumentos e as obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares [...]” (LONDRES *apud* BERTAGNOLLI, 2015, p. 50). Tudo isso em defesa da preservação da cultura, para mostrar a beleza das festas populares bastante conhecidas pela população e o fortalecimento da representatividade do festejo junino de uma forma grandiosa e repleta de significados.

O bumba-meu-boi teve uma repercussão entre os estudantes, acredita-se que seja pelo fato de sempre prender a atenção dos espectadores e cativá-los durante as belas e significativas apresentações nas noites do período junino. Como parte da cultura popular, “[...] ao se espalhar pelo país, o bumba-meu-boi adquiriu grandes inovações como, nomes, ritmos, formas de apresentação, indumentárias, personagens, instrumentos, adereços e temas” (MOISÉS; RIOS; BARBOSA, 2012, p. 7). Ao reinventar outras maneiras de apresentar essa manifestação cultural, foi possível instigar ainda mais no povo o interesse de realmente participar das brincadeiras reinventadas para se encaixar no contexto de mudanças em cada comunidade ao longo do tempo.

Segundo os resultados da pesquisa, as pessoas que prestigiam as festividades, assistem atentamente ao desenrolar do enredo da apresentação mostrando a conhecida história de “[...] Catirina (Catarina), grávida, que pede ao marido Chico (ou pai Francisco) para que mate o boi mais bonito da fazenda porque quer comer a sua língua” (MOISÉS; RIOS; BARBOSA, 2012, p. 8). Essa história é encenada pelo grupo de brincantes que fazem parte do Bumba-meu-boi, que geram um conflito devido à morte do boi, os rituais necessários para trazê-lo de volta à vida e a continuação da festividade com alegria, prosseguindo com as danças. Todos esses acontecimentos sempre acabaram por encantar as pessoas que saem de suas casas para assistirem as

manifestações artísticas que são homenageadas no mês de junho.

O Reisado em Caxias, ao ter impacto em alguns bairros da cidade como o grupo “Reisado encanto da Terra”, pode ser uma explicação da pouca percepção dos alunos sobre essa manifestação típica do período junino. De cunho religioso, é marcado pelos “caretas”, isso porque os brincantes dessa expressão cultural utilizam fardas feitas de palha de buriti com formatos diversos, máscara produzidas com materiais variados, e geralmente levam algum objeto em mãos, variando entre chicote de couro e palha à pedaço de pau. Em comunicação com a comunidade, interagem e realizam brincadeiras, encenando a caminhada dos Reis Magos (CORNELIO, 2009).

Outro destaque foi a Dança do Lili, que possui forte relação com os contextos culturais de Caxias-MA. Segundo Franc-Lane Nascimento, Francidalma Soares Sousa Carvalho Filha e Kelcimara da Silva dos Santos (2019), o criador da Dança do Lili se chama Raimundo Nonato da Silva, mas a população caxiense o conhece pelo apelido de Pelé. Ele criou a dança no dia 3 de maio de 1985. Essa dança apresenta-se como a expressão da cultura do trabalhador rural caxiense. O vestuário dos brincantes é composto por roupas leves e estampadas, por vezes enfeitadas com fitas de cetim, chapéu de palha para os homens e lenço para as mulheres, remetendo às vestimentas, no passado, típicas no campo em tempos de festas.

O uso de instrumentos variados na Dança do Lili promoveu o aperfeiçoamento da dança durante a sua trajetória cultural, e apesar das inovações, essa manifestação cultural continua mantendo a história e as tradições nos dias atuais. Isso contribuiu para ela ser uma dança bastante conhecida entre os estudantes e a população em geral.

Para Nascimento, Carvalho-Filha e Santos (2019), as modificações realizadas nessas manifestações artísticas/danças com o seu deslocamento para os centros urbanos, o que agregou novos significados, seja com inclusão de novos instrumentos musicais, seja nas vestimentas ou indumentárias, como é o exemplo da Dança do Lili.

Os jovens devem ser incentivados para que possam reconhecer a importância dessas manifestações artísticas dentro da cultura local, de maneira a respeitar cada uma delas e cuidar para que as manifestações não percam seus significados tradicionais, porque todas merecem representatividade. Dessa maneira, as demais expressões artísticas também podem ganhar destaque no imaginário popular, pois fazem parte do festejo junino e expressam não apenas a vivência de um povo, como também os contextos em que essas pessoas estavam inseridas.

É inegável que um dos objetivos do festejo junino é comemorar cada uma das danças e manifestações variadas. Essas festividades possuem um imenso valor simbólico e histórico que corresponde à cultura regional e proporciona o encantamento de todas as pessoas que participam e buscam conhecer a interculturalidade que caracteriza as festas juninas, contribuindo para o incentivo da preservação consciente dessas riquezas culturais que auxiliam no desenvolvimento de cada ser humano, sua identidade e região.

A identidade cultural, de acordo com Manuel Castells (2008), é caracterizada pelo sentido das vivências de um determinado povo, porém, em meio a uma cultura, estão presentes várias identidades que compartilham afinidades ou que se contradizem, o que resultou em muitos desentendimentos. Deve-se considerar as complexidades que formam esse fenômeno. O pluralismo mostra que a cultura não é estática e que não existe uma única identidade que necessita ser valorizada, sendo essencial conhecer as diferenças e reconhecer sua importância para o coletivo social.

Em relação ao olhar dos estudantes acerca da tradição, simplicidade e modernidade nas festas juninas do município de Caxias-MA, foi possível observar o ponto de vista dos alunos diante da escolha das opções que foram disponibilizadas no questionário e que incentivaram, ao mesmo tempo, o processo de investigação, tornando-o mais objetivo e coeso por se tratar de uma temática que os participantes já vivenciaram.

**Tabela 2 -** O olhar acerca da tradição, simplicidade e modernidade nas festas juninas

Tradição, simplicidade e modernidade	1º Ano	2º Ano	3º Ano	TOTAL
A tradição é importante	55	25	30	110
A modernidade é fundamental	11	05	04	20
Modernizar valorizando a tradição	18	13	18	49
Não responderam	01	01	04	06
<b>TOTAL</b>	<b>85</b>	<b>44</b>	<b>56</b>	<b>185</b>

**Fonte:** Elaborada pelas autoras.

A percepção dos estudantes acerca da cultura popular e seus costumes, diante das transformações causadas pela modernização da sociedade, foi animadora, pois 110 alunos consideraram a tradição importante. Isso destacou o fato de que eles reconhecem esse padrão de práticas e crenças como parte essencial da cultura.

No universo de 185 estudantes, 49 alunos optaram pela opção de modernizar valorizando a tradição, pois uma não pode ficar acima da outra ao ponto de provocar a depreciação, ou seja, não é adequado supervalorizar a modernidade em detrimento da tradição.

Essa relação entre tradição e modernidade não é percebida por 20 estudantes que consideraram que as modificações que surgiram com a modernidade são fundamentais e estão à frente do aspecto tradicional. Seria interessante desenvolver com esses estudantes um processo consciente, interpretado criticamente pela realidade dos sujeitos e as mudanças que acontecem no meio em que todos estão inseridos.

Segundo Gissele Bertagnolli (2015), as pessoas estão redirecionando o olhar acerca das manifestações e dos patrimônios, e isso fortalece a noção de que todas essas expressões artísticas, o conhecimento popular, as festividades, entre outros elementos, fazem parte da identidade coletiva construída por cada ser humano no decorrer de sua vida. A maioria dos estudantes expressa realizar esse redirecionamento de olhar ao entender a importância da tradição. Isso representa um resultado favorável, pois a consciência é um dos primeiros passos para o resgate e a preservação da cultura popular, principalmente em meio aos jovens.

De acordo com Edinaldo Ribeiro (1999), diversos agrupamentos culturais assumem alguns aspectos para se igualarem às novas variações existentes na comunidade, ao mesmo tempo em que se contrapõem às modificações que tentam diminuir sua essência local. Essa luta é necessária para manter as características próprias da cultura em um meio onde as transformações da modernidade apenas ganham cada vez mais força, essa preservação busca incentivar o valor que a memória de um povo possui e fortalecer a sua história.

É crucial o fortalecimento das tradições para que não ocorra a perda das origens culturais pelos cidadãos, pois se os sujeitos que deveriam ser os mais interessados em manter a continuidade da história e da arte popular simplesmente não se importassem, isso resultaria em um total esquecimento das antigas tradições. Como enfatiza Luciano dos Santos (2011), a modernização se fez de uma forma extensa, porém, isso não extinguiu o aspecto coletivo, ele apenas o tornou mais fragilizado. A construção da identidade é feita de maneira coletiva. Posto isso, a interação com o outro é fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, é imprescindível conhecer a importância de todos os indivíduos nesse processo fundamental para a vida em comunidade, e como isso tudo afeta a todos. Devido às mudanças que acompanham a modernidade, é essencial que a tradição não seja posta de lado, pois, apesar das transformações serem necessárias, a cultura assegura as heranças que continuam sendo passadas para cada geração pelos povos antepassados.

Isso significa que esse processo de preservação das vivências e riquezas culturais depende da população. Além disso, a construção da identidade precisa ser investigada, porque ela está em constante modificação devido às transformações sociais que consequentemente afetam a cultura local. Portanto, a ressignificação da cultura popular oferece condições de se obter uma maior compreensão acerca dos acontecimentos e impactos que afetam o desenvolvimento social do próprio ser humano.

Na tabela abaixo foram destacadas as opiniões dos estudantes acerca da contribuição das festas juninas para o contexto cultural e social da cidade de Caxias-MA.

**Tabela 3 - Contribuições das festas juninas para o contexto social e educacional**

Contribuição cultural e social local	1º Ano	2º Ano	3º Ano	TOTAL
Boa	54	31	37	122
Ruim	05	00	02	07
Sem opinião formada	26	13	17	56
TOTAL	85	44	56	185

**Fonte:** Elaborada pelas autoras.

Entre os 185 estudantes da escola de Ensino Médio, 122 julgaram ser boa a contribuição das festas juninas para o contexto cultural e social local, destacando que essas manifestações culturais geraram benefícios para a comunidade. Em contrapartida, 07 alunos consideraram ruim, e 56 não possuíram uma opinião formada acerca dessa questão.

Na sociedade, deve-se considerar a “[...] forma como se organiza o seu mercado, já que este é um dos locais onde se constroem os elementos constituintes das identidades coletivas” (RIBEIRO, 1999, p. 11). Esse mercado, de acordo com o autor, sustenta as tecnologias utilizadas em um ambiente próprio do capitalismo, em que as pessoas são coagidas a se adequarem a essa realidade, na qual as origens das manifestações culturais enfrentam a cultura criada pela globalização e suas mudanças.

Diante de uma comunidade composta por vários tipos de meios de comunicação utilizados pelos cidadãos, realizar estudos acerca da identidade cultural é fundamental para construir uma percepção coerente acerca das contribuições das festas juninas. Primeiramente, é essencial identificar esse contexto globalizado e suas complexidades, pois torna mais fácil o processo de compreender a importância das tradições e a maneira como são interpretadas por esses novos comportamentos. Logo após, a comunidade precisa entender o sentido do poder da coletividade e a identificação que as pessoas possuem em relação às práticas do festejo junino, pois os costumes, danças e brincadeiras foram se refazendo à medida que o tempo foi passando, porém, sem perder a sua história.

Como afirma Bertagnolli (2015), a cultura regional influencia o rendimento econômico da cidade, e isso faz com que ocorra um desenvolvimento de uma maneira satisfatória. Os acontecimentos culturais estão destacados na comunidade, são eles que proporcionam uma tomada de consciência de que cada indivíduo é próprio de sua localidade, e que todas as expressões artísticas são partes importantes e constituem as práticas defendidas pelo povo.

As manifestações que complementam o festejo junino envolvem tradições, continuidade, história de um povo e estão sempre relacionadas com as estruturas econômicas da região. Tudo isso mostra que essas manifestações contribuem cada vez mais com o desenvolvimento da cidade, e realizam melhorias no âmbito cultural e social da população. A intensa interação provoca uma diferença na vida dos seres humanos, por meio dessas ações se torna mais fácil compartilhar a essência cultural que as pessoas carregam, devido aos inúmeros fatores que fazem parte do seu desenvolvimento.

As festividades juninas contribuíram de maneira significativa com os espaços que compõem a sociedade, porque fazem parte do patrimônio que “[...] constitui uma parte importante da herança cultural que abrange as tradições, trazendo a continuidade cultural e sendo o elo entre o presente e passado” (BERTAGNOLLI, 2015, p. 50). O passado sempre foi importante para a compreensão do presente, pois os dois contribuem para o futuro. As práticas culturais, que foram vivenciadas pelos povos mais antigos, possuem uma representatividade que se propagou durante as modificações que surgiram nas populações, e isso alertou para a necessidade de valorizar essas heranças culturais por causa das transformações que a comunidade continua sofrendo. Somente assim os sujeitos são capazes de assegurar as raízes de suas tradições para as gerações que estão por vir.

Conforme os resultados da pesquisa, as festas juninas promoveram uma contribuição bastante favorável para o contexto cultural e social da localidade. Por meio da investigação, tornou-se possível perceber que essas manifestações estão firmadas não somente nas pessoas, mas também nos ambientes que constituem a vida em sociedade. Apesar das complexidades existentes nesses contextos, percebemos a importância que essas festividades expressam e a valorosa história que carregam por meio das experiências e dos conhecimentos que remetem a esse estilo de vida.

## Considerações Finais

Por meio da pesquisa realizada, compreendeu-se a necessidade de realizar a ressignificação e a valorização social e educacional do festejo junino caxiense, considerando a importância que as manifestações artísticas culturais populares representam para a sociedade em meio às transformações. A interculturalidade do festejo junino mostrou a interação das variadas manifestações culturais que se complementam e fazem parte da história, dos contextos de luta e de movimentos sociais presentes na cultura popular caxiense.

A cultura popular possui seu destaque dentro das manifestações, pois sempre carregou a história de vários povos que defenderam e valorizaram suas heranças culturais. A comunidade escolar precisa perceber a importância de obter e preservar os conhecimentos regionais, pois possuem valores históricos que envolvem as práticas do passado e do presente. Mesmo que o processo de construção da identidade local continue a se reinventar, nada muda o fato de a cidade ter uma contribuição cultural deixada pelas gerações passadas, e que precisa ser reconhecida.

Para os estudantes, as danças e/ou manifestações artísticas mais importantes no festejo junino foram o Bumba-meu-boi, a quadrilha e a Dança do Lili, por serem de fácil identificação, visto que essas danças são conhecidas por contagiar as pessoas com os ritmos e a beleza das apresentações. Contudo, deve-se incentivar os estudantes por meio do processo educativo a valorizarem as outras manifestações, como o Reisado, Cacuriá, Caretas, Reggae, a dança de São Gonçalo, o Baião e o Tambor de Crioula, pois fazem parte da tradição e história da cidade de Caxias.

De acordo com os estudantes, a festa junina representou o resultado da fusão de muitas culturas caracterizadas pelas experiências do campo e da cidade, os aspectos europeus, e as tradições e vivências que foram criadas, recriadas e misturadas nas várias partes do país. Assim, os hábitos europeus, em particular dos portugueses e franceses, estão presentes em algumas manifestações artísticas, mas eles não prevaleceram sobre os outros costumes tradicionais da cultura dos povos originários, principalmente das comunidades Timbiras e Gamelas que marcaram a história de Caxias-MA, e africanos e seus descendentes, que ganharam destaque por causa das particularidades presentes em suas manifestações culturais. Portanto, é inegável a relevância de um maior incentivo para que todos possam adquirir o conhecimento necessário para a identificação com a própria cultura popular.

As contribuições de Paulo Freire e Vera Candau mostraram o quanto é importante para um professor compreender o processo relacional que existe entre a cultura e a educação, utilizando a interculturalidade como forma de superar a mera aceitação do diferente, pois surgiu como ato político contra as discriminações, a favor do respeito mútuo, da ação dialógica e de uma educação que busque a libertação dos sujeitos.

A educação intercultural amplia as concepções dos estudantes para além da escola, já que como comunidade em geral é possível assegurar a valorização social e educacional do festejo junino de maneira contínua, ou seja, esse movimento somente se constitui com ações coletivas. Assim, é fundamental o estabelecimento de parcerias entre a escola e comunidade, além do auxílio de políticas públicas sobre cultura e educação, para que ocorra a preservação dos patrimônios culturais de Caxias-MA.

Nesse contexto, é preciso que a instituição escolar planeje suas ações de modo intercultural, para maximizar o impacto de uma educação que inclua as culturas na formação dos sujeitos. Ademais, em defesa da evolução e desenvolvimento dos contextos socioculturais, os estudantes devem valorizar suas heranças culturais e garantir que essas sejam repassadas para as próximas gerações, fazendo com que se fortaleça a cultura caxiense, tornando-a cada vez mais rica em sua diversidade de manifestações artísticas e culturais.

## Referências

- ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- BARDIN, Laurence. *A análise de conteúdo*. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. 3 reimp. 1 ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERTAGNOLLI, Giselle Buzzatti Leal. Processos de construção de identidades regionais: cultura imaterial, identidade e desenvolvimento. *Perspectiva*. Erechim, v. 39, n. 148, p. 47-54, 2015. Disponível em: [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148\\_532.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_532.pdf).
- BRASIL. *Resolução nº466, 12 de dezembro de 2012*. Conselho Nacional de Saúde. Brasília: DF. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view>. Acesso em: 04 jan. 2024.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas interculturais*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.13-37.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100015>.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-416X2010000100009&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2010000100009&lng=pt&nrm=iso).
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Curriculum sem Fronteiras*, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul/dez. 2011. Disponível em [http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4709185/mod\\_resource/content/2/Leitura%20complementar.pdf](http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4709185/mod_resource/content/2/Leitura%20complementar.pdf).
- CARVALHO, Wybson. *Caxias, 181 anos de emancipação política*. Prefeitura de Caxias-MA. Disponível em: <https://caxias.ma.gov.br/caxias-181-anos-de-emancipacao-politica/>.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. V. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- CORNELIO, Paloma Sá de Castro. *Reisado Caretas: brincadeira para louvar Santo Reis*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, São Luís, 2009. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/600>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Conscientização*. São Paulo: Cortez, 2018.

GATTI, Bernadete Angelina. Estudos quantitativos em educação. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 1, p. 11–30, jan. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000100002>.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Desafios da diversidade na escola. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 5, n. 2, p. 9–28, 2000. DOI: 10.5433/2176-6665.2000v5n2p9. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9158>.

MOISÉS, Jeilson de Oliveira; RIOS, Mirianir Mendes; BARBOSA, Roldão Ribeiro. A manifestação bumba-meу-boi no município de Caxias – MA atualmente. *IV FIPED: Encontro Internacional de Pedagogia*. Campina Grande: Realize Editora, 2012.

NASCIMENTO, Franc-lane Sousa Carvalho do. História, interculturalidade e a valorização social e educacional do festejo junino maranhense. *Revista de Educação, Ciência e Cultura*, Canoas, v. 26, n. 2, 2021. Disponível em: <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao>.

NASCIMENTO, Franc-Lane Sousa Carvalho; CARVALHO FILHA, Francidalma Soares Sousa; SANTOS, Kelcimara da Silva dos. Ressignificação da cultura: registros e reflexões de uma experiência vivenciada sobre identidade e tradição do festejo junino no ensino médio. In: CABRAL, Carmem Lúcia de Oliveira; MACHADO, Keyla Cristina da Silva; ARAÚJO, Waldirene Pereira (Org.). *Práticas investigativas em educação: correlação entre formação e ensino*. São Paulo: Editora Garcia Edizioni, 2019.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Cultura e interculturalidade na educação popular de Paulo Freire. *EccoS - Rev. Cient.* São Paulo, n. 25, p. 109-124, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/3219>.

RIBEIRO, Edinaldo Aparecido. As identidades culturais na contemporaneidade: dilemas e perspectivas em uma conjuntura pós-moderna. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 4, n. 1, p. 7–13, 1999. DOI: 10.5433/2176-6665.1999v4n1p7. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9292>.

SANTOS, Luciano dos. As identidades culturais: proposições conceituais e teóricas. *Rev. Rascunhos Culturais*, Coxim/MS, v. 2, n. 4, p. 142-157, jul./dez. 2011.

SILVA, Vanilda Alves da; REBOLO, Flavinês. A educação intercultural e os desafios para a escola e para o professor. *Interações*, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 179–190, jan. 2017. Disponível em: [https://doi.org/10.20435/1984-042X-2017-v.18-n.1\(14\)](https://doi.org/10.20435/1984-042X-2017-v.18-n.1(14)).

SOUSA, Simone de Jesus Sena da Silva. CABRAL, Carmem Lúcia de Oliveira. Formação de professores em uma perspectiva intercultural: discussões conceituais. In: CABRAL, Carmem Lúcia de Oliveira; MACHADO, Keyla Cristina da Silva; ARAÚJO, Waldirene Pereira (Org.). *Práticas investigativas em educação: correlação entre formação e ensino*. São Paulo: Editora Garcia Edizioni, 2019.



Recebido em 15/03/2024

Aceito em 12/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.53101

## ARTIGO

### **A *selbsthilfe* (autoajuda-mútua) no desenvolvimento das comunidades rurais no interior do RS no início do século XX**

The *selbsthilfe* (mutual-selfhelp) in the development of rural communities in the interior of RS at the beginning of the 20th century

***Josei Fernandes Pereira***

Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo

<https://orcid.org/0000-0001-8941-1604>

**RESUMO:** A busca pela *liveability* (qualidade de vida) não é um fenômeno recente, podendo ser analisado em inúmeros movimentos históricos, como na implantação das primeiras cooperativas rurais no sul do Brasil, no início do século XX. O desenvolvimento destas comunidades europeias oferece elementos para refletir sobre a presença de uma mentalidade associativa, baseada nos princípios cooperativos originados nas contradições da revolução industrial. Analisando documentação arquivada em antigas cooperativas de crédito rurais, buscamos refletir sobre a atuação destes grupos sociais na ação pública das comunidades coloniais, analisando práticas de poder local ao longo da Primeira República, nas regiões de colonização europeia sul-brasileiras. Os resultados indicam que estas experiências produziram um modelo cooperativista pautado tanto por ideais socialistas utópicas, quanto por práticas liberal-burguesas, constituindo um campo de mobilizações, associações e forças sociais que buscaram a satisfação das necessidades locais, a qualidade de vida e a conquista do poder local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cooperativismo. Sociedade civil. Poder local.

**ABSTRACT:** The pursuit of liveability (quality of life) is not a recent phenomenon and can be observed in numerous historical movements, such as the establishment of the first rural cooperatives in southern Brazil in the early 20th century. The development of these European communities provides elements for reflecting on the presence of an associative mindset, grounded in cooperative principles that emerged from the contradictions of the Industrial Revolution. By analyzing archived documents from early rural credit cooperatives, this study explores the role of these social groups in public action within colonial communities, examining practices of local power during the First Republic in the European-colonized regions of southern Brazil. The findings indicate that these experiences produced a cooperative model shaped by both utopian socialist ideals and liberal-bourgeois practices, forming a field of mobilizations, associations, and social forces aimed at addressing local needs, improving quality of life, and achieving local power.

**KEYWORDS:** Cooperativism. Civil society. Local power.

## Introdução

A busca dos indivíduos e das sociedades por qualidade de vida é um fenômeno bastante presente na contemporaneidade, estudado por pesquisadores tanto do ponto de vista da melhoria das condições ambientais de vida, num determinado local, quanto do ponto de vista da melhoria das condições econômicas e sociais de vida. Nessa busca por qualidade de vida (ou *liveability*, cfe. DOWBOR, 1999), outros fenômenos se somam ao esforço pela melhoria das condições locais, em especial, aqueles ligados à autotransformação econômica e social do local em que se vive. Conceitos como o de autotransformação, poder local e positivação do poder, representam importantes chaves teóricas para a compreensão deste movimento que se amplia, de forma mais expressiva, em países desenvolvidos. Para Dowbor (1999, p. 12), a incompatibilidade entre qualidade de vida e desenvolvimento econômico leva determinados agrupamentos humanos, em condições específicas, a mobilizar racionalmente o seu entorno, com o intuito de organizar suas condições de vida e romper o condicionamento à passividade, marcada, ao longo do século XX, pela dualidade estatização e liberalização, ou seja: deixar um plano central decidir os rumos das nossas vidas ou deixar o mercado guiar para o seu projeto de mundo.

A criação de mecanismos de autotransformação da realidade econômica e social local passa, contudo, pela necessidade de descentralização, desburocratização e, principalmente, participação: “O poder local não é condição suficiente para mudar o mundo, sem dúvida, mas é sim condição necessária: a democracia começa por casa” (DOWBOR, 1999, p. 14). No caso do desenvolvimento da sociedade brasileira, verifica-se uma herança de desequilíbrios, somados à cultura da espera passiva pelos ajustes feitos ‘de cima’, numa alusão ao paternalismo político manifestado pelas experiências políticas do final do império e início da república (final do século XIX e início do XX). Dentre estas heranças, encontram-se o círculo vicioso de relações desiguais de dependência, troca de favores e a prática do clientelismo, cujas causas são de um modo geral apontados por Dowbor como:

A dramática centralização de poder político e econômico que caracteriza a nossa forma de organização como sociedade leva, em última instância, a um divórcio profundo entre as nossas necessidades e o conteúdo do desenvolvimento econômico e social (DOWBOR, 1999, p. 20).

Já na esfera política, a ideia de ‘poder local’ pode ser pensada de dois modos antagônicos, situados em contextos diferentes da história política do Brasil: o primeiro, ligado à formação histórica do patrimonialismo, e em suas manifestações mais perceptíveis nas tradições políticas do coronelismo (até o final da Primeira República), do clientelismo (a partir do processo de urbanização, a partir da segunda república) e do pessoalismo, prática persistente ao longo de toda a história republicana brasileira. O segundo, mais atual, fruto das movimentações políticas da redemocratização em 1988, que trata da descentralização, da participação e

da criação de mecanismos eficientes para o exercício da cidadania, num esforço de reinvenção do próprio conceito de poder local, unindo a dimensão sociológica à espacial (*empowerment*) e promovendo maior interação entre redes sociais, instituições locais, Estado e sociedade-civil (SANTIN, 2007).

O conceito de ‘estado federal’ tem origem na Constituição dos Estados Unidos (1787), com a ideia de união das coletividades autônomas, ou seja, a criação de vários centros sobre os quais orbitam os interesses locais (SANTIN, 2007). Tem, portanto, suas raízes no absolutismo (Inglês e Francês), que ‘empurrou’ grupos contrários à concentração de poder para os novos territórios coloniais, e possuindo, em tese, a capacidade de dificultar a acumulação de poder num único órgão, impedindo, assim, o aparecimento de regimes absolutistas.

Não obstante o federalismo clássico tenha surgido da união, analogamente à uma força centrífuga, de estados independentes, por força da cultura e das origens étnicas em comum (como no exemplo das 13 colônias inglesas), o federalismo brasileiro surgiu a partir da experiência de um Estado Unitário descentralizado, criado em 1824 (SANTIN; FLORES, 2012), caracterizado por possuir um território de proporções continentais com profundas diferenças regionais. Assim, a ‘revolução republicana’ de 1889, que deu origem ao sistema federativo brasileiro, surgiu de modo análogo a uma força centrípeta, uma vez que tentou seguir o modelo absolutista, concentrando poderes no governo federal e apenas reconhecendo a soberania das províncias. O federalismo brasileiro era principalmente fiscal, voltado principalmente ao sistema tributário nacional, mas concentrando as grandes decisões políticas no governo federal, o que causou diversos conflitos na esfera local.

Ao contrário dos Estados Unidos e da França, a República brasileira não surgiu de uma guerra pela independência de seus Estados ou de um levante popular, mas por meio de um golpe militar sofrido pela Monarquia, objetivando restaurar a ‘dignidade’ das forças armadas (SANTIN; FLORES, 2012, p. 60).

Verifica-se, dessa forma, uma sequência de movimentos políticos e sociais de caráter regional, desde meados do século XIX e estendendo-se até o início do século XX, marcados pela atuação repressiva e violenta do estado brasileiro na manutenção da unidade nacional, e pelas disputas de poder em torno da capital federal, no Rio de Janeiro e, nos âmbitos estaduais, nas suas respectivas capitais. É neste período que se verifica o surgimento e a expansão do fenômeno do coronelismo como expressão política da articulação dos interesses econômicos das elites agrárias, em consonância aos interesses políticos das esferas federais, consolidados no mecanismo que ficou conhecido como a ‘política dos governadores’. No interior do país, no entanto, os municípios acabaram sendo controlados pela força destes interesses, pela ação direta do coronelismo.

É neste contexto que verificamos uma situação paradoxal pois, ao mesmo tempo em que eram controladas politicamente pelos interesses das elites agrárias, permaneciam à margem das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. Contudo, verificou-se que no interior do Estado do Rio Grande do Sul, surgiram novas modalidades de auto-organização das realidades locais. Do ponto de vista econômico, esse Estado foi, para Castro, “o único caso bem sucedido de

desenvolvimento voltado para dentro” (CASTRO *apud* FONSECA, 1983, p.15). O crescimento socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul, no período analisado<sup>1</sup>, reflete em mudanças sociais significativas, como o desenvolvimento de pequenas indústrias, uma elevada taxa de nascimento (especialmente nas áreas de colonização italianas e alemãs), aumento significativo nas taxas de alfabetização (índice de crescimento superior à região sudeste). Entre 1872 e 1890, a população da província quase dobrou devido à imigração: de 447 para 897 mil habitantes (LOVE, 1975, p. 19-20). Estes colonos dedicavam-se à policultura de cereais tradicionais no velho mundo: centeio e batata (alemães) e uvas (italianos), num processo de desenvolvimento que guarda certas semelhanças com o processo verificado nas 13 colônias inglesas, 2 séculos antes.

Estas regiões de colonização europeia, situadas no interior do RS, encontravam-se em situação de relativo abandono do poder público. Relativo pois, do ponto de vista político, o controle dos coronéis do Partido Republicano Riograndense sobre os processos eleitorais era quase absoluto; mas do ponto de vista econômico, os interesses políticos se concentravam em manter condições favoráveis para os principais produtos da balança comercial, em especial, a produção de charque. Sobre esse abandono, reflete Love:

Os habitantes da Serra sentiram-se tão abandonados pelo governo provincial que, por duas vezes, a Câmara Municipal de Cruz Alta apelou pela criação de nova província na Serra. Em 1884, a Câmara acusava que seus habitantes sofriam ‘completo abandono: Não temos uma ponte, uma estrada, qualquer obra pública’. De fato, queixava-se a Câmara, o governo provincial jamais enviara um alto funcionário para visitar a região, e os porto-alegrenses pensavam que a Serra fosse habitada apenas por índios selvagens (LOVE, 1975, p. 21).

Em comunidades de forte identificação étnica, estes grupos desenvolveram-se numa dinâmica que envolvia uma economia voltada para dentro da própria comunidade, e um intrincado mecanismo de autoajuda-mútua (*Selbsthilfe*), manifestado tanto na realização de mutirões para construção de obras comunitárias, quanto na organização de entidades sociais para o desenvolvimento local, em geral com a participação e orientação das igrejas (católica e protestante). Esse espírito tradicionalista, manifestado através de um *ethos* de vocação para o trabalho (WEBER, 1994, p. 65), encontrou nas comunidades coloniais de orientação alemã um forte apelo na organização de cooperativas de crédito, voltadas para o atendimento das necessidades comunitárias.

As primeiras sociedades de crédito cooperativas foram criadas para combater a usura das casas bancárias que atuavam nas regiões coloniais. As “Caixas Rurais Raiffeisen”<sup>2</sup> atuaram livremente no Rio Grande do Sul no início do século XX,

1 A região da Serra Central do RS estava em situação melhor do ponto de vista do desenvolvimento social: elevou, em 1872, o RS ao 3º lugar entre as províncias em relação à taxa de alfabetizado (21,9% em todas as idades), 1º lugar em 1891; 10º lugar a contagem de escravos em 1887 (última contagem oficial), com 8.442 escravos (1/5 da população total), a maioria no sul do litoral e na campanha (1º POA, 2º Pelotas e 3º Bagé) (LOVE, 1975, p. 21).

2 *Raiffeisen*: As chamadas “Associações de Amparo aos Agricultores sem Recursos”, ou Darlehenskasse (fundo de empréstimo), se popularizaram no Brasil com o nome de Caixas Rurais Raiffeisen. Foram criadas na Alemanha, por volta de 1848, para eliminar a figura do intermediador, reunindo as

reinvestindo as poupanças da comunidade na construção de obras de interesse público. Valendo-se de algumas experiências verificadas nestas caixas rurais, ampliamos nossa reflexão sobre práticas de poder local a partir da atuação destes grupos sociais na condução de políticas públicas na esfera local. A ausência do Estado e a ação supletiva das entidades cooperativas na primeira metade do século XX, especialmente em comunidades formadas por imigrantes alemães no sul do Brasil, já foi objeto de estudo deste autor, publicado em 2012 sob o título “Elos & Correntes” (PEREIRA, 2012).

Existem muitas formas diferentes de cooperativismo, porém todas compartilham entre si o fato de buscarem na associação de pessoas a resolução de problemas locais e mais qualidade de vida, um fenômeno bastante presente na contemporaneidade, estudado tanto do ponto de vista da melhoria das condições ambientais de vida, num determinado local, quanto do ponto de vista da melhoria das condições econômicas e sociais de vida. Assim, em todas as suas diferentes formas de apresentação, o cooperativismo oferece uma forma de se pensar os indivíduos no interior deste complexo de relações sociais e econômicas, verificadas na formalização/institucionalização dessas relações no próprio ato cooperativo. Ou seja, o conjunto de relações invisíveis entre os sujeitos corporifica-se na criação de instituições que teriam como característica fundamental a própria interação entre os indivíduos que a integram.

Em José de Souza Martins (1973), entendemos o conceito de ‘sociedade’ em oposição ao conceito de ‘comunidade’. Para ele, a comunidade é uma idealização utópica, um sinônimo de resistência à expansão do sistema capitalista. Bauman (2003, p. 20) também contrapõem comunidade e sociedade, referindo-se à primeira como parte de um entendimento compartilhado por seus membros, e a segunda como o consenso, típico acordo de pessoas de opiniões diferentes, caracterizada pela disputa e pela contrariedade. Se pensarmos na aplicação dessa terminologia à fase de implantação do capitalismo no Brasil, veremos que ela será convencionalmente utilizada pelos trabalhadores deslocados da periferia europeia para o contexto brasileiro. Apresentando-se como uma ‘sociedade local’, a comunidade e suas características singulares são conduzidas sem mediações contratuais ou societárias, como uma esfera não racionalizada da vida social onde os homens, em estado natural, “permanecem unidos apesar de todas as separações” (MARTINS, 1973, p. 32).

Martins também conceitua a migração como o processo de transição de um ou mais sujeitos de uma sociedade para outra; mas não apenas de unidades físicas num contexto geográfico, mas sim um complexo sistema de valores e culturas. A socialização não está apenas na sociedade de adoção, mas na

Evidência de que a própria sociedade de origem está mergulhada num processo de transformação social que provoca o desencontro de sujeitos e as mudanças que estão ocorrendo [e] a imigração é, pois, um evento historicamente determinado pela expansão do modo capitalista de produção (MARTINS, 1973, p. 19-22).

economias dos agricultores e convertendo-as em empréstimos a juros mínimos para os que necessitavam financiamento, além de pagamento de juros a todos que deixassem suas economias aplicadas, caracterizando uma forma de crédito rural, ou seja, crédito destinado para investimento em atividades agrícolas, segundo a concepção teórica de Luz Filho (1933).

Apresentamos até aqui dois importantes modelos conceituais que se propõem a esclarecer as estruturas de ligação entre as pessoas em condições diferenciadas de evolução social: a comunidade e a sociedade. Ambos os conceitos possuem importância basilar, na medida em que nos auxiliam a compreender a complexidade das relações socioeconômicas ocorridas no movimento cooperativista, nascido, por sua vez, dentro de um complexo contexto de revoluções da matriz produtiva europeia no século XIX, e que migrou, juntamente com os sujeitos oriundos dessas transformações, para um espaço e tempo específicos: o interior do Rio Grande do Sul no início do século XX.

Criada para conter o avanço do desemprego e da pauperização dos antigos tecelões, a cooperativa de consumo de *Rochdale* (experiência tradicionalmente conhecida como os ‘Pioneiros de *Rochdale*’) era uma sociedade de compra e distribuição de mantimentos que buscava na capitalização das míseras economias dos seus associados uma alternativa frente às transformações geradas pelo processo revolucionário industrial, eliminando os intermediários e adquirindo os seus produtos de consumo (e posteriormente de produção) diretamente dos fabricantes. Assim, vemos que as primeiras experiências do cooperativismo formalmente organizado foram surgindo como “uma alternativa econômica a situações históricas específicas, sendo reconhecido como um dos mais eficientes instrumentos de desenvolvimento e de possível transformação social” (DUARTE, 1986, p. 13).

Segundo Thompson (1998), a venda de alimentos em tempos de escassez, bem como emoções despertadas pelo desabastecimento, reivindicações populares junto às autoridades, e o lucro em situações de emergência, eram ações que davam um “peso moral” aos protestos de camponeses e trabalhadores urbanos e, em conjunto, formavam a “economia moral dos pobres” justificada pelo autor como: “a maneira como muitas relações ‘económicas’ são reguladas segundo normas não monetárias nas comunidades industriais e camponesas” (THOMPSON, 1998, p. 258). Assim, ela não seria uma forma estática de organização econômica, mas sim um sistema dinâmico voltado para o tradicional, surgindo como resultado da ascensão da cultura capitalista, como uma crítica ou como um movimento de resistência.

A economia moral dos pobres surge então como uma espécie de precursor do movimento cooperativista moderno; por meio de grupos de “reguladores de preços” que apreendiam produtos agrícolas de fazendeiros locais ou comerciantes em passagem pela comunidade e os vendiam a preços considerados justos, repassando o valor das vendas aos proprietários numa transação característica dos costumes e da moral da comunidade local:

O avanço da nova economia política foi também o colapso da antiga economia moral das provisões (...). A economia moral da multidão levou mais tempo para morrer: é adotada pelas primeiras cooperativas de moinhos de farinha, por alguns socialistas owenitas, e continuou a existir durante anos nas entradas da Sociedade Cooperativa de Vendas por Atacado (THOMPSON, 1998, p. 202).

Hobsbawm cita a imigração e a formação das cooperativas como as duas reações não governamentais mais comuns da parte dos camponeses, “principalmente dos sem-terra e dos proprietários de terras sem bem líquidos, estes sobretudo camponeses com

propriedades potencialmente viáveis” (HOBSBAWM, 2008, p. 60). Na Inglaterra, por exemplo, a diminuição da produção de alimentos e as mudanças na economia doméstica provocaram uma carestia generalizada de alimentos, o que explicaria a experiência pioneira no vilarejo de Rochdale, em 1844, com a criação de uma cooperativa de consumo. Poucos anos depois, na França, Alemanha e Itália, a experiência foi com cooperativas de trabalho e de crédito. Walter Frantz explica que:

O movimento social pela organização cooperativa não é um bloco único. Trata-se de um movimento que toma formas e sentidos de organização, segundo as estruturas sociais, as concepções políticas, as categorias econômicas, as nacionalidades e as crenças religiosas, as diferentes concepções e interpretações do sentido da cooperação (FRANTZ *et al.*, 2006, p. 30).

Entre os séculos XVIII e XIX, fatores como o avanço tecnológico e o êxodo rural contribuíram para a chamada ‘Revolução Industrial’, convertendo oficinas artesanais em fábricas e impingindo profundas mudanças, especialmente para as classes camponesas e operárias, subordinadas ao poder econômico. O cooperativismo emerge deste contexto, proposto como uma ferramenta de enfrentamento das dificuldades econômicas e dos problemas sociais originados nestas dificuldades. Esta concepção alternativa de enfrentamento das transformações inerentes ao modelo de economia liberal, atravessou o Atlântico enraizada na visão de mundo dos imigrantes que colonizaram o Rio Grande do Sul a partir do século XIX, constituindo-se numa forma de ação igualmente proposta para suprir a ausência do Estado.

Criadas para combater a usura das casas bancárias que atuavam nas regiões coloniais, as Caixas Rurais Raiffeisen atuaram livremente no Rio Grande do Sul no início do século XX, reinvestindo as poupanças da comunidade na construção de obras de interesse público. Estas caixas rurais eram inspiradas no modelo alemão de Raiffeisen, constituindo caixas econômicas municipais de reinvestimento local que criavam uma modalidade de investimento produtivo, sem especulação nem mercado futuro, procurando eliminar (ou ao menos minimizar) o que Dowbor chama de eterno problema do atravessador, manifestado pela cartelização do comércio e das finanças locais e pelo alto custo social do sistema de intermediação financeira: “Controlar o uso e a produtividade dos recursos financeiros é essencial para justamente desenvolver as atividades que interessam às comunidades” (DOWBOR, 1999, p. 61).

A história dos bancos no Brasil começa e se desenvolve como uma atividade de estímulo aos interesses de grupos restritos. Nas primeiras décadas do século XX, verificamos no Rio Grande do Sul a existência de pouquíssimos bancos nacionais privados, e alguns outros de capital internacional, atuando nos grandes centros econômicos estaduais, e no interior do estado através de casas bancárias particulares e/ou correspondentes. Estes eram geralmente comerciantes influentes nas regiões coloniais, e submetiam os colonos a procedimentos financeiros usurários. Roche faz alusão a este tipo de atividade comercial:

Eis, enfim, a última parte do papel do comerciante na economia das zonas rurais, sobretudo em fase pioneira: pelo jogo do mecanismo da conta corrente, não somente ele foi levado a conceder crédito a seus fregueses (à taxa de 12%), mas também se tornou seu banqueiro. Os colonos efetuavam, como no guichê de um banco, verdadeiros depósitos na caixa do comerciante. Alguns colonos até lhe pagavam uma taxa, para que guardasse o seu dinheiro, isso existe

desde 1890 e correntemente se encontra, durante todo o século XX, nas contas de casas de comércio das colônias (ROCHE, 1969, p. 422).

Partindo dessa análise geral da conjuntura que envolve a criação das caixas de crédito rural no sul do Brasil, vemos em todas estas cooperativas de crédito criadas no Rio Grande do Sul até os anos 1930, foram estimuladas e divulgadas especialmente pela ação de religiosos de diversas ordens, mas principalmente de jesuítas que integraram primeiramente a *Bauerverein* e posteriormente a *Volksverein* – Sociedade União Popular. Para Frantz,

o envolvimento, tanto da Igreja evangélica quanto católica, para a implantação do cooperativismo, no Estado do Rio Grande do Sul, foi decisivo. O cooperativismo teve especial importância na economia dos colonos. Ao longo de décadas, constitui-se em instrumento de inserção no mercado (FRANTZ *et al.*, 2006, p. 41).

Schallemberger (2004) também se refere ao fenômeno de expansão das caixas rurais pela ação da igreja, definindo esta última como a “Igreja da Imigração”, cujo objetivo era buscar soluções para as famílias e para as comunidades através da valorização do espaço econômico agrícola no mercado local e internacional. O apelo ao cooperativismo e a responsabilidade das cooperativas na busca dessas soluções para as comunidades estiveram, de certa forma, relacionados à ineficiência do Estado e à impotência do poder político em atender as necessidades locais.

É agindo neste sentido, e baseados no tradicional discurso cooperativista da autoajuda-mútua, que inúmeras comunidades coloniais organizaram suas caixas rurais nos moldes do sistema *Raiffeisen* alemão. Esse semi abandono da política oficial do estado paralelamente a criação de uma classe de produtores pequenos proprietários durante a Primeira República, é que produziu um empoderamento das Igrejas na ordenação do projeto de colonização em diversas frentes de expansão, organizando social e economicamente e interferindo na condução da vida pública dessas comunidades pelo o cooperativismo de crédito, que financiará a atividade agrícola e a mercantilização da produção, além de reaplicar os resultados dessa atividade na execução de obras de infraestrutura local defendendo interesses dos colonos organizados.

São exemplos dessa experiência as Caixas Rurais União Popular de Nova Petrópolis (a primeira, fundada em 1902), de Serro Azul (fundada em 1913) e a de Serra Cadeado (fundada em 1925). Em comum o fato de que todas as caixas citadas permanecem em atividade ininterrupta desde sua fundação, compondo atualmente um amplo sistema bancário de crédito cooperativo (Sicredi).

A primeira Caixa de Crédito Rural do Brasil, fundada em 1902, em Nova Petrópolis, pela Associação Rio-Grandense de Agricultores – *Bauerverein*, que possuía caráter interconfessional, foi posteriormente substituída pela Sociedade União Popular Católica – *Volksverein*, entidade criada durante o Congresso de Teutos em Venâncio Aires, no ano de 1912. Nesta altura o Brasil já possuía também uma referência legal para o cooperativismo de crédito, embora muito vaga: o Decreto do Poder Legislativo nº 979 (BRASIL, 1903), que permitia aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito agrícola, bem como cooperativas de produção ou de consumo,

porém, sem qualquer detalhamento do assunto. Em 05 de janeiro de 1907 o Decreto nº 1637 (BRASIL, 1907) dá novas instruções às cooperativas. Segundo ele, elas poderiam ser organizadas como sociedades autônomas, em nome coletivo ou comanditas, e regidas por leis específicas (art.10). Já o artigo 23 dizia:

As cooperativas de crédito agrícola que se organizarem em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias, gozarão de isenção de selo de operações e transações de valor não excedente a 1:000\$ (um conto de réis) e para os seus depósitos (BRASIL, 1907)

Debruçamo-nos sobre a documentação de um desses exemplos, fundada em 1925 na região noroeste do Rio Grande do Sul, no interior do então Município de Ijuí: a Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado, cuja ata de fundação já demonstra parte dos objetivos que este estudo se propõe elucidar: “Combater a usura, fornecendo a juros módicos, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhe o exercício de sua profissão” (ATA DE FUNDAÇÃO, 1925).

A fundação da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado (colônia situada nos arredores de Ijuí) deu-se pelo trabalho de orientação da comunidade por um padre da ordem jesuíta, pe. João Evangelista Rick. Tanto a Associação Rio-grandense de Agricultores (*Bauerverein*) quanto sua substituta, a Sociedade União Popular (*Volksverein*) possuíam caráter associativo, sendo sugeridas e organizadas também por um padre da ordem jesuíta, o suíço Theodor Amstad. Verifica-se esta característica na totalidade das caixas rurais fundadas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, além do nordeste da Argentina, qual seja a participação decisiva de padres de diversas ordens religiosas:

O envolvimento, tanto da Igreja evangélica quanto católica, para a implantação do cooperativismo, no Estado do Rio Grande do Sul, foi decisivo. O cooperativismo teve especial importância na economia dos colonos. Ao longo de décadas, constitui-se em instrumento de inserção no mercado (FRANTZ *et al.*, 2006, p. 41).

**Imagem 1:** Mapa da região colonial do noroeste do RS.



**Fonte:** PEREIRA, 2012.

No entanto, o meio religioso não era unânime quanto à fundação das Caixas de Crédito Rural e elas encontraram resistência de muitos dos clérigos da própria igreja católica, que consideravam prematuras as ideias de Amstad e Rick. Em suas memórias, pe. Rick menciona que muitos de seus colegas de batina consideravam a ideia das caixas rurais “pouco eficientes para um povo sem formação escolar e pouca compreensão para grandes metas de caráter comum” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 46). Mas o descrédito desses clérigos foi desaparecendo conforme os resultados começavam a aparecer. As Caixas de Crédito, consideradas “prematuras”, passaram a contribuir para o desenvolvimento das comunidades, reinvestindo parte dos resultados da atividade cooperativo-financeira na construção de escolas, hospitais, salões comunitários e inclusive igrejas, dentre outras obras de caráter comunitário.

Os objetivos que inicialmente orientavam os associados da Caixa eram bastante claros e precisos, ligados às necessidades financeiras dos moradores da localidade; obtenção de recursos necessários para a manutenção da atividade produtiva e para o investimento em melhorias na propriedade. A ata de fundação da Caixa de Serra Cadeado refere-se aos seguintes objetivos específicos:

Combater a usura, fornecendo a juros módicos, a seus sócios e somente a eles, os capitais necessários à exploração de seu pequeno trabalho, facilitando-lhe o exercício de sua profissão; Fazer empréstimos a curto e a longo prazo, reembolsáveis por amortização periódica, mediante garantia e de acordo com as regras estabelecidas pela direção; Os empréstimos deveriam ter lugar para certo e determinado fim, julgado útil e reproduutivo pela direção; Os juros seriam calculados pelo saldo efetivamente devido; A sociedade poderia também receber, em depósito a prazo fixo ou em conta-corrente limitada ou de movimento dinheiro a juros não só de sócios como de pessoas não pertencentes à sociedade; Os valores máximos de empréstimos e a soma total dos encargos da sociedade seriam fixados anualmente pela Assembleia Geral (ATA DE FUNDAÇÃO, 1925).

Citando a “usura”, o texto da Ata de Fundação faz referência a atividade realizada por comerciantes instalados na linha colonial que, diretamente ou indiretamente, atuavam como agentes creditícios dos colonos, seja na aquisição e revenda da produção (compra com preço mínimo e revende nos centros urbanos a altos preços), como também emprestando dinheiro à juros, pelo empréstimo direto ou pela venda de bens de consumo para pagamento com a produção adquirida. Maestri fornece importantes detalhes desta atividade:

Em relação aos bancos gaúchos, Langemann diz que “uma característica peculiar do cenário financeiro gaúcho pré-1930 foi a ausência quase total de bancos nacionais privados” (2007, p. 231). Após 1930, verifica-se que os bancos nacionais de depósito e desconto que foram sendo implantados tinham iniciativa local, para atender aos desdobramentos da economia regional onde surgiram e atuam. Assim, mesmo quando filiais eram abertas em outras localidades, prevaleciam os interesses do grupo econômico originado na sua sede.

Ao lado dos bancos atuavam empreendimentos menores, as casas bancárias particulares. Sem dúvida, em situação mais favorável para exercer essa atividade se encontrava o comerciante. Era, pois, muito comum que ele combinasse a atuação

comercial com a representação de bancos, dos quais era correspondente. Mas também atuava em faixa própria, realizando empréstimos e até aceitando depósitos.

As comunidades do interior do Estado, focos de colonização por imigrantes (como a região noroeste do RS), quando se deparavam com a necessidade de capitais para investimento na atividade produtiva, buscavam-no junto aos comerciantes locais, igualmente integrados ao funcionamento das instituições bancárias dos grandes centros. Estavam sujeitos aos objetivos dos grandes bancos e ainda aos objetivos do pequeno comerciante local, intermediário do sistema financeiro. Não bastasse a condição de submissão ao capital originado nestas instituições/pessoas, o colono via o resultado de seu trabalho fluir para os cofres localizados à distância da sua realidade. Fazer oposição a esta condição de submissão à usura talvez tenha sido a mais relevante motivação das Caixas Rurais instaladas nos núcleos coloniais, pois prejudicava a atividade de mercantilização da produção e consequentemente o pagamento da dívida colonial, condição para a manutenção da atividade produtiva.

A Caixa Rural de Serra Cadeado foi fundada em 21 de maio de 1925, pouco mais de 23 anos depois da colonização oficial da Serra do Cadeado (então 2º distrito de Ijuí), com a finalidade de ser uma instituição creditícia de caráter cooperativo para o amparo dos colonos residentes naquele contexto, além de acelerar o desenvolvimento econômico local. A fundação ocorreu na residência do primeiro gerente, José Norbert, de acordo com os moldes do então Sistema *Raiffeisen*, que já possuía no Brasil uma (única) referência legal: o Decreto nº 1637 (BRASIL, 1907). Na ata de fundação da Caixa Rural de Serra Cadeado, encontramos o registro do seu primeiro Estatuto Social que, além de detalhes da organização e do funcionamento da Caixa, previa a criação de um fundo de reserva, destinado a reparar eventuais prejuízos sofridos pela cooperativa no exercício de suas atividades, fundo este que não seria partilhado ou distribuído entre os sócios no final do exercício. Ele seria composto de doações de qualquer natureza recebidas pela Caixa, mas principalmente de 80% dos lucros verificados anualmente pelo balanço contábil. Os 20% restantes seriam destinados para fins benéficos e despesas gerais da Caixa (ATA DE FUNDAÇÃO, 1925).

Entre os fundadores da Caixa de Serra do Cadeado encontravam-se trabalhadores dos mais diversos ofícios. A maioria eram agricultores, mas havia também muitos ‘homens de negócios’, profissionais de ofício e professores. José Norbert, Theobaldo Weiler e João Kipper Filho figuravam entre os de estudo acima da média. Eram professores e coordenavam diversas funções na comunidade. Observa-se que entre os fundadores, não obstante prevalecessem majoritariamente agricultores, havia grande número de profissionais liberais que desempenhavam atividades relacionadas ao domínio urbano. Ou seja, mesmo se tratando de uma caixa de crédito rural, a crescente urbanização do contexto colonial já carecia, até mesmo como requisito para o desenvolvimento, de uma oferta de crédito contínua e local. A primeira sede da caixa ficava cerca de 1 km distante da sede da vila, e as sedes posteriores ficavam no entorno da praça central do município.

A tabela a seguir ilustra a diversificação já existente no momento da fundação da Caixa de Serra do Cadeado no interior de Ijuí, cuja ordem está de acordo com as

assinaturas dos respectivos sócios na ata de fundação:

**Tabela 1:** Os fundadores e seus ofícios<sup>3</sup>.

NOME	OFÍCIO	NATURALIDADE
José Lange	Serralheiro e Empresário	Santa Cruz-RS
José Norbert	Agricultor e Professor	Áustria
Theobaldo Weiler	Professor	Desconhecida
Guilherme Boehm	Agricultor	Desconhecida
Pedro Weinmann	Industrial (cervejeiro)	Desconhecida
Guilherme Feyh	Agricultor	Desconhecida
João Kipper Filho	Professor	Estrela-RS
João Haas Neto	Seleiro e Sapateiro	Desconhecida
Bertholdo H. Kronbauer	Ferreiro	Desconhecida
Luiz F. Kronbauer	Agricultor	Desconhecida
Francisco Lange	Empresário	Estrela-RS
Ferdinando Goergen	Agricultor	Desconhecida
Reinoldo Goergen	Agricultor	Desconhecida
Alberto Arenhardt	Agricultor	Desconhecida
Alberto van der Sand	Construtor	Holanda
Sebastião Bieger	Agricultor	Desconhecida
Nicolau Watthier	Agricultor	Desconhecida
Otto Goergen	Agricultor	Desconhecida
Christovão Lange	Empresário	Estrela-RS
Affonso Bohn	Ferreiro	Desconhecida
Jacó Bruno Arenhardt	Agricultor	Desconhecida
José Watthier	Agricultor	Desconhecida
Henrique Overgoor	Agricultor	Desconhecida

Fonte: Livro de matrículas nº 1 da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado.  
Acervo Sicredi Augusto Pestana.

<sup>3</sup> José Watthier e Henrique Overgoor, embora não tenham assinado a ata de fundação, assinaram o livro de matrículas com data do dia 21 de maio de 1925, e por esse motivo podem ser considerados, igualmente, fundadores da CRUPSC. Possivelmente não estiveram presentes na fundação, pois, conforme consta nos registros da fundação, teria ocorrido numa chuvosa tarde de quinta-feira. As grandes distâncias e as condições das estradas talvez tenham sido a causa do não comparecimento no dia da fundação.

Os estatutos da Caixa Rural de Serra do Cadeado preservaram informações que auxiliam a compreender esta dinâmica. A criação de caixas de crédito rural tratou-se de uma política progressista-liberal promovida pela doutrina social da igreja da colonização. Desejava atender às necessidades materiais e financeiras dos moradores da localidade, intermediando a sua inclusão no mercado de excedentes, numa tentativa de minimizar os impactos negativos da economia capitalista. Primeiramente, a acumulação de recursos comunitários necessários para a manutenção da atividade produtiva e para o investimento em melhorias na propriedade. Posteriormente, a aplicação de parte das sobras verificadas no exercício anual em obras de caráter comunitário, como as mencionadas anteriormente, conforme analisamos anteriormente nas informações encontradas na Ata de Fundação da Caixa de Serra Cadeado (1925).

Assim, a forma de crédito colocada em prática entre os cooperados da Sociedade União Popular, coincidia com a ideia propagandeada por Raiffeisen no século anterior, como “uma recompensa de uma conduta laboriosa e moral” (RAIFFEISEN *apud* LUZ FILHO, 1964, p. 34). Devido a isso, somente seria liberado pela diretoria se destinasse para uma finalidade julgada útil para a comunidade. A “usura” à que se refere o texto da Ata de Fundação, refere-se a mesma atividade (de crédito) que era realizada por comerciantes instalados na (ou próximo a) linha colonial que, direta ou indiretamente, atuavam como financiadores dos colonos, conforme verificamos em Maestri:

Eram pequenos, médios e grandes comerciantes que acaparavam a maior parte da riqueza produzida na colônia, ao comprarem a produção colonial por baixo preço e ao venderem o que o colono necessitava por alto valor (...). O comerciante pagava ao colono apenas vender seus produtos e servia-lhe de banco, emprestando-lhe dinheiro a juros e guardando suas economias sem remuneração. Portanto, financiava com os recursos do colono os produtos que lhe vendia. Era forte a dependência cultural, ideológica e política do colono ao vendeiro. Ele aconselhava-o nas iniciativas econômicas, na introdução de novas plantas, representava-o em algumas ocasiões, etc (MAESTRI, 2000, p. 83).

Fazer oposição a esta condição de submissão a usura, promovida pelos estabelecimentos financeiros tradicionais, talvez tenha sido a mais relevante motivação para instalação das caixas rurais e para os indivíduos que a ela se associavam, pois a cobrança abusiva de juros certamente prejudicaria a mercantilização da produção e consequentemente o próprio pagamento da dívida colonial, condição para a manutenção da atividade produtiva. Do ponto de vista urbano, pequenos negócios encontrariam na caixa rural condições de empréstimo melhores do que naqueles bancos maiores, instalados na sede do município, o que se constituiu em fator de atração de associados da sede para o interior.

Do ponto de vista da realidade local, devemos considerar também que a população de Serra Cadeado também estava aumentando com a chegada de mais imigrantes. Este aumento populacional devia-se, por sua vez, a chegada da ferrovia à Colônia Ijuhy, em 1911, e gerou uma preocupação na comunidade com a produção de gêneros alimentícios e artigos de uso diário que escasseavam pela grande distância dos centros urbanizados e pela situação financeira dos agricultores. Neste sentido, também a falta de estradas era considerada um problema sério. A única que comunicava a localidade com a sede do Município de Ijuí levava um dia (ou mais,

dependendo do transporte) de viagem.

Martins (1973) argumenta que a frente de expansão pioneira é decorrente da necessidade de absorção do excedente demográfico incontido na fronteira econômica, mas igualmente da necessidade de produção de excedentes para a economia do mercado capitalista. A diversificação de empreendimentos econômicos é uma de suas características principais, pois na medida em que transforma a produção do excedente em mercadoria, comprando, vendendo e financiando a produção e o comércio, amplia a faixa de atuação do capital e formaliza a implantação do novo modo de produção. Nesta categoria de empreendimentos, o autor classifica as empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais e bancárias, necessidades diretas da reprodução da sociedade capitalista.

Caixas rurais, como a de Serra do Cadeado, foram criadas para atender às necessidades inicialmente de um pequeno grupo de pessoas. Aos poucos, foram acumulando recursos financeiros por meio do princípio da autoajuda-mútua e reemprestando-os aos associados para que os empregassem em atividades julgadas úteis para a comunidade, mediante pagamento de juros módicos. Ou seja, a poupança de um segmento da sociedade organizada (na cooperativa), revertia-se para a própria sociedade na forma de crédito. Assim, ficava evidenciada uma das principais intenções da Caixa de Serra do Cadeado no momento da elaboração do primeiro Estatuto: “promover o desenvolvimento da comunidade local por meio da oferta de recursos financeiros a juros módicos”. Afinal, seus sócios eram os moradores, agricultores e profissionais liberais do espaço comunitário que desejavam crescer e prosperar economicamente, conquistando melhorias na qualidade de vida.

## Considerações finais

Nascida no seio da comunidade, a Caixa Rural foi criada para atender às necessidades inicialmente de um pequeno grupo de pessoas em seu entorno, em geral colonos pequenos proprietários, sem ou com parcos recursos individuais para investimentos, dependentes, portanto da rede de comércio local, que acaparavam grande parte da sua produção. A Caixa Rural atuou inicialmente acumulando recursos financeiros por meio da autoajuda e re-emprestando aos associados mediante pagamento de juros módicos. Ou seja, a poupança de um segmento da sociedade organizada em cooperativa, reverte-se-ia para a própria sociedade na forma de crédito. Assim, ficava evidenciada uma das principais intenções da Caixa Rural no momento da elaboração do primeiro Estatuto: “promover o desenvolvimento da comunidade local por meio da oferta de recursos financeiros a juros módicos” (Ata de fundação, 1925). Afinal, seus sócios eram os moradores, agricultores, professores, construtores e trabalhadores em geral, pessoas da comunidade e, como tal, desejavam o seu crescimento e a melhoria da qualidade de vida. O fundo de reserva foi instituído, por um lado, para dar segurança aos investimentos feitos na Caixa e, por outro, para reinvestir parte das sobras diretamente em obras que se destinavam ao desenvolvimento da comunidade. Em Serra Cadeado, verificamos a aplicação do fundo de reserva em obras comunitárias como a construção do primeiro hospital

comunitário, da primeira escola pública, do salão comunitário, do colégio interno e das duas igrejas (católica e evangélica). Fundador das Caixas Rurais de Serro Azul e Serra Cadeado, pe. Rick comprehendia que “pelos excedentes do fundo de reservas puderam apoiar-se obras de utilidade comum” (RICK *apud* RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 30). O trabalho das Caixas Rurais no âmbito da formação e desenvolvimento das colônias de imigrantes do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX, estabeleceu uma relação íntima com os anseios comunitários, tanto com o oferecimento de recursos para a produção, pelo trabalho associativo dos colonos, quanto reinvestindo as sobras da atividade financeira na própria comunidade, em obras de infraestrutura que não eram disponibilizadas pelos (quase sempre) inexistentes serviços públicos estatais.

A ação da Caixa Rural na comunidade teve um papel fundamental, não só pelo trabalho de poupança e empréstimos para fins ligados à produção agrícola, mas também pelo desenvolvimento da mentalidade associativa, e com isso o fomento de outros tantos setores da comunidade. Analisando as ações da caixa de Serra Cadeado no decorrer dos anos 1920 e 1930, percebemos que sua existência possibilitou o oferecimento e a ampliação de inúmeros serviços, tanto na área rural quanto na área urbana. Situações semelhantes poderão ser encontradas observando o desenvolvimento das demais caixas criadas nesse contexto, já que faziam parte de um projeto de desenvolvimento das regiões coloniais promovido pela Sociedade União Popular, antiga associação de agricultores do RS, que tinha em suas metas, justamente,

Buscar soluções para as famílias e para as comunidades e valorizar o espaço econômico agrícola no mercado local e internacional. O apelo ao cooperativismo e a responsabilidade das cooperativas de buscar soluções para as comunidades estiveram, de certa forma, relacionados à ineficiência do Estado e à impotência do poder político em atender tais necessidades (SCHALLENBERGER, 2004, p. 4).

Através da organização em cooperativas, as comunidades destas regiões coloniais buscaram formas de influir nas relações de mercados, procurando opor-se ao controle exercido pelos comerciantes e intermediários locais sobre preços, comunicação e circulação de mercadorias e serviços. As dificuldades podem ser encontradas tanto na demanda de recursos para a produção, quanto na estrutura de comercialização disponível nestes espaços coloniais.

Vimos que as práticas de autoajuda-mútua estudadas resultaram na organização de núcleos comunitários de poder local, contribuindo para o entendimento sobre os impactos da ausência do Estado, na forma de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social dos médios e pequenos produtores rurais, pode ter na organização do poder local. Neste caso, tal ausência resultou na realização de ações supletivas das entidades associativas que representavam os interesses locais. Entretanto, após o fim da primeira República e, com ela, do coronelismo, a centralização do poder e o aumento da regulamentação e do controle estatal sobre estas entidades, fez com que a maioria das Caixas Rurais encerrasse suas atividades entre 1930 e 1945. A centralização destas entidades nas novas instituições e legislações do Estado Novo desarticulou o movimento associativo sul-rio-grandense

que, desde o início do século XX, vinha se constituindo como uma forma de organização político-administrativa singular, atuando nas economias locais mediante o trabalho de captação das pequenas economias coloniais.

## Referências

- Ata de Fundação da Caixa Rural União Popular de Serra Cadeado. Arquivo Sicredi das Culturas, 25 de maio de 1925.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- BRASIL. *Decreto nº 979, 06 de janeiro de 1903*. Faculta aos profissionais da agricultura e industrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1903. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D0979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0979.htm) Acesso em: 09 dez. 2024.
- BRASIL. *Decreto nº 1637, 05 de janeiro de 1907*. Cria sindicatos profissiones e sociedades cooperativas. Rio de Janeiro, RJ: Diário Official, 1907. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1637-5-janeiro-1907-582195-publicacaooriginal-104950-.pl.html#:~:text=Art.,interesses%20profissionaes%20de%20seus%20membros>. Acesso em: 09 dez. 2024.
- DOWBOR, Ladislau. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 1999
- DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo & Cooperativismo no R.G.S.* Porto Alegre: L&PM, 1986.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: Economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FRANTZ, Walter et al. *A história do cooperativismo de crédito em Panambi: uma trajetória de 75 anos*. Ijuí: Unijuí, 2006.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- LANGEMANN, Eugenio. O Setor Financeiro: das origens ao drama bancário. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (org). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- LOVE, Joseph L.. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUZ FILHO, Fábio. *Cooperativismo e Crédito Agrícola*. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1933.
- LUZ FILHO, Fábio. *As Cooperativas e os problemas da terra*. Rio de Janeiro, Editora Melso Soc. Anônima, 1964.

MAESTRI, Mário. *Os senhores da serra: a colonização italiana do Rio Grande do Sul 1875-1914*. Passo Fundo: UPF, 2000.

MARTINS, José de Souza. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

PEREIRA, Josei Fernandes. *Elos & correntes: história do cooperativismo e do crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930)*. Porto Alegre: Sescoop/RS, 2012.

RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, Sj: Cientista, Colonizador, Apóstolo Social, Professor*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

ROCHE, Jean. *A Colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SANTIN, Janaína Rigo. O tratamento histórico do poder local no Brasil e a gestão democrática municipal. In: *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC: Florianópolis, 2007.

---

\_\_\_\_\_ ; FLORES, D. A evolução histórica do município no federalismo brasileiro, o poder local e o estatuto da cidade. *Revista Justiça do Direito*, v. 21, n. 1, 4 jan. 2012.

SCHALLEMBERGER, Erneldo. Cooperativismo e política: redes de associações e Estado na constituição do marco tecnológico e na organização da agricultura sul-brasileira no período Vargas. In: *Informe GEPEC*, UNIOESTE, Vol. 8, No 1, 2004.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 9. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.



Recebido em 13/06/2024

Aceito em 22/12/2024

DOI: 10.26512/emtempo.v23i44.54313

## NOTA DE PESQUISA

### Análise historiográfica da obra “História de Óbidos”, de Arthur Cézar Ferreira Reis

Historiographical analysis of the work “History of Óbidos”, by Arthur Cézar Ferreira Reis

***Cléberson Fonseca Silva***

Graduando em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará

<https://orcid.org/0009-0008-0443-5868>

**RESUMO:** Arthur Cézar Ferreira Reis foi um historiador e político que se destacou por suas obras sobre a Amazônia, especialmente “História de Óbidos”. Ele valorizava a contribuição dos colonizadores portugueses e da elite local, mas sua narrativa excluía significativamente as populações indígenas e as classes menos favorecidas. Sua abordagem eurocêntrica e elitista reflete as ideologias da época, mas apresenta limitações importantes. Críticas de estudiosos como Lademe Correa de Sousa (2020) e Vinícius Alves do Amaral (2013) destacam a necessidade de uma historiografia mais inclusiva e justa, que reconheça a diversidade cultural e étnica da Amazônia. A memória coletiva e os movimentos sociais são fundamentais para questionar e reavaliar essas narrativas, buscando uma compreensão mais completa da história da região. Em resumo, a obra de Arthur Reis é valiosa, mas precisa ser complementada por novas abordagens que valorizem todas as vozes e experiências da Amazônia.

**PALAVRAS-CHAVE:** História de Óbidos. Arthur Reis. Amazônia.

**ABSTRACT:** Arthur Cézar Ferreira Reis was a historian and politician who stood out for his works on the Amazon, especially "History of Óbidos". He valued the contribution of Portuguese colonizers and the local elite, but his narrative significantly excluded indigenous populations and the less favored classes. Its Eurocentric and elitist approach reflected the ideologies of the time, but it has important limitations. Criticisms from scholars such as Lademe Correa de Sousa (2020) and Vinícius Alves do Amaral (2013) highlight the need for a more inclusive and fairer historiography, which recognizes the cultural and ethnic diversity of the Amazon. Collective memory and social movements are fundamental to question and reevaluate these narratives, seeking a more complete understanding of the region's history. In summary, the work of Arthur Reis is valuable, but it needs to be complemented by new approaches that value all the voices and experiences of the Amazon.

**KEYWORDS:** History of Óbidos. Arthur Reis. Amazon.

## Introdução

A obra “História de Óbidos” de Arthur Cézar Ferreira Reis é amplamente reconhecida como um marco na historiografia da Amazônia, destacando-se por sua análise detalhada das fontes oficiais utilizadas para a construção da narrativa da cidade de Óbidos e sua evolução política, administrativa e socioeconômica. No entanto, a narrativa de Reis, embora pioneira, apresenta uma perspectiva eurocêntrica e elitista, que valoriza a contribuição dos colonizadores portugueses e da elite local, ao mesmo tempo em que marginaliza significativamente as populações indígenas e as classes menos favorecidas.

Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica da obra de Arthur Reis, destacando suas limitações e a necessidade de uma historiografia mais inclusiva e justa, que reconheça a diversidade cultural e étnica da Amazônia. Através das críticas de estudiosos como Lademe Correa de Sousa (2020) e Vinícius Alves do Amaral (2013), buscamos reavaliar as narrativas históricas e promover uma compreensão mais completa e equilibrada da história de Óbidos e da região amazônica. Ao fazer isso, esperamos contribuir para uma historiografia que não apenas documente os eventos históricos, mas também valorize as vozes e experiências de todos os grupos que compõem a rica tapeçaria cultural da Amazônia.

É importante destacar que estamos buscando entender o autor (Arthur Cézar Ferreira Reis) e sua obra (“História de Óbidos”), ambos dentro de seus contextos históricos. Não estamos aqui para fazer juízo de valor ao autor, nem tão pouco a sua obra, que inclusive, apesar de se passarem mais de 70 anos desde sua primeira edição (1945) e cerca de 45 anos de sua segunda, a qual não sofreu qualquer alteração e sobre a qual tecemos nossa análise, ainda permanece sendo, dentro da cidade de Óbidos, município histórico no interior do estado do Pará, uma das principais, senão a principal fonte, para o estudo da história da referida cidade que, inclusive, é uma das únicas que possui em seu currículo a obrigatoriedade do ensino nas escolas públicas municipal da disciplina “História de Óbidos”, para o ensino fundamental II (de 6º ao 9º ano).

## A trajetória e o ideal desenvolvimentista de Arthur Reis para a Amazônia durante a ditadura civil-militar no Brasil

Arthur Reis, filho do jornalista Vicente Torres da Silva Reis e de Emilia Ferreira da Silva Reis, nasceu em Manaus em 8 de janeiro de 1906. Cresceu e se educou na capital da borracha durante seu período de crise, o que moldou sua visão sobre a região, devido ao impacto profundo que essa crise teve na região. A crise da borracha, que começou em 1914, levou a uma estagnação econômica na Amazônia, afetando a vida de muitos habitantes da região.

Segundo Silva (2019), Reis, ao observar essa crise, buscou compreender as peculiaridades da região amazônica e apontar caminhos para superar o subdesenvolvimento. Ele acreditava que era necessário combater os preconceitos sobre a Amazônia e devolver à sociedade local a relevância perdida com a decadência da economia da borracha. Assim, sua visão sobre a Amazônia foi influenciada pela necessidade de encontrar soluções para os desafios econômicos e sociais que a crise da

borracha trouxe à tona. Em 1939, mudou-se para Belém e, em 1945, para o Rio de Janeiro, onde consolidou sua carreira como especialista em assuntos amazônicos.

Desde jovem, Arthur demonstrava uma paixão intensa pelos estudos em História. Iniciou seus estudos em Direito no Estado do Pará, continuando no Amazonas, e concluiu o curso na então capital do Brasil, Rio de Janeiro. Foi lá que, influenciado por grandes nomes como Capistrano de Abreu, Max Fleiuss e Rodolpho Garcia, mergulhou nos estudos das raízes da civilização brasileira, com um foco especial na Amazônia.

Na política, Arthur começou sua trajetória em 1930, como chefe do gabinete da Junta Governativa do Amazonas. Ocupou diversos cargos públicos ao longo de sua carreira, mas dois momentos se destacam. O primeiro foi em 1953, com sua nomeação pelo presidente Getúlio Vargas como o primeiro Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que, anos mais tarde, em 1966, durante o governo dos militares, viria a tornar-se SUDAM<sup>1</sup> (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Nesse cargo, ele foi responsável por definir os princípios para o desenvolvimento socioeconômico da região. O segundo momento marcante foi sua eleição pela Assembleia Legislativa como Governador do Estado do Amazonas, logo após o golpe de 1964<sup>2</sup>, permanecendo no cargo de 29 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967.

O golpe de Estado ocorrido em 31 de março de 1964 foi um dos acontecimentos mais marcantes de toda nossa história, e que nos ajuda a compreender muitos aspectos políticos, sociais e econômicos do tempo presente que nosso país vem passando ao longo de décadas, principalmente no que se diz respeito a Amazônia. Para explicitarmos isso de maneira mais didática, basta fazermos algumas comparações dentre outras tantas formas que poderíamos utilizar.

O período em que se inscreve a história do golpe e da instauração da ditadura civil-militar<sup>3</sup> no Brasil (1964-1985), deixou um legado de autoritarismo que ainda pode ser observado em certas práticas políticas e na resistência a reformas democráticas. O período de 1985 a 1990 de transição para a redemocratização brasileira foi marcado por uma série de pactos e concessões que ainda hoje influenciam o modo de fazer política no Brasil. A exemplo disso, ainda durante o governo dos militares, temos em 1979, sancionado pelo então presidente João Batista Figueiredo<sup>4</sup> em 28 de agosto, o Decreto-Lei nº 6.683, popularmente conhecido como

<sup>1</sup> Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966 sob o governo ditatorial instaurado no Brasil em substituição a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1953 pelo governo do então presidente Getúlio Vargas, com a finalidade de promover o desenvolvimento e a integração econômica da Amazônia ao capital nacional.

<sup>2</sup> Movimento político de cunho militar que contou com o apoio de vários setores da sociedade civil em deposição do então presidente brasileiro, João Goulart, em 31 de março de 1964.

<sup>3</sup> Modelo de governo instaurado no Brasil pelos militares com o apoio de parte da sociedade civil, caracterizado pelo autoritarismo e repressão aos grupos políticos e movimentos sindicais contrários à ditadura. Durou de 1964 a 1985, tendo como seu último representante o general João Batista Figueiredo.

<sup>4</sup> Último presidente do período da ditadura civil-militar no Brasil. Governou de 1969 a 1985. É conhecido por ter conduzido o processo de abertura política do país, que incluiu a promulgação da Lei da Anistia em 1979, permitindo o retorno de exilados políticos e perdoando crimes políticos cometidos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Lei de Anistia<sup>5</sup>, que apesar de ter permitido o retorno e libertação de muitos políticos que foram exilados e presos durante o período mencionado acima, também garantiu que os militares e agentes do Estado responsáveis por violações dos direitos humanos durante a ditadura não fossem punidos por seus atos.

Após isso, a eleição de Tancredo Neves em 1985, período de redemocratização<sup>6</sup> política do país, apesar de não ter assumido por questões de saúde e consequentemente seu falecimento em 21 de abril de 1985, foi realizada de forma indireta, através de um Colégio Eleitoral, em vez de eleições diretas pelo povo. Isso foi uma concessão aos militares e setores conservadores que temiam uma transição abrupta e que os prejudicasse, pois Tancredo fazia parte do grupo de políticos opositores moderados ao governo dos militares no Brasil, que não eram a favor, nem radicais fervorosos, às políticas do então governo, além também de já possuir certo prestígio entre os militares.

A nova Constituição, a de 1988, é também um exemplo e resultado de todo esse processo de negociação que envolveu diversos setores da sociedade, incluindo militares, políticos conservadores e progressistas. Embora tenha consagrado muitos direitos democráticos, também refletiu compromissos que limitaram algumas reformas mais radicais, como, por exemplo, a reforma agrária, uma redistribuição mais ampla e equilibrada das terras agrícolas que foi e continua sendo a demanda mais significativa dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais sem terra espalhados por todo o país. A resistência dos grandes proprietários que concentram a maior parte de terras do país (latifúndios<sup>7</sup>) e setores conservadores da sociedade brasileira, impediu uma reforma agrária mais profunda e as consequências disso são os constantes conflitos e mortes entre os envolvidos no movimento e os agentes do Estado que, na grande maioria das vezes, tendem a operar em favor dos grandes latifundiários, já que os mesmos geralmente são maioria nos cargos representativos da legislatura federal e estadual em nosso país.

Além disso, ainda hoje, a presença de militares em cargos políticos e a influência das Forças Armadas na política brasileira são resquícios diretos do golpe de 1964. Recentemente, durante o governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro, vimos um aumento na participação de militares em posições de governo, e consequentemente, após as eleições de 2022, em que o mesmo não conseguiu se eleger, temos o atentado ocorrido em Brasília contra a democracia, liderado por grupos simpatizantes “bolsonaristas” no dia 08 de janeiro de 2023, refletindo uma continuidade dessa influência que ainda hoje se faz constante entre algumas parcelas

<sup>5</sup> Ato do Legislativo de concessão do perdão oficial para as ilicitudes cometidas por um ou mais indivíduos sem qualquer punição. No Brasil, a Lei da Anistia é regida pelo Decreto-lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979, assinada pelo presidente João Baptista Figueiredo, ainda durante a Ditadura Militar. A Lei da Anistia no Brasil perdoa os crimes políticos cometidos de 1961 a 1979, à exceção dos que foram condenados por terrorismo, sequestro, assalto e atentado pessoal.

<sup>6</sup> Processo de restituição da democracia. No Brasil, o processo de redemocratização teve início durante o governo do general João Batista Figueiredo, com a anistia concedida aos acusados e exilados pela ditadura civil-militar por crimes políticos.

<sup>7</sup> Propriedade rural de enorme extensão, pertencente a uma única pessoa ou a um grupo empresarial, que se caracteriza pela exploração extensiva de áreas de pastagem ou atividades agrícolas. Na Amazônia, são palcos de disputas entre grandes fazendeiros e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil (MST).

da sociedade civil brasileira. Para compreendermos um pouco das motivações que levaram a atos como esse, é necessário entendermos que durante o período de 1964 a 1985, o governo agiu de forma a formar mentalidades. As intensas propagandas entre os meios de comunicação da época divulgavam a ideia de um período de ordem e progresso para a sociedade brasileira e isso se perpetuou na mente de muitas pessoas que viveram durante a ditadura, fazendo com que as mesmas consolidassem entre os seus ciclos de sociabilidade o discurso de um governo positivo e o qual deveria ter uma continuidade por representar um período de ordem e tranquilidade onde a criminalidade não tinha vez. Esses discursos estão disponíveis em alguns textos que buscam entender o período ditatorial no Brasil a partir das duas perspectivas que se criaram em torno do período e que podem ser acessados por meio de vídeos e propagandas do governo em alguns meios de comunicação como o site do arquivo nacional na internet. Claro que o atentado de 8 de janeiro é resultado de muito mais do que as influências da ditadura, estavam ali presentes as motivações de beneficiamento dos interesses individuais das pessoas envolvidas no ocorrido e que nisso não se reflete de maneira generalizada a perspectiva da grande maioria da sociedade brasileira, mas é importante trazermos essas questões, pois as interpretações sobre o período são muito subjetivas.

A censura também foi uma das práticas constantes durante a ditadura e criou um ambiente de medo e autocensura que afetou profundamente a mídia e a produção cultural. A luta pela liberdade de expressão continua sendo um tema relevante na sociedade brasileira com constantes situações de violação desse direito que ecoam de todos os lados. De todo modo, a ditadura foi marcada por graves violações dos direitos humanos, incluindo tortura e desaparecimentos forçados. Além do massacre das populações indígenas e da formação de mentalidades e consequentemente a disseminação de ideologias do governo militar. Esse “legado” é sentido ainda hoje, com debates contínuos sobre justiça de transição e a necessidade de reparação para as vítimas.

## Os anos de 1970 na Amazônia

Durante os anos de 1970, talvez um dos períodos mais duros da ditadura civil-militar no Brasil devido a instauração do Ato Institucional<sup>8</sup> n.º 5 (AI-5) em 1968, que permitiu a cassação de políticos eleitos nas esferas federal, estadual e municipal, e institucionalizou a tortura, o assassinato e o desaparecimento de pessoas pelo Estado, após um breve período de ascensão econômica que possibilitou o investimento em grandes empreendimentos para o Brasil, a Amazônia passa a ser prioridade para o governo dos militares e a chave de ignição do motor ideológico para tudo isso é Arthur Cézar Ferreira Reis.

Conforme indicado por Magno Michell Marçal Braga e César Martins de Souza:

Ao analisar a ideia consolidada em diversos trabalhos, de que a ditadura promoveu a modernização autoritária, através da qual elevou economicamente o país, ao mesmo tempo em que reprimia e buscava silenciar opositores, Fico considera que os índices favoráveis de crescimento econômico, que tiveram seu

<sup>8</sup> Decreto com força de lei emitido durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), cujo objetivo era legalizar e legitimar oficialmente as ações políticas dos militares.

auge durante o governo de Médici, já faziam parte de políticas em curso há algumas décadas. Desta forma, a Transamazônica que celebrava o ápice do desenvolvimento econômico do Brasil, foi ideologicamente utilizada para celebrar o regime como dotado de coragem e pioneirismo, a despeito de as políticas voltadas a modernização nacional terem sido iniciadas antes da ditadura. Contudo, rasgar o coração da gigantesca floresta tropical com uma estrada e, ao mesmo tempo, viabilizar a instalação de milhares de trabalhadores rurais ao longo da rodovia, parecia a concretização de sonhos há muito cultivados na imaginação nacional: domar a floresta e utilizá-la como infraestrutura para a implementação de programas de ocupação humana, através de atividades agropecuárias na região. A Amazônia aparece assim como lugar de conquistas, desafios ocupando o lugar de periferia do capitalismo mundial, pois não se aborda sobre o valor da região em si mesma e nem de sua biodiversidade e das populações que vivem nela/dela, mas apenas como um espaço rico em recursos naturais e que poderia desenvolver o capitalismo nacional, afirmando o país como potência. [...] Predominava a ideologia presente em discursos políticos, de que a Amazônia era um grande vazio demográfico e que por isso mesmo urgia ocupá-la com projetos que trouxessem trabalhadores rurais de outras regiões. (BRAGA; SOUZA, 2019, p. 177-178)

Para Reis, era preciso que o Estado interviesse na região, promovendo a ocupação deste espaço visto como um grande “vazio demográfico”<sup>9</sup>, um território a ser explorado para que se pudesse sair do estágio de atraso e avançar rumo ao progresso civilizacional e econômico pensado na época. Era preciso desenvolver economicamente a região amazônica a partir de dentro, de forma que viesse a independe exclusivamente do mercado capitalista global, pois assim, o Brasil estaria garantindo sua soberania sobre o território e assumindo posição de destaque frente às grandes economias da época. Isso levou o governo a tirar do papel as ideias e dar início à implementação de megaprojetos na Amazônia, assumindo três frentes principais. Primeiramente, por meio da abertura de estradas que conectassem uma região a outra, com o intuito de conectar a região Norte ao Nordeste brasileiro, e facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias, assim como também ligar o oceano Pacífico ao Atlântico, a exemplo podemos citar a abertura da BR-230 Transamazônica, rodovia federal rasgada em meio a floresta amazônica, passando por extensas áreas de terras indígenas e das populações nativas na região que, conforme apontado por Braga e Souza (2019),

Avaliava-se a região como um imenso vazio, possuidor natural das condições ideais para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, o que foi manifesto em um discurso empolgado de Resende, no qual fazia um relatório do programa de colonização da Amazônia, a partir das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. O discurso do vazio demográfico amparava visões desenvolvimentistas e socialmente excludentes, além de destruidoras do meio ambiente. Sendo um suposto ‘vazio’ a Amazônia poderia, segundo estes discursos, ser explorada, sem causar impactos sociais ou mesmo ambientais. Mas este discurso ignora as populações tradicionais da região e seus modos diferenciados de uso do território. Ao transformar as populações amazônicas em ‘invisíveis’ os discursos oficiais, abriam margem para diversas formas de apropriação dos territórios, bem como de uso exclusão social e impactos socioambientais com a implementação de megaempreendimentos. Como argumenta Perlatto, os pactos de parte da sociedade com a ditadura os envolveram em assuntos controversos em um momento posterior da História,

<sup>9</sup> Ideia criada em torno da região amazônica de que a mesma não era, ou não havia sido ainda, ocupada em toda sua extensão por seres humanos e que isso representaria uma ameaça para a soberania do país, tendo em vista a possível ameaça estrangeira de tomada dessa região, difundida entre os governos dos militares e a sociedade da época pelos escritos de Arthur Cézar Ferreira Reis sobre a Amazônia.

devido ao fato de que os eventos, os discursos e as práticas poderem ser revisitados em perspectiva sobre o passado, possibilitando novos olhares sobre ideologias que pareciam parte da construção de um consenso social. (BRAGA; SOUZA, 2019, p. 178-179)

De acordo com Magno Michell Marçal Braga e César Martins de Souza, a Transamazônica “se constituiu em muito mais do que um projeto de integração rodoviária, pois a rodovia era apenas o epicentro de empreendimentos agropecuários e minerais” que seriam implementados na região (BRAGA; SOUZA, 2019, p. 177).

A Transamazônica marca o apogeu de uma era em que a região amazônica passa a ser vista como fornecedora de infraestrutura e matéria prima, tornando sua biodiversidade e suas populações como meros efeitos colaterais de grandes empreendimentos de exploração e integração. [...] o que a Amazônia enfrentou na década de 1970, e posteriormente não se restringe a esta região, mas faz parte de uma agenda que pensa do grande capital que pensa o desenvolvimento como industrialização e geração de empregos, mesmo que em detrimento de parcelas consideráveis da população local, incluindo populações tradicionais dos países que recebem as obras. (BRAGA; SOUZA, 2019, p. 177)

A construção de hidrelétricas para a produção e distribuição de energia, como a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, constitui-se na segunda frente de empreendimentos pensados para a Amazônia. De acordo com Campos,

O projeto da usina hidrelétrica de Tucuruí tem muito a revelar acerca da ditadura brasileira. De fato, entendemos que temos ali um microcosmo do regime, em diversas feições e dimensões do seu caráter autoritário e de sua própria composição social. Para além da falta de democracia na forma como o projeto foi elaborado e conduzido, sem consulta às comunidades locais, ignorando os impactos sociais decorrentes da megausina e de seu reservatório, além de todos os danos ambientais causados pela barragem, a obra é reveladora da ditadura na medida em que ela expressa interesses empresariais que constituíram os seus beneficiários. A falta de transparência no uso dos recursos públicos e que se expressava na forma obscura como foi elaborado o projeto, o edital da obra, o contrato e seus aditivos serviu para favorecer certos interesses empresariais que atuaram no projeto. Assim, todo o sacrifício das milhares de famílias trabalhadoras afetadas serviu para favorecer e enriquecer certos grandes interesses econômicos privados. (CAMPOS, 2019, p. 281)

Campos afirma que, embora o discurso oficial do governo fosse o desenvolvimento e o nacionalismo, havia interesses econômicos que favoreciam empresas nacionais e internacionais, lhes garantindo altas margens de lucro e grande exploração da força de trabalho, que acarretou insatisfação dos trabalhadores e, consequentemente, em greve. Em síntese, o autor conclui que a usina de Tucuruí é um reflexo das dinâmicas da ditadura civil-militar, destacando como as políticas estatais serviram para beneficiar uma elite empresarial altamente capitalista, enquanto causaram sérios impactos sociais e ambientais, como o deslocamento de milhares de pessoas.

Por último, a exploração de minérios na região. A exemplo, temos nesse período a instalação da empresa Mineração Rio Norte (MRN) em 1975, na região de Porto Trombetas, no estado do Pará. Esses empreendimentos favoreceram grandes empresas e setores específicos, deixando de lado a distribuição equitativa de renda da grande massa empobrecida da população brasileira. E esse crescimento econômico durante a ditadura foi financiado por um aumento significativo da dívida externa com

o capital estrangeiro. As consequências desse endividamento são sentidas até hoje, com impactos nas políticas econômicas e na capacidade do governo de investir em áreas sociais.

Esses exemplos mostram como o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar moldaram o Brasil contemporâneo, influenciando desde a estrutura política até as dinâmicas sociais e econômicas. Compreender esse passado é essencial para enfrentar os desafios atuais e construir um futuro mais sustentável e democrático. E como podemos perceber, é nesse cenário que Arthur Reis teve forte influência na divulgação do ideal desenvolvimentista sobre a Amazônia por meio de suas obras que eram amplamente lidas pelas elites e pelos militares, nas quais Reis apresentava certas orientações de como ocupar e desenvolver esse espaço que até então era visto como um empecilho, uma densa barreira coberta de árvores que precisaria ser posta ao chão para o “progresso” e “bem maior” da nação.

Reis foi um prolífico autor de obras sobre a Amazônia, incluindo “História de Óbidos”, e que segundo Sousa, “se autoproclamava responsável pela consciência do Brasil acerca da Amazônia, e, consequentemente, pela ação do governo militar na região” (SOUZA, 2020, p. 185). Essa obra foi publicada cinco anos após a visita do então presidente Emílio Garrastazu Médici<sup>10</sup> à região de Itaituba, durante a ditadura civil-militar e a política de integração da Amazônia, exemplificada pela construção de estradas como a Transamazônica (BR-230) e a Santarém-Cuiabá. Arthur era um defensor fervoroso dessas políticas.

Segundo a historiadora Dra. Lademe Correa de Sousa, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), “Arthur Reis, se não foi o único, certamente foi um dos mais importantes combustíveis ideológicos sob os quais se assentaram as ações capitalistas na Amazônia durante a ditadura militar<sup>11</sup>” (SOUZA, 2020, p. 161). Vinícius Alves do Amaral (2013) também destaca que, durante seu governo no Amazonas, suas pretensões como historiador e administrador estavam alinhadas com os projetos desenvolvimentistas da ditadura civil-militar para a Amazônia. Conforme afirma Sousa,

Se os militares realmente o tomaram como referência, não é o objetivo desta tese verificar, mas o fato é que a ditadura militar assumiu o discurso de desenvolvimento da região e se propôs a instrumentalizá-lo por meio da Operação Amazônia, que, não obstante, foi realizada em meio a uma série de críticas, dos que em oposição à proposta discursiva de Arthur Reis viam uma

10 Emílio Garrastazu Médici foi o 28º presidente do Brasil, governando de 1969 a 1974 durante o regime militar. Seu governo é conhecido como um dos mais repressivos da ditadura, período chamado de "Anos de Chumbo". Apesar de sido decretado pelo seu antecessor, o presidente Arthur da Costa e Silva em final de seu mandato em dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que restrinuiu liberdades civis e aumentou a censura e a repressão política, e legitimou as ações do Estado, entrou em vigor durante seu governo. Apesar da repressão, seu governo também é lembrado pelo "Milagre Econômico", um período de rápido crescimento econômico impulsionado por investimentos estrangeiros e grandes projetos de infraestrutura. Médici nasceu em Bagé, Rio Grande do Sul, em 4 de dezembro de 1905, e faleceu em 9 de outubro de 1985.

11 Durante a ditadura civil-militar no Brasil, foram propostos vários projetos desenvolvimentistas para a região amazônica. Um dos mais conhecidos foi o Plano de Integração Nacional, que visava integrar economicamente a Amazônia ao restante do país, por meio da construção de estradas, hidrelétricas e incentivo à colonização. Também houve o Projeto Calha Norte, que buscava ocupar militarmente a região de fronteira e estimular o desenvolvimento local. Esses projetos tinham como objetivo principal expandir a presença do Estado na Amazônia e explorar seus recursos naturais.

série de prejuízos nas ações dos militares na região. (SOUZA, 2020, p. 185)

Reis deixou um legado significativo como historiador e político, sendo uma figura central na história e no desenvolvimento da Amazônia. Sua vida e obra continuam a ser estudadas e reconhecidas por sua contribuição ao entendimento e valorização da região. O trecho abaixo, apresentado por Vinícius Alves do Amaral, destaca que é,

Impossível não comparar a cidade de hoje com a de ontem e lamentar a desarticulação de certos espaços e certas sociabilidades, enfim, daqueles modos de vida radicalmente diferentes da vivência atual em Manaus. Na realidade, essa confrontação levada a cabo pela memória tem alimentado movimentos sociais a batalhar pela preservação de uma cidade mais humana diante de uma urbanização cada vez mais caótica e opressora. Urbanização essa que está intimamente relacionada com um modelo de desenvolvimento encetado pela ditadura civil-militar (AMARAL, 2013, p. 127).

Percebe-se na reflexão realizada por Amaral as transformações urbanas em Manaus, comparando o passado e o presente da cidade. A análise pode ser dividida em dois pontos principais: a desarticulação dos espaços e sociabilidades tradicionais e a relação entre a urbanização caótica e o modelo de desenvolvimento da ditadura civil-militar.

Primeiramente, a desarticulação dos espaços e sociabilidades tradicionais refere-se à perda de modos de vida que eram característicos de uma Manaus anterior à urbanização acelerada. Essa transformação é vista como negativa, pois os espaços que antes promoviam interações sociais e uma vivência comunitária foram substituídos por uma urbanização que muitas vezes desconsidera a qualidade de vida dos habitantes. A memória coletiva, nesse contexto, serve como um instrumento de resistência, alimentando movimentos sociais que lutam pela preservação de uma cidade mais humana e menos opressora.

Em segundo lugar, a urbanização caótica mencionada está diretamente ligada ao modelo de desenvolvimento imposto pela ditadura civil-militar. Durante esse período, o foco estava no crescimento econômico e na integração da Amazônia ao restante do país, muitas vezes às custas do bem-estar social e ambiental. A construção de grandes obras de infraestrutura, como estradas e hidrelétricas, exemplifica essa abordagem desenvolvimentista que priorizava a exploração dos recursos naturais e a expansão urbana sem um planejamento adequado para as necessidades da população local.

Ao analisar esse trecho, é importante reconhecer que a crítica de Amaral não é apenas uma lamentação nostálgica, mas uma chamada à ação. Ele sugere que a memória das vivências passadas pode e deve ser utilizada como uma ferramenta para questionar e resistir aos modelos de desenvolvimento que desumanizam e oprimem. A urbanização, quando mal planejada, pode levar à fragmentação social e à degradação da qualidade de vida, e é essencial que os movimentos sociais continuem a lutar por um desenvolvimento urbano que seja inclusivo e sustentável.

Portanto, a análise de Amaral é uma crítica contundente ao legado da ditadura civil-militar na urbanização de Manaus, destacando a necessidade de um modelo de desenvolvimento que valorize as pessoas e suas interações sociais, além de respeitar o meio ambiente. É um chamado para que a memória coletiva seja utilizada como um guia para construir um futuro urbano mais justo e humano.

Em uma de suas mais emblemáticas obras sobre a Amazônia, que foi objeto de análise na tese de doutorado de Sousa (2020), identificou-se uma questão recorrente na escrita de Arthur Reis sobre a região amazônica. Essa observação levou-a a levantar um questionamento crucial: “No caso específico da narrativa de Reis, por que tratar da história da Amazônia excluindo o indígena, por exemplo?” (Sousa, 2020, p. 19). Essa problemática nos serve como ponto de partida para analisar tanto a escrita quanto a perspectiva historiográfica deste autor, que é tão importante para a história de Óbidos (PA) e para a Amazônia como um todo.

### Análise da obra História de Óbidos, 1979

Reis é legatário do pensamento conservador amazônica, cuja particularidade só pode ser compreendida dentro do contexto de crise da economia extrativista da primeira metade do século XX e da tentativa das elites locais – e dos intelectuais – de organizarem novos caminhos para o desenvolvimento regional. O resultado dessa empreitada política e intelectual foi a defesa de um nacionalismo exaltado que procurava determinar o lugar que a Amazônia deveria ocupar no Brasil. Nesse panorama, ocorreu a apoteose de um estado intendor e planejador, com a tarefa de reformar uma sociedade amorfa ao guiar um povo supostamente incapaz de auto-organização. Essas concepções teóricas de Reis originaram a sua afinidade eletiva com o bloco de poder que tomou o poder a partir de 1964. (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 176)

Arthur Reis foi o primeiro a escrever sobre a história de Óbidos utilizando uma análise detalhada de fontes e vestígios do passado. Sua obra “História de Óbidos” foi publicada pela primeira vez em 1945 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)<sup>12</sup>. Embora sua abordagem seja considerada problemática nos dias de hoje, devido às grandes transformações na área de estudos históricos, ela estava comprometida em seu tempo em apresentar a importância da cidade para a história do país e imersa numa história das Américas. No entanto, essa narrativa apresentava um desvio significativo da realidade ao retratar a Amazônia como uma região constituída quase exclusivamente por uma população genuinamente “branca”.

12 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) é uma instituição cultural fundada em 1838, reunindo intelectuais importantes que compunham a elite brasileira, considerados membros da “boa sociedade”, com o objetivo de estudar e difundir a história e a geografia do Brasil. Durante o período da ditadura civil-militar no país, o IHGB manteve suas atividades voltadas para a pesquisa e divulgação da história e da geografia do país, continuando a publicar revistas, promover eventos acadêmicos e preservar acervos históricos. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) foi criada em 1839, um ano após a criação do instituto, sendo uma das publicações mais antigas do Brasil. Durante a ditadura civil-militar no Brasil, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB) continuou a ser publicada regularmente, mantendo sua função de divulgar pesquisas e estudos relacionados à história e geografia do Brasil. A revista seguiu promovendo o debate acadêmico e a difusão do conhecimento histórico, apesar do contexto político conturbado da época. Sua relação com a ditadura foi marcada pela continuidade de suas atividades editoriais e acadêmicas, sem que houvesse uma interferência direta em seu conteúdo ou em sua missão institucional.

Na obra "História de Óbidos", publicada em sua segunda edição em 1979, Reis faz uma análise detalhada da formação e desenvolvimento da cidade de Óbidos, no Pará. Reis comprehende o início da história de Óbidos a partir da colonização portuguesa, passando pela construção do Forte Pauxis e a importância estratégica da cidade ao longo dos séculos.

A narrativa de Reis é marcada por uma visão nacionalista e desenvolvimentista, enfatizando a necessidade de ação estatal para o progresso da região amazônica. Sua obra é inegavelmente uma importante contribuição para a historiografia da Amazônia, mas que necessita ser revista. Digo e repito isso inúmeras vezes, pois como elencado na introdução deste trabalho, a cidade de Óbidos tem em seu currículo escolar a obrigatoriedade do ensino da história de Óbidos, por meio da disciplina intitulada "História de Óbidos", entretanto, os professores não dispõem de um livro específico e elaborado dentro de uma perspectiva contemporânea de história para trabalharem os conteúdos que são cobrados no currículo. E, por esse motivo, faz-se necessário o quanto antes a elaboração de trabalhos voltados às diversas temáticas que envolvam a cidade de Óbidos dentro das mais diversas temporalidades para que se possa pensar na elaboração de materiais didáticos que venham contribuir no desenvolvimento dos estudantes.

A história da cidade de Óbidos de Reis tem início a partir da construção do Forte Pauxis em 1697 a mando das autoridades portuguesas na região, com a utilização da mão de obra indígena, e se estende até a fundação da república em 1889 com a apresentação dos ilustres filhos de Óbidos que compõem a "galeria pauxiana". Os indígenas, negros e qualquer outra classe popular e empobrecida da cidade, são apenas coadjuvantes em todas as cenas.

A exclusão dos povos indígenas na narrativa de Reis reflete uma visão que hoje denominamos como eurocêntrica e colonialista, e que era comum na historiografia da época. Essa perspectiva desconsidera a rica diversidade cultural e étnica da Amazônia, ignorando a contribuição fundamental dos povos indígenas para a formação da identidade regional. A crítica de Sousa (2020) é, portanto, essencial para entender as limitações e os vieses presentes na obra de Reis.

Ao analisar a escrita de Arthur Reis, é importante reconhecer seu papel pioneiro na historiografia da Amazônia, mas também é crucial questionar e problematizar suas omissões e representações distorcidas. A obra de Reis deve ser vista como um produto de seu tempo, refletindo as ideologias e os preconceitos da sociedade em que foi produzida. No entanto, isso não diminui a necessidade de se revisitar e reavaliar essas narrativas à luz de novas perspectivas e conhecimentos.

Portanto, a análise crítica de Sousa (2020) nos convida a refletir sobre a importância de incluir todas as vozes e experiências na história da Amazônia. Somente assim podemos construir uma compreensão mais completa e justa da região, valorizando a diversidade e reconhecendo a contribuição de todos os seus habitantes, especialmente os povos indígenas, que são parte integrante e vital da história amazônica.

Segundo Sousa,

Para defender a qualquer custo o desenvolvimento econômico da Amazônia sob os moldes capitalistas, inclusive custando a própria vida dos grupos indígenas, Arthur Reis teve que se valer de determinado uso político do passado. Nesse caso, a constituição de identidade que se queria era de uma identidade branca, com sólidas bases portuguesas. A permanência de si far-se-ia à custa da exclusão do outro. Arthur Reis representava uma elite intelectual amazonense que queria sair da condição de provinciana e passar à de cosmopolita, e esse era um processo que a representação histórica construída pelo autor ao longo de sua carreira intelectual deveria ajudar a construir. (SOUZA, 2020, p. 19)

Fazendo uma análise crítica do trecho acima apresentado podemos revelar uma série de questões importantes sobre a obra e a perspectiva de Arthur Reis em relação ao desenvolvimento econômico da Amazônia e à construção de identidade regional. Vamos explorar esses pontos com argumentos sólidos que ajudaram a entender o porquê de nossa postura frente às obras e ideias de Arthur Reis.

Primeiramente, é essencial reconhecer que Arthur Reis, ao defender o desenvolvimento econômico da Amazônia sob os moldes capitalistas, adotou uma visão que priorizava o progresso material e a integração da região ao mercado nacional e internacional. No entanto, essa abordagem frequentemente desconsiderava os impactos sociais e ambientais, especialmente sobre os grupos indígenas da Amazônia. A política de desenvolvimento defendida por Reis estava alinhada com os interesses da elite econômica e política, que via na exploração dos recursos naturais uma oportunidade de crescimento e modernização.

Portanto, a constituição de uma identidade branca, com sólidas bases portuguesas, para Arthur Reis, como mencionada no trecho, apesar de refletir claramente uma visão eurocêntrica e colonialista, fazia-se necessária para alcançar os objetivos desejados. Essa perspectiva buscava legitimar a presença e a dominação dos colonizadores europeus, ao mesmo tempo em que marginalizava e invisibilizava as culturas e contribuições dos povos indígenas. A exclusão do “outro” – neste caso, os indígenas – era uma estratégia para consolidar uma identidade regional que favorecesse os interesses da elite branca que se achava herdeira de uma herança europeia.

Arthur Reis representava uma elite intelectual amazonense que aspirava a transformar a região de uma condição provinciana para uma cosmopolita. Esse desejo de modernização e progresso estava intrinsecamente ligado à adoção de valores e práticas europeias, vistos como superiores e civilizatórios. A representação histórica construída por Reis ao longo de sua carreira intelectual servia para reforçar essa narrativa, apresentando a Amazônia como uma região que se desenvolveu graças à influência europeia, enquanto desconsiderava as contribuições e a resistência dos povos indígenas.

A crítica de Lademe Correa de Sousa é fundamental para entender as limitações e os vieses presentes na obra de Reis. Ao utilizar o passado de forma política, Reis contribuiu para a construção de uma identidade regional excludente, que perpetuava a marginalização dos indígenas e favorecia a elite branca. Tendo em vista que é só a partir da década de 1990 que, no Brasil, os estudos desenvolvidos na área

de antropologia passam a abrir caminhos para a construção da história indígena por meio de trabalhos como “História dos Índios no Brasil” (1992)<sup>13</sup>, que é uma coletânea de textos organizados pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha. Essa abordagem historiográfica desenvolvida por Reis, embora comprehensível dentro do contexto histórico em que foi produzida, precisa ser revisitada e reavaliada à luz de novas perspectivas que valorizem a diversidade cultural e étnica dentro das especificidades dos povos que compõem a região amazônica.

Portanto, a análise crítica que fazemos do trecho citado anteriormente nos convida a refletir sobre a importância da reconfiguração de uma historiografia que seja inclusiva, que reconheça e valorize todas as vozes e experiências da região. Somente assim podemos construir uma compreensão mais completa e equilibrada da história da Amazônia, que faça justiça à riqueza e complexidade de sua formação social e cultural.

A maneira pela qual Arthur Reis construiu sua narrativa acerca da identidade que se queria para o Brasil e consequentemente para a Amazônia, da mesma forma irá pensar a história de Óbidos. Gileno, Medeiros e Silva (2019) dizem que:

Arthur Cézar Ferreira Reis interpretou a formação brasileira como resultado evolutivo da colonização, entendida esta como acontecimento histórico positivo, pois trouxe a civilização para a então América incivilizada. A política de Portugal para o Brasil é vista a partir dos grandes atos administrativos, de um planejamento realista sobre uma região geograficamente e socialmente adversa. A independência é inserida dentro de um amplo processo de descolonização do mundo, embora coloque a ação das elites políticas e intelectuais como preponderantes. [...] A criação da nacionalidade obedeceu, portanto, a um processo cumulativo, cujas origens estão na colonização. A independência política e as lutas autonomistas do período colonial são, antes de tudo, o resultado dessa organicidade criada pelo português nos trópicos. Esse acontecimento ‘admirável’ deveria ser reverenciado, pois gerou a nação brasileira, com seus relacionamentos de povos e culturas e com a política disciplinada e realista de Portugal. (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 187-188)

Na obra analisada, Arthur Reis, a pedido do então prefeito Euclides F. Dias, desenvolve a história da cidade de Óbidos a partir de uma perspectiva evolutiva. Ele se concentra em aspectos políticos, administrativos e socioeconômicos, destacando a elite intelectual obidense, além de líderes militares e religiosos. Esses grupos são apresentados como os principais responsáveis pela estruturação e organização da sociedade obidense ao longo do tempo, conforme descrito no prefácio da primeira edição, posteriormente republicada em uma segunda edição. Embora o prefácio seja extenso, com cinco parágrafos, focaremos nos quatro últimos, considerados essenciais para esta análise:

A história de Óbidos, como a história de Monte Alegre e a de outras unidades políticas do extremo-norte do Brasil, sobre que tem convergido ultimamente nossa atenção, é pedaço de uma história da América que todos os estudiosos

13 “História dos Índios no Brasil” (1992), organizado por Manuela Carneiro da Cunha, é uma coletânea que reúne trabalhos de diversos especialistas sobre a história e a cultura dos povos indígenas no Brasil. O livro aborda desde a origem dos primeiros habitantes da América até as complexas relações entre indígenas e colonizadores, destacando o impacto devastador das doenças e da escravidão. A obra também discute as políticas indigenistas e a resistência cultural dos povos indígenas ao longo do tempo. Obra disponível em: <https://archive.org/details/CARNEIROCUNHAM.HistoriaDosIndiosNoBrasil>.

dos assuntos regionais temos o dever de preparar e para o qual carreamos material, há mais de uma década. Fixando-a nos contornos mais típicos, atendemos à solicitação que nos dirigiu o Prefeito Euclides F. Dias.

Partimos das origens mais distantes, sobre que encontramos o depoimento de personagens que foram parte viva nos dramas de que o velho fortim e a aldeia dos Pauxis eram cenário. Passamos pelos momentos angustiosos e ao mesmo tempo heróicos que Pauxis viveu durante os entreveros partidários posteriores à Independência. Detivemo-nos na contemplação da paisagem sócio-econômica, que tão bem define a evolução de Óbidos. Acompanhamos sua marcha sob o Segundo Império e aos clarões do cristianismo. Admiramos a galeria admirável do punhado de grandes nomes que lhe iluminam os fastos. Atingimos a fundação da República. Não fomos além. O ciclo republicano não deve ser biografado ainda. Porque pode permitir uma compreensão apressada, sem amparo da serenidade precisa, serenidade que, uma vez ausente, compromete todo e qualquer trabalho de sentido histórico.

O centenário burgo dos franciscanos da Piedade oferece, é certo, no período republicano, aspectos e figuras que um dia serão recolhidos pelos historiadores, episódios de natureza política que lhes deram uma situação singular na crônica paraense e são bem uma continuidade daqueles momentos vibrantes a que já nos referimos: figuras de um relevo impressionante como Alexandre Rodrigues de Souza, Graciliano Negreiros e Augusto Correia Pinto, que ligaram seus nomes ao passado definitivo que Óbidos deu em direção ao progresso. Figuras de uma galeria na qual não será favor colocar o distinto Tenente-Coronel Luís Batista, este uma vigorosa atuação junto aos poderes federais para a obtenção de recursos financeiros, que permitam a realização de melhoramentos. os quais, pelo vulto das despesas, não seriam possíveis com os recursos normais do Município e do Estado.

A história de Óbidos, que apresentamos neste volume, é, assim, apenas uma contribuição tranquila com que nos solidarizamos com os que se movimentam, no mister de tornar menos fabuloso o conhecimento do passado e da atualidade do vale.

Belém, 27 / 12 / 41 Arthur Cezar Ferreira Reis (REIS, 1979, p. 9-10)<sup>14</sup>

Na obra, a colonização e a representatividade portuguesa são temas centrais. Desde o prefácio, o autor demonstra um apreço evidente por retratar a influência portuguesa como um fator essencial para o desenvolvimento e progresso da economia local. Reis enxerga a colonização como um período de estruturação econômica sólida, que, segundo ele, foi desestabilizada com o advento da borracha e a industrialização nacional em larga escala, levando Óbidos a enfrentar desconfortos econômicos e sociais.

De acordo com Gileno, Medeiros e Silva (2019),

A dominação portuguesa se justificou pela superioridade cultural que fez com que o reino ibérico pudesse juntar vários povos diferentes entre si para, sob a sua tutela, criar uma sociedade tropicalizada. Tendo a cultura lusitana como protagonista, os colonizadores deram ao mundo uma civilização herdeira da cultura ibérica única e adaptada ao contexto tropical; essa expansão do mundo europeu sobre a América é o ponto nevrálgico da nacionalidade brasileira. Nesse cenário, ocorreu o diálogo de Reis com Gilberto Freyre. Enquanto o sociólogo pernambucano pensava a miscigenação que colocava a cultura do negro e do índio em igualdade com a cultura europeia, o intelectual e político

14 Trecho do Prefácio da primeira edição da obra “História de Óbidos”, de Arthur Cezar Ferreira Reis. Representante político e autor manauara de diversas obras sobre a Amazônia. Ver em: Reis (1941).

amazônica – embora admitindo a miscigenação brasileira – indicava a natural dominação da civilização europeia. No seu entendimento, a cultura produzida no Velho Mundo era superior às outras formas de sociedade supostamente “inferiores”. Assim como Freyre, concordava com a positividade da miscigenação na formação do povo brasileiro. Contudo, enquanto para o autor de *Casa-grande & senzala* este teria sido um processo guiado pela família patriarcal, para Reis, foi um acontecimento resultante da atuação do estado português, que viu na mistura de raças e culturas uma vantagem para o povoamento do território. (GILENO; MEDEIROS; SILVA, 2019, p. 188)

Na narrativa de Reis, raramente percebe-se as contribuições das pessoas que compõem a base da pirâmide social obidense. Essas populações são frequentemente retratadas como uma coletividade nativa incapaz de agir autonomamente nas questões político-administrativas da cidade. Em contraste, a elite obidense, composta por portugueses e seus descendentes, é adjetivada como “amigos” e apresentada como a parcela mais importante da sociedade, responsável pela organização e progresso de Óbidos.

Arthur Cezar Ferreira Reis, sendo um membro da elite amazonense, escreve para essa mesma elite que quer se ver na história como herdeira de uma “civilização superior”, que colocou o Brasil nos trilhos do “progresso”. Sua perspectiva historiográfica na obra “História de Óbidos”, publicada em sua segunda edição em 1979, é marcada por uma abordagem política dos fatos. Ele enfatiza questões político-administrativas e destaca figuras de representantes legais do Estado, como líderes militares e religiosos, governadores, chefes de comarcas e membros da alta sociedade obidense que geralmente são em sua grande maioria portugueses ou descendentes dos lusitanos. Para Reis, esses são os verdadeiros protagonistas da história da cidade.

Embora não concordemos com a maneira que a narrativa de Reis se desenvolve, é preciso compreendermos que Arthur Reis trata-se de um autor do século XX, a maneira como pensa e escreve a história é completamente diferente da perspectiva de história que temos no século XXI. Mesmo que a narrativa de Reis tende a excluir outras vozes e experiências, especialmente as das populações indígenas, assim como também dos negros e das classes menos favorecidas, que também desempenharam papéis cruciais na história de Óbidos e da região. A análise crítica dessa obra deve, portanto, considerar essas omissões e buscar uma compreensão mais abrangente da história. Em meio a isso, propõem-se a elaboração de pesquisas mais consistentes e atentas a essas questões, pois o que se tem, apesar de ser de extrema importância e grande contribuição, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos por Luiz Carlos Laurindo Junior<sup>15</sup> (2022) intitulado “Propriedade imoral, mas garantida pela constituição do Império: população, economia e tráfico de escravos no Baixo Amazonas (segunda

15 Professor Adjunto III da Universidade Federal do Oeste do Pará, onde atua na área de História da Amazônia do curso de Licenciatura em História. Possui graduação (2010) e mestrado (2012) em História, pela Universidade Federal do Pará, e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. É vice-líder do Grupo de Estudo e Pesquisa da Escravidão e Abolicionismo na Amazônia (GEPEAM) e participa como membro do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LabMundi) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em História do Baixo Amazonas (Gepehisba). É filiado à Associação Nacional de História - Seção Pará (ANPUH-PA) e à Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos (SEO). Desenvolve pesquisa sobre a escravidão de origem africana na Amazônia, com foco nos seguintes temas: tráfico de escravos, economia e escravidão, escravidão urbana, cotidiano e sociabilidade, mundos do trabalho. Texto sobre o autor disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/8792247/luz-carlos-laurindo-junior#:~:text=LUIZ&text=CARLOS&text=LURINDO&text=JUNIOR>

metade do século XIX)", um texto acerca da escravidão no Baixo-Amazonas e que faz parte do trabalho organizado por ele e por mais dois pesquisadores da área de história: "Baixo Amazonas. Histórias entre rios, várzeas e terra firme", e o de José Augusto Sena Vasconcelos<sup>16</sup> (2023) intitulado "O controle da garganta do rio Amazonas: uma análise sobre as seletivas para o posto de Capitão-Mor do Forte Pauxis (Primeira metade do século XVIII)", e, que é resultado do trabalho de conclusão de curso apresentado no 32º Simpósio Nacional de História da ANPUH em 2023 em São Luís (MA), ainda são poucos.

Em resumo, a obra de Arthur Reis é inegavelmente uma contribuição valiosa para a historiografia da Amazônia, mas como já havia dito e redito antes, necessita ser complementada, reavaliada ou repensada a partir de novos trabalhos acadêmicos como esses já citados e do próprio diálogo com os(as) professores(as) da educação básica no Ensino Fundamental II, que tem o desafio cotidiano de saberem se reinventar e lhe dar com esses discursos, ainda pautados em Reis, para desenvolverem suas aulas da melhor maneira possível. Dar uma aula de História de Óbidos sem o suporte adequado não é fácil, digo isso pois tive a oportunidade durante o estágio supervisionado em história de assumir a regência de uma aula sobre um dos conteúdos da disciplina História de Óbidos e ter o desafio de trazer para a aula as contribuições das populações indígenas nessa história. Tive que pesquisar bastante e correlacionar a história nacional e regional com o contexto local. Não foi fácil, e faz parte do trabalho docente, mas convenhamos que se tivéssemos um material específico, que apontasse para essas questões dentro da disciplina mencionada, seria muito melhor, pois os alunos poderiam, da mesma forma que fazem em outros componentes curriculares, acompanhar diretamente no livro, aquilo que o(a) professor(a) propõe repassar à turma. Por isso, faz-se necessário pensar na produção de materiais didáticos sobre os conteúdos cobrados no currículo municipal, que venham a contribuir com uma nova análise acerca da história de Óbidos. Somente assim podemos construir uma compreensão mais abrangente da história de Óbidos e da Amazônia como um todo.

## Considerações finais

A análise realizada neste trabalho sobre Arthur Cezar Ferreira Reis revela uma abordagem historiográfica que, embora pioneira e significativa para a compreensão da história da Amazônia e de Óbidos, apresenta limitações importantes. Entretanto, limitações essas compreensíveis, já que estamos analisando o autor e sua obra dentro de seu respectivo tempo. Portanto, não nos cabe exercer juízo de valor nesta análise, nem tão pouco deixarmos de ponderar certas questões evidentes em sua escrita que, para o nosso tempo presente, jamais devem ser reproduzidas da mesma forma. De

<sup>16</sup> É Graduado em História pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Foi Bolsista no Setor Administrativo do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA), Foi Monitor de iniciação à docência do Programa de Monitoria Acadêmica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen) de História Medieval, atuou no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC) Defesa e Povoamento no Baixo Amazonas Colonial: as fortificações de Óbidos e Santarém, com o trabalho intitulado: Poder, administração e conflitos na fortaleza de Óbidos (Séculos XVII e XVIII) e desenvolve pesquisas na Área de História Colonial, com ênfase em História Administrativa no século XVIII. Texto sobre o autor disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/715354445/jos-augusto-sena-vasconcelos#:~:text=Jos%C3%A9&text=Augusto&text=Sena&text=Vasconcelos>.

modo geral, em suas obras, Reis demonstra um apreço pela colonização portuguesa e pela elite intelectual, militar e religiosa, que ele considera os principais agentes de progresso e civilização na região. Essa perspectiva, no entanto, exclui significativamente as contribuições das populações indígenas e dos negros escravizados, tal como das demais classes populares menos favorecidas.

Ao examinar a vida e carreira de Arthur Reis, destacamos sua trajetória como historiador e político, enfatizando sua influência na valorização econômica da Amazônia e seu papel como governador do Estado do Amazonas em meio ao contexto de ditadura civil-militar, do qual o mesmo foi elemento central para consolidação de políticas desenvolvimentistas voltadas para a “ocupação” deste espaço. Sua obra “História de Óbidos” exemplifica sua tentativa de estruturar a narrativa histórica da cidade a partir de uma visão eurocêntrica, da busca de um nacionalismo pautado em raízes brancas como sinônimo de progresso e civilização, que valoriza apenas a contribuição dos colonizadores brancos e marginaliza outras vozes que compunham nossa história.

A crítica de Lademe Correa de Sousa à exclusão dos indígenas na narrativa de Reis é chave central e essencial de nossa análise para entender as limitações de sua abordagem. A memória coletiva e a resistência dos movimentos sociais são fundamentais para questionar e reavaliar essas narrativas, buscando uma compreensão mais equilibrada da história da Amazônia. A exclusão dos povos indígenas e das classes menos favorecidas não apenas distorce a realidade histórica, que no momento em que viveu era algo comum, já que um olhar mais incisivo para a atuação dos povos indígenas como sujeitos históricos começa a dar seus primeiros passos no Brasil a partir da década de 1990, mas também perpetua uma visão incompleta da formação social e cultural da região. Hoje podemos rever isso, e aos poucos, caminharmos em direção à construção de uma narrativa que objetiva pensar uma história de todos para todos.

Além disso, a análise de Vinícius Alves do Amaral sobre a urbanização caótica de Manaus e sua relação com o modelo de desenvolvimento da ditadura civil-militar na Amazônia, destaca a importância de considerar os impactos sociais e ambientais das políticas de desenvolvimento que tem como motor discursivo-ideológico a ideia de sempre levar a civilização rumo a uma constante de progresso que não abre brechas para uma vida sustentável sem sacrificar a natureza e consequentemente a vida de milhares de pessoas e espécies de animais que se constituem nela e em torno dela. A memória das vivências passadas pode servir como um guia para construir um futuro urbano mais humano e sustentável. A urbanização desordenada e a exploração econômica sem planejamento adequado resultaram em consequências negativas para a população local, especialmente para os grupos mais vulneráveis, a exemplo da desapropriação de terras de milhares de pessoas para a abertura de estradas, para a construção de barragens e a inundação de imensas áreas para a instalação de hidrelétricas.

Por fim, a obra “História de Óbidos” de Arthur Reis, embora valiosa, necessita ser complementada e revisitada à luz de novas abordagens historiográficas que valorizem a pluralidade e a complexidade da formação sociocultural de Óbidos e da

região. É preciso que se faça um debate mais atualizado acerca da formação e organização das populações que se constituíram ao longo da história dentro e em torno de Óbidos, a exemplo temos alguns trabalhos que podemos citar e que nos ajudam a pensar uma história não total, mas que dá voz e vez a diferentes sujeitos, como, por exemplo, o trabalho desenvolvido por Eurípedes Antônio Funes<sup>17</sup> (1996) acerca dos quilombos em torno de Óbidos e região, intitulado “Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e memória dos mocambos do baixo Amazonas”, que transformou-se em livro e foi lançado em 2022 na referida cidade, assim como também os já citados anteriormente, que como havia dito antes, ainda são poucos, mas de grande importância e significância para pensar uma nova história de Óbidos.

A inclusão de todas as vozes e experiências na construção de uma nova história é crucial para que possamos construir uma compreensão mais ampla da história de Óbidos e da Amazônia como um todo. A narrativa histórica deve refletir a diversidade e a riqueza cultural da região, reconhecendo a contribuição de todos os seus habitantes.

Em suma, a análise dos textos de Arthur Reis proposta neste trabalho nos convida a refletir sobre a importância de uma historiografia inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade cultural e étnica da Amazônia como um todo, destacando as especificidades e potencialidades da história de cada cidade e dos sujeitos que as compõem. Somente assim podemos construir uma narrativa histórica que faça justiça à riqueza e complexidade da região e de seus habitantes, que por muito tempo foram ignorados. A reavaliação crítica das obras de Reis, não somente da história de Óbidos em si, é um passo necessário para avançarmos em direção a uma compreensão mais equilibrada e justa da história amazônica.

## Referências

AMARAL, Vinicius Alves do. Vicissitudes de um Heródoto caboclo: Arthur Reis e a ditadura civil-militar em Manaus (1964-1966). *Temporalidades*, v. 5, n. 3, p. 125-146, 2013.

BRAGA, Magno Michell Marçal; SOUZA, César Martins de. Transamazônica: terra, trabalho e sonhos. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 172-191, 2019.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. *Revista Tempo & Argumento*, Florianópolis, vol. 11, n. 26, p. 255-286, 2019.

17 Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1995) e Pós-doutorado pela UNICAMP (2003). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia e Império, história e meio ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, comunidades quilombolas, identidades, natureza e cultura e movimentos sociais. Texto sobre o autor disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/1295693/euripedes-antonio-funes#:~:text=EurC3ADpedes&text=Ant%C3%B4nio&text=Funes>. Eurípedes Funes analisa a formação, resistência e sobrevivência dos mocambos, destacando a interação com o meio ambiente e outras sociedades, e a preservação da identidade cultural através das práticas e memórias.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

FUNES, Eurípedes A. ‘Nasci nas matas, nunca tive senhor’. História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, João José & GOMES, Flávio. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 467-497.

GILENO, Carlos Henrique; MEDEIROS, Rodrigo Dantas de; SILVA, Ricardo Lima da. O pensamento conservador no Amazonas: a interpretação de Arthur Cézar Ferreira Reis sobre a formação do Brasil. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 25, n. 2, pp. 166-190, nov. 2019.

LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos. ‘Propriedade imoral, mas garantida pela constituição do Império’: população, economia e tráfico de escravos no Baixo Amazonas (segunda metade do século XIX). In: GOIS, Diego Marinho de; ARENZ, Karl Heinz; LAURINDO JR., Luiz Carlos (orgs.). *Baixo Amazonas: Histórias entre rios, várzeas e terra firme*. São Paulo: Intermeios, 2022, p. 161-202.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. *História de Óbidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SILVA, Ricardo Lima da. Arthur Cézar Ferreira Reis e a formação do Brasil. Anais da ANPUH – 30º Simpósio Nacional de História, 2019, Recife. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553289303\\_ARQUIVO\\_ArthurCesarFerreiraReis eaFormacaodoBrasil\\_Artigo.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553289303_ARQUIVO_ArthurCesarFerreiraReis eaFormacaodoBrasil_Artigo.pdf). Acesso em: 17 dez. 2024.

SOUSA, Lademe Correia de. Década de 1970: é chegada a hora da Amazônia?. In: *A Amazônia de Arthur Reis: “entre as experiências do tempo e as intenções do agir”*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020, p. 156-187.

VASCONCELOS, José Augusto Sena. O controle da garganta do rio Amazonas: uma análise sobre as seletivas para o posto de Capitão-Mor do Forte Pauxis (Primeira metade do século XVIII). Trabalho apresentado na ANPUH - 32º Simpósio Nacional de História, 2023, São Luís – *Democracia e direitos humanos: Desafios para uma história profissional*. Anais do evento. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1692656242\\_ARQUIVO\\_56f8ed94b9d3a78054ad8ddda49321c3.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1692656242_ARQUIVO_56f8ed94b9d3a78054ad8ddda49321c3.pdf)



Recebido em 12/07/2024

Aceito em 16/12/2024

DOI: 10.26512/emtempo.v23i44.54723

## NOTA DE PESQUISA

# Conflitos entre ricos e pobres na Cristandade do Primeiro Século: As cartas de Paulo aos coríntios e a carta de Tiago

Conflicts between the rich and the poor in First-Century Christianity:  
Paul's letters to the Corinthians and the letter of James.

*Ramon Delfino Caji*

Graduado em História pela Universidade de São Paulo  
<https://orcid.org/0009-0008-0760-5957>

**RESUMO:** Este artigo procura discutir conflitos entre ricos e pobres nas primeiras comunidades judeu-cristãs urbanas do Império Romano situadas no Mediterrâneo oriental. Trata-se de um estudo comparativo sobre as assembleias destinatárias das cartas de Paulo aos coríntios e da carta de Tiago, centrando-se na intenção de analisar a vida social dos cidadãos crentes em Jesus da segunda metade do século I EC. As fontes fazem parte de um gênero literário específico da Antiguidade que foi utilizado por agentes apostólicos do judaísmo querigmático de tipo cristão para densos e variados níveis de comunicação com seus seguidores e colaboradores. Em virtude disso, busca-se investigar fundamentalmente as diferenças e as semelhanças nos problemas sociais entre ricos e pobres das assembleias de Corinto e da comunidade de Tiago.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paulo e Tiago. Conflitos entre ricos e pobres. Judeus e cristãos no Império Romano.

**ABSTRACT:** This article seeks to discuss conflicts between rich and poor in the first urban Jewish-Christian communities of the Roman Empire located in the eastern Mediterranean. It is a comparative study about the assemblies that received Paul's letters to the Corinthians and the letter of James, focusing on the intention of analyzing the social life of city-dwellers who believed in Jesus in the second half of the first century CE. The sources are part of a specific literary genre of Antiquity that was used by apostolic agents of Christian kerygmatic Judaism for dense and varied levels of communication with their followers and collaborators. As a result, the aim is to fundamentally investigate the differences and similarities in the social problems between the rich and the poor in the assemblies of Corinth and the community of James.

**KEYWORDS:** Paul and James. Conflicts between rich and poor. Jews and Christians in the Roman Empire.

## Agentes e espaços de integração no Antigo Mediterrâneo oriental

A morte de Jesus de Nazaré em Jerusalém, aproximadamente no ano 30 EC, desencadeou o surgimento da crença em sua ressurreição. Seus primeiros discípulos camponeses da Galileia, falantes do aramaico, foram os principais responsáveis por divulgar e expandir esta crença aos judeus helenistas<sup>1</sup>. A figura de Jesus ressurreta, chamado Cristo, rapidamente tornou-se compatível com as ideias messiânicas de parte dessas pessoas, ao ponto de tornar-se um culto relativamente popular em algumas comunidades judaicas na região da Síria e do Egito, especialmente nas cidades de Antioquia, Damasco e Alexandria.

Em poucas décadas, com efeito, inúmeras comunidades urbanas de judeus e gentios crentes em Jesus se formaram no Mediterrâneo oriental, marcado na época pela cultura helenística e pela dominação romana<sup>2</sup>. Este universo social de língua grega, por sua vez, possibilitou o pleno desenvolvimento do que a historiadora Ana Paula Scarpa chama de rede de interconexão e solidariedade (2017, p. 39), via pela qual os crentes em Cristo puderam utilizar-se do aparato material e simbólico de integração mediterrânea para se comunicar principalmente por meio do envio de cartas e de missionários colaboradores.

As cartas, ou epístolas antigas, constituem um gênero literário próprio, muito difundido no Mundo Antigo, sobretudo concebido pelas intenções de resolver problemas cotidianos, fornecer informações ou até mesmo desenvolver reflexões e orientações mais aprofundadas. A estrutura fundamental deste tipo de texto é composta por três elementos: *inscriptio* ou cabeçalho, que anuncia o remetente e o destinatário;  *subscriptio* ou despedida, frequentemente preenchida por felicitações e saudações; e o conteúdo, que variava de acordo com as pretensões do autor. No caso específico da epistolografia cristã, as cartas mais antigas que chegaram até nós são de autoria do apóstolo Paulo. Não há como saber se outros escritos anteriores foram produzidos por crentes em Jesus, mas se foram, não sobreviveram ao tempo.

Instruções para a resolução de problemas, recomendações sobre o modo ideal de se viver, argumentos a respeito do significado da morte e da ressurreição de Cristo e repreensões comportamentais e morais foram alguns dos principais objetivos para a produção destas epístolas (MEEKS, 2022, p. 246). Não obstante, as cartas paulinas também foram utilizadas por seus seguidores com distintos propósitos. Elas tornaram-se gradativamente parte de um instrumento de poder e autoridade entre os cristãos, pois, conforme colocou Scarpa, as orientações grafadas foram transformadas em argumentos de autoridade justamente pela regularidade com que eram retomadas em momentos de reuniões e controvérsias (SCARPA, 2017, p. 45).

<sup>1</sup> Os “Judeus helenistas”, ou helenizados, surgiram com a difusão da língua grega pelo Mediterrâneo oriental e pelo Sudoeste Asiático, impulsionada pelas conquistas militares de Alexandre o Grande e pelos reinos helenísticos a partir do século IV AEC. Muitas comunidades judaicas, neste processo, adotaram o grego como língua comum e passaram a utilizar a Septuaginta, ou Bíblia dos Setenta, uma versão grega dos textos da Bíblia Hebraica, como base da organização de suas vidas sociais religiosas. Desta forma, o hebraico tornou-se um idioma litúrgico, utilizado somente em comunidades restritas, localizadas sobretudo na região da Palestina e da Mesopotâmia.

<sup>2</sup> O termo “gentio” é empregado para se referir às pessoas de origens politeístas.

Apesar de a tradição cristã desde o século II atribuir pelo menos treze cartas ao referido apóstolo, a crítica textual moderna construiu um consenso em torno da autenticidade de apenas sete delas (ARBIOL, 2018). Estes escritos originais foram produzidos na década de 50 EC e buscaram solucionar problemas sociais e religiosos de algumas comunidades judeu-cristãs específicas, localizadas no tempo e no espaço. Não por acaso, estas cartas levam o nome dos destinatários citadinos a que o apóstolo se referia. Em ordem cronológica de produção, são elas: 1 Tessalonicenses, Gálatas, 1 Coríntios, 2 Coríntios, Filipenses, Filemon e Romanos. Já as epístolas pseudopaulinas subdividem-se em dois grupos: deuteropaulinas (Colossenses, Efésios e 2 Tessalonicenses), produzidas entre os anos 60 e 90, e as pastorais (1 Timóteo, 2 Timóteo e Tito), situadas entre os anos 110 e 130 (CHEVITARESE, 2022).

No decorrer de suas viagens pelo Mediterrâneo, Paulo entrou em contato com diversas pessoas conhecidas como “tementes a Deus”. Estes eram gentios “atraídos pelo judaísmo que viviam na órbita da Sinagoga” (MARGUERAT, 2015. p. 146). Ou seja, eram indivíduos de origem politeísta que acabavam se identificando de algum modo com as crenças e práticas judaicas, mas que por fartos motivos não realizavam a conversão total para o judaísmo, preferindo manter-se apenas como simpatizantes. Estes tornaram-se os principais alvos de missionários como Paulo, pois a religiosidade pregada por ele era mais atrativa, uma vez que não exigia tantos requisitos para a conversão, como a circuncisão, e sobretudo para a integração social nas comunidades urbanas que ficaram conhecidas como *ekklesiae* - assembleias, em grego.

Nestes lugares conviveram pessoas de diferentes origens, com as mais variadas ocupações nas sociedades do Mundo Romano. Muitos impasses que permeavam o tecido social urbano, como os conflitos entre ricos e pobres, foram reproduzidos internamente por estas comunidades, justamente por não se constituírem como universos isolados do restante do Império. Isto quer dizer que o contexto imperial, em escala maior, e as conjunturas citadinas do Mediterrâneo oriental, em escala menor, são extremamente importantes para compreendermos mais a fundo as dinâmicas das congregações judeu-cristãs, que a esta altura diferenciavam-se absurdamente do universo campesino e das condições que orbitaram o Movimento do Jesus histórico. Tendo isto em vista, as epístolas paulinas que mais apresentam elementos destas contradições sociais causadas por aspectos socioeconômicos são as destinadas aos membros da congregação que se reunia na cidade de Corinto - capital da província romana da Acaia.

Da forma como estão organizadas atualmente, no entanto, as cartas aos coríntios não representam unidades. A quebra de coerência repentina, especialmente no conteúdo, mas igualmente em relação à forma e ao estilo, fez com que muitos acadêmicos apontassem dois tipos principais de interpolação neste corpus. Em primeiro lugar, o caso de adição de glosas, que em alguns manuscritos mais antigos aparecem nas margens e nos mais recentes integram completamente o texto principal, como é o caso de 1 Coríntios 14:34-36 em que o autor ordena que as mulheres fiquem caladas na *ekklesia*, pois devem ser submissas<sup>3</sup>. Ora, tais ideias contrastam flagrantemente com o que Paulo já dissera no capítulo 11 da mesma carta, em que o

<sup>3</sup> *Ekklesia* é o singular de *ekklesiae*.

apóstolo orienta que as mulheres se manifestem publicamente nestes lugares com o uso de véu. Tal trecho, dentre outros, é visto como uma interpolação de algum copista que pretendera atualizar as ideias paulinas, muito provavelmente à luz da carta pastoral de 1 Timóteo, que apoia uma estrutura eclesiástica conservadora radicalmente diferente dos preceitos originais paulinos (MENDES, 2012, p. 53-54).

O segundo caso representa, por sua vez, a compilação e edição posterior dos conteúdos que originalmente faziam parte de diferentes excertos e bilhetes. Essa situação, segundo Carlos Gil Arbiol, está presente em ambas as cartas endereçadas aos coríntios, embora seja mais explícita na segunda (ARBIOL, 2018). Isto quer dizer que ao invés de duas epístolas, elas originalmente formavam um conjunto epistolar de cerca de cinco até oito bilhetes distintos, enviados em diferentes momentos à *ekklesia* de Corinto e reunidos como duas únicas coleções posteriormente.

Além destes, outro documento que permite compreender como as primeiras lideranças buscaram resolver os problemas internos de suas comunidades é a carta atribuída a Tiago. O nome evocado na inscriptio deste excerto pode fazer referência principalmente ao já atestado irmão de Jesus, líder da assembleia formada em Jerusalém após a morte de seu líder. Entretanto, é altamente improvável que ele tenha realmente redigido esta carta, dado que, assim como Jesus, era um camponês analfabeto, monoglotá do aramaico e pouco instruído; além de situar-se temporalmente distante da datação da carta, que abrange, segundo os pesquisadores, uma larga margem histórica que vai dos anos 60 até 100 EC (MARGUERAT, 2015). Desse modo, a autoria foi atribuída certamente mais tarde.

Ainda que tenha sido endereçada às “doze tribos da diáspora”, como uma colocação simbólica que a fez uma espécie de encíclica de mútua circulação, a carta de Tiago apresenta alguns elementos que podem ser percebidos como indícios de um endereçamento particular. Em outras palavras, a citação de certos conflitos no material pode significar que o autor pretendia resolver problemas e conflitos reais de uma comunidade de crentes em Cristo específica, localizada certamente no universo social urbano de língua grega. Como tal, é possível comparar as condições enfrentadas por este autor e por Paulo, na medida em que esta reflexão evidencia pequenas informações a respeito do modo de vida dessas pessoas, como costumes, práticas e conflitos entre ricos e pobres em comum.

Antes da análise, contudo, resta ainda comentar sobre as traduções das fontes utilizadas neste texto. Consoante a isto, é possível dizer que “hoje, nas universidades em que se estuda o Novo Testamento de uma perspectiva histórica, o texto grego do Novo Testamento mais utilizado é a edição de Nestle-Aland” (LOURENÇO, 2018, p. 36), porque configura-se justamente como uma versão crítica dos textos neotestamentários que tem por base os manuscritos mais bem avaliados pela crítica textual. Para esta pesquisa, destarte, optou-se por utilizar a versão organizada e traduzida direto do grego para o português, calcada na Nestle-Aland, por Frederico Lourenço.

Trata-se, por sua vez, de uma das melhores traduções disponíveis em português, não somente por ser realizada por um acadêmico altamente especializado no idioma original, mas também por inserir introduções abrangentes, esclarecer os critérios

de tradução e apontar notas explicativas para suas escolhas, indicando possíveis interpolações na grafia original e passagens de difícil compreensão.

### Os conflitos na *ekklesia* de Corinto

Paulo tomou conhecimento de que havia conflitos sociais na comunidade de Corinto por meio de duas vias independentes. A primeira foi por meio de algumas pessoas não nomeadas da casa de Cloé, que reunia a família de uma mulher abastada e os escravizados sob sua dominação, que foram pessoalmente à sua estadia em Éfeso e comunicaram que havia discórdias entre os coríntios. Já a segunda foi através de uma epístola enviada pela própria assembleia e levada a ele por uma delegação composta por Estéfanos, Fortunato e Acaico. À primeira vista, Paulo parecia estar diante de problemas estritamente comportamentais: os coríntios recusavam-se a abandonar o modo de vida politeísta que possuíam antes da integração à crença em Jesus e igualmente resistiam a obedecer às suas ordens para a adoção de um novo modelo de vida.

Para a historiadora Simone Rezende Mendes (2012), a principal força motriz dos problemas enfrentados por Paulo seria a legitimidade de seu apostolado. Isto quer dizer que ao pregar um tipo de judaísmo messiânico desapegado das observâncias rituais da Lei Mosaica para os simpatizantes e para os prosélitos de origem politeísta, Paulo teve que lidar com a contestação de sua autoridade, intimamente relacionada com sua posição de Apóstolo, por conta da oposição interna de alguns grupos que tendiam ao rigorismo, no sentido de cumprimento estrito e formal das leis judaicas, em especial das regras alimentares e da circuncisão<sup>4</sup>. Essa oposição a sua forma de pensar a integração dos gentios na crença em Jesus, segundo Mendes, traduzia-se como questionamento da legitimidade de seu apostolado. Pode-se dizer, assim, que os problemas pessoais que teve que enfrentar referiam-se, principalmente, a sua autoridade diante dos membros da *ekklesia* coríntia.

Para Mendes, ademais, havia dois tipos principais de conflitos nesta assembleia: os de natureza política e os da ordem de conduta. O primeiro refere-se diretamente aos embates que Paulo travou com as facções que se opunham a ele e o segundo tipo reflete precisamente a questão já mencionada da permanência dos coríntios no modo de vida anterior à adesão ao paleocristianismo<sup>5</sup>, que também contrariava as expectativas paulinas. A compreensão de Mendes ainda permanece, no entanto, lastreada prioritariamente pela compreensão que o próprio autor da fonte possuía. Infere-se, para ir mais longe, que o questionamento da autoridade paulina e a permanência no modo de vida politeísta aparecem superficialmente como sintomas de uma realidade material específica, que possui origem nos conflitos entre ricos e pobres dentro da comunidade.

Mendes demonstra em seu trabalho como John K. Chow pensava estes conflitos. Para este autor, tratava-se de um desdobramento dos vínculos de patro-

4 Simpatizantes são os gentios tementes a Deus. Já os prosélitos são os gentios totalmente convertidos.

5 A autora utiliza o termo “paleocristianismo” para referir-se ao Cristianismo pré Concílio de Nicéia em 325 EC.

nato, que representavam parte das relações verticais de dependência no Mundo Romano, caracterizadas principalmente pela troca de favores, serviços, bens e obrigações entre pessoas de diferentes status sociais (MENDES, 2012, p. 63).

Consoante a isto, John Dominic Crossan e Jonathan Reed afirmam que a maior parte dos problemas da assembleia coríntia estava relacionada com a refeição comunal e com o momento de celebração da chamada Ceia do Senhor. Estas práticas derivam das refeições comunais que eram importantes na vida social dos cidadãos da Bacia Mediterrânea, porque caracterizavam, dentre outras coisas, um momento de comunhão para honrar e agradar os deuses. De certa forma, os crentes em Jesus reproduziam essa tradição que existia em todo o Império, reunindo-se para refeições comuns e para relembrar coletivamente a morte e ressurreição de Cristo principalmente através de orações e do consumo coletivo de pão e vinho. Para Crossan e Reed, o problema que existia na ceia destes crentes também era consequência direta da atuação dos chamados patronos:

A maioria dos problemas em Corinto emanava, como mostrou John Chow, dos poderosos patronos membros da assembleia cristã, gente muito boa para ajudar, apoiar e proteger, mas ao mesmo tempo muito nociva à causa da unidade, igualdade e da comunidade (CROSSAN; REED, 2007, p. 306).

A questão principal interpolada é que os ricos patronos eram aqueles que recebiam os demais membros em suas casas para reunir a *ekklesia*. Nestes momentos de refeições comunais, invariavelmente, os vínculos de patronato eram acionados e a desigualdade social entre ricos e pobres tornava-se visível, pois as melhores comidas e bebidas eram fornecidas aos patronos e seus convidados mais íntimos enquanto os demais ficavam com a comida ruim ou até mesmo sem o que comer. Perspectiva bem fundamentada em:

Certo patrocinador rico convidou as assembleias para a celebração conjunta da Ceia do Senhor e, como de costume, cada pessoa trouxe comida e bebida para repartir com todos. Mas ‘cada um se apressa por comer a sua própria ceia, e, enquanto um passa fome, o outro fica embriagado’ (1 Cor 11:21). Em vez de refeição comunitária, cada um comia sua própria porção, de tal maneira que os mais abastados comiam e bebiam melhor do que os mais pobres (CROSSAN; REED, 2007, p.308).

A autora Sebastiana Nogueira também concordou com essa posição. Para ela, os problemas da comunidade coríntia tornavam-se visíveis no momento da refeição comunal. É como se as contradições sociais das diferenças que existiam entre os crentes fossem escancaradas nesta ocasião. Se observarmos bem, é possível depreender que não havia apenas conflitos e divisões, mas uma verdadeira desordem social que se materializava nas refeições. Para a autora, a questão principal que estava em jogo era a pretensão de unidade dos membros da *ekklesia*, justamente porque as nítidas divisões que existiam entre eles e que foram relatadas por Paulo pareciam inviabilizar os pressupostos mais básicos da própria Eucaristia, que consistiam em comunhão e igualdade em torno da crença em Jesus. Conforme colocou: “A comunidade estava dividida em sua base econômica. Os ricos humilhavam e discriminavam os pobres (v. 22)” (NOGUEIRA, 2021, p. 82). Tal posicionamento garante que estas divisões certamente partiam da desigualdade socioeconômica entre os membros da assembleia e dos vínculos que existiam na sociedade urbana, em Corinto.

Nogueira ainda afirma que “A tentativa de Paulo de desconstruir a estratificação social que estava ocorrendo na Ceia do Senhor vai diretamente contra a tendência de tais refeições” (NOGUEIRA, 2021, p. 83). A autora vislumbra que a conjuntura social de Corinto, como sendo uma cidade cosmopolita formada por pessoas de diferentes origens, principalmente por helenistas e descendentes dos colonos romanos, e as dinâmicas experienciadas pelos citadinos em suas refeições comunais também fizeram parte da condição específica da *ekklesia* coríntia. Percebe-se, assim, que havia na comunidade uma tentativa de celebração e refeição comunal em torno da memória de Cristo que era parcialmente inviabilizada por conta das desigualdades sociais e da resistência de alguns grupos em adotar um novo estilo de vida mais igualitário. Nogueira ainda sugere outro dado importante ao afirmar que os próprios ricos eram os agentes causadores de alguns desvios comportamentais mencionados pelo autor da fonte. Isso permite apontar que aquilo que o apóstolo enxergava como desvios de conduta e recebia como questionamento de sua autoridade na verdade pode ter sido produto da persistência dos ricos patronos em manter seus costumes e privilégios já praticados na cidade. Conforme se segue:

O que fica claro é que os cristãos coríntios mais abastados continuavam a seguir as convenções sociais da cultura pagã no que se refere ao comer e beber em banquetes. Tendo essa postura na refeição da Ceia do Senhor, os mais ricos comiam na sala de jantar, enquanto os pobres no átrio. Havia dois tipos de comida para ser servida, proceder típico dos banquetes pagãos, onde pobres e ricos eram separados. Muitos membros escravos e pobres chegavam atrasados na ceia por causa de seus trabalhos. A consequência é que nada mais encontravam para comer e permaneciam com fome, atitude contrária à unidade que se esperava na Ceia do Senhor. (NOGUEIRA, 2021, p. 83-84)

A própria Simone Mendes destaca também a importância das dinâmicas sociais na Corinto romana, incluindo os vínculos de patronato, a fim de compreender as relações sociais internas na *ekklesia*. O que chama atenção em seus destaques, é o realce concedido à localização geográfica de Corinto, uma cidade capital provincial lançada no mar, localizada entre Roma e as demais regiões do Mediterrâneo oriental. Os dois portos, de Lequeu, no Golfo Coríntio, e o de Cencreia, no Golfo Sarônico, atraíam marinheiros, comerciantes e pessoas das mais diversas regiões do Império. A economia da cidade basicamente girava em torno do comércio e em menor escala da agricultura.

Além disso, Mendes destaca que, como uma colônia tipicamente romana, o urbanismo da cidade de Corinto configurava-se como um instrumento político poderoso. É nesse aspecto que o patronato mais se sobressai. Os símbolos arquitetônicos da cidade representavam materialmente as benfeitorias realizadas pelos que ocupavam as posições mais altas neste sistema que se configurava como uma pirâmide patronal em que no topo estavam os deuses, seguidos pelo imperador e depois pelas aristocracias senatorial, provinciais, citadinas e por fim, abaixo, os cidadãos comuns, os libertos e os escravizados. Segundo Mendes, as práticas sociaiscivis de Corinto manifestavam esses vínculos de patronato, como os sacrifícios, os ofícios sacerdotais e as refeições cívicas. Desse modo, vê-se que:

O patronato estava amplamente difundido na paisagem urbana de Corinto: a arquitetura, as imagens e as inscrições, ou seja, as configurações do espaço

urbano e cívico também expremiam os traços desse sistema de relações verticais.(MENDES, 2012, p.115).

Como já mencionado, Mendes comprehende os conflitos sociais em Corinto a partir de dois tipos principais, os de conduta e os de natureza política. É possível dizer, no entanto, que ambos são consequência direta da profunda contradição e desigualdade social que existia nesta comunidade eclesiástica, especialmente manifestas no momento da refeição comunal. Realça-se, portanto, que a hierarquia patronal da cidade, expressa nas convivências dos membros da *ekklesia*, contrastava com a unidade em torno do ideal igualitário proposto por Paulo<sup>6</sup>. A projeção realizada pelo apóstolo não se concretizou; pelo menos não da forma que era esperada. Neste caso em específico, a desigualdade e a hierarquia social que existia entre os indivíduos de Corinto de acordo com suas posições ou status na política e na economia impediu a pretensão paulina de uma igualdade entre os membros da *ekklesia*, porque estes carregavam consigo seus símbolos, identidades e atuações para dentro do ambiente da condição eclesiástica.

Sobre a unidade e o ideal igualitário mencionados é interessante observar as ponderações de John Dominic Crossan. Para ele, o apóstolo precisava lidar com três diferenças sociais basilares para instituir seu projeto. As diferenças eram de classe (entre ricos e pobres, de um lado; e livres e escravizados, de outro), de gênero (entre homens e mulheres) e étnicas (entre judeus e gentios/gregos). Contudo, segundo Crossan, as diferenças de classe tornaram-se um grande problema para Paulo porque não podiam dissolver a hierarquia que existia entre os membros. Assim, afirmou: “Seria possível, por exemplo, preservar a diferença sem hierarquia, no caso de etnia e gênero, mas não no caso de classe. Quanto à classe, a diferença é a hierarquia e a hierarquia é a diferença.” (CROSSAN, 2004, p. 32).

Essa realidade explica como Paulo conseguia negar totalmente a hierarquia e a própria diferença material entre judeus e gregos, pensando no caso da circuncisão e das regras alimentares que separavam ambos os grupos, mas tinha dificuldades para fazer o mesmo com as diferenças entre homens e mulheres e ainda mais com escravizados e livres, de um lado, e ricos e pobres, de outro, fazendo com que nunca questionasse materialmente as bases da hierarquia entre estes dois últimos antagonismos. Desse modo, seria preciso realizar a seguinte pergunta: é realmente possível constituir uma unidade na diversidade sem que exista hierarquia? Ou seja, neste contexto histórico foi possível que existisse uma unidade em torno da fé em Jesus Cristo sem hierarquia social de classes em Corinto? Pode-se concluir pelo exposto que não. Os conflitos de Corinto deviam-se prioritariamente às diferenças de classe e às contradições sociais que envolviam a sociedade coríntia e os anseios igualitários paulinos.

Isto posto, desde o século XIX os historiadores, críticos textuais e exegetas vêm discutindo se haveria ou não diversidade socioeconômica na comunidade, isto é, se haveria uma composição heterogênea de ricos e pobres ou apenas uma classificação

<sup>6</sup> É possível perceber este ideal em: 1 Coríntios 12:13: “E num espírito todos nós fomos batizados para formarmos um corpo, quer judeus, quer gregos; quer escravos, quer pessoas livres, e todos bebemos um espírito.” e principalmente em Gálatas 3:28 “Não há judeu nem grego, não há escravo nem pessoa livre, não há macho nem fêmea: todos vós sois um em Cristo Jesus”.

mais homogênea de pobres que estariam divididos em livres, libertos e escravizados. (PROVIN, 2007). Embora seja um debate com muitas nuances, a primeira opção parece se encaixar melhor. As fontes seguramente permitem afirmar que havia diferenças sociais significativas entre os membros da assembleia e a passagem mais importante para essa constatação é 1 Coríntios 1:26: “Considerai o vosso chamamento, irmãos: não são muitos os sábios segundo a carne; não são muitos os poderosos; não são muitos os de nascimento nobre”. Ao leremos esta inserção contra a vontade do autor, a contrapelo, percebemos que o fato dele mencionar que não há “muitos” sábios, poderosos e de nascimento nobre significa exatamente o contrário: que essas pessoas existiam dentro da comunidade, ainda que fossem em pouca quantidade.

De acordo com Gerd Theissen (1987), os sábios podem representar as pessoas instruídas, com recursos o suficiente para terem acesso a uma educação formal; os poderosos seriam os influentes, provavelmente membros dos altos círculos políticos e econômicos e os de família nobre seriam aqueles que eram pertencentes à aristocracia da cidade. Esses grupos formavam, aponta Cintya Santos, uma minoria na comunidade e na cidade, mas ainda assim exerciam grandes influências em ambos os circuitos, configurando uma elite privilegiada na própria *ekklesia*. Para a autora, portanto, “a composição da comunidade era consideravelmente heterogênea.” e “As divergências entre seus membros eram frequentes” (SANTOS, 2011, p. 134).

Com esses esclarecimentos em mente, pode-se partir para a análise das fontes. Paulo afirma em 1 Coríntios 1:10-11 que tomou consciência por intermédio dos enviados da casa de Cloé que existia discórdia - skhísmatas, divisões em grego - entre os coríntios:

Peço-vos, irmãos, através do nome do Nosso Senhor Jesus Cristo, que digais todos o mesmo e que não existam entre vós divisões; concertai-vos no mesmo pensamento e na mesma opinião. É que me foi tornado claro a vosso respeito, meus irmãos, por intermédio dos de Cloé, que existem discórdias entre vós.

Nesta mesma inserção, ele orienta para que haja consenso nas opiniões e pensamentos na assembleia, manifestando intensa preocupação com o dissenso. Adiante, o apóstolo faz referência às divisões que existiam na *ekklesia* com base na presença de Apolo:

Aquilo a que me refiro é isto: que cada um vós anda dizendo ‘eu sou de Paulo’, ou ‘eu sou de Apolo’, ou ‘eu sou de Cefas’, ou ‘eu sou de Cristo’. Terá Cristo ficado dividido? Não foi Paulo que foi crucificado por vós, não? Nem fostes batizados no nome de Paulo. Agradeço a Deus por eu não ter batizado nenhum de vós, a não ser Crispo e Gaio, para que ninguém diga que fostes batizados no meu nome. Batizei também os da casa de Estéfanos, mas além desses, não sei se batizei mais alguém. Pois Cristo não me enviou para batizar, mas para anunciar a boa-nova. Não em sabedoria de discurso - para que não fosse esvaziada a cruz de Cristo. O discurso da cruz é absurda para os que não se salvam; mas para os que se salvam - para nós - é poder de Deus. Pois ficou escrito: destruirei a sabedoria dos sábios e anularrei a inteligência dos inteligentes. Onde está o sábio? Onde está o letrado? Onde está o investigador desse tempo? Deus não tornou absurda a sabedoria deste mundo? Pois uma vez que não foi na sabedoria de Deus que o mundo conheceu Deus, aprouve a Deus salvar os que acreditam através da absurda da proclamação. Enquanto judeus pedem sinais e gregos buscam sabedoria, nós proclamamos Cristo crucificado: um escândalo para judeus, um absurdo para gentios; mas para os que são chamados, judeus e gregos, Cristo é poder e sabedoria de Deus. Porque

a absurdez de Deus é mais sábia que a raça humana; e mais forte que a raça humana é a fraqueza de Deus. (PAULO, PRIMEIRA CARTA AOS CORÍNTIOS, 2018, 1 Coríntios 1:12-25).

Para Murphy-O'Connor (2007), Apolo provavelmente era um missionário oriundo de Alexandria que foi bem recebido pelos coríntios e impressionou certos grupos por conta de sua interpretação do judaísmo mais alinhada com a filosofia helenística. A fim de mitigar as divisões e a adesão ao pensamento alexandrino, Paulo afirmou que o batismo não pode se dar em seu nome ou no de Apolo e mencionou que a sabedoria deste mundo de nada serve para refletir sobre a lógica de um messias crucificado, que seria escândalo para os judeus e absurdo para os gentios. Neste momento, o autor começa a introduzir uma de suas reflexões mais interessantes, fundamentada no convencimento pelo contrário da lógica. Ele justifica a absurdez da crucificação de Jesus e a limitação do pensamento filosófico nessa compreensão a partir da oposição entre a sabedoria do mundo e a sabedoria de Deus. Para Paulo, o fato dos gregos e judeus negarem a Cristo e sua revelação é exatamente a confirmação do poder dos mistérios divinos, pois tanto judeus quanto gregos são do mundo e a autêntica sabedoria divina foi ocultada daqueles que se acham sábios e poderosos e transmitida apenas aos fracos e humildes.

Em seguida, Paulo aplica este mesmo raciocínio, baseado no antagonismo entre fortes e fracos, que utilizou para solapar a validade da filosofia grega - vista como sabedoria estritamente humana e, portanto, inferior à revelação divina - para abordar a diferença de classes na comunidade. Nesta ocasião, o apóstolo introduz, como já mencionado, a informação mais importante sobre a diversidade social na comunidade<sup>7</sup>. Aqui, a eleição divina aparece claramente como sendo prioritária daqueles que são desfavorecidos, os pobres. Com isso, pode-se inferir que o grupo que manifestava adesão ao que Paulo chamou de sabedoria humana está intimamente associado àqueles que estão em menor quantidade na assembleia, os ricos, porque o autor desconstrói a validade da interpretação filosófica por meio do engrandecimento da condição social daqueles que são desfavorecidos e desprezados, dando a entender que os pobres estão interligados à sabedoria divina, justamente porque ambos aparecem superficialmente como sendo de menor importância, mas no fundo representam a plena realidade do plano de Deus.

A outra passagem importante para esta análise é 1 Coríntios 11:18-34, trecho que faz referência à refeição comunal:

Primeiro, ouço que, quando vos reunis em assembleia, existem divisões entre vós; e em parte eu acredito. É necessário que haja divisões entre vós, para que também entre vós os aprovados se tornem manifestos. Ao vos reunirdes para o mesmo não é para comer a ceia do Senhor: pois cada um antecipa a própria ceia no momento de comer; e esse passa fome, enquanto o outro está embriagado. Será que não tendes casas para comer e beber? Ou desprezais a congregação de Deus e envergonhais aqueles que nada têm? Que vos direi? Haveria eu de vos louvar? Nisso, não louvo. Pois eu recebi do Senhor o que também vos ofereci: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou pão e, tendo dado graças, partiu-o e disse: 'Isto é o meu corpo, que é para vós; isto fazei, para a minha memória'. Do mesmo modo, também o cálice tomou depois da ceia, dizendo: 'Este cálice é a nova aliança no meu sangue; isto fazei -

<sup>7</sup> 1 Coríntios 1:26, já discutida.

quantas vezes o beberdes - para a minha memória'. Pois quantas vezes comerdes esse pão e beberdes desse cálice, a morte do Senhor anunciais, até que ele venha. Assim: aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor indignamente será culpado do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se cada pessoa a si própria e assim coma desse pão e beba desse cálice. Pois quem come e bebe, come e bebe a própria condenação ao não distinguir o corpo. Por isso, há entre vós muitos fracos e doentes e muitos falecem. Se examinássemos a nós mesmos, não seríamos julgados. Mas ao sermos julgados pelo Senhor, somos castigados, para que não sejamos condenados com o mundo. Assim, meus irmãos, reunindo-vos para comer, esperai uns pelos outros. Se algum tiver fome, que coma em casa, de modo a que não vos reuñais para vossa condenação. (PAULO, PRIMEIRA CARTA AOS CORÍNTIOS, 2018).

Nesta colocação, o apóstolo discute o ponto de maior inflexão que realmente informa sobre os processos sociais vividos pelos coríntios. Este é um ponto fundamental para entender a essência dos problemas entre ricos e pobres na *ekklesia*, o que não significa que outras questões não existissem. Novamente, Paulo afirma que ouviu dizer que quando os coríntios se reúnem em assembleia, existem divisões. Interessante notar que o autor relata que a ceia ficou impossibilitada de ser realizada porque as pessoas antecipavam a refeição e se embebedavam; assim, toda a comida e bebida reservada para o momento eucarístico acabava antes da própria celebração. O apóstolo, então, intervém relembrando aos coríntios que a ceia representa a comemoração da nova aliança na morte e ressurreição de Cristo e, por fim, orienta que todos esperem uns pelos outros antes de iniciar a refeição e que comam se tiverem fome apenas em suas próprias casas e no privado.

O que é indispensável realçar, para além do exposto, não é apenas a atuação do autor nesse jogo de tensões entre ricos e pobres na *ekklesia* de Corinto. Até aqui vê-se que os problemas na comunidade se deviam, sobretudo, à atuação dos patronos, os ricos, que resistiam a abandonar seus privilégios e prestígio que certamente existiam na vida social da cidade. Contudo, é fundamental retornar para a inferência em que Paulo demonstra ter consciência dos problemas em Corinto por conta de duas fontes de informações: os enviados de Cloé e a carta levada por uma delegação. Se levarmos em consideração que os conflitos estavam sendo causados essencialmente pelas diferenças sociais entre os membros e que os pobres estavam sendo prejudicados nessas ocasiões, tudo leva a crer que os próprios desfavorecidos tenham se organizado para requerer a Paulo que interviesse. Ou seja, no fundo percebe-se que por trás do texto e das intenções do autor existem realmente processos antagônicos que se fundamentam na tensão social entre ricos e pobres. A agência de ambos os grupos se torna visível: os ricos pretendiam conservar seus tratamentos qualificados e os pobres resistiamativamente a esta pretensão.

A refeição comunal, portanto, revela o momento de maior irrupção nos conflitos entre ricos e pobres na *ekklesia* de Corinto. As contradições sociais e as relações de dependência que existiam entre os membros eram escancaradas e, de certa forma, materializadas nos momentos de reunião para refeições e celebração da Ceia do Senhor, como se não pudesse mais ser escondidas e amarradas em prol de um ideal igualitário. Precisa-se, consoante a isto, que as refeições não representam o núcleo dos problemas, mas a consequência mais destoante da tentativa de emular uma assembleia que mitigasse a hierarquia presente entre pessoas de diferentes classes

sociais. Neste complexo panorama dialético, de um lado concentrava-se uma elite composta por políticos e comerciantes influentes que era responsável por receber os coríntios em suas residências, e de outro, o restante da comunidade, formada por trabalhadores artesãos, pequenos comerciantes e escravizados que trabalhavam nas casas e nas plantações.

Destarte, os problemas na *ekklesia* de Corinto derivavam, fundamentalmente, das disputas pela manutenção e simultânea ruptura dos prestígios, privilégios e demais benefícios que os ricos possuíam na sociedade coríntia e que os colocavam em posições superiores aos demais membros da congregação. Insatisfeitos com essa condição, os subalternos mobilizaram-se para questioná-la e exigir sua transformação. Portanto, a diversidade de classes e a atuação dos agentes envolvidos impossibilitou a igualdade pretendida por Paulo e exigida pelos demais, porque nesse caso em específico a diferença entre os grupos (ricos e pobres; livres e escravizados) era a própria desigualdade social e hierárquica que existia entre eles.

### Os conflitos na *ekklesia* de Tiago

Mesmo com o cabeçalho destinando esta epístola aos crentes da Diáspora, provavelmente com a intenção de fazer com que ela circulasse em diferentes comunidades judeu-cristãs do Império Romano, existe a possibilidade de que esta carta tenha sido realmente escrita para uma *ekklesia* específica, justamente porque os assuntos tratados representam situações históricas concretas, que construíram problemas reais entre ricos e pobres para provocar a intervenção do autor. Por isso, a posição de Joseph Pak é de suma importância: “é altamente provável que Tiago esteja se dirigindo a um público com vários níveis sociais, incluindo os ricos, e esteja pedindo que eles cuidem dos pobres (2:14-17)” (PAK, 2020, p. 724)<sup>8</sup>. Ou seja, havia uma audiência específica, com um grau de diversidade social significativo, que estava recebendo esta correspondência e que certamente vivenciou pelo menos parte dos problemas mencionados nela. Portanto, a “*ekklesia* de Tiago” pode ser considerada uma comunidade de judeu-cristãos localizada no universo social de língua grega, em alguma região do Mediterrâneo oriental e temporalmente situada na segunda metade do século I EC, entre os anos 60 e 100.

O debate acadêmico mais importante em torno desta epístola refere-se à presença interna ou não dos ricos na comunidade. O que não é consenso é se estes mencionados seriam pessoas externas que ameaçavam a integridade dos pobres ou integrantes reais da *ekklesia* que estariam em disputas com os pobres. Pak afirma em seu texto que os pesquisadores adotam distintas interpretações para explicar esta relação. Mas é consenso que o autor estava, sobretudo, advertindo aos ricos e àqueles com certas condições materiais e recursos disponíveis sobre o uso indevido da riqueza. Esta deve ser utilizada, segundo o autor da fonte, para produzir a justiça divina e não para obter ganhos e privilégios pessoais.

<sup>8</sup> It is highly likely that James is addressing an audience with various social levels including the rich and is calling on them to care for the poor.

Conforme Todd Scacewater afirma (2017, p. 227), Tiago estava preocupado com a dinâmica entre ricos e pobres e a utilização dos recursos para cumprir o mandamento do amor ao próximo. Percebe-se, assim, todo um esforço argumentativo baseado nos pressupostos da Torá e das interpretações proféticas.

Os conflitos entre ricos e pobres aparecem, especialmente, vinculados à noção de justiça social, conforme apresenta-se em Levítico 19:12-18:

Não jurareis falsamente pelo meu nome, pois profanarias o nome do teu Deus. Eu sou Iahweh. Não oprimirás o teu próximo, nem o roubarás: o salário do operário não ficará contigo até a manhã seguinte. Não amaldiçoarás um mudo e não porás obstáculo diante de um cego, mas temerás o teu Deus. Eu sou Iahweh. Não cometereis injustiça no julgamento. Não farás acepção de pessoas com relação ao pobre, nem te deixarás levar pela preferência ao grande: segundo a justiça julgarás o teu compatriota. Não serás um divulgador de maledicências a respeito dos teus e não sujeitarás a julgamento o sangue do teu próximo. Eu sou Iahweh. Não terás no teu coração ódio pelo teu irmão. Deves repreender o teu compatriota e, assim, não terás a culpa do pecado. Não te vingarás e não guardarás rancor contra os filhos do teu povo. Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Eu sou Iahweh. (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002).

Scacewater aponta ainda que o autor faz alusão a uma realidade específica em que os ricos fraudavam os salários dos trabalhadores, buscando incrementar seus estilos luxuosos de vida, resultando na carestia e na morte dos marginalizados. O autor menciona que existe uma diversidade de significados que o termo “pobre” possui na Septuaginta, para além do desprovimento de bens e recursos materiais. Interessante ressaltar, com isso, que Tiago tinha discernimento dessa dimensão, apropriando-se dela para suas próprias constatações. Conforme Scacewater salienta: “os tradutores da Septuaginta entenderam que os termos hebraicos para pobres tinham mais a ver com opressão sociopolítica e disposição espiritual impotente do que estritamente com falta de recursos” (2017, p. 230)<sup>29</sup>. Por isso, de acordo com ele, os pobres eram aqueles que não tinham condições sociais ou recursos legais porque careciam de riquezas, status e privilégios.

Já Pedrito Maynard-Reid (2004) sublinha que o foco estritamente teológico das análises distorceu a realidade histórico-social dos textos do Novo Testamento. Nesse sentido, nos últimos quinhentos anos, a epístola de Tiago tem servido apenas como contraponto conceitual da interpretação luterana da Justificação pela Fé, a fim de certificar a importância das obras na salvação. Os acadêmicos reforçam, porém, que o contexto específico da carta diz respeito ao uso justo da riqueza, o que necessariamente implica que os fiéis ajam de acordo com suas crenças. Por isso, é preciso direcionar as questões para a existência histórico-social das comunidades. Para Maynard-Reid, a epístola certamente reflete um meio judeu-cristão muito influenciado pelas concepções da Septuaginta.

Dito isto, faz-se necessário a abordagem dos trechos da epístola que fazem referência explícita aos conflitos entre ricos e pobres. No primeiro excerto, o apóstolo inicia suas críticas aos posicionamentos dos ricos:

<sup>29</sup> *The Septuagint translators understood that the Hebrew terms for poor were more about sociopolitical oppression and powerless spiritual disposition than strictly lack of resources.*

Que se vanglorie o irmão humilde na sua exaltação; e o rico, na sua humilde, porque passará como a flor a erva. Pois o Sol nasceu com calor abrasador e secou a erva; e a flor dela caiu e a beleza do seu aspecto pereceu. Do mesmo modo também o rico nos seus negócios murchará. (CARTA DE TIAGO 1:9-11, 2018).

Toda a estrutura confortável em que viviam os ricos seria destruída em prol da futura exaltação dos pobres. Mas é interessante notar que já neste primeiro trecho o autor deixa claro a sua preferência pelos desfavorecidos e enfatiza a eleição especial dos pobres nos planos divinos. O segundo excerto é ainda mais explícito e apresenta informações interessantes para acreditar que se trata de uma alusão a uma situação concreta:

Meus irmãos, não tenhais em favoritismos a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo da glória. Pois se entrar na vossa assembleia um homem com anéis de ouro, esplendorosamente vestido, e se entrar um mendigo, com roupas todas sujas, e vós olhares para o que veste a roupa esplendorosa e disserdes ‘senta-te aqui honradamente’ e ao mendigo disserdes ‘tu fica aí de pé’ ou ‘senta-te no chão, abaixo do estrado onde tenho meus pés’, não fizestes entre vós uma distinção e vos tornastes juízes com critérios iníquos? Ouvi, meus amados irmãos. Não é verdade que Deus escolheu os pobres neste mundo para serem ricos em fé e herdeiros do reino que ele prometeu aos que O amam? Mas vós desonrastes o mendingo. Os ricos não vos oprimem e não vos arrastam para tribunal? Não blasfemam eles o belo nome invocado sobre vós? (CARTA DE TIAGO 2:1-7, 2018).

O autor da carta argumenta que não deve haver favoritismos e acepção de pessoas entre os crentes em Jesus. Certamente essa orientação indica que isso deve ter ocorrido entre os membros da audiência. Além disso, o trecho “se entrar na vossa assembleia”, indica um evento possivelmente real, ainda que o discurso fornecido utilize exemplos fictícios para ilustrar a situação. O que mais chama atenção, porém, é a seguinte menção: “Mas vós desonrastes o mendigo”. O autor parece estar aludindo a um acontecimento concreto, em que a audiência em si efetivamente tenha cometido um ato de discriminação de pessoas com base em seus status e riquezas. Neste ponto, o autor não diz que a audiência foi discriminada, mas que ela própria discriminou.

Em seguida, uma inserção ainda mais expressiva: “Os ricos não vos oprimem e não vos arrastam para o tribunal? Não blasfemam eles o belo nome invocado sobre vós?”. Aqui os ricos aparecem como pessoas externas à comunidade, porque estão sendo referidos em terceira pessoa. Mas, conectando com o último excerto, a audiência cometeu atitudes parecidas com a dos ricos, que discriminam e humilham os pobres, levando-os para os tribunais. Sobre isto, O. E. Alana coloca: “Tiago aqui continua a demonstrar sua preocupação e simpatia pela causa dos pobres enquanto retoma sua denúncia dos ricos com mais veemência.” (ALANA, 2003, p. 297)<sup>10</sup>. Alana comenta que o retrato do homem rico fornecido na ilustração do discurso do apóstolo é de um representante da aristocracia, provavelmente um patrono, daí o tratamento diferencial dado a ele pela assembleia. Alana ainda reforça que: “a referência a ações judiciais implica que os ricos levaram os pobres aos tribunais por questões de dívidas, rendas, salários e promessas não cumpridas” (ALANA, 2003, p. 299)<sup>11</sup>. Ou seja, os

<sup>10</sup> James here continues to demonstrate his concern to and sympathy for the cause of the poor while he resumes his denunciation of the rich with more vehemence.

<sup>11</sup> Reference to legal actions implies that the rich took the poor to courts over issues of debts, rents, wages and unfulfilled pledges.

ricos humilhavam os pobres procurando apelar aos tribunais para explorá-los ainda mais.

O ponto principal que se sobressai é que alguns membros da assembleia seguramente realizaram tratamentos diferenciais para outras pessoas com base em suas posições sociais, sejam estas últimas integrantes ou não da própria *ekklesia*. Para criticar isto, Tiago relembrou aos seus leitores da humilhação que sofreram nas mãos dos ricos influentes, dando a entender que caíram no mesmo erro que seus opressores ao possuir favoritismos.

O último excerto é ainda mais intrigante:

Agora vós, os ricos! Chorai, gemendo, sobre as vossas humilhações vindouras. A vossa riqueza apodreceu e as vossas vestes estão comidas pelas traças. O vosso ouro e a prata ficaram corroídos e a sua ferrugem será um testemunho contra vós e devorará a vossa carne como fogo. Acumulastes tesouros nos últimos dias. Eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram os vossos campos - salário que vós retivestes - clama! E os gritos dos ceifadores chegaram aos ouvidos do Senhor das Hostes. Vivestes na terra para o luxo e vivestes para o prazer do corpo. Engordastes os vossos corações pensando somente no dia da matança. Julgastes e condenastes à morte o justo, ele que não se vos opõe. (CARTA DE TIAGO 5:1-6, 2018).

Se nas passagens anteriores o autor parecia não estar dialogando diretamente com os ricos, apenas com os oprimidos, nesta se dirige frontalmente a eles. Isso novamente levanta o questionamento: os ricos opressores fazem ou não parte da audiência do autor? Mesmo que aqui pareça estar sendo construído um diálogo e uma advertência direta, ainda é possível compreender o trecho como mais uma alusão a pessoas externas, como se o autor estivesse fazendo menção a elas para alertar seus leitores de suas opressões e do modo de vida indigno que os ricos se propõem a realizar humilhando os pobres. Não obstante, percebe-se atentamente que Tiago parece estar narrando uma situação concreta, que ocorreu com os membros da *ekklesia*, mas a utiliza para orientá-los a não reproduzir mais estes comportamentos. Este dado é relevante, pois, assumindo que os ricos opressores não fazem parte da assembleia, mesmo assim deve-se levar em consideração que existia um grau de diversidade socioeconômica internamente, porque neste caso Tiago estaria alertando aqueles que possuem condições e recursos materiais para utilizá-los em favor dos mais pobres e desfavorecidos.

Dessa forma, os conflitos entre ricos e pobres na *ekklesia* de Tiago desdobram-se a partir de duas vias que se complementam. Em primeiro lugar, os trechos permitem inferir que um grupo de ricos opressores certamente estiveram em confronto com os integrantes da comunidade. De acordo com Maynard-Reid, estes ricos poderiam ser mercadores, banqueiros e, sobretudo, proprietários de terras utilizadas para a agricultura, ainda mais levando em consideração o último excerto. É possível identificar que esta elite opressora era responsável por incriminar os pobres da *ekklesia* nos tribunais e por reter a remuneração que seria paga aos trabalhadores por conta de suas produções. Dessa forma, existe na epístola uma clara referência à exploração do trabalho. Este seria, afinal, o principal crime cometido pelos ricos: a opressão contra os desfavorecidos, naturalmente vistos como eleitos de Deus sob a

ótica da Septuaginta.

Em segundo lugar, pode-se observar que toda a construção argumentativa do autor da fonte indica que na própria audiência havia uma diversidade socioeconômica. Isto torna-se factível porque a carta está condenando a atitude dos ricos opressores para instruir os leitores que a riqueza e os recursos materiais devem ser utilizados de forma correta, levando em consideração a justiça social e divina; ou seja, deveriam ser aplicados apenas para o amparo dos marginalizados. É provável que houvesse membros com situações distintas umas das outras, alguns mais pobres materialmente do que outros, e isso foi o que motivou Tiago a exortar o cumprimento do mandamento do amor ao próximo mobilizando as riquezas, ainda que reduzidas, para o incremento da solidariedade entre todos. Desse modo, comprehende-se que havia problemas relacionados ao mau uso dos recursos internamente e também o problema do tratamento distintivo destinado a certos membros em detrimento dos demais.

### Considerações finais

A esmagadora maioria dos escritores da Antiguidade não poupou mínimos esforços para descrever os pobres urbanos de formas caricatas, como indisciplinados, corruptos, violentos e desprezíveis. Paulo e Tiago, entretanto, ao contrário da maior parte dos autores greco-romanos, não retrataram os pobres dessa forma; na verdade, ambos procuraram defendê-los dos anseios, interesses e das opressões por parte dos ricos. Nesse sentido, ambos se configuraram como subalternos. A diferença entre eles é que enquanto Paulo certamente interveio nos problemas da *ekklesia* de Corinto porque foi motivado por algumas partes envolvidas no processo, Tiago não nos deixou saber se houve esse mesmo tipo de mobilização em sua comunidade.

Ademais, é possível destacar que Tiago foi muito mais incisivo em suas críticas aos ricos e defesa dos pobres do que o outro apóstolo. O primeiro se posicionou frontalmente contra as atitudes dos ricos opressores, movimentando esforços interpretativos vinculados à Septuaginta - mais especificamente à Torá e aos Profetas - para apelar às noções de justiça social e divina. Já Paulo, por outro lado, optou por contra-argumentar o discurso dos ricos, utilizando o recurso do convencimento pelo contrário da lógica, ao distinguir entre a sabedoria humana e a sabedoria divina para defender os pobres, mas sem lançar-se ferrenhamente contra os poderosos, justamente porque não se portava de forma totalmente avessa a eles. O último ponto em comum entre os dois autores é que ambos orientam aos pobres para que ajam de acordo com os planos divinos, de modo que não questionem as bases materiais da pobreza. À medida que Paulo tão somente subverte a importância da riqueza material ao valorizar a humildade no projeto divino, Tiago preconiza sobre seu uso correto e justo somente quando é utilizada para o amparo social dos marginalizados.

Não obstante, os elementos em comum entre os processos sociais vividos relacionam-se, sobretudo, aos conflitos entre as classes de influentes e poderosos, de um lado, e o restante dos integrantes da comunidade, de outro. Tanto na *ekklesia* de Corinto quanto na de Tiago os conflitos possuem seus eixos de gravitação na forma de tratamento destinada a certas pessoas, tomando como base seus status e riquezas, que visava a constituição de uma recepção privilegiada em detrimento dos demais

membros. Em outras palavras, pode-se depreender que as comunidades analisadas enfrentaram problemas decorrentes das posições sociais de seus integrantes, que desejavam manter ou romper o tratamento diferenciado destinado às pessoas com maiores riquezas e status. Conforme mencionado, é possível que essas pessoas privilegiadas tenham sido patronos, que ofereciam serviços e bens em troca de favores, exigindo a manutenção interna de seus benefícios sociais que já possuíam na estrutura social urbana do Mundo Romano.

Em contrapartida, as diferenças mostram-se mais expressivas. Em Corinto, é possível perceber que havia, segundo 1 Coríntios 1:26, uma elite privilegiada que realmente integrava a *ekklesia* e que era responsável por receber os crentes em suas casas e ao mesmo tempo manifestava o interesse de ser recepcionada de modo distintivo, seguindo os padrões que existiam na cidade. Isso não apenas chocou-se frontalmente com o ideal igualitário projetado por Paulo, como também provocou a insurgência dos demais membros da assembleia, que causaram verdadeiras inquietações nos momentos das refeições comunais e da Ceia Eucarística, chegando até o ponto de apelarem para que o apóstolo interviesse nesses conflitos. Não obstante, a *ekklesia* de Tiago parece ter lidado com duas situações distintas, mas complementares. Em primeiro lugar, os membros da congregação certamente sofreram com a opressão de uma elite de ricos, talvez externa, que atuou por meio da incriminação nos tribunais e especialmente por meio da exploração do trabalho e da retenção da remuneração dos trabalhadores. Por fim, esta assembleia também vivenciou conflitos internos relacionados ao tratamento especial concedido às pessoas com status e riquezas superiores.

## Referências

- ALANA, Olu E. A word with the rich (James 5: 1-6)-Part II. *Verbum et Ecclesia*, v. 24, n. 2, p. 292-308, 2003.
- ARBIOL, Carlos Gil. *Paulo na origem do cristianismo*. São Paulo: Paulinas, 2018
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- CARTA DE TIAGO. In: BÍBLIA, volume II: *Novo Testamento: Apóstolos, Epístolas e Apocalipse*. Tradução do grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CHEVITARESE, André Leonardo. *Jesus de Nazaré: O que a História tem a dizer sobre ele*. Rio de Janeiro: Menocchio, 2022.
- CROSSAN, John Dominic. *O nascimento do cristianismo: o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- CROSSAN, John Dominic; REED, Jonathan. *Em busca de Paulo: como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano*. São Paulo: Paulus, 2007.
- EHRMAN, Bart. *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?* Quem mudou a Bíblia e por quê. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2017.

- EHRMAN, Bart. *Como Jesus se tornou Deus*. São Paulo: LeYa, 2014.
- LOURENÇO, Frederico. “O texto do Novo Testamento”. In: Bíblia, volume II, *Novo Testamento: Apóstolos, Epístolas e Apocalipse*. Tradução do grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 27 – 37.
- MARGUERAT, Daniel (org.). *Novo Testamento: história, escritura e teologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- MAYNARD-REID, Pedrito U. *Poverty and wealth in James*. New York: Orbis Books, 2004.
- MEEKS, Wayne. *Os Primeiros Cristãos Urbanos*: o mundo social do apóstolo Paulo. São Paulo: Paulus, 2022.
- MENDES, Simone Rezende da Penha. *Paulo e a ekklesia de Corinto*: conflitos sociais e disputas de autoridade no período paleocristão. Universidade Federal do Espírito Santo. Dissertação de Mestrado (em História). Vitória, ES, 2012.
- MURPHY-O’CONNOR, Jerome. *Paulo de Tarso*: História de um apóstolo. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- NOGUEIRA, Sebastiana. A primeira carta aos coríntios. In: NOGUEIRA, Sebastiana; MACHADO, Jonas. *Lendo as cartas aos coríntios*: Unidade, diversidade e autoridade apostólica na comunidade cristã. São Paulo: Paulus, 2021.
- PAK, Joseph K. A case for James’s condemnation of the rich in James 5:1-6 as addressing false believers within the believing community. *Journal of the Evangelical Theological Society*, v. 63, n. 4, 2020.
- PAULO. PRIMEIRA CARTA AOS CORÍNTIOS. In: BÍBLIA, volume II: *Novo Testamento: Apóstolos, Epístolas e Apocalipse*. Tradução do grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- PAULO. SEGUNDA CARTA AOS CORÍNTIOS. In: BÍBLIA, volume II: *Novo Testamento: Apóstolos, Epístolas e Apocalipse*. Tradução do grego, apresentação e notas por Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- PROVIN, Genildo et al. *Estratificação social em Corinto*: debates recentes. Oracula, v. 3, n. 5, pp. 118-140, 2007.
- SANTOS, Cinthya. A composição social dos cristãos em 1 Coríntios. *Revista Jesus Histórico*, p. 130-138, 2011.
- SCARPA, Ana Paula. *Formação das Primeiras Ekklesiae no Mediterrâneo Antigo: Fronteiras e Integração nas Epístolas de Paulo de Tarso*. Universidade Federal de Ouro Preto. Dissertação de Mestrado (em História). Mariana, MG, 2017.
- SCACEWATER, Todd. The Dynamic and Righteous Use of Wealth in James 5: 1-6. *Journal of Markets and Morality*, v. 20, n. 2, p. 227, 2017.
- THEISSEN, Gerd. *Sociologia da Cristandade Primitiva*. São Leopoldo: Ed. Sinodal, 1987.